



# **SENADO FEDERAL**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

## **PAUTA DA 12ª REUNIÃO**

**(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)**

**08/05/2019  
QUARTA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senadora Simone Tebet  
Vice-Presidente: Senador Jorginho Mello**



**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

**12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 08/05/2019.**

**12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA**  
***Quarta-feira, às 10 horas***

**SUMÁRIO**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>OFS 7/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR EDUARDO BRAGA</b>	<b>21</b>
2	<b>PLC 47/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR OTTO ALENCAR</b>	<b>79</b>
3	<b>PLC 80/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR RODRIGO PACHECO</b>	<b>91</b>
4	<b>PLC 99/2017</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA ROSE DE FREITAS</b>	<b>102</b>
5	<b>TURNOSUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS 307/2018</b> - Terminativo -	<b>SENADORA SIMONE TEBET</b>	<b>179</b>
6	<b>PLS 432/2016</b> - Terminativo -	<b>SENADOR TASSO JEREISSATI</b>	<b>200</b>



<b>7</b>	<b>PLS 137/2018</b> - Terminativo -	<b>SENADORA ROSE DE FREITAS</b>	<b>216</b>
<b>8</b>	<b>PLS 288/2018</b> - Terminativo -	<b>SENADORA MARIA DO CARMO ALVES</b>	<b>233</b>
<b>9</b>	<b>PLS 191/2017</b> - Terminativo -	<b>SENADORA ROSE DE FREITAS</b>	<b>242</b>
<b>10</b>	<b>PRS 26/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR LASIER MARTINS</b>	<b>258</b>
<b>11</b>	<b>PEC 6/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR RODRIGO PACHECO</b>	<b>271</b>
<b>12</b>	<b>PEC 19/2014</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR RANDOLFE RODRIGUES</b>	<b>283</b>
<b>13</b>	<b>PLS 312/2016</b> - Terminativo -	<b>SENADOR ANTONIO ANASTASIA</b>	<b>293</b>
<b>14</b>	<b>PLS 227/2018</b> - Terminativo -	<b>SENADOR WELLINGTON FAGUNDES</b>	<b>306</b>
<b>15</b>	<b>PEC 44/2015</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR LASIER MARTINS</b>	<b>316</b>
<b>16</b>	<b>PEC 157/2015</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ESPERIDIÃO AMIN</b>	<b>327</b>
<b>17</b>	<b>PEC 145/2015</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR LASIER MARTINS</b>	<b>334</b>
<b>18</b>	<b>PEC 19/2017</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR CID GOMES</b>	<b>342</b>
<b>19</b>	<b>PEC 36/2017</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR RANDOLFE RODRIGUES</b>	<b>355</b>
<b>20</b>	<b>PEC 4/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR JAQUES WAGNER</b>	<b>367</b>

<b>21</b>	<b>PL 676/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR JORGINHO MELLO</b>	<b>380</b>
<b>22</b>	<b>PEC 2/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA JUÍZA SELMA</b>	<b>388</b>
<b>23</b>	<b>PLC 11/2016</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA ROSE DE FREITAS</b>	<b>401</b>
<b>24</b>	<b>PLC 180/2017</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR OTTO ALENCAR</b>	<b>416</b>
<b>25</b>	<b>PLC 170/2017</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA ROSE DE FREITAS</b>	<b>430</b>
<b>26</b>	<b>PLC 26/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR JORGINHO MELLO</b>	<b>446</b>
<b>27</b>	<b>PLC 48/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR MAJOR OLIMPIO</b>	<b>465</b>
<b>28</b>	<b>PEC 29/2015</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA JUÍZA SELMA</b>	<b>472</b>
<b>29</b>	<b>PLS 236/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ESPERIDIÃO AMIN</b>	<b>492</b>
<b>30</b>	<b>PLS 518/2018</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR VENEZIANO VITAL DO RÊGO</b>	<b>503</b>
<b>31</b>	<b>PEC 1/2019</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA JUÍZA SELMA</b>	<b>512</b>
<b>32</b>	<b>PRS 57/2015</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA JUÍZA SELMA</b>	<b>528</b>

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PRB, PP)</b>			
Eduardo Braga(MDB)(9)	AM (61) 3303-6230	1 Renan Calheiros(MDB)(9)	AL (61) 3303-2261
Simone Tebet(MDB)(9)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614	2 Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)	PE (61) 3303-2182
Mecias de Jesus(PRB)(9)	RR	3 Marcio Bittar(MDB)(9)	AC
Jader Barbalho(MDB)(9)(23)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	4 Marcelo Castro(MDB)(9)	PI
José Maranhão(MDB)(9)	PB (61) 3303-6485 a 6491 e 6493	5 Eduardo Gomes(MDB)(9)(21)	TO
Ciro Nogueira(PP)(5)	PI (61) 3303-6185 / 6187	6 Daniella Ribeiro(PP)(10)	PB
Esperidião Amin(PP)(12)	SC	7 Luis Carlos Heinze(PP)(11)	RS
<b>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL(PSDB, PODE, PSL)</b>			
Antonio Anastasia(PSDB)(7)	MG (61) 3303-5717	1 José Serra(PSDB)(7)	SP (61) 3303-6651 e 6655
Tasso Jereissati(PSDB)(7)	CE (61) 3303-4502/4503	2 Roberto Rocha(PSDB)(7)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Elmano Férrer(PODE)(8)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	3 Rodrigo Cunha(PSDB)(7)	AL
Oriovisto Guimarães(PODE)(8)(20)	PR	4 Lasier Martins(PODE)(8)	RS (61) 3303-2323
Rose de Freitas(PODE)(8)	ES (61) 3303-1156 e 1158	5 Major Olimpio(PSL)(14)	SP
Juiza Selma(PSL)(13)	MT	6 Flávio Bolsonaro(PSL)(15)	RJ
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)</b>			
Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB 3215-5833	1 Jorge Kajuru(PSB)(3)	GO
Cid Gomes(PDT)(3)	CE	2 Marcos do Val(CIDADANIA)(3)	ES
Fabiano Contarato(REDE)(3)	ES	3 Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP (61) 3303-6568
Alessandro Vieira(CIDADANIA)(3)	SE	4 Kátia Abreu(PDT)(3)(22)	TO (61) 3303-2708
Weverton(PDT)(3)	MA	5 Leila Barros(PSB)(17)(3)	DF
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)</b>			
Humberto Costa(PT)(6)	PE (61) 3303-6285 / 6286	1 Telmário Mota(PROS)(16)(6)(18)	RR (61) 3303-6315
Renilde Bulhões(PROS)(16)(19)(6)	AL	2 Jaques Wagner(PT)(6)	BA
Rogério Carvalho(PT)(6)	SE	3 Paulo Rocha(PT)(6)(18)	PA (61) 3303-3800
<b>PSD</b>			
Otto Alencar(2)	BA (61) 3303-1464 e 1467	1 Sérgio Petecão(2)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Angelo Coronel(2)	BA	2 Nelsinho Trad(2)	MS
Aroldo de Oliveira(2)	RJ	3 Carlos Viana(2)	MG
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PR, PSC)</b>			
Rodrigo Pacheco(DEM)(4)	MG	1 Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA
Marcos Rogério(DEM)(4)	RO	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE (61) 3303-1306/4055
Jorginho Mello(PR)(4)	SC	3 Wellington Fagundes(PR)(4)	MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Aroldo de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovisto Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).

- (10) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (13) Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (16) Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
- (17) Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
- (18) Em 14.03.2019, os Senadores Teilmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
- (19) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (20) Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
- (21) Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
- (22) Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
- (23) Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 10:00 HORAS  
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA  
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3972  
FAX: 3303-4315

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: ccj@senado.gov.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**56ª LEGISLATURA**

Em 8 de maio de 2019  
(quarta-feira)  
às 10h

**PAUTA**  
12ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Retificações:

1. Alterações nos itens 25 (alteração do relatório) e 32 (recebimento de emenda). (07/05/2019 11:26)

## PAUTA

### ITEM 1

#### OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2019

##### - Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2019/2021.*

**Autoria:** Conselho Nacional do Ministério Público

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Pronto para deliberação

##### **Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

### ITEM 2

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2018

##### - Não Terminativo -

*Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Otto Alencar

**Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

##### **Observações:**

*- Em 24/04/2019, foi recebido Voto em Separado do Senador Major Olímpio contrário ao Projeto.*

##### **Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Voto em Separado \(CCJ\)](#)

### ITEM 3

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2018

##### - Não Terminativo -

*Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco

**Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta

##### **Observações:**

- Em 24/04/2019, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Rodrigo Cunha (dependendo de relatório);
- Em 24/04/2019, a Presidência concedeu vista ao Senadores Rodrigo Cunha e Major Olímpio nos termos regimentais.

**Textos da pauta:**[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)[Emenda \(CCJ\)](#)[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)**ITEM 4****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017****- Não Terminativo -**

*Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Rose de Freitas

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta e contrário à Emenda nº 1

**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 16/10/2018, foi realizada a Audiência Pública destinada à instrução da matéria;
- Em 06/11/2018, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares

**Textos da pauta:**[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)[Emenda \(CCJ\)](#)[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)[Parecer \(CAE\)](#)**ITEM 5****TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2018****- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

**Autoria do Projeto:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

**Relatoria do Projeto:** Senadora Simone Tebet

**Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S.

**Observações:**

- Em 20/03/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 307, de 2018, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;
- Em 27/03/2019, foi apresentada a Emenda nº 2-S de autoria da Senadora Selma Arruda;

- Em 24/04/2019, foi lido o relatório e encerrada a discussão, ficando adiada a votação da matéria;
- Votação nominal.

**Textos da pauta:**

[Parecer \(CCJ\)](#)  
[Emenda \(CCJ\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 6****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2016****- Terminativo -**

*Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.*

**Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

**Relatoria:** Senador Tasso Jereissati

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- Em 20/03/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;
- Em 02/04/2019, foi recebido o Voto em Separado do Senador Rodrigo Pacheco, pela rejeição do Projeto;
- Em 24/04/2019, foi lido o Voto em Separado do Senador Rodrigo Pacheco;
- Votação nominal.

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Voto em Separado \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria](#)

**ITEM 7****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2018****- Terminativo -**

*Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência.*

**Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE)

**Relatoria:** Senadora Rose de Freitas

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

**Observações:**

- Em 09/04/2019, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Orioivisto Guimarães;
- Em 24/04/2019, a Presidência concedeu vista à Senadora Juíza Selma e aos Senadores Major Olímpio e Marcos Rogério nos termos regimentais;



- *Votação nominal.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Emenda \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 8**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2018**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.*

**Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

**Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta

**Observações:**

- *Votação nominal*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 9**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2017**

**- Terminativo -**

*Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.*

**Autoria:** Senador Jorge Viana (PT/AC)

**Relatoria:** Senadora Rose de Freitas

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto

**Observações:**

- *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

- *Em 24/04/2019, a Presidência concedeu vistas à Senadora Juíza Selma e ao Senador Marcos Rogério nos termos regimentais;*

- *Votação nominal.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Parecer \(CDH\)](#)

**ITEM 10**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2019**

**- Não Terminativo -**

*Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.*

**Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PPS/MA)

**Relatoria:** Senador Lasier Martins

**Relatório:** Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta.

**Observações:**

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 11**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 6, DE 2018**

**- Não Terminativo -**

*Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.*

**Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Hélio José (PROS/DF), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), Senador Raimundo Lira (PMDB/PB), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Airtón Sandoval (PMDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Zeze Perrella (PMDB/MG), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Wilder Moraes (PP/GO), Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

**Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco

**Relatório:** Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta.

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 12**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 2014**

**- Não Terminativo -**

*Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.*

**Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues

**Relatório:** Favorável à Proposta

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria](#)

**ITEM 13**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 312, DE 2016**

**- Terminativo -**

*Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.*

**Autoria:** Senador José Aníbal (PSDB/SP)

**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

**Observações:**

- *Votação nominal*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 14****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2018****- Terminativo -**

*Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.*

**Autoria:** Senador Hélio José (PROS/DF)

**Relatoria:** Senador Wellington Fagundes

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta

**Observações:**

- *Votação nominal*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 15****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 2015****- Não Terminativo -**

*Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.*

**Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR) e outros.

**Relatoria:** Senador Lasier Martins

**Relatório:** Favorável à Proposta

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria](#)

**ITEM 16**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 157, DE 2015****- Não Terminativo -**

*Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.*

**Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP) e outros.

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Favorável à Proposta

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria](#)

**ITEM 17****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 145, DE 2015****- Não Terminativo -**

*Altera o art. 73 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de os servidores da área fim dos tribunais e conselhos de contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação no estágio probatório.*

**Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA) e outros.

**Relatoria:** Senador Lasier Martins

**Relatório:** Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria](#)

**ITEM 18****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 2017****- Não Terminativo -**

*Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.*

**Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador José Maranhão (PMDB/PB), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Renan Calheiros (PMDB/AL), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador José Serra (PSDB/SP), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

**Relatoria:** Senador Cid Gomes

**Relatório: Favorável à Proposta****Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 19****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2017****- Não Terminativo -**

*Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.*

**Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Telmário Mota (PTB/RR)

**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues

**Relatório:** Favorável à Proposta

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 20****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2018****- Não Terminativo -**

*Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.*

**Autoria:** Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (PMDB/AL), Senador Roberto Requião (PMDB/PR), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador

Vicentinho Alves (PR/TO), Senador Wilder Moraes (PP/GO)

**Relatoria:** Senador Jaques Wagner

**Relatório:** Favorável à Proposta

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

## ITEM 21

### PROJETO DE LEI Nº 676, DE 2019

**- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.*

**Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA)

**Relatoria:** Senador Jorginho Mello

**Relatório:** Favorável ao Projeto

**Observações:**

*- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

## ITEM 22

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2019

**- Não Terminativo -**

*Modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros.*

**Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)

**Relatoria:** Senadora Juíza Selma

**Relatório:** Favorável à Proposta



**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2016****- Não Terminativo -**

*Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Rose de Freitas

**Relatório:** Favorável ao Projeto

**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria](#)  
[Parecer \(CAS\)](#)

**ITEM 24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2017****- Não Terminativo -**

*Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Otto Alencar

**Relatório:** Favorável ao Projeto

**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Parecer \(CAE\)](#)

**ITEM 25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, DE 2017****- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Rose de Freitas

**Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Parecer \(CDH\)](#)

**ITEM 26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2018****- Não Terminativo -**

*Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Jorginho Mello

**Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CI a 3-CI

**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Parecer \(CI\)](#)

**ITEM 27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2018****- Não Terminativo -**

*Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Major Olimpio

**Relatório:** Favorável ao Projeto

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)  
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

**ITEM 28****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2015****- Não Terminativo -**

*Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.*

**Autoria:** Senador Magno Malta (PR/ES) e outros.

**Relatoria:** Senadora Juíza Selma

**Relatório:** Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.



**Observações:**

*Em 24/04/19, foram recebidas as emendas nºs 1 e 2, de iniciativa dos Senadores Fabiano Contarato e Alessandro Vieira, respectivamente (dependendo de relatório);*  
*- Em 24/04/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

**Textos da pauta:**[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)[Avulso inicial da matéria](#)[Emenda \(CCJ\)](#)[Emenda \(CCJ\)](#)**ITEM 29****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2018****- Não Terminativo -**

*Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.*

**Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Contrário ao Projeto

**Observações:**

*- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa*

**Textos da pauta:**[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)**ITEM 30****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, DE 2018****- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.*

**Autoria:** Senador Cidinho Santos (PR/MT)

**Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo

**Relatório:** Favorável ao Projeto

**Observações:**

*- A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em decisão terminativa*

**Textos da pauta:**[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)**ITEM 31****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2019****- Não Terminativo -**

*Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso.*

**Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

**Relatoria:** Senadora Juíza Selma

**Relatório:** Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

## ITEM 32

### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 57, DE 2015

#### - Não Terminativo -

*Dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senador Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos em que especifica.*

**Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF)

**Relatoria:** Senadora Juíza Selma

**Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a emenda nº 1-PLEN.

**Observações:**

- Em 1º/12/2015, foi apresentada a emenda nº 1-Plen de autoria do Senador Romero Jucá;

- Em 07/05/2019, foi apresentada a emenda nº 2 de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório).

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

[Emenda \(PLEN\)](#)

[Emenda \(CCJ\)](#)

[Avulso inicial da matéria](#)

1



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador EDUARDO BRAGA

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 7, de 2019 (OF. nº 104/2019), do Conselho Nacional do Ministério Público, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2019/2021.*



SF/19842.80518-74

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

Nos termos do art. 130-A da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional do Ministério Público de quatorze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais um membro de cada ramo do Ministério Público da União, de onde decorre a presente vaga, destinada Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Destarte, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito do indicado para o biênio 2019/2021, o Sr. Dermeval Farias Gomes Filho, cujo *curriculum vitae* passamos a resumir.

O indicado nasceu em 26 de agosto de 1976, filho de Maria Auta Almeida Gomes e Dermeval Farias Gomes.

É Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio Doce (2000), Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Universidade

Federal de Santa Catarina (2005) e Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2018).

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (desde 2004), possui destacada atuação nas áreas do Júri, Criminal, Execução Penal, Fazenda Pública e Educação, integrando, também, o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial e o Núcleo de Combate a Tortura daquela instituição.

É, também, professor de Direito Penal na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (desde 2009), tendo lecionado a mesma disciplina na Escola da Magistratura do Distrito Federal (de 2008 a 2010).

Dentre suas publicações, destacam-se o livro *Dogmática Penal: fundamento e limite à construção da jurisprudência penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal* (Juspodivm, 2019), e o artigo *O STF e a interpretação neokantista do Direito Penal* (Boletim IBCCRIM, 2009).

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras e os Senhores Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator





## SENADO FEDERAL

### OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2019

(nº 104/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2019/2021.

**AUTORIA:** Conselho Nacional do Ministério Público

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



# CÓPIA

ID: SEI: 11570/2018 - 11

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 104/2019/PRESI-CNMP

Brasília/DF, 27 de março de 2019.

Assunto: Indicação para composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a satisfação de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Promotor de Justiça DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2019/2021, em vaga destinada à representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, definida no artigo 130-A, inciso II, da Constituição.

Com cordial respeito,

*Raquel Elias Ferreira Dodge*  
**RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

*Rivânia*  
 Presidência do Senado Federal  
 Rivânia Campos - Mat. 300862  
 Recebi o original  
 Em 29/03/19 Hs 12:31

A Sua Excelência o Senhor  
 Senador DAVI SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM  
 DD. Presidente do Senado Federal

Sector de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 2 - Lote 3 - Ed. Adail Belmonte  
 70070-600 Brasília-DF Tels. (61) 3366-9135/9100 Correio eletrônico [presidencia@cnmp.mp.br](mailto:presidencia@cnmp.mp.br)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR, SENADOR DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Eu, Dermeval Farias Gomes Filho, promotor de justiça, venho me apresentar, após ser eleito pelos membros do Ministério Público do Distrito Federal, como indicado por parte da Exma. Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

**Breve currículo<sup>1</sup>**

Dermeval Farias Gomes Filho, e-mail [dermevalfarias@yahoo.com.br](mailto:dermevalfarias@yahoo.com.br)

Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios

**Atividades desenvolvidas****Nas Promotorias de Justiça e Núcleos**

Lotação nas Promotorias de Justiça: Júri (Gama, Santa Maria, Ceilândia, Brasília, Brazlândia, Águas Claras); Criminal (Santa Maria, Brazlândia, Taguatinga, Águas Claras); Execução Penal; Educação; Fazenda Pública.

-Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial e de Combate à Tortura.

- Titular da Promotoria de Justiça Criminal e Júri de Águas Claras. Coordenador Administrativo da Promotoria de Águas Claras.

**Na Administração do MPDFT**

- Assessor de Políticas Institucionais - outubro de 2010 a dezembro de 2014;

- Chefia de Gabinete em substituição nos afastamentos legais no período de 2012 a 2013;

**No CNMP**

- Conselheiro do CNMP (biênio 217-219):

- Presidente da Comissão Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP (Biênio 2017-2018):

-Membro Auxiliar do CNMP com exclusividade durante 6 meses em 2010 e membro auxiliar e colaborador do CNMP, sem exclusividade, de 2011 a 2016. Nesse período, a atuação se deu da seguinte forma:

- membro colaborador da Comissão do CNMP que elaborou o Planejamento Estratégico Nacional;
- membro da Comissão do CNMP que elaborou o banco de projetos nacional;
- membro auxiliar e colaborador em inspeções e sindicâncias da Corregedoria Nacional de 2010 a 2016;
- membro auxiliar da Comissão de Revista e Jurisprudência do CNMP em 2010;
- membro da Comissão do CNMP que elaborou estudo com sugestões de mudança ao projeto do novo Código Penal que tramita no Senado;

**Na área acadêmica**

- professor de direito penal na FESMPDFT desde o ano de 2009;
- pós-graduado em processo civil pela Universidade Federal de Santa Catarina;
- mestre em direito e política pública, processo e controle penal, pelo Centro Universitário de Brasília;
- membro do Conselho Editorial da Revista do MPDFT;
- membro do Conselho Editorial da Revista De Juri do MPMG;
- Autor do livro Dogmática Penal: fundamento e limite à construção da jurisprudência penal no Supremo Tribunal Federal. Salvador: Jus Podivm, 2019.

<sup>1</sup> Currículo Lattes segue anexo.





## Dermeval Farias Gomes Filho

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4922415917106270>  
Última atualização do currículo em 04/03/2019

Possui mestrado em Direito e Políticas Públicas, Processo e Controle Penal pelo UNICEUB, Centro Universitário de Brasília (2018); pós graduação em processo civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005); e graduação em DIREITO pela Universidade Vale do Rio Doce (2000). Atualmente é Promotor de Justiça Criminal/Júri do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e professor de Direito Penal na pós graduação da Fundação Escola Superior do MPDFT. Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (Biênio 2017-2019). Integra o grupo de pesquisa de política criminal do UNICEUB (Centro Universitário de Brasília). Atuou de 2013 a 2015 como coordenador adjunto de ensino do MPDFT perante a Escola do MPU. Membro associado ao Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Membro do Conselho Editorial das Revistas Jurídicas do MPDFT e da De Jure do MPMG. Palestrante em simpósios e eventos da Escola Superior do Ministério Público da União. Leciona em cursos de capacitação de direito penal do STF, STJ, TJDFT e MPDFT. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Política Criminal e Criminologia. Atuou como membro auxiliar e membro colaborador do Conselho Nacional do Ministério Público na área de revista, jurisprudência, planejamento estratégico e Corregedoria. Foi Assessor de Política Institucional da Procuradoria Geral de Justiça do MPDFT de 2010 a 2014. Foi professor de Direito Penal da Escola da Magistratura do Distrito Federal. Atuou de 2004 a 2010 como promotor de justiça do júri, execução penal, Núcleo de Combate à Tortura e de Controle Externo da Atividade Criminal. **(Texto informado pelo autor)**


## Identificação

<b>Nome</b>	Dermeval Farias Gomes Filho
<b>Nome em citações bibliográficas</b>	GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS.;GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS

## Endereço

<b>Endereço Profissional</b>	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Promotoria de Justiça de Águas Claras-DF. QS 01, Rua 210, Lote 40, Torre B, sala 322, Taguatinga Shopping Areal (Águas Claras) 71950904 - Brasília, DF - Brasil Telefone: (61) 32264643 Fax: (61) 32264178 URL da Homepage: <a href="http://www.fesmpdft.org.br">www.fesmpdft.org.br</a>
------------------------------	--

## Formação acadêmica/titulação

<b>2016 - 2018</b>	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5). Centro Universitário de Brasília, UNICEUB, Brasil. Título: Dogmática Penal: fundamento e limite à construção da jurisprudência penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal., Ano de Obtenção: 2018. Orientador:  Antônio Henrique Graciano Suxberger. Coorientador: Bruno Amaral Machado. Palavras-chave: DERMEVAL; Penal; Dogmática penal; Supremo Tribunal Federal. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Setores de atividade: Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria.
<b>2005 - 2005</b>	Especialização em Pós-Graduação em Direito Processual Civil. (Carga Horária: 390h). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Título: Processo de Resultado e Tutelas Coletivas.
<b>1996 - 2000</b>	Graduação em DIREITO. Universidade Vale do Rio Doce, UNIVALE, Brasil.

## Formação Complementar

**2002 - 2002**

Formação Policial, carreira Delegado de Polícia. (Carga horária: 900h).  
Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, CEAPOLC/MG, Brasil.

## Atuação Profissional

### Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, Brasil.

#### Vínculo institucional

**2017 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conselheiro Nacional do Ministério Público

#### Outras informações

Conselheiro Nacional do Ministério Público (CNMP). Biênio 2017-2018. Presidente da Comissão Carcerária, Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial do CNMP.

#### Vínculo institucional

**2010 - 2016**

#### Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Colaborador  
Membro Auxiliar do CNMP com exclusividade durante 6 meses em 2010 e membro auxiliar e colaborador do CNMP, sem exclusividade, de 2011 a 2016. Nesse período, a atuação se deu da seguinte forma: - membro colaborador da Comissão do CNMP que elaborou o Planejamento Estratégico Nacional; - membro da Comissão do CNMP que elaborou o banco de projetos nacional; - membro auxiliar e colaborador em inspeções e sindicâncias da Corregedoria Nacional de 2010 a 2016; - membro auxiliar da Comissão de Revista e Jurisprudência do CNMP em 2010; - membro da Comissão do CNMP que elaborou estudo com sugestões de mudança ao projeto do novo Código Penal que tramita no Senado.

#### Atividades

**09/2017 - Atual**

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Nacional do Ministério Público, .  
Cargo ou função  
Conselheiro Nacional do CNMP. Biênio 2017-2018..

### Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, MPDFT, Brasil.

#### Vínculo institucional

**2004 - Atual**

#### Outras informações

Vínculo: , Enquadramento Funcional: PROMOTOR DE JUSTIÇA  
Refere ao exercício da função de Promotor de Justiça no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios desde 02/06/04. De 2004 a 2007, atuação em promotorias de justiça das seguintes áreas: Júri; Criminal; Juizado Criminal; Execução Penal; Fazenda Pública; Educação. De 2007 a 2010, atuação no Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial e no Núcleo de Combate à Tortura. De 2010 até à presente data, atuação na Assessoria de Políticas Institucionais do MPDFT.

### Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF Territórios, FESMPDFT, Brasil.

#### Vínculo institucional

**2009 - Atual**

#### Outras informações

Vínculo: Professor de Direito Penal, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Penal  
Refere-se à atividade de professor - Parte Geral e Parte Especial- exercida perante à Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

### Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

#### Vínculo institucional

**2012 - 2015**

#### Outras informações

Vínculo: Coord. Ensino Subst. MPDFT, Enquadramento Funcional: Coordenador de Ensino Substituto  
Atuação desde 2010 como Coordenador de Ensino Substituto da ESMPU, em vaga destinada ao MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

### Escola da Magistratura do Distrito Federal, ESMA-DF, Brasil.

#### Vínculo institucional

**2008 - 2010**

#### Outras informações

Vínculo: Professor de Direito penal, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Penal  
Refere-se à atividade de Professor de Direito Penal- Parte Geral- exercida perante à Escola da Magistratura do Distrito Federal.

### PRAETORIUM, PRAETORIUM, Brasil.



**2009 - 2009**

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Penal

**União Pioneira de Integração Social, UPIS, Brasil.****Vínculo institucional****2006 - 2006**

Vínculo: PROFESSOR DE DIREITO PENAL, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

**FORTIUM- Editora e Treinamento LTDA, FORTIUM, Brasil.****Vínculo institucional****2006 - 2009**

Vínculo: Professor de Direito Penal, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Penal

**Ordem dos Advogados do Brasil - Minas Gerais, OAB-MG, Brasil.****Vínculo institucional****2001 - 2004****Outras informações**Vínculo: Profissional Liberal, Enquadramento Funcional: Profissional Liberal  
Refere-se ao período de exercício da Advocacia em Belo Horizonte-MG por três anos.**Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, ESMP/SP, Brasil.****Vínculo institucional****2019 - Atual****Outras informações**Vínculo: Professor da pós-graduação, Enquadramento Funcional: professor  
Professor na pós-graduação em direito penal.

## Membro de corpo editorial

**2011 - Atual**

Periódico: De Jure (Belo Horizonte)

**2011 - Atual**

Periódico: Revista de Artigos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

## Áreas de atuação

**1.**

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Penal, Política Criminal e Criminologia.

## Idiomas

**Espanhol**

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

**Inglês**

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

## Prêmios e títulos

**2007**

Medalha de Honra ao Mérito no Grau Comendador, Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

## Produções

### Produção bibliográfica

## Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica ▼

- SUXBERGER, ANTONIO HENRIQUE GRACIANO ; GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS** . Funcionalização e expansão do Direito Penal: o direito penal negocial. Revista de Direito Internacional, v. 13, p. 376-394, 2016.
- GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS.** O MENSALÃO E A DIFICULDADE DE APLICAR PENAS NO BRASIL. Consultor Jurídico (São Paulo, Online). v. 1. p. 1-1. 2012.

3. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** A Licitação: faculdade ou obrigação?. *Justiça@ - Revista Eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal*, v. 1, p. 1, 2012.
4. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** A dimensão do Princípio da Insignificância- Imprecisão Jurisprudencial e Doutrinária- Necessidade de Nova Reflexão no Crime de Descaminho. *Justiça@ - Revista Eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal*, v. 3, p. 2-9, 2009.
5. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** O STF e a Interpretação Neokantista do Direito Penal. *MPMG jurídico*, v. ANO IV, p. 48-49, 2009.
6. ★ **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** O STF E A INTERPRETAÇÃO NEOKANTISTA DO DIREITO PENAL. *Boletim IBCCRIM*, v. ANO 16, p. N. 196, 2009.

### **Livros publicados/organizados ou edições**

1. ★ **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Dogmática Penal: fundamento e limite à construção da jurisprudência penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal.. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. v. 1. 304p .
2. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS; SUXBERGER, ANTONIO HENRIQUE GRACIANO .** Funcionalização e expansão do Direito Penal: o Direito Penal negocial.. 1. ed. Riga: Novas Edições Acadêmicas, 2017. v. 1. 54p .
3. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** MPDFT- Promotor de Justiça- Questões dos últimos concursos com gabaritos comentados. 1. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012. v. 1. 351p .

### **Capítulos de livros publicados**

1. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS; SUXBERGER, ANTONIO HENRIQUE GRACIANO .** A imediação na avaliação da prova no processo penal e o papel dos tribunais. In: Lívia Nascimento Tinôco; Luiza Cristina Frischeisen; Rodrigo Antônio Tenório Correa da Silva; Silvio Amorim Junior; Vladimir Barros Aras.. (Org.). *DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SISTEMA ACUSATÓRIO*. 1ed.Brasília: ANPR, 2018, v. , p. 105-127.

### **Outras produções bibliográficas**

1. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS.; PEZZOTTI, O. E. .** REPRESENTAÇÃO POLICIAL POR MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR SEM PRÉVIA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO: OFENSA AO MECANISMO LEGAL DE CONTROLE EXTERNO.. Brasília-DF: Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), 2017 (Jurídico).
2. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Breves considerações sobre a proposta do novo Código Penal- Projeto de Lei do Senado n. 236 de 2012: o tratamento dos crimes de peculato, corrupção e enriquecimento ilícito. 2013 (Jurídico).

### **Produção técnica**

### **Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia**

1. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS.** Sistema carcerário brasileiro em colapso. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
2. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Penas: teorias, dosimetria, execução e temas correlatos.. 2018. 📺
3. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Novo Código Penal- Projeto de Lei 236/2012- Senado. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
4. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Princípio da Insignificância. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Aspectos importantes sobre o sistema prisional brasileiro. 2010. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
6. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Política Criminal e Princípios Constitucionais Penais. 2009. 📺

### **Demaís tipos de produção técnica**

1. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS; SUXBERGER, ANTONIO HENRIQUE GRACIANO ; DUARTE, A. P. ; CAVALLAZZI, V. W. ; FARIAS, J. A. C. .** O Ministério Público e o controle externo da Atividade Policial: Dados 2016. 2017 (Relatório de pesquisa). 2017. (Relatório de Pesquisa.).
2. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Teoria do Fato Típico e Concurso de Agentes. 2015. .
3. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Atualização em Direito Penal: Política criminal e a jurisprudência atual do STF. 2015. .
4. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** PAPEL INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
5. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Curso de Aperfeiçoamento em Medicina Legal. 2012. .
6. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** As reformas pontuais do Código de Processo Penal. 2011. .
7. ★ **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Teorias da Criminologia e Ministério Público. 2011. .
8. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Direito Penal (Parte Geral) e Tendências da Política Criminal. 2011. .

### **Produção artística/cultural**



1. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Entrevista na TV Justiça sobre aspectos importantes do sistema prisional brasileiro. 2010.
2. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Entrevista no Estúdio da TV Globo de Brasília-DF sobre execução penal no Brasil diante dos recentes casos de crimes brutais praticados por egressos do sistema pena. 2010.
3. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Os princípios penais constitucionais e as tendências da política criminal. 2009.

## Bancas

### Participação em bancas de comissões julgadoras

### Outras participações

1. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** h- Coordenador do concurso de monografias para publicação na revista da Fundação Escola Superior do MPDFT em 2008.. 2008. Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF Territórios.

## Eventos

### Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 21 Seminário Internacional do IBCrim. 2015. (Seminário).
2. Criminalidade Urbana, Justiça e Impunidade. 2015. (Seminário).
3. Ação Nacional Estruturante- PRÓ-MP- Gestão por Competências.Gestão por Competência no Âmbito do MPDFT. 2014. (Outra).
4. Göttingen-Alemanha: Curso sobre Problemas Fundamentais do Direito Penal e Processual Penal. 2014. (Outra).
5. APG AMANA-KEY PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA. 2013. (Outra).
6. 18 Seminário do IBCrim. 2012. (Seminário).
7. 17 Seminário do IBCrim. 2011. (Seminário).
8. Simpósio de Execução Penal promovido pela Escola Superior do MPU.Os entraves para a apuração da responsabilidade criminal: a prática de tortura e de maus tratos no interior dos estabelecimentos penais. Mecanismos para uma atuação mais eficiente para a responsabilização criminal.. 2010. (Simpósio).
9. ?O Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial?.Técnicas de apuração de condutas ilícitas; estruturação e funcionamento dos órgãos do Ministério Público que executam o controle externo da atividade policial; estudos de casos.. 2009. (Simpósio).
10. VIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado. 2008. (Congresso).

## Orientações

### Orientações e supervisões concluídas

### Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. ALINE RICHIA GUERRA. O TRIBUNAL DO JÚRI E A OPINIÃO PÚBLICA. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
2. ANA FLÁVIA SOUZA SANTOS. ANÁLISE DO DOLO NO CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS COM FUNDAMENTO NA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
3. ANA LUISA FERREIRA RIBAS. A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL DA MEDIDA DE SEGURANÇA E SUA DURAÇÃO. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
4. ISAIAS LEONARDO GUIMARAES DE SOUZA. A PROIBIÇÃO DE EXCESSO E A PROIBIÇÃO DE PROTEÇÃO DEFICIENTE COMO LIMITES MODULADORES DA LEI 12.015/2009 (DIGNIDADE SEXUAL): UMA ANÁLISE DA PROPORCIONALIDADE NO CRIME DE ESTUPRO.. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
5. JÉSSICA MIRANDA ARAÚJO. A INEFICÁCIA DO TRATAMENTO JURÍDICO PENAL DADO AO PSICOPATA. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
6. MÁRIO FERNANDO RIBEIRO DE MIRANDA MOURÃO. ADMISSIBILIDADE DO INSTITUTO DA BARGANHA PENAL NO DIREITO BRASILEIRO: desafios Teóricos a uma Abordagem pragmática. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.



7. NATÁLIA MARQUES GURGEL. DIREITO PENAL DO INIMIGO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
8. RAQUEL MARTINS DE ARRUDA NEVES. EMBRIAGUEZ: um resquício de responsabilidade penal objetiva?. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
9. CLARA LEONEL. CRIMINAL COMPLIANCE E RESPONSABILIDADE PENAL POR OMISSÃO. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
10. ADRIANO RODRIGUES DA SILVA. AUTOCOLOCAÇÃO EM PERIGO: análise do julgamento do STJ, vítima que não utilizou o cinto de segurança. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
11. ANA PAULA DAMASCENO SALAZAR. DIREITO PENAL NEGOCIAL ? EVOLUÇÃO E EFETIVIDADE DA PENA. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
12. ITANÚSIA PINHEIRO ALVES. DIREITO PENAL DO INIMIGO E REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
13. MAÍRA FEITOSA SERÓDIO ARAÚJO. : O INFLUXO DO PLEA BARGAINING NO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA ESTABELECIDO NA LEI 12.850/13.. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
14. JULIANA FRANÇA DA SILVA. A AMPLIAÇÃO DO TIPO OBJETIVO NA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE DO SISTEMA FINALISTA E A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
15. Bernardo José Spíndola Júnior. O Crime de Lavagem de Dinheiro nas Instituições Financeiras: aplicação da teoria da cegueira deliberada no combate à corrupção brasileira. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
16. BRUNA DE ABREU FÄRBER. O VALOR PROBATÓRIO DOS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLHIDOS EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
17. GABRIELA DENSER GULART. CONTORNOS ACERCA DA JURISPRUDÊNCIA PENAL BENÉFICA. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
18. GUSTAVO SIMÕES PINTO DE OLIVEIRA. A TEORIA ?THREE STRIKES AND YOU'RE OUT? COMO EFEITO DO EXPANSIONISMO PENAL. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
19. IRACEMA SAFE CARNEIRO GEBRIM. A EUTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
20. RITA DE CASSIA BARROS GUIA PORTELA. DIREITO PENAL MÍNIMO E MENORIDADE PENAL: RECRUESCIMENTO COMO RETROCESSO HISTÓRICO. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
21. THAÍS MORENA VERGNE DIAS. DELAÇÃO PREMIADA: constitucionalidade do instituto. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
22. MARIANA GOMES GIANELO. A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA E A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
23. LEONARDO BARRA GOMES. APLICAÇÃO DO DOLO EVENTUAL E DA CULPA CONSCIENTE COM RESULTADO MORTE EM ACIDENTES DE TRÂNSITO.. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
24. THAYNÁ REGINA NAVARROS COSME. A INEFICIÊNCIA DO REGIME ABERTO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
25. JUANY ALESSANDRO DA SILVA LOPES. A LEI 11.343/06 E O ART. 290 DO CÓDIGO PENAL MILITAR: A POSSÍVEL REPERCUSSÃO DA LEI DE DROGAS NESTE DELITO CASTRENSE E A ATRIBUIÇÃO PARA APURÁ-LO. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
26. João Moreira Pessoa de Azambuja. O interrogatório e a Lei 11343/2006. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
27. CRISTIANE DENISE DE FREITAS. a vitimologia e sua influência na legislação penal brasileira. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
28. Erika Regina Araújo Albuquerque Calheiros. Perspectiva Crítica do Sistema Prisional do Distrito Federal: um novo panorama de policiamento e de justiça criminal. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
29. FERNANDA SOUZA CARMO NOGUEIRA. Intimidação Vexatória: Considerações sobre a Criminalização do Bullying no PSL nº 236/2012. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
30. PEDRO HENRIQUE MARTINS LIMA LACERDA. Execução penal por crime cometido no Brasil de estrangeiro com extradição



31. PHILIPPE SOUZA DE SÁ. Aspectos Jurídicos da Utilização do Processo de Castração Química aos Delinquentes Sexuais. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
32. KAYENE MARTINS GOMES DA SILVA. REINCIDÊNCIA: uma análise sobre a aplicabilidade do instituto no Direito Penal brasileiro. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
33. MAYANE HELENA DA SILVA. A TEORIA DA CO-CULPABILIDADE E SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO-PENAL BRASILEIRO. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
34. RAFAEL CUNHA COVACEVICK SILVA. A Teoria da Cegueira Deliberada e sua aplicação no Direito Penal Brasileiro. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
35. RICARDO ALLAN LIMA DE MEDEIROS. DIREITO PENAL DO INIMIGO E O COMBATE AO TERRORISMO NOS ESTADOS UNIDOS. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
36. PATRÍCIA PHILIPPI. A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NOS CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITAIS. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
37. GABRIELA GUIMARÃES FREITAS DOS SANTOS. MONITORAMENTO ELETRÔNICO COMO MEDIDA ALTERNATIVA À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
38. Thayane Reis da Rocha. Aplicação do princípio da insignificância no crime de descaminho. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
39. Anderson Angelo de Oliveira. As Intercepções Telefônicas e os Direitos Fundamentais. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
40. Cristiane Valerie Xavier Cury. Tribunal do Júri- Homicídio Sem Cadáver: Pronúncia ou Impronúncia. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
41. Yasser Martins Yassine. Organização Criminosa: previsão do conceito no ordenamento brasileiro. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
42. Renato Jorge Vilela Dias. O Foro por Prerrogativa de Função nos Crimes Comuns e o Estado Democrático de Direito. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
43. LUCAS GONÇALVES DE OLIVEIRA MÜLLER. RESPONSABILIDADE DO AGENTE INFILTRADO NAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
44. ALYSSON CLEY DE MATOS FEITOZA. A DEFINIÇÃO DA TORTURA NOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E SUA TIPIFICAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
45. FABIANA VALDOMIRA MARTINS. A interpretação e a aplicação da teoria da imputação objetiva nos tribunais de justiça estaduais e no superior tribunal de justiça. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
46. CARINA FROTA FERREIRA. PERTINÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS AÇÕES PENAS PRIVADAS. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.
47. DIANA NOGUEIRA DE QUEIROZ. O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA E A PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM MATÉRIA PENAL. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.

### Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. VIVIANA MISSAGIA MATTOS DE CASTRO. POSSIBILIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO DA BARGANHA, ENQUANTO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA, COM O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE PRESENTE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ordem Jurídica e Ministério Público) - Fundação Escola Superior do MPDFT. Orientador: Dermeval Farias Gomes Filho.

### Educação e Popularização de C & T

#### Cursos de curta duração ministrados

1. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Teoria do Fato Típico e Concurso de Agentes. 2015. .
2. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** PAPEL INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Curso de Aperfeiçoamento em Medicina Legal. 2012. .

6. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Direito Penal (Parte Geral) e Tendências da Política Criminal. 2011. .
7. **GOMES FILHO, DERMEVAL FARIAS..** Atualização em Direito Penal: Política criminal e a jurisprudência atual do STF. 2015. .

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 01/04/2019 às 13:52:17

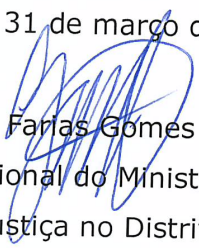
[Imprimir currículo](#)



## DECLARAÇÃO

Em atenção a Resolução nº 41, de 2013, Senado Federal, referente ao art. 383, I, b, 3 e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a minha indicação por parte do Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, declaro que me encontro em situação de regularidade fiscal, conforme documentos anexos.

Brasília-DF, 31 de março de 2019

  
Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Promotor de Justiça no Distrito Federal

01/04/2019

[www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite\\_certidao.cfm](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm)

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUBSECRETARIA DA RECEITA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 096-00.500.071/2019  
NOME : DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO  
ENDEREÇO : SQSW 304 BL A APT 608  
CIDADE : SUDOESTE  
CPF : 937.436.705-00  
CNPJ :  
CF/DF :  
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

\_\_\_\_\_ CERTIFICAMOS QUE \_\_\_\_\_

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

*Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.*

**Válida até 30 de Junho de 2019.**

Brasília, 01 de Abril de 2019.

Certidão emitida via internet às 14:00:48 e deve ser validada no endereço [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br)

27/03/2019



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO**  
**CPF: 937.436.705-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:52:12 do dia 27/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/09/2019.

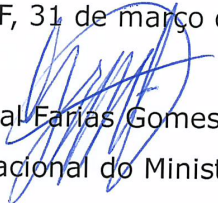
Código de controle da certidão: **9EA6.5DA4.B667.5DEE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**D E C L A R A Ç Ã O**

Em atenção a Resolução nº 41, de 2013, Senado Federal, referente ao art. 383, I, b, 1, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a minha indicação por parte do Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, declaro que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional de promotor de justiça ou de Conselheiro Nacional do Ministério Público.

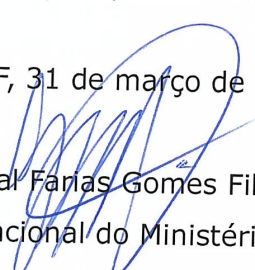
Brasília-DF, 31 de março de 2019

  
Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Promotor de Justiça no Distrito Federal

## DECLARAÇÃO

Em atenção a Resolução nº 41, de 2013, Senado Federal, referente ao art. 383, I, b, 4 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a minha indicação por parte do Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, declaro que não sou parte, como autor ou réu, em ação judicial.

Brasília-DF, 31 de março de 2019



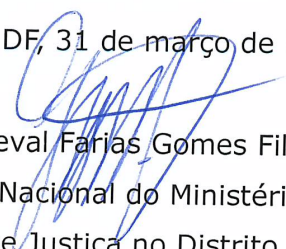
Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Promotor de Justiça no Distrito Federal

**DECLARAÇÃO**

Em atenção a Resolução nº 41, de 2013, Senado Federal, referente ao art. 383, I, b, 5 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a minha indicação por parte do Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, declaro que não atuo em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de agências reguladoras. A atuação em juízo se limita ao exercício do cargo de promotor de justiça.

Atualmente, desde 25 de setembro de 2017, até a presente data, exerço a função de Conselheiro Nacional do Ministério Público, relatando e votando as matérias naquele órgão colegiado.

Brasília-DF, 31 de março de 2019

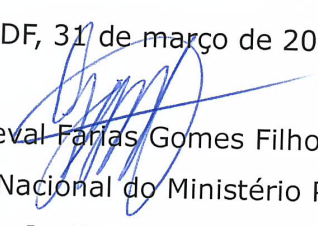


Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Promotor de Justiça no Distrito Federal

## DECLARAÇÃO

Em atenção a Resolução nº 41, de 2013, Senado Federal, referente ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a minha indicação por parte da Exma. Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, declaro que não exerço atividade político-partidária.

Brasília-DF, 31 de março de 2019

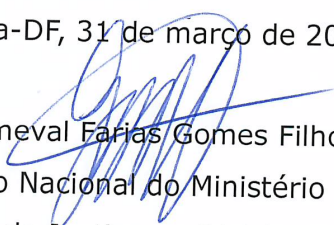
  
Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Promotor de Justiça no Distrito Federal



**D E C L A R A Ç ã O**

Em atenção a Resolução nº 41, de 2013, Senado Federal, referente ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a minha indicação por parte da Exma. Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, declaro que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como não possuo parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau que integrem o poder legislativo federal, estadual, distrital ou municipal.

Brasília-DF, 31 de março de 2019

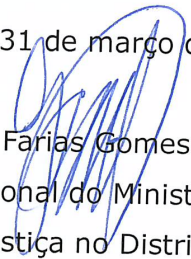
  
Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Promotor de Justiça no Distrito Federal



**D E C L A R A Ç Ã O**

Em atenção a Resolução nº 41, de 2013, Senado Federal, referente ao art. 383,I, b, 2 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a minha indicação por parte do Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, declaro que participo como sócio cotista- não gerente- da empresa Heringer & Farias Serviços Educacionais LTDA (CNPJ 18.505.705/0001-26).

Brasília-DF, 31 de março de 2019

  
Dermeval Farias Gomes Filho  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Promotor de Justiça no Distrito Federal

## ARGUMENTAÇÃO ESCRITA/D E C L A R A Ç Ã O

Em atenção ao art. 383,I, b, 2 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, consoante à Resolução 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal e, e do Ato n.01 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, apresentamos argumentação escrita, de forma sucinta, em que demonstramos ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público- CNMP.

Meu currículo (anexo) exterioriza minha experiência profissional e formação técnica, com requisitos ligados diretamente ao exercício do Cargo de Conselheiro Nacional, além de integrar o quadro de membros do MPDFT desde 2004, tendo passado por diversas áreas, sendo atualmente titular da promotoria do júri e criminal de Águas Claras-DF, leciono direito penal desde o ano de 2006, com artigos e livro publicados, sendo especialista em processo civil pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em direito e políticas públicas, processo e controle penal pelo Centro Universitário de Brasília.

Minha afinidade moral para o exercício do cargo pode ser aquilatada pelos diversos cargos que ocupei, além do reconhecimento da sociedade. Ressalto o recebimento da medalha de honra ao mérito do MPDFT no grau de comendador e da medalha da Associação Nacional dos membros do Ministério Público Militar.

Ademais, me encontro no exercício do primeiro mandato (2017/2019), tendo sido reconduzido por votação expressiva em marco de 2019 (312 dos 315 votantes na eleição realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

Nesse período, como Conselheiro do CNMP, realizamos diversas tarefas, tanto nos julgamentos dos procedimentos administrativos, quanto na presidência da Comissão Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública. Tomamos ainda o cuidado de anexar o relatório de atuação no Conselho Nacional do Ministério Público, destacando:

a) na presidência da Comissão Prisional, concluímos, de 03 de outubro de 2017 a dezembro de 2018, 100% (cem por cento) de suas atividades previstas no Plano de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, o que representou a execução de 74% (setenta e quatro por cento) das ações previstas no seu Plano Diretor, aprovado em 13 de dezembro de 2017.

As referidas atividades podem ser resumidas no referido período pelos seguintes números: 05 eventos nacionais; 02 eventos internacionais; 08 visitas institucionais; 02 B.I.; 03 grupos de trabalho; 02 proposições; 02 acordos de cooperação. Instauração e

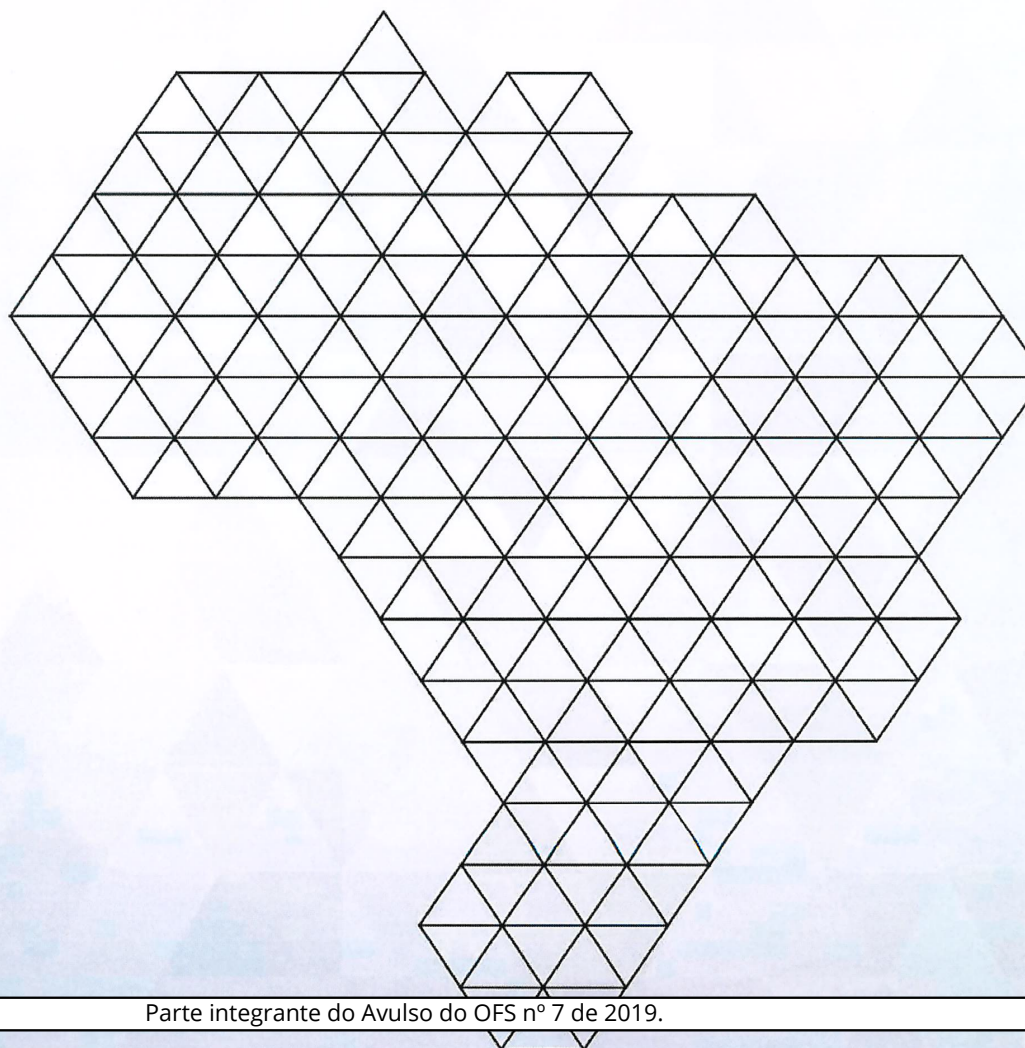


CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

## **COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

**2017 - 2018**





Presidente do CNMP  
Raquel Elias Ferreira Dodge

Corregedor Nacional do Ministério Público  
Orlando Rochadel Moreira

Conselheiros Nacionais  
Gustavo do Vale Rocha  
Fábio Bastos Stica  
Valter Shuenquener de Araújo  
Luciano Nunes Maia Freire  
Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Sebastião Vieira Caixeta  
Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Dermeval Farias Gomes Filho (Presidente da CSP)  
Lauro Machado Nogueira  
Leonardo Accioly da Silva  
Erick Venâncio Lima do Nascimento  
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretária-Geral do CNMP  
Adriana Zawada Melo

Secretário-Geral Adjunto do CNMP  
Roberto Fuina Versiani



## APRESENTAÇÃO

Prezados colegas,

Gostaria, primeiramente, de expressar a satisfação em colocar o meu nome como candidato à vaga de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, em segundo mandato.

Como é do conhecimento de todos, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) possui um papel importante na composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com uma vaga de Conselheiro e, ainda, com a possibilidade de contribuição de membros auxiliares e colaboradores.

Desde a criação do Órgão pela Emenda Constitucional nº 45, os Conselheiros oriundos do MPDFT se destacaram na consolidação das normas que regulamentam a atividade constitucional e legal do CNMP, no Planejamento Estratégico Nacional, nas Comissões e na Corregedoria Nacional. A atividade do Conselho foi delineada no § 2º do artigo 130-A da Constituição Federal.

Nesse sentido, é importante afirmar que a atuação constitucional e legal do CNMP aprimora o Ministério Público, traz maior transparência para a sua atuação administrativa, contribui para a eficiência institucional e possibilita a reforma de decisões internas que, porventura, contrariarem a lei.

Como membro auxiliar do CNMP, no período de 2010 a 2016, tive a oportunidade de atuar como colaborador da Comissão que elaborou o Planejamento Estratégico Nacional, da Comissão que elaborou o Banco Nacional de Projetos, da Comissão de Revista e Jurisprudência do CNMP, em 2010, e da Comissão que elaborou estudo com sugestões de mudança ao projeto do novo Código Penal que tramita no Senado.

Também participei, como auxiliar e colaborador, de inspeções e sindicâncias da Corregedoria Nacional. Essa experiência me motivou a concorrer, em primeiro mandato, para a formação da lista tríplice a ser submetida ao Procurador-Geral de Justiça, além do intuito de

contribuir para fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade, para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

Agora, os móveis acima ressaltados multiplicaram-se. Como Conselheiro Nacional desde setembro de 2017, pude conduzir e participar de importantes projetos desenvolvidos em prol do aperfeiçoamento da atuação ministerial, a exemplo do *Sistema Prisional em números*, e com, parcimônia e fiel aos princípios institucionais, busquei incansavelmente, nos debates em Plenário, a coesão tal necessária à efetiva execução dos papéis constitucionalmente conferidos ao Ministério Público, reforçando nossa unidade e capacidade de atuação.

Ressalto, mais uma vez, a importância de se aprimorar os enunciados, as resoluções e as recomendações do CNMP, com uma perspectiva de alinhamento constitucional e legal. Em tempo de avanços evitáveis do Órgão nacional sobre a atividade-fim dos membros do Ministério Público, interessa consolidar, cada vez mais, a jurisprudência do Órgão em torno do Enunciado 6: “os atos relativos à atividade-fim do Ministério Público são insuscetíveis de revisão ou desconstituição pelo Conselho Nacional do Ministério Público”.

Nessa linha, a minha participação como Conselheiro foi no sentido de impedir a aprovação de normas que dificultem o exercício da atividade-fim ou de qualquer forma venha a se imiscuir na independência funcional do membro. As normas atuais que cuidam da atividade-fim devem ser concebidas com o papel de fomentar o diálogo e as boas práticas entre os membros do Ministério Público brasileiro.

Acrescente-se, ainda, que o fortalecimento do Ministério Público, com o respeito à independência funcional e, ao mesmo tempo, incentivando a integração entre os diversos Ministérios Públicos existentes no País, exige um arranjo institucional a ser perseguido pelo CNMP, com a compreensão das peculiaridades regionais e sempre dentro dos limites constitucionais e legais. Foi com tal espírito que desenvolvi as atividades de Conselheiro a mim conferidas legitimamente pelos colegas no presente biênio.

Como Presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, envidei esforços para reforçar o papel de centralidade na afirmação de um Ministério Público brasileiro unido no esforço de aprimoramento de sua atuação e de construção de respostas que, a um só tempo, atentem à preocupação de

resguardo da coletividade, e de responsabilização humana das pessoas submetidas ao sistema prisional.

É com anseio de participar aos colegas um breve relato das atividades que foram desenvolvidas ao longo do biênio 2017 | 2018 que lhes apresento o presente Relatório, com o fim de *accountability* e de colher sugestões e propostas de melhoria para a continuidade dos projetos ora apresentados.



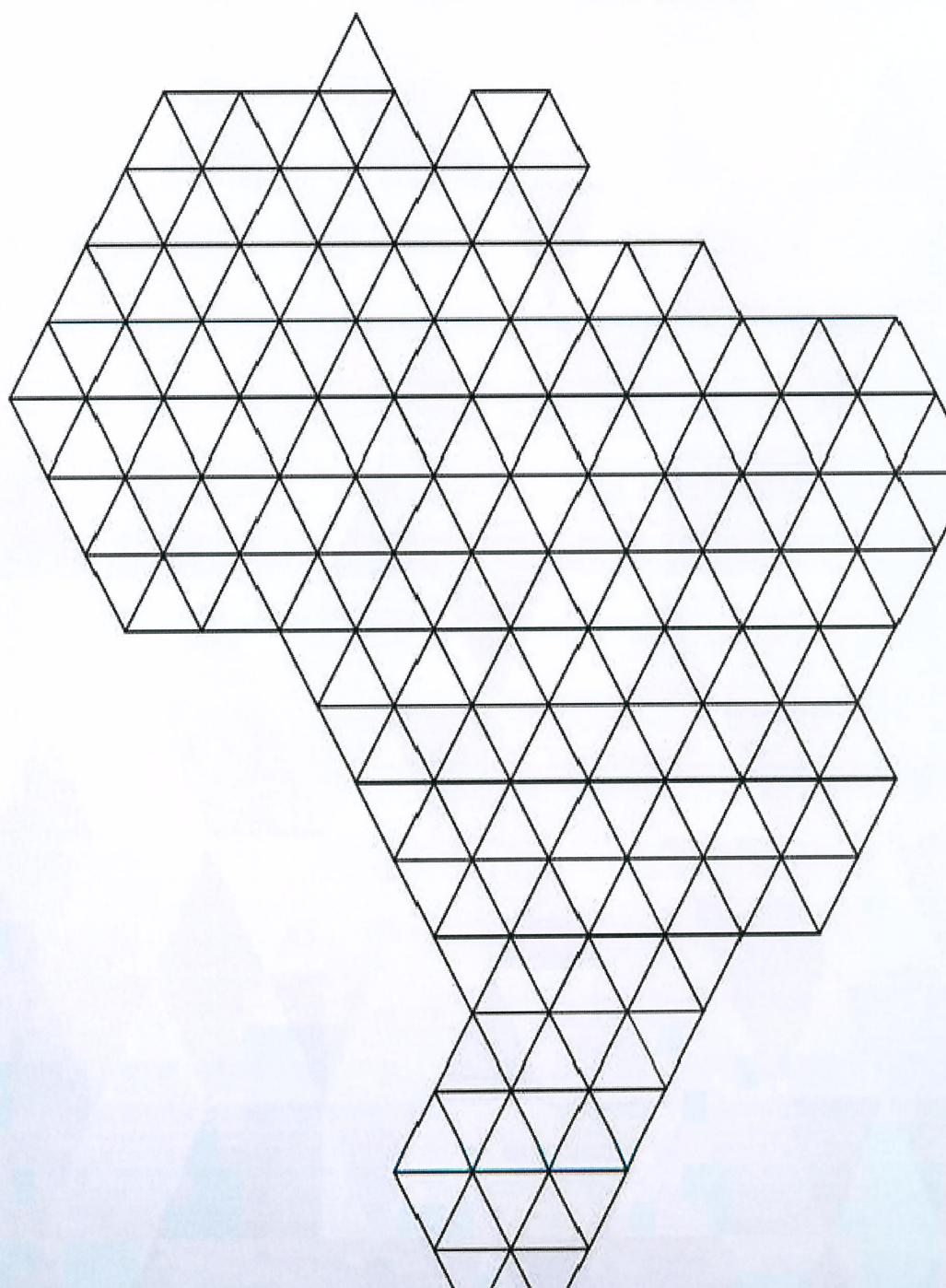
DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO

## Sumário

1. DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA .....	8
3.1. DO PLANO DIRETOR DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA.....	9
3.2. DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA EM NÚMEROS.....	11
3.3. EVENTOS PROMOVIDOS PELA COMISSÃO .....	13
3.3.1. Workshop sobre a atuação do Ministério Público na Justiça Militar: as alterações promovidas pela Lei nº 13.491/2017 .....	13
3.3.2. Ação Nacional do Ministério Público em Defesa do Sistema Prisional .....	14
3.3.3. Seminário Internacional de Execução Penal.....	15
3.3.4. IX Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional.....	16
3.3.5. VIII Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial .....	17
3.3.6. Painel Crise na Segurança Pública: os desafios do Ministério Público .....	18
3.3.7. Ação Nacional Investigação da tortura no Brasil: Implantação do Protocolo de Istambul pelo MP.....	19
3.4. PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS PELA COMISSÃO .....	20
3.5. VISITAS INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELA COMISSÃO.....	21
3.6. PROJETOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA DE DADOS .....	22
3.6.1. Sistema Prisional em números .....	23
3.6.2. Controle externo da atividade policial em números.....	24
3.6.3. Grupos de Trabalho Instituídos pela Comissão.....	24
3.6.4. Proposições Apresentadas pela Comissão ao Plenário .....	25
3.6.5. Acordos de Cooperação Realizados pela Comissão .....	26
3.7. ACOMPANHAMENTO DE RESOLUÇÕES.....	28
3.8. ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS DE COMISSÃO .....	29
3.9. OUTRAS ATIVIDADES DE DESTAQUE.....	30



PRINCIPAIS ATIVIDADES DA COMISSÃO  
DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE  
EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E  
SEGURANÇA PÚBLICA



## 1. DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Inicialmente, cumpre destacar que a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Policial e Segurança Pública, como comissão permanente do Conselho Nacional do Ministério Público, tem atribuições voltadas a:

- (i) Fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público, bem como com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, para desenho e conformação de projetos e programas relacionados ao sistema prisional, ao controle externo da atividade policial e à segurança pública;
- (ii) Realizar estudos, coordenar atividades e sugerir medidas para o aperfeiçoamento da atuação ministerial na execução penal, no controle externo da atividade policial e na segurança pública;
- (iii) Estabelecer articulação institucional com outros órgãos e instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal, a fim de buscar e consolidar informações que favoreçam a atuação coordenada do Ministério Público; e
- (iv) Verificar a atuação do Ministério Público na execução penal, no controle externo da atividade policial e na segurança pública, para, além de atentar para eventual inércia ou irregularidade, com os respectivos encaminhamentos correccionais, apontar vulnerabilidades e fomentar o aperfeiçoamento da atuação ministerial.

Em 3 de outubro de 2017, na 18ª Sessão Ordinária do Plenário do CNMP, fui [eleito](#) como presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública.

Ao promover o diagnóstico das atividades até então desenvolvidos pelo órgão finalístico, conformei, em conjunto com a equipe técnica do órgão finalístico, um instrumento que sintetizasse e formalizasse o conjunto de objetivos, indicadores, metas e ações a serem implementados e executados, nos exercícios de 2018 e 2019, com o intuito de possibilitar um direcionamento mais efetivo de sua força de trabalho para projetos primordiais e de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do Conselho Nacional do Ministério Público.

Foi, então, a partir do Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (PDCSP), que todas as atividades da unidade foram planejadas, executadas e avaliadas, servindo como um efetivo arcabouço de planejamento estratégico, apto a direcionar a organização e a tomada de decisões.

Com escopo no referido documento, apresenta-se, na ocasião, como importante mecanismo de controle social e *accountability*, as ações desenvolvidas pela Comissão do Sistema Prisional do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial no período de 2017 e 2018.

Preliminarmente, portanto, é imprescindível apresentar o Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, para, em números e detalhadamente, apresentar todas as atividades executadas.

### 3.1. DO PLANO DIRETOR DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

A elaboração do Plano Diretor da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública revolveu a realização de (i) diagnóstico, realizado a partir da matriz *SWOT*; (ii) elaboração dos objetivos de



contribuição da unidade, definidos a partir da análise dos resultados da matriz *SWOT* e do Mapa Estratégico do CNMP; (iii) definição das ações e projetos a serem realizados, com definição de prioridades a partir da matriz *GUT*; e (iv) gerenciamento de risco das ações da Comissão Prisional.

Com fulcro na referida metodologia, foram definidos os seguintes objetivos de contribuição, congregados as ações e projetos listados abaixo:

Tabela 1: Objetivos de contribuição e Portfólio de ações da CSP

Objetivo de contribuição	Portfólio de ações
<i>Fomentar a atuação dos membros do Ministério Público em ações de coalização e saneamento da crise no sistema penitenciário</i>	Acompanhar as crises pontuais que venham a ocorrer no sistema prisional, verificando a atuação do Ministério Público e estabelecendo interlocução com as corregedorias locais e com a Corregedoria Nacional.
	Instituição do grupo de trabalho para análise e discussão do novo projeto da Lei de Execução Penal (LEP).
	Instituição de grupo de trabalho para elaboração do protocolo de crises no sistema prisional.
	Realizar estudos sobre a regulação da apresentação e aprovação de projetos junto ao FUNPEN.
	Estabelecer parcerias com as unidades do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Poder Judiciário, CONDEGE e os Poderes Executivos Federal e Estaduais, além de eventuais organismos nacionais e internacionais com atuação na área.
<i>Aperfeiçoar a transparência dos dados do sistema prisional</i>	Realizar a 3ª edição da revista "A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro".
	Realizar análise crítica dos dados constantes de banco relacionado ao sistema prisional da CSP.
	Implementar sistemática de coleta de dados via <i>webservice</i> .
	Implementar relatórios de <i>Business Intelligence</i> (BI).
	Publicar os relatórios de <i>Business Intelligence</i> (BI) à sociedade.

<i>Fomentar ações no aprimoramento da atuação da Comissão na área de controle externo da atividade policial</i>	Implementar a política de dados abertos do sistema prisional.
	Elaborar manual de controle externo da atividade policial, a partir das experiências bem-sucedidas dos distintos Ministérios Públicos.
	Qualificar os dados de controle externo da atividade policial, aprimorando os respectivos formulários a partir de saberes estatísticos e de monitoramento (se possível, eletrônico) dos dados
	Fomentar ações de formação continuada para a implementação e efetivação das rotinas e procedimentos previstos na Resolução CNMP nº 20/2007.
	Criar banco de boas práticas, para institucionalização de iniciativas bem-sucedidas em ações de controle externo da atividade policial.
<i>Fomentar ações no aprimoramento da atuação da Comissão na área de segurança pública</i>	Canalizar estratégias de diálogo e aproximação com outros colegiados nacionais voltados à segurança pública.
	Auxiliar e fomentar o estabelecimento de sistemas e cadastros nacionais e uniformes de dados atinentes à segurança pública.
	Realizar evento de abrangência nacional com vistas à capacitação e à formação continuada dos membros do Ministério Público em segurança pública.
	Criar banco de boas práticas, para institucionalização de iniciativas bem-sucedidas em ações que induzam políticas de segurança pública.

Das referidas ações, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública já executou 74% (setenta e quatro por cento), estando 16 (dezesseis por cento) das atividades em andamento e com previsão de serem concluídas até o final de 2019.

### 3.2 DA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA EM NÚMEROS

A atuação da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública conclui, nos anos de 2017 e 2018, 100% (cem por cento) de suas atividades previstas no Plano de Gestão do Conselho Nacional do Ministério

Público, o que representou a execução de 74% (setenta e quatro por cento) das ações previstas no seu Plano Diretor. As referidas atividades podem ser resumidas no referido período pelos seguintes números:

Figura 1: Atividades da CSP em números





### 3.3 EVENTOS PROMOVIDOS PELA COMISSÃO

Nos anos de 2017<sup>1</sup> e 2018, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública realizou 6 (seis) eventos, quais sejam:

#### 3.3.1. Workshop sobre a atuação do Ministério Público na Justiça Militar: as alterações promovidas pela Lei nº 13.491/2017

O [workshop](#), ocorrido nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, visou promover o diálogo entre os membros do Ministério Público acerca das repercussões processuais, procedimentais e penais trazidas pela Lei nº 13.491, de 2017, e subsidiar a atuação mais eficaz dos atores do sistema de Justiça Militar diante dos desafios criados pelo novel diploma.

Participaram do *workshop* 98 (noventa e oito) membros do Ministério Público de todo o País, ocasião em que realizaram um debate teórico sobre as alterações promovidas pela Lei nº 13.491/2017, tanto em matéria de direito penal, quanto de processo penal.

Figura 2: Abertura do Workshop



<sup>1</sup> Considerou-se apenas os eventos realizados a partir da minha assunção como Conselheiro e Presidente da Comissão.

### 3.3.2. Ação Nacional do Ministério Público em Defesa do Sistema Prisional

Nos dias 6 e 7 de dezembro de 2017, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública realizou, em parceria com a Comissão do Planejamento Estratégico, a [Ação Nacional do Ministério Público em Defesa do Sistema Prisional](#), em Belo Horizonte – MG.

O objetivo do evento, que teve como público-alvo membros e servidores do Ministério Público que atuam na área de execução penal, foi apresentar um viés prático sobre a implantação de uma unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), sendo oriundo dos objetivos da CSP para induzir e fomentar práticas que contribuam para a eficiência, reforcem seu viés socializador e assegurem a dignidade da pessoa humana.

Para além de palestras e oficinas, os 55 (cinquenta e cinco) membros do Ministério Público de 21 (vinte e um) Estados da Federação que participaram do evento tiveram a oportunidade de visitar um Apac em Itaúna. Da referida Ação Nacional e a partir da contribuição de todos os Promotores de Justiça participantes, foi elaborado o *Guia de Desafios para Implementação da APAC*.

Figura 3: Visita a APAC de Itaúna – MG





### 3.3.3. Seminário Internacional de Execução Penal

O [Seminário Internacional de Execução Penal](#) foi realizado, nos dias 18 e 19 de junho de 2019, pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, em parceria com a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, com o objetivo de promover a troca de experiências e conhecimentos em execução penal, notadamente sobre a busca de alternativas e proposições para o enfrentamento da questão prisional no Brasil.

Figura 4: Painel de encerramento do Seminário Internacional de Execução Penal



O evento, ao abordar a efetividade da resposta penal, a formação em segurança dinâmica dos profissionais envolvidos, o uso racional e adequado dos recursos públicos nessa candente questão e o enfrentamento da criminalidade organizada, contou com a participação de especialistas do *Instituto Latinoamericano de las Naciones Unidas para la Prevención Del Delito y el Tratamiento del Dilincuente* e da *University of Kent*. Na ocasião, 95 (noventa e cinco) membros de todo o País foram capacitados sobre execução penal.

### 3.3.4. IX Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional

O [IX Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional \(IX ENSP\)](#), realizado no dia 12 de setembro de 2018, pela Comissão, visou constituir um espaço fértil para troca de experiências e busca de alternativas e proposições para os desafios do Ministério Público dirigidos ao desencarceramento e ao aprimoramento das soluções à criminalidade violenta e organizada que toca o tema das drogas.

Figura 5: Abertura do IX ENSP e VIII ENCEAP



Quais são as projeções de atuação do Ministério Público no enfrentamento dos crimes previstos na Lei nº 11.343/2006? Quais devem ser os esforços dirigidos ao desencarceramento no que toca à criminalidade organizada e ao tema das drogas? Quais os desafios do Ministério Público para uma atuação mais exitosa das Centrais de Alternativas Penais? Qual o papel do Ministério Público nos espaços de diálogo interinstitucional no enfrentamento de organizações criminosas estabelecidas em ambiente prisional? Foram algumas das perguntas que o evento quis trazer para discussão dos 40 (quarenta) membros do Ministério Público participantes.

Na ocasião, foi elaborada, a partir do diálogo e troca de experiências entre os Promotores de Justiça, uma Carta de Conclusões, contendo assertivas e proposições sobre (i) a importância de fóruns e espaços de diálogo interinstitucional no enfrentamento de organizações criminosas estabelecidas em ambiente prisional com

atuação interestadual; (ii) a diversificação dos tipos penais de tráfico de drogas: como o detalhamento ou a diversificação das figuras de tráfico de drogas pode impactar na atuação do Ministério Público no controle penal das drogas; e (iii) medidas de responsabilização em caso de cooptação de agentes e técnicos penitenciários colhidos em situação de irregularidade prisional.

### 3.3.5. VIII Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial

No dia 12 de setembro de 2018, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública realizou o [VIII Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial](#) (VIII ENCEAP), que visou fomentar discussões sobre os desafios do Ministério Público na conformação de políticas de segurança pública e nas modelagens de polícia presente no Estado brasileiro.

Figura 6: Oficina do VIII ENCEAP



Ao contar com a participação de 50 (cinquenta) membros do Ministério Público, o Encontro propiciou, após capacitação e debates em grupo, a elaboração de uma Carta de Conclusões, com contribuições sobre (i) a participação do Ministério Público em colegiados de gestão de políticas públicas; (ii) manuseio de informações

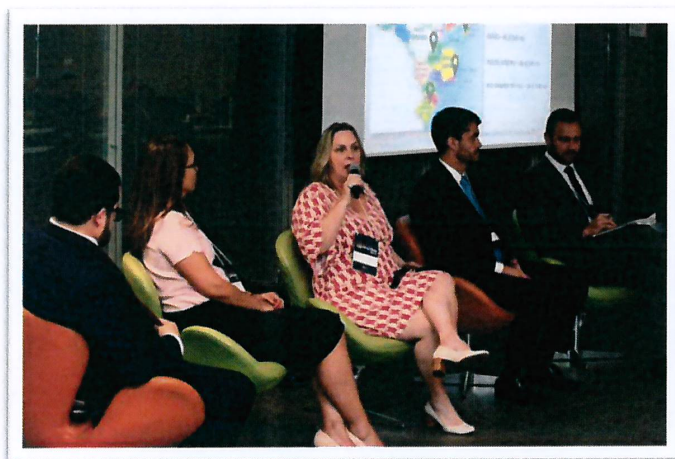


de inteligência produzidas na esfera policial pelo Ministério Público; e (iii) os dados e mapeamentos estatísticos de criminalidade urbana, especialmente os números de criminalidade violenta, na elaboração dos chamados mapas de criminalidade.

### 3.3.6. Painel Crise na Segurança Pública: os desafios do Ministério Público

No âmbito do 9º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública realizou o Painel *Crise na Segurança Pública: os desafios do Ministério Público*, no dia 13 de setembro de 2018.

Figura 7: Painel Crise na Segurança Pública – Os desafios do Ministério Público



O objetivo do Painel foi expor aos membros do Ministério Público presentes os desafios do Ministério Público no enfrentamento da crise na segurança pública, abordando aspectos procedimentos e de coalização entre instituições para enfrentamento da questão, a partir da experiência do Estado do Rio de Janeiro, Amazonas e Espírito Santo.

### 3.3.7. Ação Nacional Investigação da tortura no Brasil: Implantação do Protocolo de Istambul pelo MP

Nos dias 22 e 23 de novembro de 2018, em Florianópolis – SC, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, em conjunto com a Comissão do Planejamento Estratégico, realizou a Ação Nacional *Investigação da tortura no Brasil: Implantação do Protocolo de Istambul pelo MP*.

Destaca-se, ainda, que a referida foi realizada em parceria com Instituto de Direitos Humanos da *International Bar Association* (IBAHRI), com o objetivo de difundir boas práticas enumeradas no Manual da Organização das Nações Unidas para enfrentamento da tortura e, assim, permitir que o Ministério Público exerça suas funções de modo efetivo no enfrentamento do grave problema da tortura no Brasil.

Figura 8: Abertura da Ação Nacional



O conceito de tortura; as práticas de sua documentação, a partir de entrevistas e indícios físicos; a investigação dessa espécie delitiva no Brasil; e a ética dos profissionais jurídicos foram explorados na Ação Nacional. Ao todo, participaram da Ação Nacional 41 (quarenta e um) membros do Ministério Público, que foram capacitados para implementação do Protocolo de Istambul em dois dias.

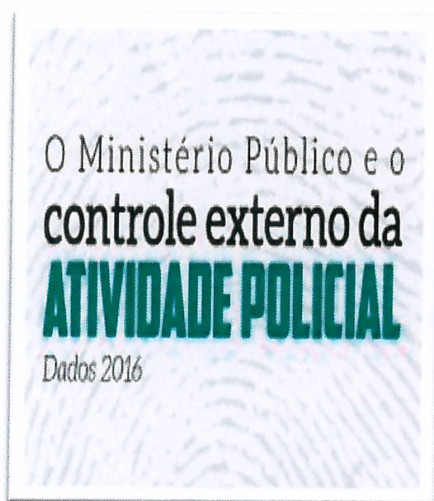


### 3.4 PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS PELA COMISSÃO

Nos anos de 2017 e 2018, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública produziu 3 (três) publicações, quais sejam:

- (i) [O Ministério Público e o Controle Externo da Atividade Policial – Dados 2016](#), com o objetivo de apresentar a toda sociedade informações e estatísticas importantes sobre a realidade policial, obtidas a partir das inspeções anuais realizadas em 2016 e lastreadas na Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007;

Figura 9: Capa da publicação



- (ii) [Guia de Desafios para implementação da APAC](#), que, como resultado da Ação Nacional em Defesa do Sistema Prisional, sintetiza o reconhecimento da excelência da metodologia APAC, alerta para os temas que devem merecer atenção do Ministério Público e indica que, em maior ou menor medida, o enfrentamento da questão carcerária no Brasil há de se realizar por meio da possibilidade de se fazer

mais e melhor ainda que diante de uma realidade que teima em frustrar o que prescrevem nossos textos normativos; e

- (iii) A Visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro, consubstanciando em publicação editada pelo CNMP bianualmente com objetivos: (i) divulgar os dados relativos ao controle externo da atividade policial colhidos por Promotores de Justiça e Procuradores da República por ocasião das regulares inspeções aos órgãos polícias; (ii) fomentar a reflexão crítica e a proposição de ações e práticas dirigidas ao aprimoramento do controle externo da atividade policial; e (iii) conclamar o Ministério Público brasileiro e todas as demais instituições que compõem o Sistema de Justiça nacional a otimizar o manejo dos mecanismos legais, judiciais e administrativos disponíveis, para a superação da difícil realidade da segurança pública no País. Os 14 (catorze) artigos que compõem a revista estão divididos em cinco linhas de pesquisa: as questões de gênero e/ou raça e o cárcere; a implementação de normas internacionais relacionadas ao sistema prisional; o encarceramento em massa; perspectivas legislativas em tema de execução penal; e consequências e dimensões do estado inconstitucional da questão carcerária.

### 3.5 VISITAS INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELA COMISSÃO

Nos anos de 2017 e 2018, foram realizadas 8 (oito) visitas institucionais sobre os três eixos de atuação da Comissão, executadas com dois propósitos: (i) acompanhar a atuação ministerial na execução de atividades voltadas à execução penal, controle externo da atividade policial e segurança pública; notadamente em constantes de crise; e (ii) identificar boas práticas e projetos nessas áreas, para fins de fomento das atividades do Ministério Público, inclusive para fins de multiplicação nos demais Estados da Federação.

Em suma, as visitas encontram-se retratadas no infográfico abaixo:

Figura 10: Visitas realizadas pela CSP



Ressalta-se que as visitas institucionais ocorrem com substrato no objetivo de contribuição de *fomentar a atuação dos membros do MP em ações de coalização e saneamento da crise no sistema penitenciário*, sendo realizadas com metodologia específica que permite a Comissão um retrato detalhado da realidade local e da atuação ministerial, a partir do qual é elaborado Relatório Técnico, a ser apresentado e aprovado pelo Plenário do CNMP.

A íntegra dos relatórios pode ser obtida na página da Comissão, acessível [aqui](#).

### 3.6 PROJETOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA DE DADOS

Responsável pelo acompanhamento do cumprimento de três importantes atos normativos do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme a ser detalhado no item 2.10, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e

Segurança Pública estratificou no seu Plano Diretor como um de seus principais objetivos ações de transparência ativa dos dados relacionados ao sistema prisional brasileiro e à atividade policial.

À vista disso, foram desenvolvidos, ao longo de 2018, dois importantes projetos, quais sejam:

### 3.6.1. Sistema Prisional em números

O Projeto *Sistema Prisional em números* tem como objetivo conferir maior visibilidade e transparência aos dados do sistema prisional brasileiro, compilados pelo Conselho Nacional do Ministério Público, a partir das regulares inspeções aos estabelecimentos penais realizadas pelos membros do Ministério Público de todo o País, em atenção à Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010.

Para além de ferramenta voltada à transparência ativa dos dados do sistema prisional, o *Sistema Prisional em números* volta-se como instrumento para identificação de vulnerabilidades nos estabelecimentos penais e ulterior formulação de políticas. Isso porque o projeto realiza o cruzamento dos números de maior relevância no sistema carcerário, com vistas ao induzimento e à definição de políticas públicas.

Publicado em 18 de junho de 2018, o *Sistema Prisional em números* possui mais de 17.000 (dezessete mil) acessos, de maneira que tem auxiliado: (i) a conformação das visitas a casas prisionais pelos membros do Ministério Público; (ii) a identificação, em termos pragmáticos, das vulnerabilidades no sistema carcerária para posterior tomada de providências; (iii) a elaboração de estudos técnicos sobre o sistema prisional, com dados estruturais sobre déficit prisional, educação, trabalho, saúde, integridade física das pessoas privadas de liberdade, entre outros temas.



Grita-se que, ao longo de 2019, será divulgado os painéis infográficos relativos aos estabelecimentos prisionais militares.

### 3.6.2. Controle externo da atividade policial em números

Em dezembro de 2018, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública divulgou, ainda em caráter piloto, o Projeto Controle Externo da Atividade Policial em números. O referido projeto tem como objetivo conferir transparência ativa aos dados colhidos pelo Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial, nos ditames da Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007.

Nessa toada, os dados do projeto são referentes, neste primeiro momento, aos Relatórios Semestrais de Visita Técnica à Delegacia de Polícia Civil, a partir das informações preenchidas pelos membros e validadas pela Corregedoria-Geral de cada unidade ministerial.

Estando em período ainda de testes, o projeto será lançado oficialmente ainda no primeiro semestre de 2019.

### 3.6.3. Grupos de Trabalho Instituídos pela Comissão

Foram instituídos no âmbito da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, três grupos de trabalho, a saber:

- (i) Instituição, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 7, de 29 de janeiro de 2018, de Grupo de Trabalho, com o objetivo de promover estudos tendentes a subsidiar a atuação do CNMP, quanto ao Projeto de Lei nº 7.223, de 2006, e relacionados às repercussões da referida proposta na Lei de Execução Penal



no que atine às funções ministeriais e ao sistema prisional brasileiro, com reuniões realizadas nos dias 15 e 16 de março de 2018;

- (ii) Instituição, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 158, de 13 de novembro de 2018, com o objetivo de promover estudos tendentes a subsidiar a atuação do CNMP, nos limites de sua competência institucional, visando o aperfeiçoamento da Resolução CNMP nº 129/2015 e do Sistema de Registros de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, bem como à elaboração de eventual de ato normativo sobre vitimização policial; e
- (iii) Instituição, por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 159, de 13 de novembro de 2018, com o objetivo de promover estudos tendentes a subsidiar a atuação deste Conselho Nacional, nos limites de sua atribuição institucional, e voltados à elaboração de manual sobre Protocolo de Crise, diante das experiências de diversas unidades ministeriais.

#### 3.6.4. Proposições Apresentadas pela Comissão ao Plenário

Inicialmente, esclarece-se que, nos termos do art. 37, XVI e XXII, é cabível a apresentação, por parte dos Presidentes de Comissão, de proposições e notas técnicas, afetas à regulamentação de temas importantes da atuação do Ministério Público, sem interferência, contudo, na autonomia e independência institucional.

Nessa toada, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança pública apresentou dois importantes atos normativos ao Plenário:

- (i) Proposta de Nota Técnica, com fundamento nos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 7/2018, que tinha como objetivo subsidiar a atuação do CNMP quanto às repercussões da proposta da Nova Lei de Execução Penal em tramitação no Congresso Nacional em relação ao Ministério Público e ao funcionamento do sistema

carcerário. A referida proposta, registrada sob o nº 1.00754/2018-50, de relatoria do Conselheiro Lauro Machado Nogueira, foi aprovada à unanimidade pelo Plenário do CNMP, na 14ª Sessão Ordinária de 2018, realizada em 11 de setembro de 2018, acessível na [página do CNMP](#); e

- (ii) Proposta de Resolução, para alterar a Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público, de modo a mencionar a atribuição do Ministério Público do Trabalho no acompanhamento da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional.

Ressalta-se que, para além dos referidos atos normativos, a Comissão do Sistema Prisional, foi instada a se manifestar no bojo da **Proposição nº 1.00721/2017-66**, atinente à proposta de Resolução para definir regras mínimas de atuação do Ministério Público em crimes dolosos contra a vida ou contra a integridade física de policiais em serviço ou em razão do exercício de suas funções; bem como no da **Proposição nº 1.00476/2018-40**, que visa recomendar a criação de Promotorias de Justiça especializadas em segurança pública e/ou grupos de atuação especializada em segurança pública no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais.

#### 3.6.5. Acordos de Cooperação Realizados pela Comissão

Dois importantes Acordos de Cooperação foram celebrados pelo Conselho Nacional do Ministério Público com intermediação da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, dispondo tanto de estudos voltados ao aperfeiçoamento de dados sobre vitimização e letalidade policial, quanto de intercâmbio de informações e experiências com órgão internacional, quais sejam:

- (i) [Acordo de Cooperação Técnica](#) com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública para a realização do *Projeto Clínica de Análise sobre o Uso da Força*. O projeto prevê a realização de atividades de pesquisa, que incluem o mapeamento do fluxo dos processos de incriminação dos casos de letalidade e de vitimização policial com o objetivo de conhecer tempo de tramitação, gargalos de processamento, tudo com o fito de traçar estratégias que possam aprimorar a atuação do Ministério Público no combate a essa criminalidade de impacto. O projeto ainda se encontra em curso, com prazo de entrega final em abril/2019.

Figura 11: Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública



- (ii) [Acordo de Cooperação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos](#), com o objetivo de estabelecer marco regulatório em relação a mecanismos de cooperação para promover o uso e a aplicação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, de padrões e recomendações, através do intercâmbio de pessoal associado, ferramentas pedagógicas, teóricas, práticas e comunicações, que permitam as partes contribuir para solucionar os problemas da Agenda Hemisférica de Direitos Humanos.

### 3.7 ACOMPANHAMENTO DE RESOLUÇÕES

Para além das atividades acima mencionadas, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública procede, nos ditames do art. 64, parágrafo único, do Regimento Interno, ao acompanhamento de cumprimento de três importantes Resoluções do CNMP, a saber:

- (i) **Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010**, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público. Nesse sentir, a CSP realiza o gerenciamento do Sistema de Inspeção Prisional do Ministério Público (SIP | MP), no que concerne ao monitoramento do cumprimento das inspeções determinadas pela dita resolução a todos os estabelecimentos prisionais do País e ao gerenciamento de cadastros de acesso e de estabelecimentos, para além de promover-lhe as melhorias necessárias;
- (ii) **Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007**, que regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o art. 80 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial. Neste cenário, a Comissão promove o gerenciamento do Sistema de Resoluções no que concerne ao monitoramento do cumprimento das inspeções determinadas pela norma às Delegacias de Polícia Civil, Institutos de Perícia Criminal Estaduais, Institutos de Medicina Legal Estaduais, Estabelecimentos Militares Estaduais, Delegacias de Polícia Federal, Delegacias de Polícia Rodoviária Federal, Superintendências da Polícia Rodoviária Federal e Institutos de Perícia Criminal e Medicina Legal Federais, realizando cadastros de acesso e de estabelecimentos, sanando as dúvidas dos membros do Ministério Público de todo o País e efetivando as melhorias necessárias; e



- (iii) **Resolução CNMP nº 129, de 22 de dezembro de 2015**, que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial, e o respectivo gerenciamento do Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, alimentado pelos ramos e pelas unidades do Ministério Público, dando concretude ao objetivo específico nº 7 do Projeto *O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial*.

### 3.8 ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS DE COMISSÃO

Nos termos do art. 37, § 1º, IV, do Regimento Interno do CNMP, é por meio do Procedimento Interno de Comissão (PIC) que a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública promove o acompanhamento e a implementação de rotinas adotadas pelo Ministério Público, voltadas ao aperfeiçoamento do sistema carcerário brasileiro, controle externo da atividade policial e segurança pública, bem como promove ações voltadas ao regular e uniforme desempenho das funções ministeriais nessas áreas.

Como importante instrumento para controle administrativo e de legalidade da atuação dos membros do Ministério Público nos eixos acima mencionados, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública instaurou, desde 3 de outubro de 2017, 31 (trinta e um) Procedimentos Internos de Comissão, ao passo que foram arquivados mais de 30 (trinta) Procedimentos no mesmo período.

Hodiernamente, encontram-se em tramitação na Comissão 32 (trinta e dois) Procedimentos Internos de Comissão, sendo 25% (vinte e cinco) dos feitos relacionados ao acompanhamento de crises no sistema prisional e na segurança pública do País.



De mais a mais, no último biênio, o tempo de tramitação de Procedimentos Internos de Comissão reduziu-se consideravelmente, de maneira que o tempo médio de tramitação dos processos autuados e arquivados no período de 2017 e 2018 foi de 192 (cento e noventa e dois) dias.

### 3.9 OUTRAS ATIVIDADES DE DESTAQUE

Além das atividades acima mencionadas, destacam-se, ainda, as seguintes atividades realizadas pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública:

- (i) Participação em audiência pública, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, acerca do Projeto de Lei do Senado (PLS) 580/2015, que altera a Lei de Execução Penal (LEP), a fim de estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com sua manutenção;
- (ii) Participação em ação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), ocorrida em 20 de julho de 2018, acerca da Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), de 31 de agosto de 2017, que aponta medidas provisórias a serem adotadas no Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, situado no Estado do Rio de Janeiro – RJ, com o objetivo de analisar diagnóstico técnico elaborado pelo DEPEN sobre o estabelecimento penal em questão e elaborar minuta de Plano de Contingência a ser nele aplicado;
- (iii) Participação na delegação brasileira para o 169º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, realizada de 1º a 3 de outubro, em Boulder, Colorado – Estados Unidos, oportunidade em que a CSP apresentou diversos dados do *Sistema Prisional em números* aptos a

subsidiar a análise de casos de violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro;

- (iv) Participação na reunião *Racial profiling e Sistema de Justiça*, ocorrida nos dias 13 e 14 de novembro de 2018, realizado pelo Ato Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos;
- (v) Participação no III Encontro Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, ocorrido nos dias 3 e 5 de julho de 2018, em Brasília-DF, com o objetivo de promover a conscientização sobre a exclusão de raça, gênero e classe, saúde mental, mapeamento e propostas para o trabalho de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura;
- (vi) Participação em evento, em março, no Estado do Rio de Janeiro, acerca da intervenção federal e dos problemas de segurança naquele Estado da Federação, onde foram apresentadas pelo Interventor Federal, General Braga Netto, no Centro de Comando e Controle do Governo do Estado, as medidas a serem adotadas, durante tal período de exceção, a curto e médio prazo; e
- (vii) Participação no I Seminário de Integração e Interoperabilidade dos Sistemas de Informações Penitenciárias, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional, ocorrido nos dias 22 a 26 de janeiro de 2018, com o objetivo de promover o amplo debate para a efetiva interoperabilidade entre o SISDEPEN e os mais variados sistemas sobre informações penitenciários, por meio do Módulo Integrador dos Sistemas Penitenciários (MISP).

Outrossim, destacam-se, ainda, os seguintes projetos em desenvolvimento em 2019:

- (i) **Protocolo de Crise Prisional:** As inúmeras crises penitenciárias que eclodiram por todo o País tornaram clara a necessidade de

estabelecimento de um protocolo de atuação institucional capaz de otimizar os esforços do Ministério Público no sentido de responder de maneira rápida e eficiente às situações emergenciais que se lhe impõem e articular com os demais órgãos do sistema de segurança pública. Dessa maneira, foi instituído Grupo de Trabalho no âmbito da CSP/CNMP composto por membros do Ministério Público brasileiro com experiência no enfrentamento dessa espécie de crise, destinado a subsidiar a confecção de protocolo para atuação institucional em situações de crise penitenciária. O projeto está em andamento com prazo de conclusão para abril/2019;

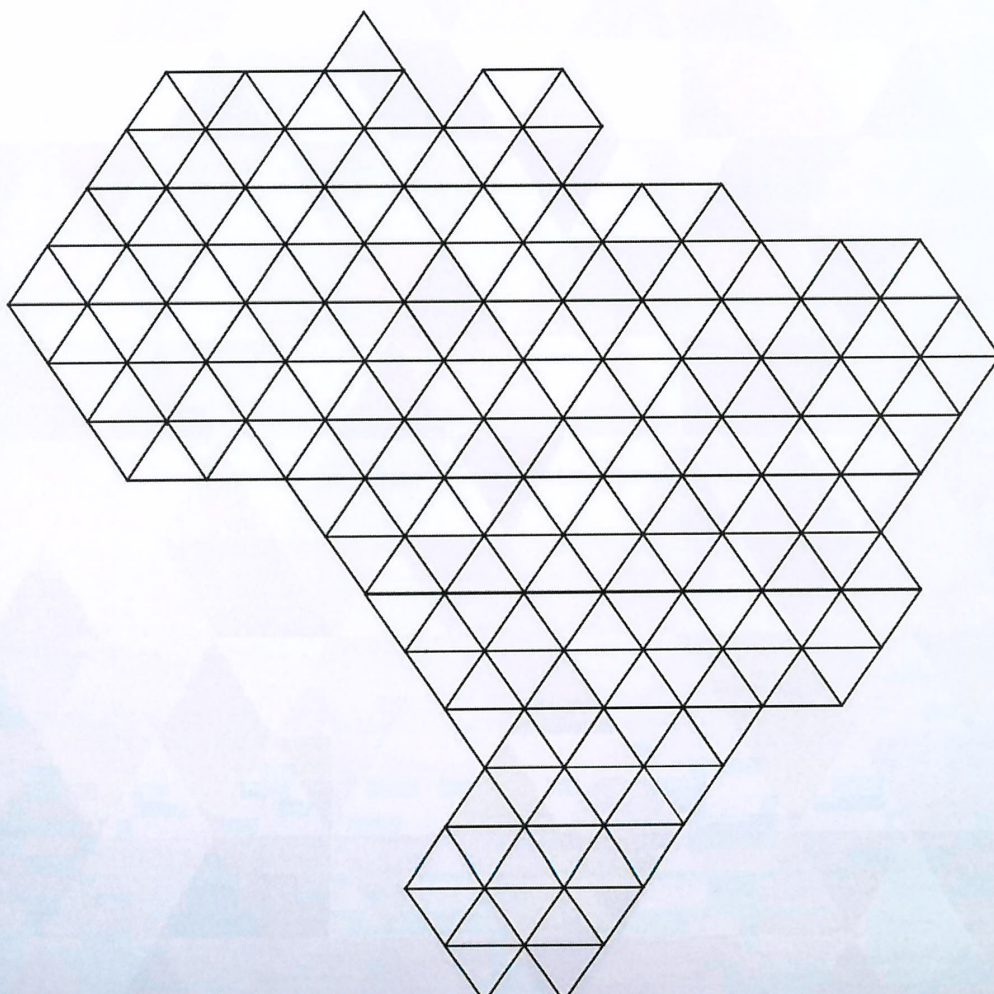
- (ii) **Protocolo de Crise de Segurança Pública:** As inúmeras crises de segurança pública que eclodiram por todo o País tornaram clara a necessidade de estabelecimento de um protocolo de atuação institucional capaz de otimizar os esforços do Ministério Público no sentido de responder de maneira rápida e eficiente às situações emergenciais que se lhe impõem e articular com os demais órgãos do sistema de segurança pública. Dessa maneira foi instituído Grupo de Trabalho no âmbito da CSP/CNMP composto por membros do Ministério Público brasileiro com experiência no enfrentamento dessa espécie de crise, destinado a subsidiar a confecção de protocolo para atuação institucional em situações de crise de segurança pública. O projeto está em andamento com prazo de conclusão para abril/2019; e
- (iii) **Projeto Tutela Coletiva da Segurança Pública:** o projeto pretende mapear as boas práticas levadas a efeito por diversos Ministérios Públicos no induzimento de políticas de segurança pública, com o objetivo de desenhar uma metodologia de atuação nessa espécie de órgão/grupo que auxilie na melhoria da atuação ministerial e possa ser ofertada, a título de contribuição, às instituições que tiverem interesse em implementá-la. O projeto teve início em outubro/2018, com a visita técnica ao Ministério

Público do Estado de Santa Catarina e Paraná, e terá continuidade ao longo de 2019, com prazo de entrega do relatório final em novembro de 2019.





CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



2

**PARECER Nº      , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018 (PL nº 5439/2013), do Deputado Marcos Montes, que *altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 47, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.439, de 2013, na Casa de origem), de autoria do Deputado Marcos Montes, que *altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.*

A proposição modifica a redação do § 1º do art. 63 da Lei 11.343, de 2006 – Lei Antidrogas, para estabelecer que os valores perdidos em favor da União e revertidos ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) deverão ser *preferencialmente destinados a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos.*

Em sua justificção, o autor da proposta informa ser ínfima a capacidade de se acolher dependentes químicos, dada a escassez de clínicas e leitos no país. Assim, urge criar uma fonte de recursos financiadora do tratamento e recuperação desses dependentes, a fim de aumentar o volume de recursos para essa área.

A proposição não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição Federal.

Não identificamos no projeto vício de natureza constitucional, regimental ou de juridicidade.

No mérito, entendemos que o PLC nº 47, de 2018, deve ser aprovado com a emenda apresentada ao final.

De fato, a destinação de mais recursos a programas de tratamento e recuperação de dependentes químicos é medida de suma importância para a saúde pública do país, pois o número de usuários de drogas é cada vez maior, enquanto a estrutura médico-hospitalar para o tratamento necessário mostra-se extremamente reduzida.

Para se ter uma ideia, segundo o relatório divulgado em 2014 pela Fiocruz, intitulado “Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack”, apurou-se que em 2012, só nas capitais brasileiras, haviam cerca de 370 mil usuários regulares de *crack*. Já o número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), voltados ao atendimento de dependentes químicos pelo uso de *crack*, álcool e outras drogas, é pouco maior que 400.

A conta que se paga pela falta de recursos e estrutura adequados, por sua vez, é bastante alta. De acordo com o levantamento “Saúde Mental em Dados 12” da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da saúde, em 2013 foram registrados 7.511 óbitos relacionados a transtornos mentais devidos ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas.

O aumento de recursos proposto pelo projeto ainda se justifica pelo fato de o tratamento de dependentes químicos depender de uma abordagem multidisciplinar, que inclui desintoxicação, psicoterapia, terapia ocupacional e assistência social, bem como pelo elevado o número de atendimentos. Com efeito, o levantamento do Ministério da Saúde acima mencionado mostrou que em 2006 foram cerca de 63 mil atendimentos, número que subiu para 127 mil em 2011.



SF/19355.67839-09



Embora o mérito do PLC nº 47, de 2018, seja indiscutível, entendemos que é possível aprimorá-lo. Nossa sugestão é que os valores perdidos em favor da União, na forma prevista no art. 63, § 1º, da Lei Antidrogas, sejam revertidos diretamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). Essa modificação confere mais segurança de que os valores revertidos serão aplicados na saúde pública, sobretudo no tratamento de dependentes químicos.

### III – VOTO

Em razão do exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 63 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, na forma do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 63. ....

§ 1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), devendo ser preferencialmente destinados a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos.

.....” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2018

(nº 5.439/2013, na Câmara dos Deputados)

Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1081099&filename=PL-5439-2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1081099&filename=PL-5439-2013)



[Página da matéria](#)

Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que os valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados deverão ser preferencialmente revertidos a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos.

Art. 2º O art. 63 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63. ....

§ 1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad, devendo ser preferencialmente destinados a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,        de abril de 2018.

RODRIGO MAIA  
Presidente



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>
- artigo 63

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Major Olimpio

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC) Nº 47/2018**

**Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.**

**VOTO EM SEPARADO****I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 47, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.439, de 2013, na Casa de origem), modifica a redação do § 1º do art. 63 da Lei 11.343, de 2006 – Lei Antidrogas, para estabelecer que os valores perdidos em favor da União e revertidos ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) deverão ser *preferencialmente destinados a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos*.

Em sua justificação, o autor da proposição na Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Montes, argumenta que escassez de clínicas e leitos no país praticamente inviabiliza o acolhimento de dependentes químicos. Defende, então, a criação de uma fonte de recursos para custear o tratamento e recuperação desses dependentes.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça, o relatório do Senador Otto Alencar é no sentido de aprovar o PLC com uma emenda, para que os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados na Lei Antidrogas, uma vez decretado o seu perdimento em favor da União, deverão ser revertidos diretamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) – e não ao FUNAD – devendo ser preferencialmente destinados a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos.

## II – ANÁLISE

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição Federal. Não observamos no projeto vício de inconstitucional, nem óbice de natureza regimental.

Passando ao exame do mérito, registro que o art. 5º da Lei 7.560, de 19 de dezembro de 1986, regula a aplicação dos recursos do FUNAD, contemplando a destinação **não apenas** para o tratamento e recuperação dos usuários de drogas (inciso IV), mas também para uma série de atividades igualmente relevantes e imprescindíveis para o combate às drogas no país:

“**Art. 5º** Os recursos do FUNAD serão destinados:

I – aos programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão, controle e fiscalização do uso e tráfico de drogas;

II – aos programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas;

III – aos programas de esclarecimento ao público, incluídas campanhas educativas e de ação comunitária;

IV – às organizações que desenvolvem atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários;

V – ao reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados;

VI – ao pagamento das cotas de participação a que o Brasil esteja obrigado como membro de organismos internacionais ou regionais que se dediquem às questões de drogas;

VII – aos custos de sua própria gestão e para o custeio de despesas decorrentes do cumprimento de atribuições da SENAD;

VIII – ao pagamento do resgate dos certificados de emissão do Tesouro Nacional que caucionaram recursos transferidos para a conta do FUNAD;

IX – ao custeio das despesas relativas ao cumprimento das atribuições e às ações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, no combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos



SF/19859.95007-23

na Lei no 9.613, de 1998, até o limite da disponibilidade da receita decorrente do inciso VI do art. 2º;

X – às entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

*Parágrafo único.* Observado o limite de quarenta por cento, e mediante convênios, serão destinados à Polícia Federal e às Polícias dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pela apreensão a que se refere o art. 4o, no mínimo vinte por cento dos recursos provenientes da alienação dos respectivos bens.”

Então, a aprovação da matéria, inviabilizaria de plano os demais programas e atividades descritos nos no *caput* do dispositivo acima transcrito.

A título de exemplo, em 2018, foram arrecadados com a receita prevista à título de valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados na Lei Antidrogas o total de R\$ 29 milhões, montante que corresponde a 64% dos recursos direcionados para o Fundo. Sendo esses R\$ 29 milhões valor de suma importância para que o FUNAD implemente as políticas públicas para as quais foi criado.

A política de combate às drogas não pode se restringir à repressão do tráfico e ao tratamento do usuário, sendo imprescindível – e até mais eficaz – investir na prevenção ao uso de drogas, de que se ocupam notadamente os programas descritos nos incisos I a III do art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986.

Diante disso, a aplicação preferencial no tratamento dos usuários apresentada no PLC não se coaduna com a política de combate às drogas aplicada no Brasil.

No mais, a emenda apresentada pelo excelentíssimo Relator acaba por inviabilizar o FUNAD, ao prever que a parte mais significativa da sua fonte de recursos (64%) seja deslocada para o FNS, o qual não se destina às medidas de combate às drogas, razão pela qual restam desprezados – da mesma forma – os programas voltados à prevenção ao uso de drogas. O Fundo Nacional de Saúde (FNS), não tem por pressuposto o financiamento de modo amplo e irrestrito de medidas de combate às drogas, que, consoante a Política brasileira de Drogas, não podem ser combatidas apenas com o foco na saúde pública, senão na gama de interações já previstas na lei de criação do FUNAD.

Além disso, acrescentamos o fato de que o direcionamento de valores de um fundo temático a outro, como previsto na alteração proposta, conflitaria com o regramento geral dos fundos no ordenamento pátrio. Com



SF/19859.95007-23

efeito, o art. 71 da Lei nº 4.320, de 1964, afirma que **as receitas dos fundos são vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços**. Assim, quando é criado um fundo antidrogas, pressupõe-se que sua utilização será adstrita a iniciativas desse setor, não podendo haver a transferência para um outro fundo, no caso, o de saúde.

Ainda, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) determina, no parágrafo único de seu art. 8º, que *“Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”*. Assim, haveria um conflito dessa disposição com os princípios gerais que norteiam o tratamento dos fundos no direito financeiro, razão pela qual opinamos pela injuridicidade da presente proposta, a partir da proposta de emenda apresentada pelo eminente relator.

### III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018.

Sala da Comissão, em                      de                      2019.

**Senador Major Olimpio**



SF/19859.95007-23



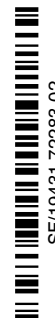
3



SENADOR RODRIGO PACHECO

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2018, do Deputado José Mentor, que “altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que ‘Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)’”, para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos”.



SF/19431.72283-02

RELATOR: Senador **RODRIGO PACHECO**

## **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, de 2018 (Projeto de Lei nº 5.511, de 2016, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”*, para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

O projeto foi apresentado, na Câmara, pelo Deputado José Mentor, tendo sido distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para apreciação conclusiva. Já então, o projeto se compunha, como agora, de três artigos, sendo que: em observância ao art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (a qual *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*), o **art. 1º** indica o objeto da lei, que é dispor “sobre a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos”; o **art. 2º** realiza a finalidade da proposição, alvitando, originalmente, a inserção de um § 4º no art. 2º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), a fim de tornar “obrigatória a participação do advogado na solução consensual de conflitos,



## SENADOR RODRIGO PACHECO

tais como a conciliação e a mediação”; e, por fim, o **art. 3º** fixa a cláusula de vigência, ao definir que a lei eventualmente oriunda do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, argumenta-se que os métodos alternativos de pacificação de conflitos desempenham papel fundamental na sociedade. Ressalva-se, porém, que “tais métodos não podem ser instituídos de forma a afrontar direitos fundamentais como acesso à Justiça, o direito ao devido processo legal, o direito ao contraditório e à ampla defesa”. Por conseguinte, na medida em que o advogado é indispensável à administração da justiça, seria impositiva a conclusão de que “o acesso que se garante [à Justiça] e o direito que se consagra ao devido processo legal e à ampla defesa devem ser feitos por meio de advogado”, sob pena de violação daquelas garantias fundamentais.

No âmbito da CCJC, onde o Deputado Wadih Damous foi designado relator da proposição, corroborou-se, em termos gerais, a forma original do PL nº 5.511, de 2016, tendo sido feita, no entanto, uma ressalva no que concerne à situação prevista no art. 791 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), que caracteriza como facultativa a participação de advogado no curso das reclamações trabalhistas. Dessarte, consoante a apreciação do relator, não seria razoável, nessa específica circunstância, a obrigatoriedade prevista na proposição, razão por que se fez aprovar uma emenda modificativa dirigida a seu art. 2º, tornando a hipótese de reclamações trabalhistas uma exceção à cogitada regra.

Tendo chegado ao Senado Federal em 9 de agosto de 2018, o agora PLC nº 80, de 2018, foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea ‘d’, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União, em especial sobre direito processual.





## SENADOR RODRIGO PACHECO

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 80, de 2018, tendo em vista que *i)* compete concorrentemente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual, a teor do disposto no art. 24, inciso XI, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

Quanto a sua juridicidade, o PLC nº 80, de 2018, se afigura correto, porquanto *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* o projeto possui o atributo da *generalidade*; *iii)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; *iv)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*; e *v)* tende a *innovar* o ordenamento jurídico.

No que concerne ao mérito, mais que louvável, é assaz oportuna a exigência, que o PLC nº 80, de 2018, pretende estabelecer em lei, da presença do advogado nos procedimentos relativos às soluções consensuais de conflitos. Com efeito, se, por um lado, o art. 133 da Constituição Federal qualifica o advogado como indispensável à administração da justiça e, por outro lado, o art. 2º, § 4º, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil – CPC), admite os modos de solução consensual – a exemplo da mediação e da conciliação – como aptos ao deslinde de litígios, é forçosa a conclusão de que a assistência de um advogado às partes em tais procedimentos é, mais que prudente, de fato necessária. Entendimento diverso, em última análise, vai contra os interesses das partes, que ficam a carecer de uma orientação gabaritada e profissional, até para melhor compreender e antecipar as possíveis consequências das soluções consensuais por que venham a optar.

Quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do PLC nº 80, de 2018, detectamos uma única impropriedade. Não se atendeu adequadamente ao comando do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, pois a ementa do projeto atenta contra a concisão, ao transcrever desnecessariamente a ementa da lei que se pretende alterar, motivo por que propomos uma simples emenda de redação.



SF/19431.72283-02



SENADOR RODRIGO PACHECO

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

#### **EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)**

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2018:

Altera o art. 2º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator







**PLC 80/2018**  
**00001**

SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_ - CCJ**  
(ao PLC 80/2018)



Altere-se o caput do art. 2º do Projeto para modificar o § 4º do art. 2º; e acrescentar incisos I e II ao § 4º do art. 2º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, nos termos a seguir:

“Art. 2º.....

.....

§ 4º É obrigatória a participação do advogado quando:

**I** – em ambiente de conciliação judicial e de mediação judicial, pré-processual e processual, o que inclui todos os procedimentos realizados nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - Cejuses, consoante o art. 24 da Lei 13.410, de 26 de junho de 2015 (Lei de Mediação), ressalvado o disposto no art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, bem como nas Leis que regulam os Juizados Especiais Cíveis Federais e Estaduais, consoante o disposto no art. 24 e no art. 26 da Lei nº. 13.140, de 26 de junho de 2015;

**II** – em ambiente de conciliação extrajudicial e mediação extrajudicial, houver ação judicial em andamento. ”



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

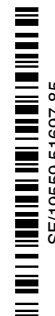
### JUSTIFICAÇÃO

A propósito ao PLC nº. 80/2018 (Projeto de Lei nº. 5.511-B/2016 da Câmara dos Deputados, de autoria do Exmo. Deputado José Mentor), em que se pretende alterar a Lei nº. 8.906, de 4 de julho de 1994 e de relatoria do Exmo. Senador Rodrigo Pacheco, apresenta-se a seguinte emenda com o objetivo de propor alterações que resguardecam a natureza dos diversos métodos de solução consensual de conflitos existentes em nosso ordenamento jurídico.

A justificativa apresentada ao PL 5.511/2016, aprovado na proposta modificativa do substitutivo do PL 5.511-B/2016, com a nomenclatura de PLC 80/2018, evidencia a preocupação legislativa em manter íntegros os direitos fundamentais consagrados em nossa Carta Magna, como são, para o que aqui importa, o acesso à Justiça, o direito ao devido processo legal, o direito ao contraditório e à ampla defesa, que também são constitucionalmente garantidos com a indispensabilidade do advogado à administração da Justiça.

A proposta visa colaborar com o aprimoramento do texto projetado e com a preservação da essência dos institutos da mediação e da conciliação, ampliando a segurança jurídica dos jurisdicionados e dos cidadão de forma geral, tanto porque a Lei de Mediação distingue a mediação extrajudicial, da mediação judicial, assim como faz com os mediadores de cada uma dessas esferas, e reconhece as especificidades das mediações comunitárias e escolares, como também porque são múltiplas as possibilidades de solução de conflitos pela via consensual.

Sendo assim, para garantir que propósito da alteração legislativa seja preservado e garantido, em seu alcance e eficácia, faz-se necessário que a proposta do PLC 80/2018 seja complementada para guardar a devida consonância com as normas veiculadas nos artigos 24 e 26 da Lei de Mediação, consolidando-se no ordenamento jurídico, de forma





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

inequívoca e harmônica, a garantia legal da participação do advogado na solução consensual de conflitos intentada em conciliação judicial e em mediação judicial, pré-processual e processual.

Senado Federal, de de .

**Senador Rodrigo Cunha**  
(PSDB - AL)





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2018

(nº 5.511/2016, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1465548&filename=PL-5511-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1465548&filename=PL-5511-2016)



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 2º .....  
.....

§ 4º É obrigatória a participação do advogado na solução consensual de conflitos, tais como a conciliação e a mediação, ressalvado o disposto no art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2018.

RODRIGO MAIA  
Presidente



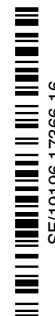
## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
  - artigo 791
- Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994 - Estatuto da Advocacia; Estatuto da OAB - 8906/94  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8906>
  - artigo 2º

4

**PARECER Nº DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017 (PL nº 6.124, de 2016, na Casa de origem), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que “dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências”.



RELATORA: Senadora **ROSE DE FREITAS**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 99, de 2017, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que “dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências”.

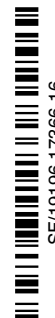
A proposição é composta de vinte e nove artigos, assim distribuídos ao longo de seus oito capítulos:

- Capítulo I – Disposições Preliminares: arts. 1º a 3º;
- Capítulo II – Dos Serviços Notariais e de Registro no Distrito Federal: arts. 4º a 11;
- Capítulo III – Da Cobrança e do Pagamento: arts. 12 a 19;
- Capítulo IV – Da Criação de Taxa para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (PROJUS): arts. 20 a 22;

- Capítulo V – Da Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN): arts. 23 a 25;
- Capítulo VI – Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS): art. 26;
- Capítulo VII – Da Fiscalização: art. 27; e
- Capítulo VIII – Disposições Finais e Transitórias: arts. 28 e 29.

Em atendimento ao art. 7º, *caput*, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (a qual *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*), circunscrevem-se, no **Capítulo I**, as esferas material e territorial de aplicação da norma, quais sejam, cumpre repetir, os emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios. Ademais, vinculam-se o cálculo, a contagem, o recolhimento, a cobrança e a devolução de tais emolumentos às disposições das Tabelas I a VI, anexas ao projeto, sendo que tais valores deverão ser anualmente atualizados, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sob a supervisão da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Entre outros aspectos relacionados à prestação dos serviços notariais de registro no Distrito Federal, o **Capítulo II** versa sobre a publicidade e a inteligibilidade dos valores cobrados a título de emolumentos; atribui ao notário ou registrador a responsabilidade pelo gerenciamento administrativo e financeiro da correspondente serventia, impondo-lhe penalidades, caso proceda a cobranças indevidas, e preservando-o, em contrapartida, tanto da imposição de isenções de emolumentos – senão mediante lei – quanto da concorrência irrefreável com seus pares, o que se instrumentaliza por meio da exigência da celebração de convênios e da autorização da Corregedoria de Justiça para a concessão de descontos nos emolumentos cobrados; e o orienta para o enfrentamento de dificuldades fortuitas no cumprimento de determinações judiciais.

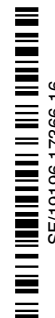


No **Capítulo III**, *ato com conteúdo econômico* é definido como sendo “a manifestação de vontade que expressar um ato ou negócio jurídico que produza efeito na esfera patrimonial, bem como aquele que vise a resguardar, garantir ou prevenir direitos ou negócios futuros com efeitos patrimoniais, com explícita declaração de valores”, enquanto *ato sem conteúdo econômico* seria “a manifestação de vontade que expressar direitos inerentes à personalidade humana ou um ato ou negócio jurídico que produza efeito exclusivamente na esfera existencial”. Ademais, estipulam-se as formas possíveis para a cobrança dos emolumentos pelo notário ou registrador, que, por um lado, é autorizado a cobrar do interessado, além dos emolumentos, eventuais despesas postais, bancárias, bem como as decorrentes de entregas de intimação, publicações de edital e reproduções de plantas e documentos; e, por outro lado, é proibido de cobrar por retificações, restaurações ou repetições de atos decorrentes de erro perpetrado na prestação de seu próprio serviço, bem como por intervenções ou anuências de terceiros que não impliquem atos outros praticáveis isoladamente.

Institui-se, no **Capítulo IV**, uma taxa a ser destinada ao Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (PROJUS), a fim de fortalecer e desenvolver a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, sobretudo o reaparelhamento do Poder Judiciário, sendo vedada sua aplicação em despesas de pessoal. O valor da taxa corresponderá à alíquota de dez por cento, incidente sobre o valor dos atos notariais e de registro, conforme discriminado nas tabelas anexas à futura lei.

No **Capítulo V**, cria-se, no Distrito Federal, a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN), a ser administrada pela Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal (ANOREG/DF). O valor devido pelo usuário à CCRCPN corresponderá à alíquota de sete por cento sobre os emolumentos constantes das tabelas anexas à lei. Do montante arrecadado mensalmente, vinte por cento será igualmente repartido a cada um dos cartórios distritais de registro civil das pessoas naturais do Distrito Federal, e oitenta por cento será proporcionalmente distribuído, conforme a quantidade de atos gratuitos praticados em cada cartório e referentes a registro de nascimento, de natimorto e de óbito.

O **Capítulo VI** preceitua que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) compõe a soma a ser paga pelo usuário e que sua cobrança terá como base de cálculo aquela estabelecida por ato normativo expedido pelo Governo do Distrito Federal. As notas às tabelas anexas, no entanto, não apresentam o ISSQN compondo o valor do serviço, mas acrescentando a esse, em evidente contradição.





Por meio do **Capítulo VII**, autoriza-se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios a inspecionar a qualquer tempo, para fins de fiscalização, os livros e arquivos contábeis das serventias notariais e de registro, inclusive para averiguar a regularidade dos repasses dos valores criados pela eventual lei.

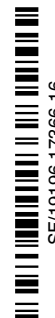
O **Capítulo VIII** carrega as usuais disposições finais de uma lei, notadamente a cláusula de vigência – que, no caso, é imediata, observados os princípios da anterioridade e da noventena, expressos em sede constitucional (art. 150, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’), por tratar o projeto de cobrança de tributos – e a cláusula revocatória – dirigida ao Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, que, nos termos de sua ementa, *aprova o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências*.

Na justificação do projeto, acessível por meio do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, salienta-se que a incidência e a cobrança de emolumentos no Distrito Federal foram instituídas pelo aludido decreto-lei, que permanece em vigor, embora cinquentenário e indubitavelmente defasado, seja em virtude das inovações legislativas surgidas desde sua edição, seja por causa dos índices de correção monetária que dele constam, desde há muito ultrapassados.

Ademais, propugnava-se, naquela justificação, pela criação de um Fundo de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (FCRCPN), com o fito de transferir receitas das serventias mais rentáveis às menos rentáveis, impedindo-se, assim, que “as serventias das localidades mais carentes [deixassem] de funcionar por falta de rentabilidade”; e de um Fundo de Reparelhamento e Desenvolvimento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (FUNREJU), a fim de aprimorar investimentos em infraestrutura e ações destinadas a uma melhor fiscalização das serventias extrajudiciais.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi apresentada em 13 de setembro de 2016 e distribuída às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Na primeira comissão, o parecer do então relator Deputado Izalci Lucas foi pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo. As alterações mais significativas promovidas pela emenda substitutiva dizem respeito aos mencionados fundos, que, por não guardarem consonância com vários



dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano correspondente à tramitação do projeto, foram convertidos na taxa do PROJUS (no caso do FUNREJU) e na CCRCPN (anteriormente, FCRCPN). Já na CCJC, o substitutivo da CFT foi integralmente aprovado, sem ressalva alguma.

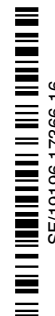
O projeto foi apresentado, em 29 de agosto de 2017, ao Senado Federal, onde foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na CAE, tendo como relator o senador Garibaldi Alves Filho, a matéria foi aprovada, sem restrições, tendo então seguido para a CCJ, em 21 de novembro de 2017.

## II – ANÁLISE

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 99, de 2017, tendo em vista que *i)* compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios propor a legislação que cuide da remuneração de seus serviços auxiliares, o que deve ser feito por lei federal, a teor do disposto nos arts. 96, inciso II, alínea ‘b’, e 236, § 2º, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput* e inciso XIII); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *v)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alíneas ‘f’ e ‘l’, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nessa hipótese, notadamente sobre os emolumentos devidos aos serviços notariais e de registro vinculados ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Como a União tem competência para dispor sobre a organização judiciária relativa a esse Tribunal e como os titulares dos serviços extrajudiciais são agentes públicos, a competência desta CCJ pode ser encaixada nos mencionados dispositivos do Regimento Interno.



Creemos indispensável e urgente a aprovação do PLC nº 99, de 2017, porquanto o Decreto-lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, que fez valer o ainda vigente Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal, de fato exige uma atualização – e já desde há muito, diga-se –, a fim de que se promova um justo equilíbrio na relação entre a remuneração dos registradores e tabeliães atuantes no Distrito Federal, de um lado, e a capacidade contributiva daqueles que se utilizam dos serviços por eles prestados, de outro lado.

O presente projeto vem de exaustivo e profundo debate nessa Comissão de Constituição e Justiça. Realizamos audiência pública, com a presença de representantes do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, além do Procon – DF, que muito contribuiu para o amadurecimento da proposta.

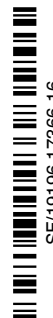
Além disso, devemos destacar a atuação atenta, cuidadosa e dedicada do nobre Senador Reguffe, sempre pautando suas ponderações na defesa do consumidor do Distrito Federal.

Nesse sentido, recebemos Ofício do Senador Reguffe pontuando sugestões de alteração no mérito da proposição, em alguns itens que especifica, que teriam reflexo mais sensível para os usuários dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal.

Seguindo nossa política de buscar o consenso e, sobretudo, de ouvir e aceitar sugestões visando o aperfeiçoamento da matéria, com satisfação acolhemos em nosso novo parecer todas as sugestões e contribuições do Senador Reguffe.

O primeiro item cuja alteração é sugerida pelo Senador é Reguffe é o **reconhecimento de firma**. Sugere o nobre Senador que o reconhecimento de firma geral (por semelhança) permaneça com o mesmo valor praticado hoje, e o item específico de reconhecimento de firma em DUT seja excluído, aplicando-se, nesse caso, a norma geral.

Acolhemos essa sugestão na forma de duas emendas: a primeira, para **alterar** o valor do reconhecimento de firma por semelhança para **R\$ 4,05**, mantendo o mesmo valor de hoje; e, a segunda, para **suprimir** o item c da Tabela 4 – Reconhecimento de Firma, da Tabela I – Serviços de Notas, referente ao reconhecimento de firma em documento de transferência



SF/19196.17366-16

de veículo automotor, alienação de imóvel, instituição ou cessão de direitos reais envolvendo imóveis.

Concordamos com o Senador Reguffe também na alteração do valor do item referente à **autenticação simples**, concernente à cada cópia de documento extraída por meio reprográfico de documento físico. Apresentamos emenda para reduzir o valor da autenticação simples para os mesmos **R\$ 4,05** em vigor hoje.

Outra sugestão do Senador Reguffe incorporada no nosso parecer, diz respeito à redução do emolumento devido pelo registro de casamento, que propomos emenda para reduzir para **R\$ 170,00**, contra R\$ 171,40 cobrado hoje.

No que se refere às PROCURAÇÕES, o Senador Reguffe traz interessante contribuição, no sentido de que sugere o desdobramento da procuração geral em dois itens: procuração sem conteúdo econômico, e procuração com conteúdo econômico.

Com essa sugestão, teríamos a previsão destacada de vários tipos de procuração, cada qual com o seu respectivo custo, tendo em vista a sua complexidade, responsabilidade e, sobretudo, interesse social. Se hoje a tabela em vigor prevê um só tipo e valor de procuração, o PLC nº 99/2017 avançaria, com as contribuições do Senador Reguffe, no sentido de escalonar as procurações de acordo com o seu tipo, acrescentando-se ao projeto:

- **procuração social**, cobrando-se um quarto do preço que se paga hoje;
- **procuração sem conteúdo econômico**: com pequena redução do valor atual;
- **procuração com conteúdo econômico**;

Estamos inteiramente de acordo com mais essa sugestão do Senador Reguffe, subdividindo o item procuração geral em dois, com a criação do item **procuração sem conteúdo econômico**, cujo valor sugerido e acatado será de **R\$ 36,00**, e o item **procuração com conteúdo econômico**, esse sim com o valor previsto originalmente na proposta para a procuração geral.

Sobre as escrituras públicas, também acolhemos de bom grado a corretas sugestões do Senador Reguffe. Nesse particular, apresentamos emenda para reduzir o valor da **escritura sem valor econômico** para **R\$ 119,00**. Na tabela de **escrituras com valor econômico**, criamos uma



SF/19196.17366-16

primeira faixa, para escrituras até R\$ 1.750,00 (mesma faixa existente na tabela em vigor hoje), com o mesmo valor de **R\$ 119,00**. Por coerência, também alteramos para esse valor de **R\$ 119,00** o item referente à **retificação de escritura**, mantendo assim a coesão do projeto.

Em resumo, todas as alterações de mérito nos valores das tabelas anexas ao PLC nº 99/17 sugeridas pelo Senador Reguffe são acatadas e incorporadas em nosso parecer.

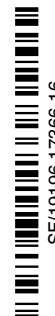
Sugere, ainda, o Senador Reguffe a exclusão do acréscimo de ISS em todas as tabelas. Nesse ponto, nosso parecer anterior já promovia a exclusão, reconhecendo o erro material do referido acréscimo, na forma de emenda de redação.

Para evitar qualquer dúvida ou questionamentos, modificamos também nesse ponto nosso parecer para propor emenda de **supressão** do artigo 26, referente à menção no texto do ISSQN, com a consequente exclusão da respectiva coluna em todas as tabelas anexas ao projeto.

Outro ponto objeto de sugestão pelo Senador Reguffe diz respeito à não incidência da Conta de Compensação do Registro Civil nesses itens específicos cujos valores foram modificados conforme suas ponderações, a saber:

- Reconhecimento de firma por semelhança;
- Autenticação de cópia de documentos;
- Lavratura de procurações sociais e procurações sem conteúdo econômico;
- Escrituras sem conteúdo econômico, primeira faixa de escrituras com valor econômico, e retificação de escritura;
- Registro de casamento;

Essa sugestão apenas reforça e demonstra o firme compromisso do Senador Reguffe na defesa dos interesses do consumidor do Distrito Federal, evitando-se com a incidência da necessária Conta de Compensação do Registro Civil nesses atos identificados como mais sensíveis e importantes aos usuários. Estamos, também nesse particular, em inteira





sintonia e concordância com a sugestão, na forma da emenda modificativa apresentada com esse parecer.

Por último, o Senador Reguffe sugere a supressão completa da taxa de fiscalização em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Essa última sugestão nos resultou mais difícil acatar. Com efeito, a Audiência Pública nos mostrou a necessidade e justificativa da instituição dessa taxa, uma vez que o Poder Judiciário exerce diretamente, por comando constitucional, o poder de polícia de fiscalizar a atividade notarial e de registro.

Conforme destacado pelo Conselho Nacional de Justiça na referida Audiência Pública, a fiscalização exercida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios sobre os cartórios é efetiva e concreta, realizada presencialmente e por modernos sistemas de controle eletrônico. Toda essa atividade fiscalizatória demanda investimentos e custos que são desviados da atividade jurisdicional da Corte.

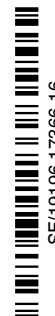
Por isso a justificativa da instituição da referida taxa, a uma, por guardar estreita pertinência temática com a matéria, a duas, porque a fiscalização repercute diretamente em custos para o Tribunal.

Ademais, comparativamente, verificamos que todos os Estados da Federação estabeleceram taxas semelhantes, e em percentuais, na maioria das vezes, bem superiores ao proposto pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Por esses motivos, a criação da taxa de fiscalização em favor do Tribunal de Justiça do DF sempre nos pareceu uma medida acertada, justa e razoável.

No entanto, devo destacar que o presente Projeto de Lei tem a especificidade de ser uma Lei Federal, mas com aplicação unicamente local. Em outras palavras, o presente projeto, uma vez aprovado, valerá e repercutirá apenas no Distrito Federal.

Por esse motivo, entendo que devemos dar especial voz e atenção às ponderações dos Nobres Senadores eleitos pela população do Distrito Federal, para representar essa Unidade da Federação no Senado da República.



Entende o Senador Reguffe que a comparação com os demais Estados não é totalmente válida e correta, na medida em que o TJDF, como Tribunal da União, é mantido por recursos do orçamento da União, o que não acontece com os demais Tribunais dos outros Estados.

Rendendo homenagem ao Senador representante do Distrito Federal, não obstante nosso entendimento pessoal contrário, acatamos por fim sua sugestão para apresentar a **emenda supressiva** abaixo, excluindo os artigos referentes à criação da Taxa de Fiscalização em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Em relação à emenda nº 1, apresentada pelo Nobre Senador Antônio Carlos Valadares, que objetiva criar uma taxa de 5% sobre os emolumentos dos serviços extrajudiciais do Distrito Federal, destinando esses recursos para a Defensoria Pública do Distrito Federal, pedimos vênha para divergir.

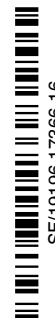
Em primeiro lugar, destacamos o louvor da iniciativa, atenta ao imprescindível papel da Defensoria Pública na defesa da cidadania.

No entanto, essa comissão tem profundamente debatido o PLC nº 99/17, inclusive em Audiência Pública, e pode-se extrair desse debate a conclusão quase unânime de que o projeto, posto que necessário, em face da já apontada defasagem técnica, tecnológica e jurídica, promove já, com os diversos acréscimos aos emolumentos, previstos no projeto original, uma oneração dos contribuintes e usuários dos serviços extrajudiciais.

Todos os esforços, debates e sugestões têm sido no sentido de se diminuir o impacto aos usuários, seja com a redução de alguns itens específicos, seja com a exclusão de acréscimos ao valor final dos emolumentos devidos pelos usuários.

A emenda 1, não obstante, caminha em direção oposta, apesar de sua boa intenção já destacada.

O Senador José Pimentel já nos alertava, a respeito da Taxa de Fiscalização do Poder Judiciário, no sentido de que “*a rigor, tal taxa mostra-se imprópria, indevida e desnecessária, posto que as taxas e custas já previstas para o custeio das ações judiciais devem ser suficientes para essa finalidade, não cabendo o custeio indireto por parte dos cidadãos que utilizam serviços notariais de atividades que são estranhas a esses serviços delegados a particulares.*”



Conforme sugestão do Senador Reguffe, incorporamos em nosso parecer a supressão da taxa de fiscalização do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que guarda pertinência direta com a atividade notarial e de registro e, segundo, cuja fiscalização gera ônus direto ao Tribunal.

No entanto, com a Defensoria Pública nenhum desses 2 requisitos se faz presente. Não guarda a Defensoria pertinência direta com a atividade notarial e de registro. Além disso, essa atividade não gera nenhum ônus ou custo direto à Defensoria.

A Defensoria Pública é, sem sombra de dúvida, um serviço essencial, mas que deve ser custeado por toda a sociedade, conforme o orçamento que lhe é próprio.

Por essas razões, e visando proteger o cidadão usuário dos serviços notariais e de registro do Distrito Federal, evitando a excessiva oneração dos seus custos, votamos pela rejeição da emenda.

Pelo equilíbrio normativo e consenso entre os membros pares, reformamos nosso Parecer original para incorporar todas as ponderações e sugestões apresentadas pelo senador Reguffe, na forma das emendas anexas.

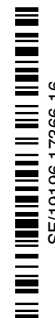
### III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela **REJEIÇÃO da emenda nº 01, e APROVAÇÃO do projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017, com as 09 (nove) emendas que integram esse voto:**

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017

#### EMENDA SUPRESSIVA

**Suprima-se** os arts. 20, 21 e 22 do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017, assim redigidos:



SF/19196.17366-16

“Art. 20. Fica criada a taxa, proveniente do poder de polícia, a ser destinada ao Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus), sem prejuízo da proposta orçamentária anual, com vistas às ações destinadas a fortalecer e desenvolver a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em especial, o reaparelhamento do

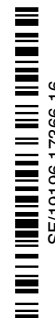
Poder Judiciário.

Parágrafo único. É vedada a aplicação dessa receita em despesas de pessoal.

Art. 21. O valor devido, a título de taxa, pelo usuário do serviço notarial e de registro corresponderá à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor dos atos praticados pelos notários e registradores, conforme discriminado nas Tabelas I, II, III, IV, V e VI anexas.

Art. 22. Os valores arrecadados na forma do art. 21 serão repassados, até o dia quinze do mês subsequente, à conta única do Tesouro Nacional, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Parágrafo único. Em caso de devolução de emolumentos, por qualquer motivo, o seu valor será compensado”



SF/19196.17366-16

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017**

### **EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se a seguinte redação ao art. 24 do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017:

“Art. 24. ....

Parágrafo único. A alíquota prevista no caput não incidirá sobre a prática dos atos de lavratura de Escrituras Sem Conteúdo Econômico e Escrituras com Valor Mínimo; lavratura de Procuração exclusivamente para fins relacionados a concurso público e ensinos fundamentais públicos, ou à saúde pública, ou ao regime geral da Previdência Social, ou a sinistro coberto pelo Seguro Obrigatório de Veículos; lavratura de Procuração sem Conteúdo Econômico; Reconhecimento de Firma por Semelhança; Autenticação de Cópia de Documento; e Habilitação e Lavratura do Assento de Casamento.”

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017

### EMENDA SUPRESSIVA

**Suprima-se** o artigo 26 do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017, assim redigido, excluindo-se a coluna “ISS” das tabelas anexas:

“Art. 26. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS compõe o valor total a ser pago pelo usuário e será cobrado tendo como base de cálculo aquela estabelecida por ato normativo expedido pelo Governo do Distrito Federal.  
Parágrafo único. Em caso de alteração de alíquota que resulte em redução do valor do ISS o valor total a ser pago pelo usuário deverá ser reduzido do mesmo valor.”

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017

### EMENDA MODIFICATIVA

No anexo da Tabela I – Serviços de Notas, dê-se a seguinte redação aos itens 1.1, 1.2 e 1.3 da Tabela 1 – Escrituras:

1. Escrituras				
Valor do ato		Emolumentos Tabelião	CCRCPN	TOTAL
1.1. Escrituras com conteúdo econômico				
a	Até R\$ 1.750,00	119,00		119,00



b	De R\$ 1.750,00 até R\$ 5.800,00	250,00	17,50	267,50
c	de R\$ 5.800,01 a R\$ 9.300,00	380,00	26,60	406,60
d	de R\$ 9.300,01 a R\$ 17.500,00	780,00	54,60	834,60
e	de R\$ 17.500,01 a R\$ 35.000,00	1.050,00	73,50	1.123,50
f	de R\$ 35.000,01 a R\$ 52.300,00	1.100,00	77,00	1.177,00
g	de R\$ 52.300,01 a R\$ 122.000,00	1.150,00	80,50	1.230,50
h	de R\$ 122.000,01 a R\$ 209.000,00	1.250,00	87,50	1.337,50
i	de R\$ 209.000,01 a R\$ 523.000,00	1.350,00	94,50	1.444,50
j	de R\$ 523.000,01 a R\$ 800.000,00	1.450,00	101,50	1.551,50
k	de R\$ 800.000,01 a R\$ 1.100.000,00	1.550,00	108,50	1.658,50
	acima de R\$ 1.100.000,00	1.650,00	115,50	1.765,50
<b>1.2. Escrituras sem conteúdo econômico</b>		119,00		119,00
<b>1.3. Retificação de escritura</b>		119,00		119,00



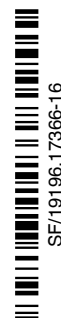
SF/19196.17366-16



**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017****EMENDA MODIFICATIVA**

No anexo da Tabela I – Serviços de Notas, dê-se a seguinte redação ao item a da Tabela 2 – Procurações, subdividindo-o em a.1 e a.2:

<b>2. Procuração, substabelecimento e distrato de mandato</b>				
<b>Discriminação</b>		<b>Emolumentos</b>	<b>CCRCPN</b>	<b>TOTAL</b>
		<b>Tabelião</b>		
a.1	Sem conteúdo econômico (até 4 outorgantes)	36,00		36,00
a.2	Com conteúdo econômico (até 4 outorgantes)	70,00	4,90	74,90

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017****EMENDA MODIFICATIVA**

No anexo da Tabela I – Serviços de Notas, dê-se a seguinte redação ao item a da Tabela 3 – Autenticação de Cópia de Documento:

<b>3. Autenticação de Cópia de Documento</b>				
<b>Discriminação</b>		<b>Emolumentos</b>	<b>CCRCPN</b>	<b>TOTAL</b>
		<b>Tabelião</b>		
a.	autenticação de cada cópia de documento extraída por meio reprográfico de documento físico (por página)	4,05		4,05

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017****EMENDA MODIFICATIVA**

No anexo da Tabela I – Serviços de Notas, dê-se a seguinte redação ao item a da Tabela 4 – Reconhecimento de Firma:

4. Reconhecimento de Firma				
Discriminação		Emolumentos	CCRCPN	TOTAL
		Tabelião		
a.	por semelhança	4,05		4,05



SF/19196.17366-16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017****EMENDA SUPRESSIVA**

**Suprima-se** o item c da Tabela 4 – Reconhecimento de Firma, da Tabela I – Serviços de Notas, referente ao reconhecimento de firma em documento de transferência de veículo automotor, alienação de imóvel, instituição ou cessão de direitos reais envolvendo imóveis.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017****EMENDA MODIFICATIVA**

No anexo, Tabela VI – SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS, dê-se a seguinte redação ao item a da Tabela 1 – Registro de Casamento:

1. Registro de Casamento				
Discriminação		Emolumentos	CCRCPN	TOTAL
		Tabelião		
a	habilitação para casamento, incluindo todos os atos do processo, inclusive lavratura do assento de casamento e expedição da primeira certidão	170,00		170,00

Sala da Comissão,

Relatora,



SF/19196.17366-16



**PLC 99/2017**  
**00001**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

**EMENDA Nº**  
(ao PLC nº 99, de 2017)

**Art. 1º** Dê-se aos arts. 20, 21 e 22 do Projeto de Lei da Câmara nº 99 de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 20.** Fica criada a taxa, proveniente do poder de polícia, a ser destinada ao programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus) e ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Distrito Federal (Fundpdf), sem prejuízo da proposta orçamentária anual, com vistas às ações destinadas a fortalecer e desenvolver a Justiça e a Assistência Jurídica gratuita do Distrito Federal e dos Territórios, em especial, o reaparelhamento do Poder Judiciário e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parágrafo único. É vedada a aplicação dessa receita em despesas de pessoal.

**Art. 21.** O valor devido, a título de taxa, pelo usuário do serviço notarial e de registro corresponderá à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor dos atos praticados pelos notários e registradores, conforme discriminado nas Tabelas I, II, II, IV, V e VI anexas para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus) e de 5% (Cinco por cento) sobre o valor dos atos praticados pelos notários e registradores, conforme discriminado nas Tabelas I, II, III, IV, V e VI anexas para o Fundo Especial da Defensoria Pública do Distrito Federal (Fundpdf).

**Art. 22.** Os valores arrecadados na forma do art. 21 serão repassados, até o dia quinze do mês subsequente, à conta única do Tesouro Nacional, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e em favor da Defensoria Pública do Distrito Federal, de acordo com a lei de criação do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Distrito Federal (Fundpdf).

Parágrafo único. Em caso de devolução de emolumentos, por qualquer motivo, o seu valor será compensado no próximo repasse.”



SF/18690.14175-56



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

**Art. 2º** Dê-se ao título do Capítulo IV do PLC 99, de 2017, a seguinte redação:

“DA CRIAÇÃO DE TAXA PARA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (PROJUS) E DA CRIAÇÃO DE TAXA PARA O FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL”



## JUSTIFICAÇÃO

O PLC 99, de 2017, que teve início na Câmara dos Deputados, deriva de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

O referido projeto acrescenta os seguintes encargos adicionais às custas e emolumentos: 10% de taxa para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do DF; 7% para a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais, gerida pela Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal; e 5,35% de ISS.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos do artigo 134 da Constituição Federal, o qual se reproduz *in verbis*:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda  
Constitucional nº 80, de 2014)

A Emenda Constitucional n.º 80, de 2014, estabeleceu um prazo de 08 (oito) anos para que a Defensoria Pública do Distrito Federal atenda em todas as unidades jurisdicionais do Distrito Federal:

“Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

§ 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo”.

Ocorre que, até o presente momento, o orçamento da Defensoria Pública do Distrito Federal não se mostra suficiente para o pleno atendimento do comando constitucional determinado pelo artigo 98, § 1º, da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela EC n.º 80/94.

O constituinte derivado buscou, com o advento da alteração constitucional, o fortalecimento das Defensorias Públicas do Brasil, de modo a que o interesse público primário, concernente na promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados fosse finalmente alcançada.

Contudo, a grande disparidade entre o orçamento da Defensoria Pública do Distrito Federal e os demais órgãos integrantes do sistema de distribuição de Justiça do Distrito Federal tem impedido a consecução desse desiderato.



SF/18690.14175-56





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Segundo consta nos portais de transparência, a realidade orçamentária no âmbito do Distrito Federal é a seguinte:

- I- Orçamento previsto para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – R\$ 2.812.916.275,00 (dois bilhões oitocentos e doze milhões novecentos e dezesseis mil e duzentos e setenta e cinco mil reais)
- II- Orçamento previsto para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – R\$ 840.813.961,00 (oitocentos e quarenta milhões oitocentos e treze mil e novecentos e sessenta e um reais);
- III- Orçamento previsto para a Defensoria Pública do Distrito Federal –R\$ 213.959.945,00 (duzentos e treze milhões novecentos e cinquenta e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais).

Proponho, portanto, a extensão dos artigos 20, 21 e 22 da PLC 99/2017 de modo a incluir uma taxa de 5% (cinco por cento) em prol da Defensoria Pública do Distrito Federal, sem prejuízo da taxa já prevista para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Registro que a Defensoria Pública do Distrito Federal, só no ano de 2017, atendeu quase 350.000 (trezentos e cinquenta mil) pessoas. Com apenas 226 Defensores Públicos, número bem inferior ao quantitativo de membros do MPDFT (395 membros) e de magistrados (448 membros), atua na maioria das varas judiciais do Distrito Federal.

Dessa forma, considerando a renda per capita familiar do Distrito Federal, que segundo dados do IBGE atinge o montante de R\$ 2.548,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais) e os critérios de atendimento da





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Defensoria Pública do DF (5 salários mínimos mensais por família), verifica-se a importância dos serviços prestados pela Defensoria Pública para a população carente do DF.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES  
Líder do PSB





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2017

(nº 6.124/2016, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1491024&filename=PL-6124-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1491024&filename=PL-6124-2016)



[Página da matéria](#)

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a incidência e a cobrança de emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 2º O cálculo, a contagem, o recolhimento, a cobrança e a devolução dos emolumentos dos serviços notariais e de registros do Distrito Federal obedecerão às disposições das Tabelas I, II, III, IV, V e VI anexas.

§ 1º Os atos não constantes das tabelas de emolumentos são considerados gratuitos, e não se permite interpretação que faça incidir sobre eles qualquer cobrança, mesmo por analogia, paridade ou extensão.

§ 2º A atualização anual das tabelas de emolumentos dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal e nos Territórios dar-se-á pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou pelo índice que vier a substituí-lo.

§ 3º Após a atualização das tabelas de emolumentos, os respectivos valores poderão ser arredondados com a utilização do seguinte critério: para baixo, quando a última

casa for de um, dois, seis ou sete centavos, e para cima, quando for de três, quatro, oito ou nove centavos.

Art. 3º As controvérsias suscitadas pelos notários e registradores sobre a aplicação das tabelas que acompanham esta Lei serão resolvidas pela Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, exceto quando relativas à dúvida prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

## CAPÍTULO II DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO NO DISTRITO FEDERAL

Art. 4º É obrigatória, em todas as serventias extrajudiciais, a reprodução, em lugar visível ao público e de fácil leitura, das tabelas de emolumentos e isenções desta Lei referentes aos respectivos atos.

Parágrafo único. O titular e seus prepostos deverão prestar a qualquer solicitante os esclarecimentos que se fizerem necessários quanto à fórmula de cálculo e ao valor dos emolumentos de cada serviço.

Art. 5º Os notários e registradores fornecerão aos usuários recibos de todos os pagamentos efetuados, ainda que não solicitados, com discriminação dos atos praticados de maneira a identificá-los na tabela de emolumentos.

Art. 6º A cobrança de emolumentos observará estritamente os valores previstos nas tabelas, e será de exclusiva responsabilidade do notário ou registrador o gerenciamento administrativo e financeiro da serventia, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, nos termos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

§ 1º É vedada a exigência ou o recebimento de qualquer taxa ou acréscimo de emolumentos a título de urgência, prioridade, plantão, serviço de despachante ou assemelhado.

§ 2º Na eventualidade de recebimento indevido ou excessivo de emolumentos, por dolo ou culpa na cobrança, o notário ou registrador restituirá ao usuário o dobro do valor recebido indevidamente.

Art. 7º Para fins de cálculo de emolumentos, se houver divergência entre o valor declarado pelo interessado e o atribuído pelo poder público, prevalecerá o maior valor.

Art. 8º Diante da cobrança de emolumentos e despesas indevidas, poderá o interessado reclamar aos notários e registradores, independentemente do direito de petição à Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Parágrafo único. Em caso de condenação em processo administrativo referente a recebimento indevido ou excessivo de emolumentos, por dolo ou culpa na cobrança, o notário ou registrador restituirá ao usuário o triplo do valor recebido indevidamente.

Art. 9º Os notários e registradores têm direito ao recebimento integral do valor dos emolumentos pelos atos praticados, vedada a imposição de isenções de emolumentos, integrais ou parciais, salvo disposição legal.

Parágrafo único. Os notários e registradores poderão conceder redução dos emolumentos previstos nas tabelas, mediante assinatura de convênio, com intermediação da entidade representativa de classe e autorização da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 10. Aos atos extrajudiciais praticados por notários e registradores serão estendidos os benefícios da



gratuidade de justiça relacionados à efetividade do processo judicial.

Art. 11. Verificado óbice ao cumprimento de ordem judicial, o notário ou registrador comunicará o fato ao juízo respectivo.

Parágrafo único. Caso a autoridade judiciária afaste as razões apresentadas pelo notário ou registrador, a ordem deverá ser cumprida ou impugnada judicialmente.

### CAPÍTULO III DA COBRANÇA E DO PAGAMENTO

Art. 12. Para fins de cobrança de emolumentos, considerar-se-á:

I - ato com conteúdo econômico a manifestação de vontade que expressar um ato ou negócio jurídico que produza efeito na esfera patrimonial, bem como aquele que vise a resguardar, garantir ou prevenir direitos ou negócios futuros com efeitos patrimoniais, com explícita declaração de valores;

II - ato sem conteúdo econômico a manifestação de vontade que expressar direitos inerentes à personalidade humana ou um ato ou negócio jurídico que produza efeito exclusivamente na esfera existencial.

Art. 13. Os emolumentos serão pagos diretamente nos serviços notariais e de registro ou, a critério do notário ou registrador, por meio de ferramentas disponíveis no sistema financeiro, no momento do requerimento da lavratura do ato ou da apresentação dos documentos exigidos para lavratura ou registro.

Parágrafo único. Os tabeliães de protesto poderão celebrar convênio para receber os emolumentos no ato de

desistência, de pagamento, de lavratura, de resgate do título ou no ato de cancelamento do protesto.

Art. 14. As despesas com a entrega da intimação, as postais, as bancárias, as de publicação de edital, as de reprodução especial de plantas e documentos, devidamente comprovadas, serão acrescidas aos valores dos emolumentos e correrão por conta e responsabilidade do interessado.

Art. 15. Não são devidos novos emolumentos pelas retificações, restaurações ou repetição de atos decorrentes de erro, negligência ou imperícia do serviço notarial ou de registro, e responde o respectivo titular pelos danos que, por dolo ou culpa, pessoalmente, ou por seus prepostos, assegurado o direito de regresso, cause ao interessado ou a terceiro, na forma da legislação.

Art. 16. As intervenções ou anuências de terceiros nos atos notariais ou de registro não autorizam acréscimo de emolumentos, salvo se implicarem outros atos que poderiam ser praticados isoladamente.

Art. 17. Cancelada a prenotação no serviço registral imobiliário, o registrador providenciará a restituição dos emolumentos pagos ao apresentante, imediata e de uma só vez, com retenção de 1/4 (um quarto) de seu valor.

Art. 18. Não será devido nenhum valor referente aos títulos apresentados para simples exame e cálculo de emolumentos.

Art. 19. Não se ultimando o ato notarial por desistência ou por qualquer outro fato imputável às partes, assegura-se ao notário a percepção integral dos emolumentos inerentes ao ato.

CAPÍTULO IV  
DA CRIAÇÃO DE TAXA PARA O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E  
APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (Projus)

Art. 20. Fica criada a taxa, proveniente do poder de polícia, a ser destinada ao Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (Projus), sem prejuízo da proposta orçamentária anual, com vistas às ações destinadas a fortalecer e desenvolver a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em especial, o reaparelhamento do Poder Judiciário.

Parágrafo único. É vedada a aplicação dessa receita em despesas de pessoal.

Art. 21. O valor devido, a título de taxa, pelo usuário do serviço notarial e de registro corresponderá à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor dos atos praticados pelos notários e registradores, conforme discriminado nas Tabelas I, II, III, IV, V e VI anexas.

Art. 22. Os valores arrecadados na forma do art. 21 serão repassados, até o dia quinze do mês subsequente, à conta única do Tesouro Nacional, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Parágrafo único. Em caso de devolução de emolumentos, por qualquer motivo, o seu valor será compensado no próximo repasse.

CAPÍTULO V  
DA CONTA DE COMPENSAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
NATURAIS (CCRCPN)

Art. 23. Fica criada, no âmbito do Distrito Federal, a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais

(CCRCPN), que será administrada pela Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal (Anoreg/DF), conforme ato normativo a ser expedido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 24. O valor devido pelo usuário do serviço notarial e de registro à CCRCPN corresponderá à alíquota de 7% (sete por cento) sobre os emolumentos constantes das Tabelas I, II, III, IV, V e VI anexas.

Art. 25. A forma de arrecadação e repasse dos valores às serventias de registro civil das pessoas naturais será estabelecida em ato a ser expedido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e observará a seguinte repartição:

I - 20% (vinte por cento) do valor arrecadado mensalmente, em partes iguais, a cada um dos cartórios de registro civil das pessoas naturais do Distrito Federal;

II - 80% (oitenta por cento) do valor arrecadado mensalmente, proporcionalmente à quantidade de atos gratuitos praticados em cada cartório de registro civil das pessoas naturais do Distrito Federal, referentes a registro de nascimento, de natimorto e de óbito.

CAPÍTULO VI  
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS)

Art. 26. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) compõe o valor total a ser pago pelo usuário, e sua cobrança terá como base de cálculo aquela estabelecida por ato normativo expedido pelo Governo do Distrito Federal.

Parágrafo único. Em caso de alteração de alíquota que resulte em redução do valor do ISS, o valor total a ser pago pelo usuário deverá ser reduzido do mesmo valor.

CAPÍTULO VII  
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 27. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios inspecionará, a qualquer tempo, os livros e arquivos contábeis das serventias notariais e de registro, inclusive para averiguar a regularidade dos repasses dos valores devidos, criados por esta Lei.

CAPÍTULO VIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos com observância do disposto nas alíneas *b* e *c* do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As Tabelas I, II, III, IV, V e VI anexas serão reajustadas pelo índice previsto no § 2º do art. 2º desta Lei e terão como base o ano de 2016.

Art. 29. Revogam-se as disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, referentes aos emolumentos dos serviços notariais e de registros.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,            de agosto de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente



TABELA I – SERVIÇOS DE NOTAS

1. Escrituras						
Valor do ato		Emolumentos Tabelião	Taxa – Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
1.1. Escrituras com conteúdo econômico						
a	até R\$ 5.800,00	250,00	25,00	17,50	13,38	305,88
b	de R\$ 5.800,01 a R\$ 9.300,00	380,00	38,00	26,60	20,33	464,93
c	de R\$ 9.300,01 a R\$ 17.500,00	780,00	78,00	54,60	41,73	954,33
d	de R\$ 17.500,01 a R\$ 35.000,00	1.050,00	105,00	73,50	56,18	1.284,68
e	de R\$ 35.000,01 a R\$ 52.300,00	1.100,00	110,00	77,00	58,85	1.345,85
f	de R\$ 52.300,01 a R\$ 122.000,00	1.150,00	115,00	80,50	61,53	1.407,03
g	de R\$ 122.000,01 a R\$ 209.000,00	1.250,00	125,00	87,50	66,88	1.529,38
h	de R\$ 209.000,01 a R\$ 523.000,00	1.350,00	135,00	94,50	72,23	1.651,73
i	de R\$ 523.000,01 a R\$ 800.000,00	1.450,00	145,00	101,50	77,58	1.774,08
j	de R\$ 800.000,01 a R\$ 1.100.000,00	1.550,00	155,00	108,50	82,93	1.896,43
k	acima de R\$ 1.100.000,00	1.650,00	165,00	115,50	88,28	2.018,78
1.2. Escrituras sem conteúdo econômico		250,00	25,00	17,50	13,38	305,88
1.3. Retificação de Escritura		250,00	25,00	17,50	13,38	305,88

2. Procuração, subestabelecimento e distrato de mandato						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até quatro outorgantes	70,00	7,00	4,90	3,75	85,65
b	acima de quatro (cada outorgante adicional)	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
c	exclusivamente para fins relacionados a concurso público e ensinos fundamentais públicos, ou à saúde pública, ou ao Regime Geral de Previdência Social, ou a sinistro coberto pelo Seguro Obrigatório de Veículos	9,70	0,97	0,68	0,52	11,87
d	com poder para alienação de veículo automotor	250,00	25,00	17,50	13,38	305,88
e	com poder para alienação de imóvel, instituição ou cessão de direitos reais ou pessoais envolvendo imóvel	50% dos valores previstos no item 1.1 desta Tabela - escrituras com conteúdo econômico				
f	procuração em causa própria	Valores previstos no item 1.1 desta Tabela - escrituras com conteúdo econômico				
2.1. Renúncia ou revogação de mandato		35,00	3,50	2,45	1,87	42,82

3. Autenticação de cópia de documento						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	autenticação de cada cópia de documento extraída por meio reprográfico de documento físico (por página)	5,00	0,50	0,35	0,27	6,12
b	autenticação de cópia impressa de documento digital assinado eletronicamente ou com código de confirmação pela internet	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
c	autenticação eletrônica de cópia digital de documento impresso	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56

4. Reconhecimento de firma						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	por semelhança	5,50	0,55	0,39	0,29	6,73
b	por autenticidade	11,00	1,10	0,77	0,59	13,46
c	em documento de transferência de veículo automotor, alienação de imóvel, instituição ou cessão de direitos reais envolvendo imóvel	27,00	2,70	1,89	1,44	33,03

5. Testamento						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	público, sem conteúdo econômico, com ou sem revogação	100,00	10,00	7,00	5,35	122,35
b	público, com conteúdo econômico, com ou sem revogação	200,00	20,00	14,00	10,70	244,70
c	cerrado, pela aprovação e encerramento	300,00	30,00	21,00	16,05	367,05
d	revogação de testamento	40,00	4,00	2,80	2,14	48,94

6. Ata notarial						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	ata notarial sem diligência externa	300,00	30,00	21,00	16,05	367,05
b	ata notarial com diligência externa	600,00	60,00	42,00	32,10	734,10

7. Certidões						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	certidão	24,00	2,40	1,68	1,28	29,36

b	serviço de emissão de certidão expedida por outra serventia (sem prejuízo dos emolumentos devidos à serventia de origem pela expedição da certidão)	12,00	1,20	0,84	0,64	14,68
c	por folha excedente	2,00	0,20	0,14	0,11	2,45

8. Outros serviços						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	informação de banco de dados relativa aos atos praticados, fornecida eletronicamente, sem caráter de certidão, inclusive visualização de traslado e outros documentos (por ato informado)	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
b	expedição de cópia autêntica de documento arquivado utilizado para instruir ato	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79
c	comunicação de venda de veículo ao Detran/DF	24,00	2,40	1,68	1,28	29,36

## NOTAS

1. Caso a escritura envolva mais de um bem imóvel ou móvel, serão devidos emolumentos integrais pelo bem de maior valor, e, quanto aos demais, cobrar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) dos emolumentos, conforme valores previstos no item 1.1 da Tabela I, para cada um.

2. O valor para enquadramento no item 1.1 da Tabela I referente a escrituras com conteúdo econômico será determinado pelos parâmetros a seguir, e prevalecerá o que for maior:

a) preço ou valor econômico declarado pelas partes para o ato ou negócio jurídico;

b) avaliação do bem estabelecida pela Fazenda Federal ou do Distrito Federal ou estadual ou municipal no último lançamento fiscal.

3. Os emolumentos de escritura e de procuração abrangem dois traslados, um para o outorgante e outro para o outorgado.

4. Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nos atos notariais de alvarás, mandados, guias de recolhimento de tributos, certidões em geral e outros documentos, nem pelo arquivamento de procuração ou de qualquer documento necessário à prática do ato.

5. A base de cálculo dos emolumentos de escritura de incorporação e/ou de especificação de condomínio será obtida da seguinte forma:

a) a base de cálculo será o resultado da soma do valor do terreno com o da avaliação do custo global da obra ou construção, apresentado pelo incorporador;



b) a avaliação de que trata a alínea a deve ser elaborada com base nos valores de metro quadrado fornecidos pelo Sindicato da Construção Civil do Distrito Federal e constantes de revistas especializadas para o tipo de prédio objeto da incorporação, se outro maior não for declarado.

6. Cada autenticação corresponderá a uma conferência, mas o anverso e o verso do documento serão considerados um único ato, e deverá ser lançado na face que não recebeu a certificação o carimbo personalizado da serventia com menção dessa circunstância.

7. Apenas um ato de autenticação será feito para a frente e o verso do CPF, do Título de Eleitor ou de Cédula de Identidade ou qualquer outro documento que identifique o usuário.

8. A ata notarial de reconhecimento extrajudicial de usucapião será cobrada de acordo com o item 6 da Tabela I.

9. Na hipótese de certidão emitida pela internet, não serão devidos os emolumentos por folha excedente previstos na alínea c do item 7 da Tabela I.

10. Na alínea c do item 8 da Tabela I, estão incluídos todos os custos com a comunicação ao Detran/DF, bem como a certidão a que tem direito o interessado.

11. Na hipótese de comunicação à Junta Comercial de procuração pública que outorgue poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresário individual, sociedade empresária ou cooperativa, serão cobrados emolumentos correspondentes a uma autenticação, acrescidos do custo postal da remessa via Aviso de Recebimento (AR).

12. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre o valor dos emolumentos do tabelião e sobre

a parcela referente à Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN).

TABELA II - SERVIÇOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA

1. Protesto de títulos e outros documentos de dívida						
Valor dos títulos e outros documentos de dívida		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
1.1. Pela protocolização do título		Não são devidos emolumentos				
1.2. Pela averbação de pagamento da dívida ou retirada do título, quando não se ultimar o protesto		50% dos valores previstos no item 1.3 desta Tabela - pela lavratura do protesto				
1.3. Pela lavratura do protesto						
a	até R\$ 100,00	40,00	4,00	2,80	2,14	48,94
b	de R\$ 100,01 a R\$ 200,00	70,00	7,00	4,90	3,75	85,65
c	de R\$ 200,01 a R\$ 500,00	130,00	13,00	9,10	6,96	159,06
d	de R\$ 500,01 a R\$ 1.500,00	160,00	16,00	11,20	8,56	195,76
e	de R\$ 1.500,01 a R\$ 2.500,00	190,00	19,00	13,30	10,17	232,47
f	de R\$ 2.500,01 a R\$ 3.500,00	200,00	20,00	14,00	10,70	244,70
g	de R\$ 3.500,01 a R\$ 6.000,00	210,00	21,00	14,70	11,24	256,94
h	de R\$ 6.000,01 a R\$ 9.000,00	230,00	23,00	16,10	12,31	281,41

i	de R\$ 9.000,01 a R\$ 11.000,00	250,00	25,00	17,50	13,38	305,88
j	de R\$ 11.000,01 a R\$ 15.000,00	270,00	27,00	18,90	14,45	330,35
k	acima de R\$ 15.000,00	290,00	29,00	20,30	15,52	354,82
1.4. Pela averbação do cancelamento do protesto		15,00	1,50	1,05	0,80	18,35

2. Protesto de títulos ou outros documentos de dívida, com postergação do pagamento dos emolumentos						
Valor dos títulos e outros documentos de dívida		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
2.1. Pela protocolização do título e pela lavratura do protesto		Não são devidos emolumentos				
2.2. Pela averbação de pagamento da dívida antes da lavratura do protesto						
a	até R\$ 100,00	20,00	2,00	1,40	1,07	24,47
b	de R\$ 100,01 a R\$ 200,00	35,00	3,50	2,45	1,87	42,82
c	de R\$ 200,01 a R\$ 500,00	65,00	6,50	4,55	3,48	79,53
d	de R\$ 500,01 a R\$ 1.500,00	80,00	8,00	5,60	4,28	97,88
e	de R\$ 1.500,01 a R\$ 2.500,00	95,00	9,50	6,65	5,08	116,23
f	de R\$ 2.500,01 a R\$ 3.500,00	100,00	10,00	7,00	5,35	122,35
g	de R\$ 3.500,01 a R\$ 6.000,00	105,00	10,50	7,35	5,62	128,47
h	de R\$ 6.000,01 a R\$ 9.000,00	115,00	11,50	8,05	6,15	140,70
i	de R\$ 9.000,01 a R\$ 11.000,00	125,00	12,50	8,75	6,69	152,94
j	de R\$ 11.000,01	135,00	13,50	9,45	7,22	165,17

	a R\$ 15.000,00					
k	acima de R\$ 15.000,00	145,00	14,50	10,15	7,76	177,41
2.3. Pela averbação do cancelamento do protesto						
a	até R\$ 100,00	55,00	5,50	3,85	2,94	67,29
b	de R\$ 100,01 a R\$ 200,00	85,00	8,50	5,95	4,55	104,00
c	de R\$ 200,01 a R\$ 500,00	145,00	14,50	10,15	7,76	177,41
d	de R\$ 500,01 a R\$ 1.500,00	175,00	17,50	12,25	9,36	214,11
e	de R\$ 1.500,01 a R\$ 2.500,00	205,00	20,50	14,35	10,97	250,82
f	de R\$ 2.500,01 a R\$ 3.500,00	215,00	21,50	15,05	11,50	263,05
g	de R\$ 3.500,01 a R\$ 6.000,00	225,00	22,50	15,75	12,04	275,29
h	de R\$ 6.000,01 a R\$ 9.000,00	245,00	24,50	17,15	13,11	299,76
i	de R\$ 9.000,01 a R\$ 11.000,00	265,00	26,50	18,55	14,18	324,23
j	de R\$ 11.000,01 a R\$ 15.000,00	285,00	28,50	19,95	15,25	348,70
k	acima de R\$ 15.000,00	305,00	30,50	21,35	16,32	373,17

3. Certidões						
Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	certidão	24,00	2,40	1,68	1,28	29,36
b	certidão em forma de relação, por pessoa	12,00	1,20	0,84	0,64	14,68
c	serviço de emissão de certidão expedida por outra serventia (sem prejuízo dos emolumentos devidos)	12,00	1,20	0,84	0,64	14,68

	à serventia de origem pela expedição da certidão)					
d	por folha excedente	2,00	0,20	0,14	0,11	2,45
e	certidão emitida pela Central de Certidões de Protesto, com a busca em todos os tabelionatos de Protesto do Distrito Federal, por tabelionato	4,00	0,40	0,28	0,21	4,89

#### 4. Outros serviços

Discriminação		Emolumentos Tabelião	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	informação de banco de dados relativa aos atos praticados, fornecida eletronicamente, sem caráter de certidão, inclusive visualização de atos e outros documentos (por ato informado)	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
b	expedição de cópia autêntica de documento arquivado utilizado para instruir ato	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79

## NOTAS

1. A aplicação do item 2 da Tabela II dar-se-á nos termos fixados em eventual lei, em ato normativo ou convênio autorizado pela Corregedoria da Justiça do TJDF.
2. O serviço de distribuição de títulos e outros documentos de dívidas levados a protesto será prestado, de forma gratuita, pela Central de Distribuição e Informação de Títulos de Crédito e Outros Documentos de Dívida a Protesto no Distrito Federal (Cepro), custeada pelos tabeliães de protesto do Distrito Federal.
3. Os emolumentos previstos na alínea e do item 3 da Tabela II, referentes à certidão emitida pela Cepro, deverão ser multiplicados pela quantidade de tabelionatos de protesto do Distrito Federal; e para aplicação desse item da Tabela II, a certidão abrangerá, obrigatoriamente, a busca em todos os tabelionatos de protesto do Distrito Federal.
4. Os valores constantes dos itens 1 e 2 da Tabela II serão acrescidos de custos adicionais, como, por exemplo: expedição de intimação por empresa contratada, pelos Correios ou por funcionário da própria serventia; despesas bancárias; publicação de editais.
  - 4.1 O valor de reembolso com a expedição das intimações fica limitado ao que for estabelecido pelos Correios para a entrega de correspondências registradas com Aviso de Recebimento (AR).
5. Os valores constantes dos itens 1 e 2 da Tabela II já contemplam a intimação do devedor.
6. O cumprimento dos mandados de sustação definitiva do protesto, ou de seus efeitos, e de cancelamento do protesto fica condicionado ao prévio pagamento dos emolumentos.

6.1. O cumprimento independerá do prévio pagamento dos emolumentos quando do mandado constar ordem expressa nesse sentido ou informação de que a parte interessada é beneficiária da assistência judiciária gratuita.

6.2. Ausente menção expressa à isenção em favor da parte interessada ou à gratuidade da justiça, o mandado judicial será devolvido sem cumprimento, caso não recolhidos os emolumentos.

7. Na hipótese de certidão emitida pela internet, não serão devidos os emolumentos por folha excedente previstos na alínea *d* do item 3 da Tabela II.

8. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre o valor dos emolumentos do tabelião e sobre a parcela referente à Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN).

TABELA III - SERVIÇOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS

1. Registro de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel declarado pelas partes quando superior ao do lançamento fiscal						
	Valor do imóvel	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até R\$ 20.000,00	380,00	38,00	26,60	20,33	464,93
b	de R\$ 20.000,01 a R\$ 50.000,00	480,00	48,00	33,60	25,68	587,28
c	de R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00	580,00	58,00	40,60	31,03	709,63
d	de R\$ 100.000,01 a R\$ 160.000,00	650,00	65,00	45,50	34,78	795,28
e	de R\$ 160.000,01 a R\$ 350.000,00	750,00	75,00	52,50	40,13	917,63



f	de R\$ 350.000,01 a R\$ 530.000,00	850,00	85,00	59,50	45,48	1.039,98
g	de R\$ 530.000,01 a R\$ 700.000,00	950,00	95,00	66,50	50,83	1.162,33
h	de R\$ 700.000,01 a R\$ 900.000,00	1.050,00	105,00	73,50	56,18	1.284,68
i	de R\$ 900.000,01 a R\$ 1.200.000,00	1.150,00	115,00	80,50	61,53	1.407,03
j	acima de R\$ 1.200.000,00	1.250,00	125,00	87,50	66,88	1.529,38

2. Averbação						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	averbação de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel declarado pelas partes quando superior ao do lançamento fiscal	50% dos valores do item 1 desta Tabela - Registro de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel declarado pelas partes quando superior ao do lançamento fiscal				
b	averbação sem conteúdo econômico	190,00	19,00	13,30	10,17	232,47

3. Registro de loteamento						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicação pela imprensa: por lote ou gleba	80,00	8,00	5,60	4,28	97,88
b	intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de editais	30,00	3,00	2,10	1,61	36,71

4. Registro de incorporação imobiliária ou registro de instituição de condomínio						
Valor do terreno + custo global da obra		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até R\$ 3.500.000,00	6.900,00	690,00	483,00	369,15	8.442,15
b	de R\$ 3.500.000,01 a R\$ 10.500.000,00	20.500,00	2.050,00	1.435,00	1.096,75	25.081,75
c	de R\$ 10.500.000,01 a R\$ 31.500.000,00	60.000,00	6.000,00	4.200,00	3.210,00	73.410,00
d	de R\$ 31.500.000,01 a R\$ 52.500.000,00	97.000,00	9.700,00	6.790,00	5.189,50	118.679,50
e	acima de R\$ 52.500.000,00	130.000,00	13.000,00	9.100,00	6.955,00	159.055,00

5. Atos diversos						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	registro de convenção de condomínio, incluídas averbações, qualquer que seja o número de unidades	80,00	8,00	5,60	4,28	97,88
b	registro de pacto antenupcial no Livro 3	80,00	8,00	5,60	4,28	97,88
c	abertura de matrícula de imóvel urbano ou rural	80,00	8,00	5,60	4,28	97,88

6. Registro de cédula de crédito e hipoteca cedular, por imóvel						
Valor do crédito ou do produto		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até R\$ 9.000,00	36,00	3,60	2,52	1,93	44,05
b	de R\$ 9.000,01 a R\$ 71.000,00	124,00	12,40	8,68	6,63	151,71
c	de R\$ 71.000,01 a R\$ 284.000,00	164,00	16,40	11,48	8,77	200,65
d	acima de R\$ 284.000,00	30% dos valores do item 1 desta Tabela - Registro de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel declarado pelas partes quando superior ao do lançamento fiscal				

7. Procedimento de consolidação de propriedade fiduciária						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	procedimento para constituição em mora	50% dos valores do item 1 desta Tabela - Registro de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor total do débito em mora				
b	notificação do devedor	30,00	3,00	2,10	1,61	36,71
c	averbação da consolidação da propriedade	50% dos valores do item 1 desta Tabela - Registro de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor atribuído ao imóvel para fins de leilão				

8. Procedimento de retificação de registro						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	averbação de retificação	50% dos valores do item 1 desta Tabela - Registro de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel declarado pelas partes quando superior ao do lançamento fiscal				
b	expedição de notificação, por confrontante, além das despesas postais ou com editais	30,00	3,00	2,10	1,61	36,71

9. Recebimento de prestação previsto no art. 38 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	pelo primeiro recebimento e abertura de conta, além das despesas bancárias	30,00	3,00	2,10	1,61	36,71
b	pelo recebimento de cada prestação seguinte, além das despesas bancárias	18,00	1,80	1,26	0,96	22,02

10. Certidões						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	certidão	24,00	2,40	1,68	1,28	29,36
b	serviço de emissão de certidão expedida por outra serventia (sem prejuízo dos emolumentos devidos à serventia de origem pela expedição da certidão)	12,00	1,20	0,84	0,64	14,68
c	por folha excedente	2,00	0,20	0,14	0,11	2,45

11. Outros serviços					
Discriminação	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a informação de banco de dados relativa aos atos praticados, fornecida eletronicamente, sem caráter de certidão, inclusive visualização de traslado e outros documentos (por ato informado)	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
b expedição de cópia autêntica de documento arquivado utilizado para instruir ato	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79
c processamento de procedimentos diversos, não especificados em outro item desta Tabela, que não resultem em averbação ou registro na matrícula do imóvel, excluídas eventuais notificações (por imóvel relacionado ao procedimento)	50% dos valores do item 1 desta Tabela - Registro de qualquer título ou documento com conteúdo econômico, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel declarado pelas partes quando superior ao do lançamento fiscal				

## NOTAS

1. O registro de direitos reais de garantia será cobrado de acordo com o item 1 da Tabela III, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel declarado pelas partes quando superior ao do lançamento fiscal.

2. O valor para enquadramento nos itens 2, 6, 8 e 11 da Tabela III será determinado pelos parâmetros a seguir, e prevalecerá o que for maior:

a) preço ou valor econômico declarado pelas partes para o ato ou negócio jurídico;

b) avaliação do imóvel estabelecida pela Fazenda federal ou do Distrito Federal ou estadual ou municipal no último lançamento fiscal.

3. Ressalvados os casos de isenção legal e os benefícios da gratuidade de justiça relacionados à efetividade do processo judicial, são devidos emolumentos relativos a registros de ações, penhoras, sequestros, arrestos, indisponibilidade de bens e outras decisões judiciais, ainda que determinados pelo juízo da causa, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel.

4. O registro da penhora será cobrado de acordo com o item 1 da Tabela III, com redução de 50% (cinquenta por cento), utilizado como base de cálculo o valor do imóvel.

5. Na averbação de indisponibilidade, serão devidos emolumentos de acordo com a alínea a do item 2 da Tabela III, utilizado como base de cálculo o valor do imóvel.

6. O registro do contrato de promessa de compra e venda será cobrado de acordo com o item 1 da Tabela III, com redução de 50% (cinquenta por cento).



7. A averbação premonitória será cobrada de acordo com a alínea *b* do item 2 da Tabela III - averbação sem conteúdo econômico.

8. As averbações procedidas de ofício e as concernentes ao transporte de ônus da matrícula não estão sujeitas a pagamento de emolumentos, assim como as retificações procedidas decorrentes de erro, negligência ou imperícia do serviço de registro.

9. A base de cálculo no registro ou averbação de contratos de prestação continuada será o valor da soma das prestações mensais, limitado a doze meses.

10. Os emolumentos devidos pelo registro da penhora efetivada em execução trabalhista ou fiscal, serão pagos ao final da execução, ou pelo interessado por ocasião da efetivação do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel, pelos valores vigentes à época do pagamento.

11. O registro de cláusulas padronizadas dos contratos de comercialização ou financiamento e garantia de imóveis parcelados ou fracionados por efeito de parcelamento de solo urbano, de incorporação imobiliária ou em outras hipóteses em que couber a padronização será cobrado pelo valor mínimo do item 1 da Tabela III.

12. Os emolumentos dos atos previstos no item 4 da Tabela III serão cobrados com base no valor do terreno e no custo global da obra, independentemente do número de unidades autônomas.

13. Os valores dos emolumentos constantes do item 6 da Tabela III correspondem ao registro da cédula, no Livro 3, e da garantia, no Livro 2; se houver mais de um registro no Livro 2, os demais serão cobrados à base de 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para cada ato excedente.

14. Consideram-se com conteúdo econômico as averbações referentes à fusão, cisão ou incorporação de sociedades, cancelamento de direitos reais e outros gravames, bem como as que implicam alteração de contrato, da dívida ou da coisa, inclusive retificação de área, que serão cobradas tomando-se como base de cálculo o valor do imóvel.

15. Consideram-se sem conteúdo econômico, entre outras, as averbações referentes à mudança da denominação e numeração de prédios, à alteração de destinação ou situação do imóvel, ao desmembramento, à abertura de vias e logradouros públicos, à morte, à alteração de nome por casamento, à alteração de estado civil, à alteração de denominação social e à alteração de documentos de identificação.

16. Os emolumentos decorrentes da notificação prevista na alínea *b* do item 7 da Tabela III, somente serão cobrados nas hipóteses em que o oficial do registro de imóveis não delegar a prática do ato ao oficial de registro de títulos e documentos, nos termos do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

17. As notificações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 216-A da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, serão cobradas de acordo com a alínea *b* do item 8 da Tabela III.

18. Na hipótese de certidão emitida pela internet, não serão devidos os emolumentos por folha excedente previstos na alínea *c* do item 10 da Tabela III.

19. Tratando-se de averbação de construção (carta de habite-se), deverão ser observados os valores por metro quadrado divulgados em revistas especializadas de entidades da construção civil, ou o valor estimado pelo apresentante; e em caso de averbação de construção de imóvel edificado, composto

de várias unidades, será cobrada uma única averbação pelo valor global da construção, independentemente do número de unidades autônomas.

20. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre o valor dos emolumentos do registrador e sobre a parcela referente à Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN).

TABELA IV - SERVIÇOS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1. Registro de contrato, título ou documento com conteúdo econômico						
Valor de referência		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até R\$ 1.000,00	38,00	3,80	2,66	2,03	46,49
b	de R\$ 1.000,01 a R\$ 2.600,00	80,00	8,00	5,60	4,28	97,88
c	de R\$ 2.600,01 a R\$ 4.300,00	250,00	25,00	17,50	13,38	305,88
d	de R\$ 4.300,01 a R\$ 8.700,00	300,00	30,00	21,00	16,05	367,05
e	de R\$ 8.700,01 a R\$ 13.000,00	400,00	40,00	28,00	21,40	489,40
f	de R\$ 13.000,01 a R\$ 17.500,00	450,00	45,00	31,50	24,08	550,58
g	de R\$ 17.500,01 a R\$ 34.000,00	500,00	50,00	35,00	26,75	611,75
h	de R\$ 34.000,01 a R\$ 52.300,00	550,00	55,00	38,50	29,43	672,93
i	de R\$ 52.300,01 a R\$ 87.300,00	600,00	60,00	42,00	32,10	734,10
j	de R\$ 87.300,01 a R\$ 122.000,00	650,00	65,00	45,50	34,78	795,28
k	de R\$ 122.000,01 a R\$ 160.500,00	680,00	68,00	47,60	36,38	831,98

l	de R\$ 160.500,01 a R\$ 174.500,00	685,00	68,50	47,95	36,65	838,10
m	de R\$ 174.500,01 a R\$ 900.000,00	690,00	69,00	48,30	36,92	844,22
n	acima de R\$ 900.000,00	700,00	70,00	49,00	37,45	856,45

### 2. Registro de título, documento ou papel, sem conteúdo econômico

Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até uma folha	38,00	3,80	2,66	2,03	46,49
b	por folha excedente	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79

### 3. Averbação

Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	averbação de título ou documento com conteúdo econômico	20% dos valores do item 1 desta Tabela - Registro de contrato, título ou documento com conteúdo econômico				
b	averbação de título ou documento sem conteúdo econômico	27,00	2,70	1,89	1,44	33,03
c	por folha excedente	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79

4. Atos Diversos						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	registro de ata de condomínio, com ou sem valor econômico	80,00	8,00	5,60	4,28	97,88
b	registro eletrônico de documento nato eletrônico, dispensado o arquivamento de cópia impressa, para simples guarda e conservação, sem conteúdo econômico, por página	0,40	0,04	0,03	0,02	0,49
c	registro de requerimento de notificação de contrato de financiamento de veículo	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79
d	diligência para notificação pessoal, sem prejuízo dos emolumentos de registro do título	30,00	3,00	2,10	1,61	36,71

**5. Registro de requerimento de notificação a devedor-fiduciante em alienação fiduciária de imóvel em garantia ou a devedor-hipotecante, incluída a respectiva certidão**

	Valor da dívida	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até R\$ 1.000,00	150,00	15,00	10,50	8,03	183,53
b	de R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	500,00	50,00	35,00	26,75	611,75
c	acima de R\$ 5.000,00	650,00	65,00	45,50	34,78	795,28

**6. Certidões**

	Discriminação	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	certidão	24,00	2,40	1,68	1,28	29,36
b	serviço de emissão de certidão expedida por outra serventia (sem prejuízo dos emolumentos devidos à serventia de origem pela expedição da certidão)	12,00	1,20	0,84	0,64	14,68
c	por folha excedente	2,00	0,20	0,14	0,11	2,45

7. Outros serviços						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	informação de banco de dados relativa aos atos praticados, fornecida eletronicamente, sem caráter de certidão, inclusive visualização de atos e outros documentos (por ato informado)	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
b	expedição de cópia autêntica de documento arquivado utilizado para instruir ato	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79

## NOTAS

1. Para o cálculo de emolumentos devidos pelo registro de documento que contenha valor expresso em moeda estrangeira, far-se-á a conversão em moeda nacional com a utilização do valor de compra do câmbio do dia em que for apresentado o documento, divulgado pelo Banco Central do Brasil.
2. No registro de recibo de sinal de compra e venda, a base de cálculo será o valor do sinal.
3. A base de cálculo no registro de contratos de prestação continuada será o valor da soma das prestações mensais, limitado a doze meses.



4. A diligência pessoal é devida uma única vez, independentemente da quantidade de diligências necessárias à prática do ato.

5. É requisito para enquadramento na alínea c do item 4 da Tabela IV que as notificações sejam apresentadas, processadas e certificadas em arquivo eletrônico, em formato que possibilite a importação das informações para a base de dados da serventia.

6. Não serão cobradas despesas de envio de notificação ao destinatário, em meio exclusivamente eletrônico ou digital (sem impressão), dispensada, nesse caso, a emissão de certidão de entrega da notificação ao destinatário.

7. O item 5 da Tabela IV inclui todas as diligências pessoais para a efetivação da notificação.

8. Na hipótese de certidão emitida pela internet, não serão devidos os emolumentos por folha excedente previstos na alínea c do item 6 da Tabela IV.

9. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre o valor dos emolumentos do registrador e sobre a parcela referente à Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN).

TABELA V - SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

1. Registro e arquivamento de atos constitutivos ou de qualquer alteração posterior, inclusive ata de eleição e encerramento de pessoa jurídica					
Discriminação	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
1.1. Sem fins lucrativos	150,00	15,00	10,50	8,03	183,53

1.2. Com fins lucrativos						
	Valor do capital social	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	até R\$ 52.300,00	220,00	22,00	15,40	11,77	269,17
b	de R\$ 52.300,01 a R\$ 174.500,00	440,00	44,00	30,80	23,54	538,34
c	de R\$ 174.500,01 a R\$ 900.000,00	660,00	66,00	46,20	35,31	807,51
d	acima de R\$ 900.000,00	880,00	88,00	61,60	47,08	1.076,68

2. Atos Diversos						
	Discriminação	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	matrículas de jornais, oficinas, impressoras e outros periódicos	420,00	42,00	29,40	22,47	513,87
b	autenticação de livros contábeis, além do valor dos registros necessários à autenticação	36,00	3,60	2,52	1,93	44,05

3. Certidões						
	Discriminação	Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	certidão	24,00	2,40	1,68	1,28	29,36

b	serviço de emissão de certidão expedida por outra serventia (sem prejuízo dos emolumentos devidos à serventia de origem pela expedição da certidão)	12,00	1,20	0,84	0,64	14,68
c	por folha excedente	2,00	0,20	0,14	0,11	2,45

4. Outros serviços						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	informação de banco de dados relativa aos atos praticados, fornecida eletronicamente, sem caráter de certidão, inclusive visualização de traslado e outros documentos (por ato informado)	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
b	expedição de cópia autêntica de documento arquivado utilizado para instruir ato	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79

## NOTAS

1. Na hipótese de certidão emitida pela internet, não serão devidos os emolumentos por folha excedente previstos na alínea c do item 3 da Tabela V.

2. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre o valor dos emolumentos do registrador e sobre a parcela referente à Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN).

TABELA VI - SERVIÇOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS

1. Registro de casamento						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	habilitação para casamento, incluídos todos os atos do processo, inclusive lavratura do assento de casamento e expedição da primeira certidão	210,00	21,00	14,70	11,24	256,94
b	inscrição de casamento religioso para produção dos efeitos civis	60,00	6,00	4,20	3,21	73,41
c	habilitação de casamento a ser realizado em outra serventia (incluído o preparo de papéis)	170,00	17,00	11,90	9,10	208,00
d	lavratura de assento de casamento a vista de certidão de habilitação expedida por outra serventia	60,00	6,00	4,20	3,21	73,41

e	afixação de edital recebido de serventia de outra unidade da federação e expedição da correspondente certidão	45,00	4,50	3,15	2,41	55,06
f	conversão de união estável em casamento, incluídos todos os atos e despesas, inclusive a lavratura do assentamento na própria serventia de registro	210,00	21,00	14,70	11,24	256,94
g	diligência do juiz de paz para realização de casamento fora da sede própria	420,00	42,00	29,40	22,47	513,87
h	diligência do oficial para realização de casamento fora da sede própria	210,00	21,00	14,70	11,24	256,94

## 2. Atos diversos

Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	registro de inscrição de emancipação, interdição, ausência, aquisição de nacionalidade brasileira, transcrição de nascimento, casamento ou óbito ocorrido no exterior	60,00	6,00	4,20	3,21	73,41

b	procedimento de retificação perante a serventia e sua averbação	60,00	6,00	4,20	3,21	73,41
c	averbação de separação, divórcio, restabelecimento, anulação ou qualquer outra realizada mediante determinação judicial	50,00	5,00	3,50	2,68	61,18
d	averbação de separação, divórcio, restabelecimento, anulação ou qualquer outra realizada mediante requerimento do interessado	50,00	5,00	3,50	2,68	61,18
e	protocolo e envio de documentos por meio eletrônico a outras serventias	30,00	3,00	2,10	1,61	36,71

### 3. Certidões

Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	certidão	24,00	2,40	1,68	1,28	29,36
b	serviço de emissão de certidão expedida por outra serventia (sem prejuízo dos emolumentos devidos à serventia de origem pela expedição da certidão)	12,00	1,20	0,84	0,64	14,68

c	por folha excedente	2,00	0,20	0,14	0,11	2,45
---	---------------------	------	------	------	------	------

4. Outros serviços						
Discriminação		Emolumentos Registrador	Taxa - Projus	CCRCPN	ISS	TOTAL
a	informação de banco de dados relativa aos atos praticados, fornecida eletronicamente, sem caráter de certidão, inclusive visualização de traslado e outros documentos (por ato informado)	7,00	0,70	0,49	0,37	8,56
b	expedição de cópia autêntica de documento arquivado utilizado para instruir ato	8,00	0,80	0,56	0,43	9,79

## NOTAS

1. Na hipótese de certidão emitida pela internet, não serão devidos os emolumentos por folha excedente previstos na alínea c do item 3 da Tabela VI.
2. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre o valor dos emolumentos do registrador e sobre a parcela referente à Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN).



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- alínea b do inciso III do artigo 150

- alínea c do inciso III do artigo 150

- Decreto-Lei nº 115, de 25 de Janeiro de 1967 - DEL-115-1967-01-25 - 115/67

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1967;115>

- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos; Lei de Registros Públicos - 6015/73

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>

- parágrafo 2º do artigo 216-

- parágrafo 3º do artigo 216-

- Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 - Lei do Parcelamento do Solo Urbano; Lei Lehmann; Lei do Parcelamento do Solo; Lei do Parcelamento Urbano; Lei do Loteamento e Parcelamento do Solo - 6766/79

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1979;6766>

- artigo 38

- Lei nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994 - Lei dos Cartórios; Lei dos Notários e Registradores - 8935/94

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8935>

- Lei nº 9.514, de 20 de Novembro de 1997 - Lei do Sistema de Financiamento Imobiliário - 9514/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9514>

- parágrafo 3º do artigo 26



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 115, DE 2017**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo Projeto de Lei da Câmara nº99, de 2017, que Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Elmano Férrer

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho

21 de Novembro de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017 (PL nº 6.124/2016, na Casa de origem), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que *dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências*.



SF/17729.44026-90

Relator: Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**

**I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017 (PL nº 6.124/2016, na Casa de origem). De autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o projeto *dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências*.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi submetida às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Naquela Casa, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo Relator na CFT, que serve de base para nossa análise.

De acordo com a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o substitutivo aprovado pela CFT e as informações adicionais encaminhadas pelo TJDFT sanaram as deficiências existentes na redação original.

A proposição está estruturada em 29 artigos, distribuídos em oito capítulos.

O Capítulo I apresenta disposições preliminares. De acordo com o art. 2º, o cálculo, a contagem, o recolhimento, a cobrança e a devolução dos emolumentos dos serviços notariais e de registros do Distrito Federal (DF) serão efetuados em conformidade com as tabelas I a VI, anexas ao projeto. Os atos que não estejam previstos nessas tabelas serão gratuitos (§ 2º) e os valores nelas previstos serão atualizados anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (§ 3º). Eventuais controvérsias referentes à aplicação das tabelas serão resolvidas pela Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (art. 3º).

O Capítulo II dedica-se aos serviços notariais e de registro do DF, disciplinando aspectos referentes à relação com os usuários, ao gerenciamento administrativo e financeiro das serventias, à vedação da imposição de isenções de emolumentos, salvo por disposição legal, e aos benefícios da justiça gratuita, entre outros.

O Capítulo III refere-se à cobrança e ao pagamento de emolumentos, disciplinando *i)* a forma e o momento da cobrança e do pagamento, *ii)* as despesas que poderão ser acrescidas ao valor dos emolumentos, *iii)* as hipóteses em que não são possíveis a cobrança de novos emolumentos ou acréscimos no valor cobrado e *iv)* os casos de restituição de emolumentos, entre outros aspectos.

Já o Capítulo IV trata da criação de taxa para o programa de modernização e aperfeiçoamento da Justiça do DF (PROJUS). Essa taxa seria proveniente do exercício do poder de polícia, sem prejuízo da proposta orçamentária anual, destinada a financiar as *ações destinadas a fortalecer e desenvolver a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em especial, o reaparelhamento do Poder Judiciário* (art. 20). O parágrafo único deste dispositivo veda a aplicação dessa receita em despesas de pessoal.

O valor da taxa, devida pelo usuário do serviço notarial e de registro, corresponderá à alíquota de 10% sobre o valor dos atos praticados pelos notários e registradores, conforme discriminado nas Tabelas I a VI, anexas ao projeto (art. 21). Os valores arrecadados serão repassados mensalmente à conta única do Tesouro Nacional, em favor do TJDF.



O Capítulo V destina-se a criar, no âmbito do DF, a Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN), a ser administrada pela Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal (ANOREG/DF). O valor devido pelo usuário do serviço notarial e de registro à CCRCPN corresponderá à alíquota de 7% sobre os emolumentos constantes das Tabelas I a VI, anexas ao projeto (art. 24). O Capítulo também disciplina a forma de arrecadação e repasse dos valores arrecadados às serventias de registro civil das pessoas naturais (art. 25).

O Capítulo VI determina que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) compõe o valor total a ser pago pelo usuário, e que a base de cálculo para sua cobrança seguirá o estabelecido em ato normativo expedido pelo Governo do Distrito Federal (art. 26).

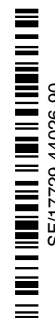
De acordo com o Capítulo VII, o TJDF inspecionará, a qualquer tempo, os livros e arquivos contábeis das serventias notariais e de registro, inclusive para averiguar a regularidade dos repasses dos valores devidos, criados pela Lei (art. 27).

Por fim, o Capítulo VIII apresenta disposições finais e transitórias. O art. 28 determina a vigência imediata da lei, a partir da sua publicação, observado o disposto nas alíneas *b* e *c* do inciso III do art. 150 da Constituição Federal. Já o art. 29 revoga as disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, referentes aos emolumentos dos serviços notariais e de registros.

No Senado, após análise da CAE, a proposição será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, posteriormente, pelo Plenário da Casa, uma vez que a tramitação da matéria segue o rito ordinário.

## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos das proposições a ela submetidas por despacho do Presidente. As questões referentes à constitucionalidade, especialmente à competência do Congresso



SF/17729.44026-90

Nacional para apreciar a matéria, à juridicidade e à boa técnica legislativa serão apreciadas pela CCJ.

O PLC nº 99, de 2017, tem por objetivo principal disciplinar a cobrança e o pagamento de emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios.

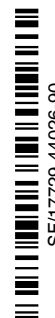
Para tanto, estabelece procedimentos de cálculo, contagem, recolhimento, cobrança e devolução de emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, fixa os respectivos valores e os critérios de atualização anual, dispõe sobre hipóteses de isenção, concessão de descontos e acréscimos aos valores dos emolumentos, entre outros aspectos.

De especial relevância para as competências temáticas desta Comissão são a criação de Taxa para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal (PROJUS) e da Conta de Compensação do Registro Civil das Pessoas Naturais (CCRCPN), no âmbito do Distrito Federal.

No primeiro caso, entendemos plenamente justificada a criação de uma fonte de recursos, alternativa e independente das verbas orçamentárias anuais, para financiar investimentos em infraestrutura e ações que possibilitem uma melhor fiscalização das serventias extrajudiciais por parte do TJDF. Não restam dúvidas de que o Projus é fundamental para o reaparelhamento e, portanto, para o fortalecimento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Importante notar que instrumentos semelhantes são adotados em diversas unidades da Federação, com resultados positivos para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Também no caso da CCRCPN, a medida proposta pelo PLC nº 99, de 2017, mostra-se meritória. É imperioso reconhecer que, no Distrito Federal como em qualquer outra unidade da Federação, serventias altamente rentáveis convivem com outras, deficitárias. A criação da Conta proposta permitirá a transferência de receitas das primeiras para as segundas, garantindo o financiamento e o funcionamento das serventias de localidades mais carentes.

Além disso, é imprescindível estabelecer um mecanismo de financiamento dos registros de nascimento, de natimorto e de óbito, que são



gratuitos por força de lei. Na prática, os usuários dos demais serviços notariais e de registros públicos de qualquer cartório do Distrito Federal contribuirão para o custeio desses atos registrais gratuitos.

Em boa hora, o projeto em análise destina parte dos emolumentos pagos pelos usuários de qualquer dos serviços previstos nas Tabelas I a VI a essas finalidades.

Por fim, consideramos que os valores previstos promovem o equilíbrio entre as duas principais variáveis envolvidas: a justa remuneração dos notários e registradores e a capacidade contributiva dos usuários de seus serviços.

Desse modo, entendemos conveniente e oportuno o acolhimento do projeto em análise por esta Comissão.

### III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017, no âmbito desta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17729.44026-90



**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 21/11/2017 às 10h - 49ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
KÁTIA ABREU	1. EDUARDO BRAGA <a href="#">PRESENTE</a>
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ <a href="#">PRESENTE</a>
GARIBALDI ALVES FILHO <a href="#">PRESENTE</a>	3. ELMANO FÉRRER <a href="#">PRESENTE</a>
ROSE DE FREITAS <a href="#">PRESENTE</a>	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. VAGO
VALDIR RAUPP <a href="#">PRESENTE</a>	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO <a href="#">PRESENTE</a>	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. ÂNGELA PORTELA <a href="#">PRESENTE</a>
HUMBERTO COSTA <a href="#">PRESENTE</a>	2. FÁTIMA BEZERRA <a href="#">PRESENTE</a>
JORGE VIANA <a href="#">PRESENTE</a>	3. PAULO PAIM <a href="#">PRESENTE</a>
JOSÉ PIMENTEL <a href="#">PRESENTE</a>	4. REGINA SOUSA <a href="#">PRESENTE</a>
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA
ACIR GURGACZ <a href="#">PRESENTE</a>	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI	1. ATAÍDES OLIVEIRA <a href="#">PRESENTE</a>
DALIRIO BEBER <a href="#">PRESENTE</a>	2. VAGO
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO <a href="#">PRESENTE</a>
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE <a href="#">PRESENTE</a>
JOSÉ AGRIPIANO <a href="#">PRESENTE</a>	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA <a href="#">PRESENTE</a>	1. VAGO
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE <a href="#">PRESENTE</a>
VANESSA GRAZZIOTIN <a href="#">PRESENTE</a>	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES	1. PEDRO CHAVES <a href="#">PRESENTE</a>
ARMANDO MONTEIRO <a href="#">PRESENTE</a>	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA	3. CIDINHO SANTOS <a href="#">PRESENTE</a>





8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES

ROBERTO MUNIZ

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLC 99/2017)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

21 de Novembro de 2017

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

5



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 10, DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018, da Senadora Maria do Carmo Alves, que Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Antonio Anastasia

**RELATOR:** Senadora Simone Tebet

20 de Março de 2019



**PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018, da Senadora Maria do Carmo Alves, que “acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu”.



SF/18338.29867-10

RELATOR(A): Senadora **SIMONE TEBET**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2018, da Senadora Maria do Carmo Alves, que “acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu”.

O projeto foi apresentado em 19 de junho de 2018 e compõe-se de dois artigos, descritos a seguir.

O **art. 1º** encarta a essência do PLS nº 307, de 2018, ao buscar acrescer § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 1995 (a qual *dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências*), a fim de permitir que o réu seja representado por seu advogado em audiências dos Juizados Especiais Cíveis – nas quais seu comparecimento é hoje exigido pelo art. 20 da mesma lei, sob pena de revelia –, sempre que ele residir em comarca distinta daquela onde se realize a audiência, e desde que esse ato processual não possa ser efetuado mediante videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão em tempo real de sons e imagens.

O **art. 2º** prevê cláusula de vigência imediata da lei que decorrer da aprovação do presente projeto.

Na justificação do projeto, a proponente assinala que os atributos mais notáveis dos Juizados Especiais são a simplicidade, a economia processual e, por conseguinte, a celeridade. Não obstante, mesmo nos Juizados, os réus podem se deparar com certas dificuldades típicas das ações de rito ordinário, as quais tramitam nos órgãos jurisdicionais tradicionais, notadamente a exigência de comparecimento em audiências a serem realizadas em localidades distantes de onde eles residem.

Diante disso, a autora do projeto cogita a citada alteração na Lei nº 9.099, de 1995, de modo a permitir que o réu seja representado em tais audiências por advogado com poderes especiais, mas exclusivamente nos casos em que não seja possível realizá-las por videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão em tempo real de sons e imagens, haja vista o disposto nos arts. 198, *caput*, e 236, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC).

O PLS nº 307, de 2018, foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Quanto aos requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, nada há a opor ao PLS nº 307, de 2018, tendo em vista que *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal de 1988 (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à **juridicidade**, o projeto se afigura correto, tendo em vista que *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *v)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alíneas ‘d’ e ‘o’, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nessa hipótese, notadamente sobre direito processual e, mais especificamente, sobre o processo nos juizados de pequenas causas.

A técnica legislativa empregada na elaboração do PLS nº 307, de 2018, está correta e em harmonia com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*.

O PLS nº 307, de 2018, é digno de aplausos, pois a situação que se busca resolver de fato merece a atenção do legislador. Não é raro o réu ter de enfrentar óbices significativos, inclusive de natureza financeira, para comparecer a audiências a serem realizadas em comarcas distantes e para as quais venha a ser intimado no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Perceba-se, porém, que, do modo como está redigido o § 5º cogitado para o art. 9º da Lei nº 9.099, de 1995, será possível concluir que ao advogado que há de representar o réu em audiências realizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis deverão ser outorgados poderes especiais tão somente para essa específica finalidade, qual seja, bem entendido, a referida representação considerada exclusivamente em si mesma.

Não obstante, ao presumirmos que poderá não mais haver oportunidades para que o réu se apresente, ele mesmo, perante o juiz, só podemos concluir que, a fim de que esse expediente alvitado pela proposição se afigure de fato apto a contribuir para o deslinde de causas nos Juizados Especiais, o advogado-representante deverá estar habilitado, com poderes por igual especiais, para a prática porventura indispensável, no curso da audiência, de outros atos mais específicos, quais sejam *i)* confessar, *ii)* reconhecer a procedência do pedido, *iii)* negociar, *iv)* transigir e *v)* renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação (CPC, arts. 105, *caput*, 334, § 10, e 390, § 1º). Caso contrário, tal representação poderá servir de subterfúgio meramente procrastinatório, posto à disposição dos réus de má-fé pela mesma lei dentre cujos princípios norteadores se destacam a economia e a celeridade processuais (Lei nº 9.099/95, art. 2º).



SF/18338.29867-10

Outra oportuna observação diz respeito a uma das condicionantes para que a dita representação reste permitida. Segundo a parte final do dispositivo ora alvitado para o art. 9º da Lei nº 9.099, de 1995, o réu estará autorizado a ser representado por seu advogado em audiências dos Juizados Especiais Cíveis apenas quando sua participação nesse ato processual não puder se dar por meio de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real. Ocorre que tal exigência é de todo desnecessária, não está em consonância com as disposições do CPC – que, em trecho algum, sugere a preponderância da videoconferência sobre os demais meios alternativos de realização de atos processuais – e, ao cabo de contas, nada mais fará que sabotar a adoção e difusão do recurso que o próprio projeto de lei ora sob exame visa a inaugurar.

De qualquer sorte, embora a abordagem adotada acerca da videoconferência não pareça ser a mais adequada, é saudável que a proponente tenha ventilado incluir na Lei dos Juizados Especiais dispositivo versando sobre o tema, porquanto, à época de sua edição, ainda não havia à disposição da Justiça a tecnologia necessária à realização de atos judiciais dessa maneira (agora já prevista em outros diplomas legais, como no próprio CPC, nos arts. 236, § 3º, 385, § 3º, 453, § 1º, dentre outros). Cremos, assim, que tal menção à videoconferência deve ser mantida na parte dispositiva do PLS nº 307, de 2018, mas simplesmente a fim de ratificar, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, a previsão já constante do *Codex* processual.

Evidentemente, na hipótese em que a parte ré deva prestar depoimento pessoal, em conformidade com os arts. 385 a 388 do CPC, poder-se-ia afirmar – aí, sim – que há uma espécie de primazia, por assim dizer, da videoconferência sobre a representação, mas isso porque, nesse caso, sequer seria cabível cogitar a designação de mandatário para a prática de um ato processual que, como a própria expressão o nomina, é exclusivamente pessoal. Por sinal, a fim de evitar futuras discussões e controvérsias jurídicas, manda a prudência explicitar esse aspecto da matéria no texto da proposição, ainda mais porque não há, hodiernamente, previsão expressa de depoimento pessoal das partes entre os dispositivos da Lei dos Juizados Especiais.

Finalmente, é preciso corrigir a ementa do PLS nº 307, de 2018, que, ao remeter a “localidades muito distantes de onde resida o réu”, acaba por não corresponder com exatidão à alteração alvitada no corpo normativo da própria proposição.



**III – VOTO**

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 307, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva:

**EMENDA Nº - CCJ (SUBSTITUTIVO)****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018**

Altera os arts. 9º e 13 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar ao réu a representação por advogado nas audiências de Juizados Especiais Cíveis realizadas em comarca diversa daquela onde ele resida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 9º e 13 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com o acréscimo dos seguintes dispositivos:

“**Art. 9º** . .....

.....

§ 5º Nas situações em que o réu resida em comarca distinta daquela onde tiver de ser realizada audiência, poderá ele ser representado por seu advogado, com poderes especiais para essa finalidade e para confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir e renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

§ 6º A representação a que se refere o § 5º não poderá ser exercida para a prestação do depoimento de que tratam os arts. 385 a 388 do Código de Processo Civil.” (NR)

“**Art. 13.** .....

.....



§ 5º Admite-se a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/18338.29867-10



8

Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

CCJ, 20/03/2019 às 10h - 6ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA	
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. MAJOR OLÍMPIO	
SELMA ARRUDA	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
CID GOMES		2. MARCOS DO VAL	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. NELSON TRAD	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO		1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO		2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

IZALCI LUCAS

ALVARO DIAS

PAULO PAIM

## Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PLS 307/2018

### Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	
			EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS
			SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO
			MECIAS DE JESUS				3. MARCIO BITTAR
			JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO
			JOSÉ MARANHÃO				5. DÁRIO BERGER
			CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO
			ESPERIDIÃO AMIN				7. LUIS CARLOS HEINZE
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	
			ANTONIO ANASTASIA				1. JOSÉ SERRA
			TASSO JEREISSATI				2. ROBERTO ROCHA
			ELMANO FÉRRER				3. RODRIGO CUNHA
			ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS
			ROSE DE FREITAS				5. MAJOR OLÍMPIO
			SELMA ARRUDA				6. FLÁVIO BOLSONARO
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)			
SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	
			VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU
			CID GOMES				2. MARCOS DO VAL
			FABIANO CONTARATO				3. RANDOLFE RODRIGUES
			ALESSANDRO VIEIRA				4. ACIR GURGACZ
			WEVERTON				5. LEILA BARROS
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	
			HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA
			FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER
			ROGÉRIO CARVALHO				3. PAULO ROCHA
TITULARES - PSD				SUPLENTEs - PSD			
SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	
			OTTO ALENCAR				1. SÉRGIO PETECÃO
			ANGELO CORONEL				2. NELSINHO TRAD
			AROLDE DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)			
SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	
			RODRIGO PACHECO				1. ZEQUINHA MARINHO
			MARCOS ROGERIO				2. MARIA DO CARMO ALVES
			JORGINHO MELLO				3. WELLINGTON FAGUNDES

Quórum: TOTAL 14

Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

\* Presidente não votou

Senador Antonio Anastasia  
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 20/03/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLS 307/2018)**

NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS 307, DE 2018, RELATADO PELA SENADORA SIMONE TEBET.

O SUBSTITUTIVO SERÁ SUBMETIDO A TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282 C/C ART. 92 DO RISF.

20 de Março de 2019

Senador ANTONIO ANASTASIA

Presidiu a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e  
Cidadania

PLS 307/2018  
00002/S

1

**EMENDA nº - CCJ**

(ao PLS nº 307, de 2018)

Altere-se o art. 1º do Substitutivo proposto ao PLS 307, de 2018, para modificar e renumerar os parágrafos 5º, 6º e 7º, do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, nos termos a seguir:

“**Art. 1º** Os arts. 9º e 13 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....  
.....

§ 5º Quando o réu residir em comarca distinta daquela onde será realizada audiência, ele poderá ser representado por **qualquer pessoa com poderes especiais** para essa finalidade e para proceder à **confissão espontânea, negociar e transigir**.

§ 6º A faculdade do réu de ser representado por qualquer pessoa em audiência, na forma do § 5º, não afasta a exigência de sua assistência por advogado, nas causas discriminadas na parte final do caput deste artigo.

§ 7º A representação a que se refere o § 5º não poderá ser exercida para a prestação do depoimento de que tratam os arts. 385 a 388 do Código de Processo Civil.” (NR)

Altere-se a ementa do Substitutivo proposto ao PLS nº 307, de 2018, nos termos a seguir:

“Altera os arts. 9º e 13 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de tornar possíveis, nos Juizados Especiais Cíveis, a representação do réu em audiências realizadas em comarca diversa daquela onde ele reside e o **uso da videoconferência ou**



SF/19701.70145-85

**de recursos tecnológicos análogos para a prática de atos processuais.”**

### **JUSTITIFICAÇÃO**

Na última reunião desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, veio à deliberação o Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018, de autoria da Senadora Maria do Carmo que, tinha por escopo facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

A Relatora da matéria, Senadora Simone Tebet, apresentou Substitutivo melhorando o projeto de maneira significativa. No entanto, solicitei vista para analisar melhor a matéria, entendendo que o parágrafo § 5º que se pretende introduzir ao art. 9º da Lei 9.099/95 deveria ser acrescentado para que além de ser representado judicialmente por advogado, o réu também pudesse sê-lo por qualquer pessoa com poderes especiais, cumprindo assim os princípios básicos dos juizados especiais de informalidade, simplicidade e economia processual.

Neste sentido, apresento a presente emenda para fazer **mudanças pontuais** no §5º, **acrescendo um novo §6º** para não excepcionar a norma geral do caput do art. 9º e **renumerando o parágrafo 6º do Substitutivo para 7º**.

Sugerimos também para Vossa Excelência uma pequena alteração de redação na **ementa** para explicitar melhor a possibilidade de realização de vídeo conferência.

**Senadora SELMA ARRUDA**





**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre a emenda apresentada em turno suplementar ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018, da Senadora Maria do Carmo Alves, que “acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu”.



RELATORA: Senadora **SIMONE TEBET**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2018, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que trata da representação do réu em audiências dos Juizados Especiais Cíveis realizadas em comarcas distintas daquela onde ele resida, foi aprovado, na forma de substitutivo, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, em 20 de março de 2019.

Nesta situação, o projeto submete-se a turno suplementar de discussão e votação, nos termos dos arts. 92, 270, parágrafo único, e 282, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Em 27 de março de 2019, a Senadora Selma Arruda apresentou a Emenda nº 2-S, no turno suplementar, como faculta o art. 282, § 2º, do RISF.

A emenda ora sob exame visa à alteração da redação do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (que *dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências*), para estabelecer, em suma, que qualquer pessoa (e não mais apenas o advogado) poderá representar o réu, em audiências dos Juizados Especiais Cíveis, desde que lhe sejam outorgados poderes especiais para essa finalidade, bem como para

proceder à confissão espontânea, negociar e transigir, sendo que essa faculdade do réu não deve comprometer a exigência de assistência por advogado nas causas de valor superior ao de vinte salários mínimos. Ademais, é alvitrada modificação de natureza redacional à ementa cogitada pelo substitutivo ao PLS nº 307, de 2018, a fim de esclarecer que um dos objetos do projeto é também a explicitação da possibilidade de realização de videoconferências no âmbito dos Juizados.

## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 283, *caput*, do RISF, o oferecimento de emenda na discussão suplementar implica o retorno da matéria às comissões competentes, que não poderão apresentar novo substitutivo.

Por esse motivo, o PLS nº 307, de 2018, é agora novamente submetido à apreciação da CCJ, para que esta emita parecer sobre a Emenda nº 2-S, apresentada pela Senadora Selma Arruda.

Entendemos que a Emenda nº 2-S merece ser acolhida.

Com efeito, nos termos da redação proposta ao §5º do art. 9º, da Lei nº 9.099/1995, além de representado judicialmente por advogado, o réu deve sê-lo também por qualquer pessoa com poderes especiais, até para atender a princípios típicos do processo nos Juizados Especiais (notadamente, simplicidade, economia processual e celeridade). Não foi à toa, afinal, que o legislador originário, no *caput* do art. 9º da Lei dos Juizados Especiais, facultou à parte, nas causas de valor até vinte salários mínimos, ser, ou não, assistida por advogado. Ademais, cabe ressaltar que as disposições da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil – CPC), já hoje autorizam a outorga a terceiros, sejam ou não causídicos, de determinados poderes especiais – quais sejam negociar, transigir e confessar espontaneamente (arts. 334, § 10, e 390, § 1º), sem dúvidas suficientes para que os litígios cheguem a um bom termo.

Por fim, aderimos igualmente à singela ratificação proposta ao §5º do art. 9º, quanto à necessidade de assistência por advogado, sempre que o valor da causa for superior a vinte salários mínimos, bem como à explicitação, na ementa da proposição, de que uma das finalidades do projeto é clarificar a possibilidade de realização de videoconferências nos Juizados Especiais.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** da Emenda nº 2-S, da Senadora Selma Arruda, apresentada, em turno suplementar, ao substitutivo ao PLS nº 307, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19989.13819-95



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2018

Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

**AUTORIA:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte § 5º:

“**Art. 9º** . .....

.....

§ 5º Nas situações em que o réu resida em comarca distinta daquela onde tiver de ser realizada audiência na qual seu comparecimento seja exigido, poderá ele ser representado por seu advogado, com poderes especiais para essa finalidade, acaso o ato processual não possa ser realizado por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A marca dos Juizados Especiais, notadamente os cíveis, é a simplicidade, como também a economia processual e a celeridade.

Inspirados nesses valores é que estamos propondo solução para um problema com que muitas vezes se deparam os réus quando são intimados para comparecimento em audiências a serem realizadas em localidades distantes do local da sua residência, o que lhes dificulta enormemente o comparecimento nesse tipo de ato processual.

A solução alvitrada consiste em fazer com que a lei permita ao réu ser representado nessas audiências por advogado com poderes especiais, mas tão somente nos casos em que não seja possível realizá-las por videoconferência, instrumento esse já previsto expressamente pelo art. 236, § 3º, do Código de Processo Civil, e levando-se em conta, também, que o *caput* do art. 198 do mesmo diploma legal ainda prevê que “as unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes”.

Em suma, a representação do réu por seu advogado em audiências realizadas em localidades distantes da residência do réu possibilitará o aperfeiçoamento do funcionamento da máquina judiciária e a ampliação da efetividade do direito de defesa do réu, que, muitas vezes, se vê impossibilitado de se defender adequadamente diante desse tipo de obstáculo.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares com vistas à aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senadora MARIA DO CARMO ALVES



SF/18123.10745-44

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;  
Lei dos Juizados Especiais - 9099/95  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9099>
  - artigo 9º

6





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2016, que *altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.*



RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

### I – RELATÓRIO

Submete-se, nesta oportunidade, ao crivo desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2016, de autoria do Senador Antonio Anastasia.

Composto de três artigos, o **art. 1º** do projeto traz o objeto da lei, ao passo que o **art. 2º** visa alterar a redação do art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária das normas integrantes do Código de Processo Civil ao processo penal, eleitoral, trabalhista e administrativo.

Com efeito, segundo a inovação sugerida pelo proponente, fica ampliada a incidência do art. 15 do Código de Processo Civil para alcançar o processo penal, à semelhança do que já ocorre em relação aos processos eleitoral, trabalhista e administrativo em curso, para suprir a existência de alguma lacuna legislativa, solucionando, supletiva e subsidiariamente, questões processuais específicas surgidas no decorrer da tramitação do processo penal, desde que a regra a ser aplicada seja compatível com o sistema processual penal, instituído pelo Código de Processo Penal.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

A cláusula de vigência, prevista no **art. 3º** do projeto, institui que a Lei decorrente da eventual aprovação da matéria entra em vigor na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

Neste colegiado, a matéria foi inicialmente distribuída ao ilustre Senador FLEXA RIBEIRO, que apresentou minuta de relatório favorável à aprovação deste projeto, sem apresentação de emendas, cujo teor recuperamos, em grande medida, no presente parecer.

## II – ANÁLISE

O projeto não apresenta vício de **regimentalidade**. Nos termos do art. 101, incisos I e II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao direito processual.

Os requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito, nos termos do art. 61, § 1º, da Constituição Federal. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

Quanto à **técnica legislativa**, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei, a saber: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.



SF/19224.52894-07



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

3

No que concerne à **juridicidade**, o projeto se afigura correto, pois, como se sabe, a juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: *a) adequação* do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; *b) generalidade* normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; *c) inovação* ou *originalidade* da matéria, ante as normas jurídicas em vigor; *d) coercitividade* potencial; e *e) compatibilidade* com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

No que concerne ao **mérito**, consideramos louvável a medida inovadora abraçada pelo projeto em análise, pois está muito bem ajustada ao espírito do Código de Processo Civil, além de demonstrar elevado respeito pelo princípio da celeridade da prestação jurisdicional na forma prevista no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, que estabelece que *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*. Em acréscimo, este projeto é relevante e oportuno, uma vez que há base concreta para a preocupação do proponente quando se admite equivocadamente que o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal são compartimentos estanques e incomunicáveis. De fato, concordamos integralmente com o proponente quanto à necessidade de se incluir o adjetivo “penais” no art. 15 do Código de Processo Civil, pois, com alguma frequência, as normas constantes do Código de Processo Civil são chamadas para suprir as lacunas legislativas acaso existentes do processo penal.

O Código de Processo Civil surge com essa proeminência em relação aos demais Códigos em razão de ser a principal lei processual utilizada para a disciplina do procedimento de tomada de decisão pelo órgão jurisdicional. É por isso que os demais Códigos cujos procedimentos são dedicados a disciplinar outros ramos do Direito se referem ao Código de Processo Civil, com admiração e respeito, em diversos dispositivos, ora exaltando a necessidade de sua aplicação supletiva, ora afirmando a possibilidade de sua aplicação subsidiária. Assim, por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em seu art. 769, afirma que, *nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título*.





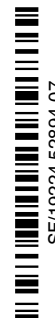
SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Como outros exemplos de expressa aplicação subsidiária das normas contidas no Código de Processo Civil aos processos penais em curso, podemos citar alguns dispositivos do Código de Processo Penal que fazem essa remissão expressa ao regime processual civil. É o caso destes dispositivos: o art. 139 do Código de Processo Penal (*o depósito e a administração dos bens sequestrados ficarão sujeitos ao regime do processo civil*); o art. 362 do Código de Processo Penal, que trata da citação do réu e que dispõe que, *verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil*; e, por fim, o art. 790 do Código de Processo Penal (*o interessado na execução de sentença penal estrangeira, para a reparação do dano, restituição e outros efeitos civis, poderá requerer ao Supremo Tribunal Federal a sua homologação, observando-se o que a respeito prescreve o Código de Processo Civil*).

Até mesmo o Código de Defesa do Consumidor, a teor do seu art. 90, admite a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil, naquilo que for compatível com a defesa dos interesses e direitos dos consumidores em juízo, seja a título individual, seja a título coletivo, *aplicam-se às ações previstas neste título as normas do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, inclusive no que respeita ao inquérito civil, naquilo que não contrariar suas disposições*.

A partir dos exemplos acima, percebemos, a propósito, que nem sempre um ramo do Direito se vale inteiramente de regras processuais próprias, sendo permitido, em algumas hipóteses, que as disposições de um Código de Leis sejam utilizadas por outro Código, sempre que isso se mostrar mais adequado à solução da questão processual. Na Justiça Eleitoral, por exemplo, o juiz conduzirá o processo eleitoral criminal segundo o disposto no Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965, arts. 355 a 364), embora com a seguinte ressalva a respeito da aplicação subsidiária do Código de Processo Penal, nos termos do seu art. 364, aos procedimentos de apuração de crimes eleitorais, *no processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, aplicar-se, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal*.

À guisa de fecho, concordamos integralmente com a sugestão de alteração legislativa contida na proposição, inclusive com os argumentos





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

presentes na justificação, sugerindo, desde logo, a sua aprovação. É que o sistema processual penal, na forma como se encontra consolidado no âmbito do Código de Processo Penal, admite que se aplique, em diversos casos, as disposições contidas no Código de Processo Civil como quer o projeto. Na verdade, a alteração do art. 15 do Código de Processo Civil para admitir a aplicação supletiva e subsidiária da lei processual civil aos processos penais em curso significa acrescentar aquilo que vem faltando ao Código de Processo Penal, mas somente em casos específicos e bem delineados, nos quais a disciplina própria do Código de Processo Penal cede, de forma expressa e clara, espaço de aplicação às normas previstas no Código de Processo Civil.



### III – VOTO

Diante de todo o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

## VOTO EM SEPARADO

Perante COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2016, que *altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.*



SF/19239.79834-00

### I – RELATÓRIO

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2016, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que *altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.*

O **art. 1º** do projeto indica o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação para possibilitar a aplicação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) ao processo penal, em caráter supletivo e subsidiário. Para tanto, o **art. 2º** do projeto dá nova redação ao art. 15 do Código de Processo Civil, para incluir o processo penal entre aqueles ramos do Direito cujos procedimentos possam ser alcançados pelos dispositivos do Código de Processo Civil, de forma supletiva e subsidiária, se ausente norma processual penal específica para tratar de alguma matéria. O **art. 3º** do projeto traz a cláusula de vigência para instituir que a Lei decorrente da eventual aprovação da matéria entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi distribuído à relatoria do eminente Senador TASSO JEREISSATI.



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

## II – ANÁLISE

*Salvo melhor juízo*, a alteração acima referida significa um gravame ao texto do Código de Processo Civil e também à sistemática processual penal. Na verdade, o legislador não descurou ao deixar de incluir o processo penal entre aqueles ramos do Direito que não são regulados, de forma supletiva e subsidiária, pelos dispositivos contidos no novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

O primeiro motivo ensejador da exclusão de qualquer menção ao processo penal entre os ramos do Direito descritos pelo art. 15 do Código de Processo Civil tem por origem lógica o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre o novo Código de Processo Penal, que hoje tramita na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 8.045, de 2010). De fato, o projeto do novo Código de Processo Penal (Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009) começou a tramitar antes do projeto do novo Código de Processo Civil (Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010), e tinha por finalidade justamente a de afastar a incidência de normas processuais civis do seu âmbito de aplicação. Assim, ante a tramitação simultânea, naquela época, de dois projetos de Código no âmbito do Senado Federal, com a formação de duas Comissões de Juristas distintas para a elaboração de dois projetos, foi ajustado que tanto o novo Código de Processo Civil, quanto o novo Código de Processo Penal esgotariam, por completo, todas as hipóteses legais previstas, sem a necessidade da incidência de normas de um Código sobre o outro, uma vez que ficou acordado que não haveria a incidência de normas processuais civis sobre assuntos de natureza processual penal, e vice-versa, por ser um assunto tormentoso, com possibilidade de se dar azo a inúmeras discussões despiciendas de fundamento.

Fica evidente, portanto, que diversos dispositivos trazidos pelo novo Código de Processo Civil não podem ser aplicados para além das suas fronteiras normativas. É que boa parte dos seus dispositivos processuais possuem, já na sua superfície, consequências imprevistas que acabam por subverter a lógica reinante em outras searas da jurisdição, como é o caso do processo penal, instituído sob o primado da presunção de inocência do acusado e o da busca da verdade real. Nesses casos de sobreposição de normas, o intérprete ficaria obrigado, desde logo, a cotejar os dispositivos normativos presentes na esfera processual penal com aqueles encartados no âmbito do



SF/19239.79834-00





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Código de Processo Civil, a fim de verificar a sua compatibilidade, aplicação e eficácia, notadamente se tais dispositivos estiverem relacionados à defesa do acusado, ou a contagem dos prazos processuais penais, uma vez que se adotada a sistemática processual civil, os prazos processuais penais deixarão, por exemplo, de ser contados em dias corridos, para ser contados em dias úteis.

Exemplo de perplexidade diz respeito à apresentação de réplica pelo Ministério Público ou querelante em resposta à acusação do réu. Com efeito, alguns juristas lembram a redação do art. 396, *caput*, do Código de Processo Penal, no qual se prevê que, nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para, em seguida, mencionar o art. 396-A, *caput*, do Código de Processo Penal, no qual se admite que, na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Contudo, o Código de Processo Penal não traz dispositivo que mencione a possibilidade de a acusação se manifestar acerca das eventuais preliminares arguidas ou dos documentos juntados pela defesa do acusado. No Código de Processo Civil, por sua vez, o art. 351 determina que, se o réu alegar qualquer das preliminares de mérito enumeradas no art. 337 (coisa julgada, litispendência, incompetência absoluta do juízo, defeito de representação, *etc.*), o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova. Assim, admitir a possibilidade de apresentação de réplica à defesa pela acusação no âmbito processual penal prejudicaria sensivelmente a defesa do acusado, pois se concederia ao juiz maiores elementos para receber a denúncia ou a queixa contra o acusado após a apresentação da réplica pela acusação, tornando-o réu ou querelado. Ademais, haveria violação ao princípio da presunção de inocência do acusado porque estaríamos permitindo uma inversão de princípios processuais penais: a acusação se manifestaria por último no processo penal, e não a defesa do acusado, no momento crítico da fase de recebimento da denúncia ou queixa.

Em acréscimo, se admitirmos a inclusão do processo penal entre aqueles ramos do Direito cujos procedimentos possam ser alcançados pelos dispositivos do Código de Processo Civil, de forma supletiva e subsidiária, estaremos permitindo, de fato e de direito, que os juízes e tribunais incluam, indistintamente, entre os procedimentos penais etapas que não foram sequer



SF/19239.79834-00





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

objeto de discussão e votação no âmbito do Congresso Nacional, usurpando, em última análise, as atribuições constitucionais do Poder Legislativo de elaborar o texto normativo.

Com efeito, concordamos que existe uma desarmonia procedimental-processual entre o processo civil e o processo penal em muitos aspectos, e a tentativa de incluir dispositivos processuais civis no âmbito da seara processual penal pode levar a uma confusão entre qual norma deve ser aplicada, se a processual civil, ou se a processual penal. Antes de se adotar, neste momento, a possibilidade de se permitir a aplicação de norma processual civil no âmbito processual penal, é preciso, todavia, que se conceda algum crédito ao legislador infraconstitucional a respeito das suas intenções ao promulgar o Novo Código de Processo Penal.

Na verdade, se fosse da vontade do legislador à época da elaboração do Novo Código de Processo Civil admitir a influência de dispositivos processuais civis sobre os procedimentos penais, ter-se-iam feito referências específicas ao corpo do Código de Processo Penal no projeto do Novo Código de Processo Civil ou mesmo alterado algum dos seus dispositivos processuais penais para se permitir a aplicação, supletiva e subsidiária, do novo Código de Processo Civil. E, como não foi realizada menção alguma ao assunto, é de se presumir que não houve a intenção do legislador de alterar a sistemática processual penal, aguardando o que vier a ser decidido a seu respeito no âmbito do projeto do Novo Código de Processo Penal, que tramita perante a Câmara dos Deputados, ao contrário do que foi feito em relação a outros assuntos cujos diplomas normativos foram alterados explicitamente pelo Novo Código de Processo Civil, como por exemplo, *i*) o Código Eleitoral, que foi alterado pelo art. 1.067 do novo Código de Processo Civil, *ii*) a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), que foi modificada pelos arts. 1.062 a 1.066 do novo Código de Processo Civil, *iii*) o Código Civil que sofreu alterações em face do art. 1.067 do novo Código de Processo Civil, entre outros diplomas normativos.

Por fim, argumente-se que, na atualidade, inexistem questões jurídicas omissas que estariam a merecer solução pela via da aplicação subsidiária provinda do ordenamento jurídico processual civil, em detrimento do singular método interpretativo e hermenêutico estabelecido no Código de Processo Penal. Assim é que, não há demonstração cabal, mediante exemplos práticos, da utilidade dessa incidência subsidiária.





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

A bem da verdade, determinar agora a incidência subsidiária do Código de Processo Civil ao processo penal de modo genérico, e não pontual, atordoará a tranquilidade da tramitação de inúmeros processos penais com dilações decorrentes de incidentes processuais desnecessários. A presente proposição estará a lançar uma grande dúvida hermenêutica no processo penal e a consequência será a insegurança jurídica nesses procedimentos, o que acabará ocasionando impunidades ainda maiores em face da extinção da punibilidade por prescrições intercorrentes ou de nulidades inesperadas.



SF/19239.79834-00

E, a corroborar a desnecessidade de mudança, traz-se a lógica, já estabelecida e amplamente difundida na atual legislação de espécie, consubstanciado no art. 3º. do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941), que institui o mecanismo intrínseco de integração e aplicação da norma processual penal: *"Art. 3º. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito"*.

Em suma, o ponto de diferenciação mais evidente exsurge na dificuldade de se compatibilizar normas processuais civis com normas processuais penais, e aqueles princípios constitucionais processuais penais, como o da presunção de inocência e o da verdade real, que não encontram acolhimento no âmbito processual civil, o que enseja, por mais esse motivo, a rejeição do projeto.

### III – VOTO

Diante de todo o exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2016.

Sala da Comissão,

Senador **RODRIGO PACHECO**  
**DEM/MG**



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2016

Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.

**AUTORIA:** Senador Antonio Anastasia

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei tem como objetivo possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.

**Art. 2º** O art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 15.** Na ausência de normas que regulem processos penais, eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.”  
(NR)

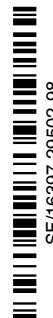
**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem como objetivo alterar o art. 15 do Código de Processo Civil (CPC), com o objetivo de possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária de regras constantes do CPC no âmbito do processo penal.

Atualmente, o CPC não prevê a sua aplicação subsidiária ao processo penal, conforme se verifica na redação de seu art. 15: “*na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente*”.

Entretanto, o CPC e o Código de Processo Penal (CPP) não podem ser vistos como compartimentos estanques e incomunicáveis. Regras



SF/16397.29502-98



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

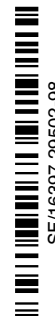
constantes do CPC são com alguma frequência chamadas para suprir lacunas legislativas do processo penal. Por sua vez, embora com uma incidência menor, regras constantes do CPP são chamadas para suprir normas do processo civil. É o diálogo comum e necessário entre as fontes normativas processuais.

Ressalte-se que há processualistas que entendem que tal diálogo deve ser feito não só quando houver a ausência de normas, mas também quando se quer enriquecer a interpretação por meio da utilização de princípios fundamentais do processo civil. Neste sentido é o entendimento de Teresa Arruda Alvim Wambier, Maria Lúcia Lins Conceição, Leonardo Ferres da Silva Ribeiro e Rogério Licastro Torres de Mello:

O legislador disse menos do que queria. Não se trata somente de aplicar as normas processuais aos processos administrativos, trabalhistas e eleitorais quando não houver normas, nestes ramos do direito, que resolvam a situação. A aplicação subsidiária ocorre também em situações nas quais não há omissão. Trata-se, como sugere a expressão ‘subsidiária’, de uma possibilidade de enriquecimento, de leitura de um dispositivo sob outro viés, de extrair-se da norma processual eleitoral, trabalhista ou administrativa um sentido diferente, iluminado pelos princípios fundamentais do processo civil. A aplicação supletiva é que supõe omissão. Aliás, o legislador, deixando de lado a preocupação com a própria expressão, precisão da linguagem, serve-se das duas expressões. Não deve ter suposto que significam a mesma coisa, se não, não teria usado as duas. Mas como empregou também a mais rica, mais abrangente, deve o intérprete entender que é disso que se trata. (*Primeiros comentários ao Novo Código de Processo Civil*. Artigo por artigo. São Paulo: RT, 2015, p. 75).

Assim, não há dúvidas sobre a pertinência de aplicação subsidiária do CPC ao processo penal, uma vez que esse diálogo é inerente aos sistemas processuais, especialmente quando lacunas legislativas não podem ser supridas pelo diploma legislativo que lhe é correspondente. Aliás, essa também é uma característica do ordenamento jurídico como um todo, que deve sempre possibilitar a comunicação entre os diversos diplomas legais que lhe compõem.

A par desses esclarecimentos, o art. 3º do CPP é expresso no sentido de que “a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito”. Um dos exemplos clássicos de aplicação dessa norma é a



SF/16397.29502-98



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

possibilidade de o juiz penal utilizar-se do art. 145, § 1º, do CPC, para alegar suspeição por motivo íntimo, já que dispositivo semelhante não se encontra no CPP. Além disso, há também alguns dispositivos do CPP que invocam expressamente a aplicação do CPC. São eles os arts. 139, 362 e 790 do CPP.

Em consonância com o entendimento aqui esposado, o processualista Cássio Scarpinella Bueno aduz que, não obstante a ausência de referência ao processo penal no art. 15 do novo CPC, persiste a possibilidade de sua aplicação subsidiária. Vejamos:

A questão, pertinentíssima, é saber se, não obstante esse silêncio, a aplicação continua a ser autorizada pelo art. 3º do CPP. A melhor resposta parece ser a positiva, o que se justifica até mesmo pela amplitude do texto da referida regra processual penal. De resto, nos casos em que o Código de Processo Penal faz expressa remissão ao Código de Processo Civil (art. 139 [depósito e administração de bens arrestados]; art. 362 [citação por hora certa]; e art. 790 [homologação de sentença estrangeira]), é irrecusável o prevalecimento da disciplina trazida pelo novo CPC.” (*Novo Código de Processo Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 52).

Sendo assim, diante da existência de lacuna legislativa, entendemos que, para se evitar qualquer interpretação em sentido contrário, deve haver a previsão expressa da possibilidade de aplicação do CPC ao processo penal, na eventual ausência de normas para a solução de questões específicas surgidas no decorrer de sua tramitação, desde que evidentemente a regra a ser aplicada seja compatível com o sistema processual penal instituído pelo CPP.

Diante do exposto, apresentamos o presente projeto de lei que expressamente possibilita a aplicação do CPC, supletiva e subsidiariamente, na ausência de normas que regulem processos penais.

Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA



SF/16397.29502-98

## LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:2015;13105](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105)

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>

- artigo 15

7



**PARECER Nº DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2018, do Senador Humberto Costa, que altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência.



Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2018, de autoria do Senador Humberto Costa, que altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA); o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência.

O art. 1º insere no art. 101 do ECA os §§ 13 e 14. O primeiro, para permitir que as medidas emergenciais para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência ou abuso sexual possam ser deferidas e efetivadas pelo defensor público, pelo delegado de polícia ou pelo membro do Ministério Público que primeiro tomar conhecimento do caso. O § 14, por

sua vez, é inserido para permitir o controle judicial do ato, determinando que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 horas, o juiz poderá manter, revogar ou alterar a medida emergencial concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.

O art. 1º do PLS também altera a redação do art. 130 do ECA, para dispor que, na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária, o membro do Ministério Público, o defensor público ou o delegado de polícia poderão determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum, observado o controle judicial, nos mesmos moldes previstos no § 14 do art. 101.

O art. 2º do PLS, na mesma linha do art. 1º, altera o art. 45 do Estatuto do Idoso para permitir-se que o defensor público, o delegado de polícia ou o membro do Ministério Público que primeiro tomar conhecimento do caso defira medidas protetivas de urgência destinadas a cessar eventual violência praticada em detrimento do idoso. Do mesmo, o § 2º desse art. 45, na forma do projeto, prevê o controle judicial do ato e a hipótese de apuração de responsabilidade se houver abuso em sua concessão.

Em seguida, o art. 3º do PLS promove acréscimos nos arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei Maria da Penha, novamente para permitir àquelas autoridades o poder de concessão de medidas protetivas de urgência, mediante controle ulterior da autoridade judicial no prazo de 24h.

Por fim, o PLS altera o art. 26 do Estatuto da Pessoa com Deficiência para permitir a concessão das medidas protetivas de urgência, nos mesmos moldes já expostos.

Na justificação da proposta, o autor argumenta que, atualmente, referidas medidas protetivas necessitam, para serem colocadas em prática, de prévia autorização judicial. Tal circunstância prejudicaria ou, até mesmo, impediria a efetivação da medida protetiva de urgência, tendo em vista a excessiva burocratização do procedimento judicial. A Lei facultaria, com devida urgência e eficiência, a concessão das medidas necessárias à proteção da pessoa em estado de vulnerabilidade pela autoridade que primeiro tomar conhecimento do fato.



Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito processual penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 61, da Carta Magna.

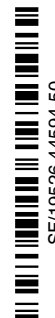
Por sua vez, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PLS é conveniente e oportuno. Não há um só dia em que a imprensa brasileira não noticie casos de feminicídio e de violência cometidos contra as mulheres. Ainda nos dias de hoje, pertencemos a uma sociedade machista que carrega o gene da desigualdade de gêneros. Apenas como exemplo, recentemente, nesta cidade de Brasília, tomamos conhecimento de um marido que matou sua mulher e quase matou seu próprio filho. Igualmente, outro marido matou sua mulher e depois incendiou a própria residência.

Se não fossem os inúmeros casos de violência contra as mulheres, ainda somos surpreendidos por episódios de extrema crueldade contra outros grupos vulneráveis. Crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, dada a sua recorrente incapacidade de proteção, são vítimas dos mais diversos tipos de violência física e moral, muitas vezes por cometidas por seus próprios familiares.

Temos que o presente Projeto, portanto, tem o mérito de reconhecer que tragédias podem ser evitadas, se houve a reação estatal em tempo hábil. A concessão das medidas protetivas pela primeira autoridade administrativa que tomar conhecimento do fato delitivo pode evitar um sem número de episódios fatais.

O Projeto opta por oferecer referida competência de concessão das medidas protetivas pelas autoridades administrativas das três instituições, além do Poder Judiciário, responsáveis por lidar diariamente com o tema da violência doméstica. Delegados, membros do Ministério Público e da Defensoria possuem a experiência necessária para atuar imediatamente e proteger a vítima vulnerável.



SF/19526.44594-50

Não se olvide, todavia, que o Projeto ressalva a possibilidade de imediata intervenção do Poder Judiciário na hipótese de abuso na concessão das medidas protetivas, em um prazo de apenas 24 horas. Cremos que referida concessão afasta objeções de inconstitucionalidade relacionadas à reserva de jurisdição.

### **III – VOTO**

Em razão do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



**PLS 137/2018**  
**00001**

**EMENDA Nº - CCJ**

(ao PLS nº 137, de 2018)

Os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, constantes no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2018, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º.....

‘Art. 101. ....

§ 13. As medidas emergenciais para a proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, referidas no § 2º, podem ser deferidas e efetivadas pelo defensor público, pelo delegado de polícia, **pela autoridade policial** ou pelo membro do Ministério Público que primeiro tomar conhecimento do caso.

**§ 15. A autoridade policial terá competência para a aplicação de medidas previstas nesta Lei somente quando o Município em que estiver atuando não for sede de comarca e não contar com delegacia em seu território.**

**§ 16. Para fins desta Lei, considera-se autoridade policial aquele que estiver na condição de chefia máxima ou comando do destacamento policial no município ou seu superior hierárquico, de caráter civil ou militar, inclusive guardas municipais, onde houver.”**(NR)

‘Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária, o membro do Ministério Público, o defensor público, **a autoridade policial** ou o delegado de polícia poderão determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

§ 2º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público, **autoridade policial** ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida cautelar concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.”(NR)

O art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, constante no art. 2º do PLS 137, de 2018, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º.....

‘Art. 45. ....



SF/19041.82471-39

.....

§ 1º O defensor público, o delegado de polícia, **a autoridade policial** ou o membro do Ministério Público que primeiro tomar conhecimento do caso poderá deferir medidas protetivas de urgência destinadas a cessar eventual violência praticada em detrimento do idoso.

.....

**§ 3º A autoridade policial terá competência para a aplicação de medidas previstas nesta Lei somente quando o Município em que estiver atuando não for sede de comarca e não contar com delegacia em seu território.**

**§ 4º Para fins desta Lei, considera-se autoridade policial aquele que estiver na condição de chefe máxima ou comando do destacamento policial no município ou seu superior hierárquico, de caráter civil ou militar, inclusive guardas municipais, onde houver.**”(NR)

Os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, constantes no art. 3º do PLS nº 137, de 2018, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3º.....

‘Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao defensor público, ao delegado de polícia, ao membro do Ministério Público, **a autoridade policial** ou ao juiz, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas:

.....

§ 1º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público, **autoridade policial** ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.

**§ 2º A autoridade policial terá competência para a aplicação de medidas previstas nesta Lei somente quando o Município em que estiver atuando não for sede de comarca e não contar com delegacia em seu território.**

**§ 3º Para fins desta Lei, considera-se autoridade policial aquele que estiver na condição de chefe máxima ou comando do destacamento policial no município ou seu superior hierárquico, de caráter civil ou militar, inclusive guardas municipais, onde houver.**”(NR)

‘Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas, de ofício, pelo defensor público, pelo delegado de polícia, pelo membro do Ministério Público, **pela autoridade policial** e pelo juiz, ou ainda a pedido da ofendida.

.....

§ 4º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público, **autoridade policial** ou delegado de polícia será submetida ao



SF/19041.82471-39

juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

‘Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público, **a autoridade policial** ou o juiz poderão aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

.....

§ 5º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público, **autoridade policial** ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.’ (NR)

‘Art. 23. Poderão o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público, **a autoridade policial** ou o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

.....

Parágrafo único. A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público, **autoridade policial** ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.’ (NR)

‘Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público, **a autoridade policial** ou o juiz poderão determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

.....

§ 1º Deverão o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público, **a autoridade policial** ou o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo. § 2º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

O art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, constante no art. 4º do PLS nº 137, de 2018, passa a ter a seguinte redação:



SF/19041.82471-39

“Art. 4º .....

‘Art. 26. ....

§ 2º O defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público, **a autoridade policial** ou o juiz que primeiro tomar conhecimento do caso poderá deferir medidas protetivas de urgência destinadas a cessar eventual violência praticada em detrimento da pessoa com deficiência.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público, **autoridade policial** ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.

**§ 4º A autoridade policial terá competência para a aplicação de medidas previstas nesta Lei somente quando o Município em que estiver atuando não for sede de comarca e não contar com delegacia em seu território.**

**§ 5º Para fins desta Lei, considera-se autoridade policial aquele que estiver na condição de chefe máxima ou comando do destacamento policial no município ou seu superior hierárquico, de caráter civil ou militar, inclusive guardas municipais, onde houver.”** (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade estender a competência para a aplicação extraordinária de medidas protetivas à autoridade policial, naqueles municípios que não forem sede de comarca e não contarem com delegacia em seu território, a fim de conferir maior efetividade ao comando normativo contido nos dispositivos legais ora em aperfeiçoamento.

Além disso, visa também delimitar o que se entende por “autoridade policial” para fins de aplicação da Lei.

Nesse sentido, solicito o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador ORIOVISTO GUIMARÃES



SF/19041.82471-39





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, DE 2018

Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 101.**.....

.....

§ 13. As medidas emergenciais para a proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, referidas no § 2º, podem ser deferidas e efetivadas pelo defensor público, pelo delegado de polícia ou pelo membro do Ministério Público que primeiro tomar conhecimento do caso.

§ 14. Na hipótese do § 13, a decisão será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida emergencial concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)



SF/18307.39727-40

“**Art. 130.** Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária, o membro do Ministério Público, o defensor público ou o delegado de polícia poderão determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

§ 1º Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória de alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor.

§ 2º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida cautelar concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.”(NR)



**Art. 2º** O art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 45.**.....

.....

§ 1º O defensor público, o delegado de polícia ou o membro do Ministério Público que primeiro tomar conhecimento do caso poderá deferir medidas protetivas de urgência destinadas a cessar eventual violência praticada em detrimento do idoso.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a decisão será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

**Art. 3º** Os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 18.** Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao defensor público, ao delegado de polícia, ao membro do Ministério Público ou ao juiz, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas:

.....

*Parágrafo único.* A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo

prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

“**Art. 19.** As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas, de ofício, pelo defensor público, pelo delegado de polícia, pelo membro do Ministério Público e pelo juiz, ou ainda a pedido da ofendida.

.....  
§ 3º Poderão quaisquer das autoridades constantes do *caput* deste artigo, de ofício ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entenderem necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio.

§ 4º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

“**Art. 22.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público ou o juiz poderão aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

.....  
§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderão o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público ou o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

.....  
§ 5º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

“**Art. 23.** Poderão o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público ou o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:



SF/18307.39727-40

.....

*Parágrafo único.* A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

“**Art. 24.** Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público ou o juiz poderão determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

.....

§ 1º Deverão o defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público ou o juiz oficial ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

§ 2º A decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)

**Art. 4º** O art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigor acrescida dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 26.**.....

§ 1º.....

§ 2º O defensor público, o delegado de polícia, o membro do Ministério Público ou o juiz que primeiro tomar conhecimento do caso poderá deferir medidas protetivas de urgência destinadas a cessar eventual violência praticada em detrimento da pessoa com deficiência.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia será submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida protetiva de urgência concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.” (NR)



SF/18307.39727-40

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, diversas leis estabelecem medidas protetivas destinadas a proteger determinados indivíduos considerados vulneráveis, como, por exemplo, crianças, idosos, mulheres e pessoas portadoras de deficiência. São elas: a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (crianças e adolescentes); a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (idosos); a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (mulheres); e a Lei nº 13.146, de 24 de 6 de julho de 2015 (pessoas portadoras de deficiência).

Em geral, as medidas em questão necessitam, para serem colocadas em prática, de prévia autorização judicial. Tal circunstância, na grande maioria das vezes, prejudica ou, até mesmo, impede a efetivação da medida protetiva de urgência, tendo em vista a excessiva burocratização do procedimento judicial.

Na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Doméstica, constatou-se, com base em relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que a morosidade na proteção da vítima não é exceção, mas sim a regra. Dependendo da região do País, o prazo para a concessão das medidas é de 1 a 6 meses, o que, a nosso ver, é incompatível com a urgência inerente ao próprio instituto.

Dessa forma, o modelo atual, que condiciona a efetivação das medidas protetivas de urgência a prévia autorização judicial, está em descompasso com a realidade e com a necessidade de solução imediata que o caso requer. Na medida em que o Estado demora para agir, ele ofende a própria essência das medidas protetivas, tornando-a inócua e, portanto, desnecessária.

Diante desse quadro, propomos que as medidas protetivas de urgência possam ser deferidas não somente pelo juiz, mas também pelo defensor público, pelo delegado de polícia ou pelo membro do Ministério Público, quando a criança, o idoso, a mulher ou a pessoa portadora de deficiência for vítima de violência. Em geral, as autoridades em questão são as primeiras a tomarem conhecimento da violência praticada, sendo,



SF/18307.39727-40

portanto, as mais aptas a efetivarem, com devida urgência e eficiência, as medidas necessárias à proteção da pessoa em estado de vulnerabilidade.

Entretanto, como forma de controlar as medidas concedidas por autoridades que não possuem poder jurisdicional, propomos também que a decisão proferida pelo membro do Ministério Público, defensor público ou delegado de polícia seja submetida ao juiz que, após manifestação prévia do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, poderá, no mesmo prazo, manter, revogar ou alterar a medida cautelar concedida, devendo também determinar a apuração de eventual responsabilidade por abuso cometido em sua concessão.

Por todos esses motivos, apresentamos este projeto, esperando contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de março de 2018.

Senador **HUMBERTO COSTA**



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
  - artigo 101
  - artigo 130
- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>
  - artigo 45
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
  - artigo 18
  - artigo 19
  - artigo 22
  - artigo 23
  - artigo 24
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
  - artigo 26



8

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, *que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.*



Relatora: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018, promove modificações nos arts. 22 e 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a possibilidade de o juiz impor que o agressor utilize dispositivo de monitoramento eletrônico de localização, como forma de assegurar que cumpra o limite mínimo de distância da vítima.

Para tanto, o art. 22 da Lei 11.340, de 2006, ficaria acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 22.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

.....

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

.....

§5º Poderá o juiz impor monitoração eletrônica ao agressor a fim de assegurar o limite mínimo de distância entre si e a ofendida, mencionado na alínea *a* do inciso III do *caput*.”

Por sua vez, o art. 23 da Lei Maria da Penha passaria a vigor acrescido do seguinte inciso V:

“**Art. 23.** Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

.....  
V – assegurar à ofendida, mediante pedido desta, dispositivo que comunique o desrespeito ao limite mínimo de distância mencionado na alínea *a* do inciso III do *caput* do art. 22.”

Nos termos da cláusula de vigência, a Lei entraria em vigor 360 dias após a sua publicação.

Na justificção, a Senadora Vanessa Grazziotin afirma que as medidas de urgência previstas na Lei não têm se mostrado suficientes para a proteção da mulher em situação de risco de violência doméstica. Então, para dar efetividade à proibição de o agressor se aproximar da vítima, sugere que se seja adotado o monitoramento eletrônico daquele, como forma de averiguar a obediência ao limite mínimo de distância.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Não encontramos vício de inconstitucionalidade formal, nem óbices de antijuridicidade ou de natureza regimental no projeto, que versa sobre direito processual penal, matéria inserida na competência legislativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, sem reserva de iniciativa presidencial.

Com relação à constitucionalidade material, observamos que a proposição não alude especificamente à “tornozeleira eletrônica”, dispositivo que fica solidário ao corpo em que é instalado, sem possibilidade de remoção sem violação do próprio equipamento, e que vem sendo amplamente utilizado em presos durante as saídas temporárias ou como alternativa à prisão cautelar.

Diferentemente, o PLS, no inciso V que acrescenta ao art. 23 da Lei, alude apenas a “*dispositivo que comunique o desrespeito ao limite mínimo de distância*” imposto pelo juiz.

O problema está na redação do § 5º do art. 22, que utiliza o termo “monitoração”.

Um instrumento de monitoramento em tempo integral, tal qual a “tornozeleira eletrônica”, não apenas acusaria o desrespeito ao perímetro mínimo imposto, mas também revelaria a todo momento onde o agressor se encontra, o que, no caso de uma pessoa que não foi condenada a privação de liberdade, nem teve decretada sua prisão cautelar, viola sua intimidade, deixando dúvidas quanto à constitucionalidade da previsão legal.

Em vista disso, apresentaremos emenda no sentido de adotar o dispositivo que apenas alerte o desrespeito ao limite de distância mínima estabelecido pelo juiz, sem necessidade de monitoramento.

Além disso, como questão de ordem prática, temos que a aferição da distância deverá ocorrer em relação a um ponto fixo, como a residência da ofendida. De outro modo, também ela seria obrigada a utilizar um dispositivo da mesma natureza, com o complicador de que, sem o agressor saber a localização da ofendida, poderia, sem intenção, violar o limite de distância imposto.

Observamos, ainda, que basta fazer a modificação no art. 22, sendo dispensável repeti-la no art. 23 da Lei.

No mais, concordamos com a proposição, pelos fundamentos arrolados na justificação da autora. A adoção desse dispositivo eletrônico para averiguar eventual desrespeito ao perímetro mínimo estabelecido certamente inibirá o agressor, sendo sua utilização, portanto, efetiva medida de proteção da mulher vítima de violência doméstica.

### III – VOTO

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018, com as seguintes emendas:



**EMENDA -CCJ**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever a obrigatoriedade de utilização de dispositivo eletrônico pelo agressor, como forma de verificar eventual desrespeito ao limite mínimo de distância em relação à residência da ofendida.”

**EMENDA -CCJ**

Dê-se ao § 5º do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, na forma do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018, a seguinte redação:

**Art. 22.** .....

.....

§ 5º Poderá o juiz impor a utilização, pelo agressor, de dispositivo eletrônico que alerte sobre eventual desrespeito ao limite mínimo de distância mencionado na alínea *a* do inciso III do *caput*, em relação à residência da ofendida.” (NR)

**EMENDA -CCJ**

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018, renumerando-se o subsequente.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2018

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.

**AUTORIA:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.

**Art. 2º** O art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 22.** .....

.....

§5º Poderá o juiz impor monitoração eletrônica ao agressor a fim de assegurar o limite mínimo de distância entre si e a ofendida, mencionado na alínea *a* do inciso III do *caput*.” (NR)

**Art. 3º** O *caput* do art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“**Art. 23.** .....

.....

V – assegurar à ofendida, mediante pedido desta, dispositivo que comunique o desrespeito ao limite mínimo de distância mencionado na alínea *a* do inciso III do *caput* do art. 22.” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei Maria da Penha, que já conta com mais de dez anos de vigência, foi uma vitória para toda a sociedade brasileira – em particular, para todas as mulheres. Com esse diploma legal, as mulheres podem contar com um importante catálogo de medidas de urgência que as protegem de cônjuges e namorados agressores.

A realidade, contudo, tem mostrado que as medidas de urgência, já previstas na Lei, não são suficientes. Infelizmente, mais e mais mulheres têm sido mortas por ex-parceiros que incidem recorrentemente nas agressões.

Assim, a fim de parar o ciclo da violência mortal, causada pela cultura do patriarcado, é importante usar o progresso trazido pelo avanço tecnológico.

A Justiça brasileira já tem usado, com grande sucesso, a monitoração eletrônica – em geral, por meio de tornozeleiras –, a qual permite saber onde se encontra o infrator em gozo de saída temporária ou de prisão domiciliar.

Propomos, assim, que, entre as medidas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, seja incluída a previsão da monitoração eletrônica como forma de garantir a distância mínima, já prevista na Lei, entre a vítima e o infrator. Dessa forma, a tecnologia mais uma vez mostrar-se-á bem-sucedida. Só que, desta vez, será por uma causa ainda mais nobre: a preservação da vida humana.

Contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN



SF/18879.39264-08



## LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:2006;11340](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340)

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

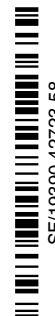
- artigo 22

- artigo 23

9

**PARECER Nº DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017, do Senador Jorge Viana, que *altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.*



Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017, do Senador Jorge Viana, que inclui entre os valores protegidos pela Lei Maria da Penha também a “identidade de gênero”, como forma de atender aos indivíduos transgêneros identificados com o sexo feminino.

O ilustre Autor, em sua Justificação, argumenta:

Embora o foco inicial tenha sido a proteção da mulher, é cediço que o ordenamento jurídico deve acompanhar as transformações sociais. Nesse contexto, entendemos que a Lei Maria da Penha deve ter o seu alcance ampliado, de modo a proteger não apenas as mulheres nascidas com o sexo feminino, mas também as pessoas que se identificam como sendo do gênero feminino, como é o caso de transexuais e transgêneros.

Estamos falando, portanto, de conferir a proteção especial da Lei Maria da Penha a pessoas que se enxergam, se comportam e vivem como mulheres, e que, da mesma forma que as que nascem com o sexo feminino, sofrem violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral por parte de parentes, companheiros ou conviventes. Com esse propósito, a presente proposição acrescenta ao art. 2º da Lei Maria da Penha a expressão “identidade de gênero”,

a fim de permitir a sua aplicação a transexuais e transgêneros que se identifiquem como mulheres.

A matéria foi aprovada, sem alterações, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

## II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que não existirem vícios de constitucionalidade formal ou material na proposição em exame. A matéria nela tratada está compreendida no campo da competência da União para legislar sobre direito penal, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal (CF), bem como possui seu autor legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, também do texto constitucional.

No mérito, somos pela conveniência e oportunidade de se estender aos transgêneros a proteção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

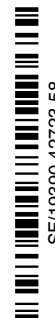
De fato, já se localiza mesmo na jurisprudência decisões nesse exato sentido. Confira-se, por exemplo, precedente da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Gonçalo/RJ:

Com efeito, apesar de não ter sido submetida ainda à cirurgia de transgenitalização, a vítima se considera mulher. As novas estéticas e temáticas ligadas à diversidade e à liberdade sexual não têm sido resolvidas pelo direito, até mesmo porque exigem uma análise interdisciplinar, o que é de certo modo uma novidade no mundo jurídico, que sempre ostentou uma certa pretensão de completude. Dessa forma, torna-se necessária alguma reflexão sobre tais aspectos.

Enquanto o sexo que pode ser masculino ou feminino, é um conceito biológico, o gênero, também feminino e masculino, é um conceito sociológico independente do sexo. (NICOLITT, Manual de Processo Penal, RT, 2016, p. 575 e seguintes)

[...]

O problema reside nas relações homoafetivas que envolvam pessoas do sexo biológico masculino, pois, no caso de homem homossexual ou que assuma o gênero feminino, considerando o princípio da tipicidade, não se enquadraria na elementar penal “mulher” prevista no art. 5.º da lei. Quando a lei fala em “mulher”,



SF/19390.42723-58

não pode o termo receber interpretação extensiva ou aplicação analógica, contra o réu, para englobar pessoa que, apesar de exercer o papel social da mulher (como a travesti, por exemplo), assumindo um gênero feminino, não pode, para efeito penal incriminador, ser equiparado à mulher, embora, em nosso pensar, devesse o legislador lhes dar idêntico tratamento, o que não foi feito (Processo nº 0018790-25.2017.8.19.0004).

Também o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro já teve a oportunidade de registrar que:

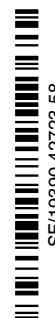
A jurisprudência tem afirmativamente promovido socialmente a proteção de diversos segmentos sociais, já que o processo legislativo não acompanha a evolução social e a realidade que se apresenta na mesma velocidade.

Não pode o Judiciário, pelo menos por ora, enquanto zelosa instituição Republicana, deixar de promover o bem social de forma isonômica e lançar a pecha discriminatória sobre aquela pessoa, detentora de inegável dignidade, embora nascida com sexo biológico masculino, socialmente vivencia a inadequação no papel social do gênero de nascença, e de forma ativa a identificação ostensiva correlata ao gênero oposto ao de nascimento.

A vedação ao retrocesso impõe, por ora, uma interpretação extensiva da lei para alcançar esse segmento social que genericamente se identifica pelo gênero feminino, como forma de promover, no mínimo, a elisão de qualquer medida de caráter socialmente excludente, valendo frisar que a integridade física, psíquica, sexual, patrimonial e moral do nacional é o que se pretende, no final das contas, proteger, quando se atravessa um requerimento de tutela de urgência na forma da lei 11.340/2006. É o que dispõe o artigo 7º do referido diploma (Agravado de Instrumento nº 0048555.53.2017.8.19.0000).

Até o Supremo Tribunal Federal sinaliza nesse mesmo sentido com o início do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 26/DF, de relatoria do Min. Celso de Mello, e do Mandado de Injunção nº 4.733/DF, de relatoria do Min. Edson Facchin. Ambos já contam com o voto dos respectivos relatores para reconhecer providência até mais drástica que a presente: reconhecer a criminalização, por ora nos termos da Lei nº 7.716, de 1989, da prática da homofobia e da transfobia.

Esse o contexto, temos que efetivamente é chegado o momento de enfrentar o tema pela via do processo legislativo, equiparando-se em direitos todos os transgêneros, através da sugerida alteração da Lei Maria da Penha.



SF/19390.42723-58

### III – VOTO

Com essas considerações, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2017

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.

**AUTORIA:** Senador Jorge Viana

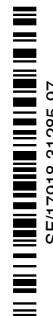
**DESPACHO:** Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017**

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Inicialmente, cumpre destacar que a presente iniciativa resulta de solicitação do Ministério Público do Estado do Acre, em especial da Coordenadora do Centro de Atendimento à Vítima (CAV), que se deparando com situações de violência doméstica e familiar contra transexuais e transgêneros instou esta Casa a apresentar proposta de solução para o problema.



O ordenamento jurídico brasileiro dispõe de diploma legal que trata especificamente da violência doméstica e familiar contra a mulher: a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.343, de 7 de agosto de 2006. Essa Lei buscou conferir ampla proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, criando diversos mecanismos para coibir e prevenir as mais diversas formas de violência a que são submetidas as mulheres do nosso país.

Embora o foco inicial tenha sido a proteção da mulher, é cediço que o ordenamento jurídico deve acompanhar as transformações sociais. Nesse contexto, entendemos que a Lei Maria da Penha deve ter o seu alcance ampliado, de modo a proteger não apenas as mulheres nascidas com o sexo feminino, mas também as pessoas que se identificam como sendo do gênero feminino, como é o caso de transexuais e transgêneros.

Estamos falando, portanto, de conferir a proteção especial da Lei Maria da Penha a pessoas que se enxergam, se comportam e vivem como mulheres, e que, da mesma forma que as que nascem com o sexo feminino, sofrem violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral por parte de parentes, companheiros ou conviventes. Com esse propósito, a presente proposição acrescenta ao art. 2º da Lei Maria da Penha a expressão “identidade de gênero”, a fim de permitir a sua aplicação a transexuais e transgêneros que se identifiquem como mulheres.

Com essas considerações, conclamamos nossos nobres Pares à aprovação do presente Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões,

Senador JORGE VIANA



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- artigo 2º

- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 15, DE 2018**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº191, de 2017, do Senador Jorge Viana, que Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa

**RELATOR:** Senadora Marta Suplicy

21 de Março de 2018



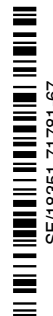


SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPPLY

**PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017, do Senador Jorge Viana, que *altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha* –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.



SF/18351.71781-67

Relatora: Senadora **MARTA SUPPLY****I – RELATÓRIO**

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 191, de 2017, do Senador Jorge Viana, que objetiva alterar a redação do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha. Para tanto, o art. 1º do PLS acrescenta a expressão “identidade de gênero” ao rol constante no artigo citado - classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião -, para ter uma vida digna, afluyente e sem violência de qualquer espécie. O art. 2º da proposição determina a entrada em vigor da lei quando de sua publicação.

Em suas razões, o autor clama que a Lei Maria da Penha tem grande significado cultural e pertinência temporal, mas que, ainda assim, não cessa a mudança dos costumes sociais – e estes convergiram para a aceitação da identidade de gênero, levando à percepção da violência sofrida por transexuais e transgêneros, que se identificam como mulheres, como sendo, efetivamente, devida à sua condição feminina. Nessa medida, vê como tarefa do legislador a extensão do alcance da proteção legal às pessoas nessa condição.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

2

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Após o exame por esta CDH, a proposição seguirá para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## II – ANÁLISE

Conforme a art. 102-E, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matéria atinente a direitos humanos e a direitos da mulher, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 191, de 2017.

Tampouco se observam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade. A União tem competência constitucional para legislar sobre a matéria (Constituição Federal, arts. 22, I, e 23, X), e a proposição promove valores constitucionais sem colidir com norma jurídica vigente ou com princípio geral de direito, inova o ordenamento por meio da espécie normativa adequada para o tema, a saber, a lei, e integra-se organicamente ao sistema jurídico pátrio.

No que diz respeito ao mérito, acreditamos ser correta a argumentação do autor quanto à evolução dos costumes e da concepção de “direitos” entre nós. Nos últimos trinta anos, o Brasil tem avançado em sua modernização cultural, isto é, na difusão horizontal da crença em que as pessoas têm, todas e qualquer uma, os mesmos direitos fundamentais; e um desses direitos, talvez aquele que contenha em si todos os demais, é o direito ao reconhecimento da identidade que o indivíduo, livremente, atribui a si mesmo. Ademais, quando da violência contra transexuais e transgêneros que se identificam como mulheres, é, de fato, a condição feminina das vítimas que o agressor ataca. A proposição em análise traz à luz, do ponto de vista normativo, justamente esse fato, e o faz com precisão, justiça e oportunidade.

Entre muitos estudiosos, destacamos a definição dada por Breno Rosostolato, psicólogo clínico e professor da Faculdade Santa Marcelina: Transgênero: "é uma pessoas sustentada pela identidade sexual, ou seja, a maneira como se identifica e se reconhece. Nem sempre o corpo confirma aquilo que ele pensa. É o homem que se vê como mulher, mas o corpo não combina com sua identidade e vice-versa. Os transgêneros são os sexos



SF/18351.71781-67



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora MARTA SUPLICY

3

cerebrais", acrescentando que gênero, masculino ou feminino, erroneamente, é um eufemismo para sexo. "O sexo está ligado ao órgão genital. O gênero é o comportamento, postura e atitude que a sociedade espera e que, portanto, é imposto."

Acreditamos, ainda, que a solução encontrada com a alteração da Lei Maria da Penha terá os efeitos desejados, e não apenas do ponto de vista prático, mas também quanto ao aspecto simbólico, vista a natureza de enumeração de princípios que possui o art. 2º, objeto da inserção descrita acima.

### III – VOTO

Em conformidade com as razões expostas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 21/03/2018 às 14h - 20ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
MARTA SUPPLY	PRESENTE	2. VAGO	
HÉLIO JOSÉ	PRESENTE	3. VAGO	
VAGO		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
PAULO PAIM	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO AMORIM		1. VAGO	
JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE	2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
VAGO		4. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
ANA AMÉLIA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOÃO CAPIBERIBE		1. RANDOLFE RODRIGUES	
ROMÁRIO	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAGNO MALTA		1. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		2. PEDRO CHAVES	PRESENTE

### Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER  
 JOSÉ PIMENTEL  
 RONALDO CAIADO  
 ROMERO JUCÁ  
 ATAÍDES OLIVEIRA  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 VICENTINHO ALVES



## **Relatório de Registro de Presença**

### **Não Membros Presentes**

JORGE VIANA



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLS 191/2017)**

NA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA MARTA SUPPLY, QUE PASSA CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

21 de Março de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

10



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## PARECER Nº DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Resolução nº 26, de 2019, da Senadora Eliziane Gama, que altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.



Relator: Senador **LASIER MARTINS**

### I – RELATÓRIO

Chega ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Resolução nº 26, de 2019, de autoria da nobre Senadora Eliziane Gama, que tem por objetivo instituir no Regimento Interno do Senado Federal o Colégio de Líderes.

O projeto é composto de três artigos. O artigo 1º define que o Colégio de Líderes será composto pelos Líderes dos partidos políticos, dos blocos parlamentares, do Governo e a representante da bancada feminina. Estabelece ainda que os Líderes de partidos políticos que integrem blocos parlamentares e o Líder do Governo terão apenas direito a voz no Colégio de Líderes. Também, por este artigo, fica definido que as decisões do Colégio de Líderes, quando não possível o consenso, serão tomadas por maioria absoluta, ponderados os votos dos Líderes de partidos políticos e blocos parlamentares em razão da expressão numérica das respectivas bancadas na composição do Plenário do Senado.

O artigo 2º altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, para que haja a previsão de oitiva ou provocação do Colégio de Líderes em diversas situações do cotidiano legislativo e parlamentar da Casa.

Nesse sentido, a proposta altera o art. 25 do RISF para que a Mesa conheça, também por provocação do Colégio de Líderes, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a postura pessoal por parte de algum Senador, dentro do edifício do Senado.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

Modifica a redação do art. 40 para que o Colégio de Líderes também possa propor a autorização para a ausência de Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, com ônus para o Senado Federal.

Altera o art. 48 para garantir a participação do Colégio de Líderes na: *i)* transformação de sessão pública em secreta; *ii)* designação da Ordem do Dia das sessões deliberativas e retirada de matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso eletrônico e para sanar falhas da instrução; *iii)* constituição de comissão para a representação externa do Senado; *iv)* promover a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos do Senado e *v)* resolução de qualquer caso não previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta altera, ainda, o artigo 67 do RISF para prever que o Colégio de Líderes também poderá propor que o Senado se faça representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional. Inclui no artigo 75 que o Colégio de Líderes poderá propor a criação de comissão externa. Já no artigo 79, altera-se o texto para determinar que, no início de cada legislatura, o Colégio de Líderes reunir-se-á para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.

As demais alterações determinam a necessária oitiva do Colégio de Líderes na definição das comissões que apreciarão as matérias em caráter terminativo (art. 91, RISF); na convocação de sessão extraordinária (art. 154, RISF); para inclusão de matérias em Ordem do Dia (art. 163, RISF); e nas situações que envolvam o descumprimento dos princípios gerais do processo legislativo (art. 412, RISF).

Por fim, define que o Colégio de Líderes poderá propor audiência pública nas comissões (art. 93, RISF); transformação de sessão ordinária em sessão temática (art. 154, RISF); prorrogação da sessão (art. 180, RISF); e urgência regimental (art. 338, RISF).

O último artigo é a cláusula de vigência, que determina que a Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



SF/19952.55488-86



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

A matéria foi apresentada à Mesa no dia 19 de março de 2019, e despachada para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na sequência, para a Comissão Diretora do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Nos termos dos arts. 101, inciso I, e 401 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência, bem como os projetos de resolução que pretendam alterar o Regimento Interno. Nesse sentido, o projeto não apresenta vício de **regimentalidade**.

A matéria se insere no âmbito das competências privativas do Senado Federal, de conformidade com o inciso XII do art. 52 da Carta Magna. Assim, não vislumbramos óbices quanto à sua **constitucionalidade**.

No que diz respeito à **técnica legislativa**, entendemos que o projeto observa as regras estabelecidas na Lei Complementar (LC) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Quanto à **juridicidade** também não há reparos a fazer.

No mérito, entendemos que a proposta é extremamente oportuna. A formalização da existência e do funcionamento do Colégio de Líderes significa um importante passo à frente para a democratização e para a descentralização da estrutura de funcionamento do Senado Federal, indo também ao encontro das reivindicações da sociedade e da opinião pública por conferir maior transparência e maior publicidade.

Vale ressaltar que tal previsão já existe no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e sem dúvida, constitui-se num dos pilares do bom andamento do processo legislativo naquela Casa. Portanto, nada mais salutar que também o Senado Federal possa contar com a existência formal desse colegiado, sobretudo nas decisões atinentes ao processo legislativo, como na definição da Ordem do Dia.

Esta iniciativa reveste-se de grande relevância, pois dialoga com



SF/19952.55488-86



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

a necessidade de uma ampla reforma do nosso Regimento Interno, datado de 1970, que sem dúvida, carece de diversos aprimoramentos e atualizações, como forma de se adequar aos novos tempos da política e da necessária transparência no que diz respeito à boa prática legislativa no Senado Federal.

No intuito de aperfeiçoar a proposta, sugerimos apenas alguns ajustes, consubstanciados nas emendas apresentadas ao final deste relatório.

Na definição da composição do Colégio de Líderes, entendemos que seja adequado incluir a participação dos Líderes da Maioria e da Minoria, conquanto sejam atores relevantes para o deslinde da atividade legiferante.

Consideramos também positivo incluir entre as atribuições do Colégio de Líderes a de deliberar sobre assuntos levados à sua consideração pelo Plenário, pela Mesa, pela Comissão, pelo Presidente do Senado e por líderes que representem um terço ou mais da composição do Senado. É bom que tal possibilidade esteja prevista no Regimento, para que o Colégio de Líderes seja formalmente consultado sobre decisões relevantes quando provocados por esses agentes.

Propomos ainda incluir a possibilidade de que os Presidentes de Comissão se reúnam com o Colégio de Líderes para o exame e assentamento de providências relativas à eficiência do trabalho legislativo.

Por fim, oferecemos emenda de redação apenas para corrigir a numeração do art. 3º do projeto, grafado erroneamente como art. 2º.

### III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa, e no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº 26 de 2019, com as seguintes emendas:

**EMENDA Nº - CCJ**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

Dê-se a seguinte redação ao art. 66-B da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), acrescido pelo art. 1º do Projeto de Resolução nº 26, de 2019:

“**Art. 66-B** Os Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares, do Governo e a representante da bancada feminina constituem o Colégio de Líderes.

.....” (NR)

### EMENDA Nº - CCJ

Altera a redação do art. 1º do Projeto de Resolução nº 26, de 2019, para incluir o seguinte art. 66-C à Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal):

“**Art. 66-C** O Colégio de Líderes poderá deliberar sobre assuntos levados à sua consideração pelo Plenário, pela Mesa, por Comissão, pelo Presidente do Senado ou por líderes que representem um terço ou mais da composição do Senado.”

### EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Onde se lê “Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”, leia-se “Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2019

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.

**AUTORIA:** Senadora Eliziane Gama (PPS/MA)

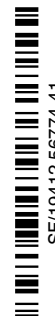


[Página da matéria](#)



## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

*Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.*



SF/19412.56774-41

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** A Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 66-B:

**Art. 66-B.** Os Líderes dos partidos políticos, dos blocos parlamentares, do Governo e a representante da bancada feminina constituem o Colégio de Líderes.

§ 1º Os Líderes de partidos políticos que integrem blocos parlamentares e o Líder do Governo terão apenas direito a voz no Colégio de Líderes.

§ 2º As decisões do Colégio de Líderes, quando não possível o consenso, serão tomadas por maioria absoluta, ponderados os votos dos Líderes de partidos políticos e blocos parlamentares em razão da expressão numérica das respectivas bancadas na composição do Plenário do Senado.

**Art. 2º** A Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 25.** Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal, a Mesa dele conhecerá, inclusive por provocação do Colégio de Líderes, e abrirá inquérito, submetendo o caso ao Plenário, que sobre ele deliberará, no prazo improrrogável de dez dias úteis.” (NR)

“**Art. 40.** A ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou

no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado.

§ 1º A autorização poderá ser:

I – solicitada pelo interessado;

II – proposta:

a) pela Presidência, quando de sua autoria a indicação, ou pelo Colégio de Líderes;

.....” (NR).

“**Art. 48.** Ao Presidente compete:

.....

IV – propor a transformação de sessão pública em secreta, inclusive por provocação do Colégio de Líderes;

.....

VI – designar a Ordem do Dia das sessões deliberativas, ouvido necessariamente o Colégio de Líderes, e retirar matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso eletrônico e para sanar falhas da instrução;

.....

XIX – propor ao Plenário, inclusive por provocação do Colégio de Líderes, a constituição de comissão para a representação externa do Senado;

.....

XXXI – promover a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos do Senado, inclusive do Colégio de Líderes, impedindo a de expressões vedadas por este Regimento, inclusive quando constantes de documento lido pelo orador;

.....

XXXIII – resolver, ouvidos o Colégio de Líderes e o Plenário, qualquer caso não previsto neste Regimento;

.....” (NR)

“**Art. 67.** O Senado, atendendo a convite, poderá se fazer representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, mediante deliberação do Plenário por proposta do Presidente ou do Colégio de Líderes ou a requerimento de qualquer Senador ou comissão.” (NR)



“**Art. 75.** As comissões externas serão criadas por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, ou por proposta do Presidente ou do Colégio de Líderes.

.....” (NR)

“**Art. 79.** No início de cada legislatura, o Colégio de Líderes reunir-se-á para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.” (NR)

“**Art. 91.** .....

§ 1º O Presidente do Senado, ouvido o Colégio de Líderes, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

.....” (NR)

“**Art. 93.** .....

§ 1º A audiência pública poderá ser realizada:

I - por solicitação de entidade da sociedade civil;

II – por proposta do Colégio de Líderes.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I do caput poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

.....” (NR)

“**Art. 154.** .....

§ 3º O Presidente poderá convocar, para qualquer tempo, sessão extraordinária quando, a seu juízo e ouvido o Colégio de Líderes, as circunstâncias o recomendarem ou haja necessidade de deliberação urgente.

.....

§ 7º As sessões deliberativas poderão ser transformadas em sessões de debates temáticos para discussões e deliberações de assuntos relevantes de interesse nacional previamente fixados, inclusive com possibilidade de realização de Ordem do Dia temática, mediante proposta apresentada pelo Presidente do Senado, pelo Colégio de Líderes, por um terço dos Senadores ou por Líderes que representem esse número, aprovada pelo Plenário.



.....” (NR)

“**Art. 163.** As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente e ouvido necessariamente o Colégio de Líderes, segundo sua antiguidade e importância, observada a seguinte sequência:

.....” (NR)

“**Art. 180.** A prorrogação da sessão poderá ser concedida pelo Plenário, em votação simbólica, antes do término do tempo regimental:

I – por proposta do Presidente ou do Colégio de Líderes;

.....” (NR)

“**Art. 338.** A urgência pode ser proposta:

.....

IV – por comissão ou pelo Colégio de Líderes, nos casos do art. 336, II e III;

.....” (NR)

“**Art. 412.** .....

.....

*Parágrafo Único.* Em todas as situações envolvendo o descumprimento do que preceitua este artigo, deverá necessariamente ser ouvido o Colégio de Líderes.” (NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O vigente Regimento Interno do Senado Federal, cuja redação original remonta a 1970, está acometido de muitas previsões que já não são condizentes com as melhores e mais modernas práticas democráticas.

Uma das lacunas que nos parece mais expressiva é a ausência de um colegiado de Líderes de partidos políticos e blocos parlamentares atuantes na Casa, com um perfil que reconheça a tal órgão competências e prerrogativas adequadas à relevância desses Senadores e Senadoras, diluindo tanto quanto



SF/19412.56774-41

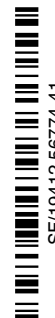
possível, poderes que, hoje, são excessivamente confluentes a órgãos por vezes não tão representativos.

Como Casa Política que é, o Senado precisa de um Colégio de Líderes que faça ser ouvida, considerada e efetiva a voz dos parlamentares. Em especial, daqueles que conduzem a atuação de suas bancadas e que dão efetividade à expressão numérica dos partidos nesta Câmara Alta.

É com esse propósito – a criação do Colégio de Líderes do Senado Federal – que estamos apresentando esta proposição, na expectativa de que a tramitação regimental permita seu aperfeiçoamento e sua final aprovação, como forma de homenagear a essencialidade dos partidos políticos no dia-a-dia desta Casa.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2019.

**Senadora ELIZIANE GAMA**



SF/19412.56774-41

## LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93>

- Resolução do Senado Federal nº 93 de 27/11/1970 - RSF-93-1970-11-27 , REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>

11



SENADOR RODRIGO PACHECO

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, do Senador Antonio Anastasia e outros, que *altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.*



SF/19571.72649-80

Relator: Senador **RODRIGO PACHECO****I – RELATÓRIO**

Por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, que tem o Senador Antonio Anastasia como primeiro signatário, busca-se alterar o art. 12 da Constituição Federal (CF), com o fim de suprimir a perda da nacionalidade brasileira em casos de naturalização. Ainda nos termos da PEC, essa declaração de perda não ocorrerá em situações que possam acarretar apatridia. Prevê, ainda, a hipótese de requerimento de perda da própria nacionalidade.

Para ser distribuída a esta Comissão, nos termos do § 1º do art. 60, da Constituição Federal, a matéria aguardou o término da intervenção federal, aprovada pelo Decreto nº 10, de 2018.

Na justificação, é lembrado que o tema da dupla ou múltiplas cidadanias ganhou evidência com decretação da perda da nacionalidade da brasileira Cláudia Hoerig, o que viabilizou sua extradição para os Estados Unidos da América (EUA). Destacou-se que, desde a promulgação da Constituição de 1988, *orientações públicas tranquilizavam sobre a não perda da nacionalidade nesses casos.*

É assinalado, ainda, que se deve *retirar o obscuro preceito de “atividade nociva ao interesse nacional” como causa desse cancelamento, para a pragmática hipótese de fraude, que possibilitou a naturalização e, a fim*





SENADOR RODRIGO PACHECO

*de manter a ideia do constituinte originário, de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (como consta do art. 5º, XLIV, da CF).*

Por fim, a PEC inclui, nos incisos I e II, do § 4º do art. 12, a ressalva que consiste no impedimento de situações de apatridia no caso de perda da nacionalidade.

## II – ANÁLISE

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também sobre seu mérito.

Com relação à admissibilidade, a PEC nº 6, de 2018, observa a vedação constitucional sobre deliberação de proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais ou que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF).

Sobre o mérito, acreditamos que a alteração é muito bem-vinda, uma vez que traz maior clareza ao texto constitucional, assim como o torna mais justo.

De acordo com a redação vigente, a perda da nacionalidade pela aquisição de outra não ocorrerá apenas nos casos de *reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis*.

Esta última hipótese de exceção pode vir a ser entendida de forma bastante restritiva. A nosso sentir, é o que ocorreu no caso da brasileira Claudia Hoerig, cuja extradição, como dito acima, motivou a apresentação desta PEC pelo Senador Antonio Anastasia. Nesse caso concreto, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o *green card* já garantiria à Claudia Hoerig a permanência no território dos Estados Unidos da América, bem como o exercício de direitos civis. Assim, segundo a Suprema Corte brasileira *é desnecessária a obtenção da nacionalidade norte-americana para os fins que constitucionalmente constituem exceção à regra da perda da nacionalidade brasileira (alíneas a e*



SF/19571.72649-80



## SENADOR RODRIGO PACHECO

*b, do § 4º, II, do art. 12, da CF).* (MS 33864/DF, Relator Ministro Luís Roberto Barroso)

Vê-se, no entanto, que o *green card* não lhe autorizaria, por exemplo, permanecer por prazo superior a um ano fora do território dos EUA.

Ademais, a matéria se situa numa zona cinzenta. Prova disso é que os consulados brasileiros chegavam a orientar nossos cidadãos no sentido de que a aquisição por eles de outra nacionalidade, de forma voluntária e expressa, não levaria à perda da nacionalidade brasileira. Com a aprovação da PEC, essas dúvidas são sanadas e traz-se segurança jurídica a nossos nacionais.

Do mesmo modo, a substituição da expressão “atividade nociva ao interesse nacional” por “fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático” confere ao texto constitucional maior objetividade. Torna-o, também, mais harmônico com os ideais e valores democráticos.

No que se refere ao afastamento da apatridia nos casos de perda da nacionalidade brasileira, a alteração se coaduna com o disposto na Convenção das Nações Unidas, de 1961, para a Redução dos Casos de Apatridia, em vigor no Brasil, por meio da promulgação do Decreto nº 8.501, de 18 de agosto de 2015. A Convenção prescreve que *se a legislação de um Estado Contratante permitir a renúncia à nacionalidade, tal renúncia só será válida se o interessado tiver ou adquirir outra nacionalidade* (artigo 7.1.a), bem como que *os Estados Contratantes não privarão uma pessoa de sua nacionalidade se essa privação vier a convertê-la em apátrida* (artigo 8.1). Mediante a aprovação da PEC, essa garantia é incorporada ao texto constitucional.

Por igual, o acréscimo do § 5º ao art. 12 da CF, com o fim de que o cidadão que renuncia a nacionalidade brasileira possa obtê-la novamente por meio de naturalização, vem constitucionalizar uma prática já aceita.

No entanto, propomos emendas para meros ajustes redacionais. Tanto o art. 1º quanto o art. 2º da PEC visam a dar nova redação ao art. 12 da CF, de maneira que, seguindo a boa técnica legislativa, a alteração deveria ser proposta em um único dispositivo.

A emenda que apresentamos tem ainda por objeto resgatar a forma da redação original do comando do § 4º. Com efeito, a redação do texto da PEC nº 6, de 2018, “a perda da nacionalidade brasileira será declarada” não promove mudança semântica na redação vigente “será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que”. Optamos por manter a redação atual, a fim de evitar futuras interpretações equivocadas sobre a vontade do legislador com a mudança promovida.





SENADOR RODRIGO PACHECO

### III – VOTO

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** da PEC de nº 6, de 2018, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº -CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 6, de 2018, a seguinte redação, ficando suprimido, por consequência, seu art. 2º, e renumerando-se o art. 3º como art. 2º:

“**Art. 1º** O art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 12.** .....

.....

§ 4º .....

I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, ressalvadas situações que acarretem apatridia;

II – fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de se naturalizar brasileiro.’ (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19571.72649-80



## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2018

Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

**AUTORIA:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) (1º signatário), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Aírton Sandoval (PMDB/SP), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Raimundo Lira (PMDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Zeze Perrella (PMDB/MG)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6 , DE 2018

*As comissões  
de Constituição, Jus-  
tita e Cidadania.  
Em 16/05/18.  
Pleamar*

Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.



SF/18091.39812-01

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O § 4º do art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

§ 4º A perda da nacionalidade brasileira será declarada:

I – quando cancelada a naturalização, por sentença judicial, em razão de fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, ressalvadas situações que acarretem a apatridia;

II – a pedido expresso do interessado perante autoridade administrativa brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem a apatridia.” (NR)

**Art. 2º** O art. 12 da Constituição Federal para a vigorar acrescido do seguinte §5º:

“Art. 12. ....

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do §4º deste artigo, não impede ao interessado se naturalizar brasileiro posteriormente.” (NR)

Recebido em Plenário.

Em 07/03/2018.

*adw - 2030*

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 23 – CEP 70165-900 – Brasília - DF



Página: 1/5 06/03/2018 14:21:04

4f398766bf4d74d1bead05bdc104f6d7036391b9





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

**Art. 3º** Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A recente decretação da perda da nacionalidade brasileira de Cláudia Sobral (Cláudia Hoerig) e sua consequente extradição para os Estados Unidos da América trouxeram à discussão o tema da dupla ou múltiplas cidadanias e sobre o processo de perda da nacionalidade brasileira, matérias reguladas pelo art. 12 da Constituição Federal.

Desde a promulgação da Carta Maior, em 1988, não era notória a abertura de ofício de processo de perda de nacionalidade decorrente de naturalização até o recente precedente de Cláudia Sobral. Ao contrário, orientações públicas tranquilizavam sobre a não perda da nacionalidade nesses casos.

O então Secretário Nacional de Justiça, Rogério Galloro, afirmou, ao comentar o processo que levou à perda da nacionalidade brasileira de Cláudia Sobral, que *“O processo não é automático, mas pode ser instaurado pelo Ministério da Justiça no momento em que o órgão é avisado pelas autoridades consulares”*<sup>1</sup>.

A atual Constituição prevê perda da nacionalidade nesses termos:

Art. 12. (...)

§ 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

- I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:
  - a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;
  - b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Assim, importa repensar o texto constitucional em matéria de perda da nacionalidade uma vez mais. A atual redação do inciso II do art. 4º do art. 12 já é uma evolução do texto original, que mencionava a perda por

<sup>1</sup> (<http://www.justica.gov.br/news/entenda-as-regras-para-201cex-brasileiros201d/view>),



SF/18091.39812-01

Página: 2/5 06/03/2018 14:21:04

4f398766bf4d74d1bead05bdc104f6d7036391b9





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

“adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária”. Essa mudança se deu com a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994.

Primeiro, sobre cancelamento de naturalização, deve-se retirar o obscuro preceito de “atividade nociva ao interesse nacional” como causa desse cancelamento, para a pragmática hipótese de *fraude*, que possibilitou a naturalização e, a fim de manter a ideia do constituinte originário, de *atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático*. Essa última linguagem corresponde ao inciso XLIV do art. 5º da CF, com a diferença deste mencionar crime e não atentado. Não mantivemos crime porque ainda não há essa tipificação.

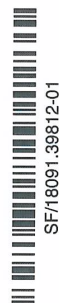
Além disso, tanto no inciso I quanto no II, tem-se a preocupação de evitar a apatridia. Portanto, findam os incisos com a expressão *ressalvadas situações que acarretem a apatridia*. Essa é a grande razão do direito internacional hoje, evitar a apatridia, e não manter a unidade da nacionalidade.

A nova redação proposta do inciso II do art. 4º tem por objetivo dar segurança jurídica, admitindo a perda por renúncia expressa do interessado, perante autoridade brasileira. De um lado, não se pode impedir alguém de renunciar a nacionalidade, a menos que isso resulte em apatridia. De outro lado, parte-se do desejo pessoal de renunciar e não de um ato administrativo de declarar a perda da nacionalidade, evitando-se arbitrariedades.

Por fim, acrescenta-se a possibilidade de alguém que renunciou a nacionalidade brasileira poder se naturalizar brasileiro. Se brasileiro nato antes, ele passará a naturalizado agora. Afinal, ele desejou renunciar a nacionalidade brasileira.

Sala das Sessões,

  
Senador ANTONIO ANASTASIA



SF/18091.39812-01

Página: 3/5 06/03/2018 14:21:04

4f398766b4d74d1bead05bdc104f6d70363911b9





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2018	
Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.	
NOME	ASSINATURA
1. Ana Amélia (PP/RS)	OK
2. LASIER	OK
3. ARMANDO MONTEIRO	OK
4. José Medeiros	OK
5. Ivo Cassol	OK
6. Simone Tebet	OK
7. Roberto Rocha	OK
8. Vanessa Grazziotin	OK
9. Aécio José	OK
10. LIDICE DA MATA E SOUZA	OK
11. TERNANÇO BEZERRA GOMES	OK
12. Raimundo Pereira	OK
13. C. M. M.	OK
14. Ailton Sandoval	OK
15. Maria do Carmo Alves	OK
16. Waldenir Costa	OK



SF/18091.39812-01

Página: 4/5 06/03/2018 14:21:04

4f398766b4d74d1bead05bdc104f6d7036391b9







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2018	
Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.	
NOME	ASSINATURA
17. ACÍLIO BEZER	OK
18. Garibaldi Alves Filho	OK
19. João Viana	OK
20. Roze de Freitas	OK
21. RANOLFE RODRIGUES	OK
22. Valdir Raupp	OK
23. Benedito Silva	OK
24. Zezé Perrella	OK
25. João Capiberibe	OK
26. Fátima Bezerra	OK
27. Otto Alencar	OK
28. Eduardo Amorim	OK
29. CRISTOVAN	OK
30. Wilder Morsis	OK
31. Marta	OK
32. TASSO FERREIRATI	OK



SF/18091.39812-01

Página: 5/5 06/03/2018 14:21:04

4f398766b14d74d1bead05bdc104f6d7036391b9



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 12

- parágrafo 4º do artigo 12

- parágrafo 3º do artigo 60

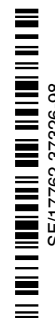
12



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

## PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014, do Senador Paulo Paim e outros, que *altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.*



Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

### I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, tem por finalidade incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos expressamente previstos no *caput* do art. 5º da Constituição da República. Se aprovada, a emenda ao texto constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A iniciativa é justificada sob o argumento de que a proteção apenas implícita a esses direitos, por serem decorrentes do regime e dos princípios constitucionalmente consagrados e dos tratados internacionais firmados pelo Brasil, deve ser tornada explícita, refletindo a sua essencialidade no exercício de atividades sociais corriqueiras.

A proposição foi distribuída apenas a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

2

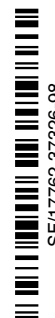
## II – ANÁLISE

Conforme o art. 101, inciso I, combinado com o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão manifestar-se a respeito da admissibilidade, especialmente sobre a constitucionalidade e juridicidade, e sobre o mérito das proposições.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, não apresenta vício de iniciativa e seu teor não é tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Também não verificamos a incidência de óbices e vedações constitucionalmente previstos que impeçam o exame da matéria, vazada em boa técnica legislativa

Com relação ao mérito, acolhemos os argumentos do autor, no sentido de que direitos tão importantes para a vida em sociedade como a acessibilidade e a mobilidade merecem ser expressamente protegidos pela nossa Constituição, ainda que estejam abrangidos pela proteção implícita dada aos direitos decorrentes do regime político e dos princípios constitucionais, ou previstos em tratados internacionais, como é o caso da Convenção internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York em 30 de março de 2007, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e aprovada na forma do art. 5º, § 3º, da Constituição de 1988, pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, tendo *status* equivalente ao das normas constitucionais. São direitos absolutamente essenciais para as pessoas com deficiência e, uma vez que os principais obstáculos à sua plena inclusão são a ignorância e o preconceito, e o remédio mais eficaz para esses males é a educação, nada mais correto do que consagrar tais direitos no texto constitucional, tanto pelos efeitos pedagógicos, quanto pelo peso jurídico de explicitar essas garantias na nossa Lei Magna.

A menção expressa certamente será mais eficaz do que a inferência implícita que se faz desses direitos, pertinentes aos princípios e aos objetivos constitucionais do pluralismo, da eliminação de toda discriminação e da construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária. Não basta, para as pessoas com deficiência, que enfrentam quotidianamente



SF/17762.37326-98



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

forte preconceito e barreiras bastante palpáveis, que seus direitos estejam assegurados somente nas entrelinhas.

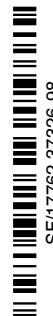
### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## **SENADO FEDERAL**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

### **Nº 19, DE 2014**

Altera o *caput* do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O *caput* do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à acessibilidade, à mobilidade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

..... (NR)”

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os movimentos sociais e os debates, em todo o mundo, sobre a necessidade de inclusão dos grupos marginalizados fizeram emergir a consciência de que normas protetivas precisam ser editadas de maneira a promover a tão sonhada igualdade de direitos.

Entre os temas debatidos no Brasil, estão o direito de ir e vir, a mobilidade e a acessibilidade. O primeiro já é um direito assegurado pela Constituição Federal, em seu art. 5º, que determina no inciso XV ser livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. Embasa essa liberdade de locomoção a garantia do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, inscritos no *caput* daquele dispositivo.

Já o direito à mobilidade e à acessibilidade só se vê implicitamente abrigado na remissão que a Carta Magna faz aos direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte. Nela, propriamente, não há, entre os direitos e deveres individuais e coletivos, menção explícita à mobilidade e à acessibilidade, tão essenciais ao exercício das atividades sociais corriqueiras: ir de casa para o trabalho, do trabalho para a faculdade, de lá para hospitais ou centros de lazer, com agilidade e utilizando a devida infraestrutura.

Assim, apresentamos essa proposta de emenda à Constituição que busca explicitar o direito de todos à acessibilidade e à mobilidade.

Cientes de ser esta uma proposta justa, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM





Altera o *caput* do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

SENADOR

ASSINATURA

<u>Edson Bieze</u>	<u>Edson Bieze</u>
<u>Antônio Carlos</u>	<u>Antônio Carlos</u>
<u>Pedro Simon</u>	<u>Pedro Simon</u>
<u>Ruben Nader</u>	<u>Ruben Nader</u>
<u>Guilherme Franco</u>	<u>Guilherme Franco</u>
<u>Acir</u>	<u>Acir</u>
<u>Antônio Diniz</u>	<u>Antônio Diniz</u>
<u>Antônio Carlos</u>	<u>Antônio Carlos</u>
<u>Luiz Vilela</u>	<u>Luiz Vilela</u>
<u>Valério</u>	<u>Valério</u>
<u>Thiago</u>	<u>Thiago</u>
<u>Thiago</u>	<u>Thiago</u>

Antônio Carlos

RAMIRO JICA

Sergio Portic

Luiz Buz

Antônio Carlos

Altera o *caput* do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

SENADOR

ASSINATURA

Renato Neri

[Assinatura]

ANA BETA

[Assinatura]

NOZAKI DO

[Assinatura]

Waldemar do

[Assinatura]

Cyano M. Aguiar

[Assinatura]

EDUARDO DE AGUIAR

[Assinatura]

RANDOLFE FERNANDES

[Assinatura]

LENE DA MATA E SOUZA

[Assinatura]

Mário Costa

[Assinatura]

ANTONIO CARLOS LOPES

[Assinatura]

ROBERTO GELBERG

[Assinatura]

Edilson Antonio

[Assinatura]

do

[Assinatura]

## LEGISLAÇÃO

### Presidência da República

#### Casa Civil

#### Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

13



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016, do Senador José Aníbal, que *enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.*



SF/19775.06119-30

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, nos termos do art. 101, inciso II, alínea d, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 312, de 2016, do Senador José Aníbal, que busca alterar a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, para inserir as entidades de previdência complementar no seu campo de aplicação.

O projeto (a) estende a aplicabilidade dos crimes e penalidades previstas na chamada Lei do Colarinho Branco aos gestores de entidades de previdência complementar, (b) permite que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) verifique a ocorrência de crime e notifique o Ministério Público, (c) cria o crime de facilitação da prática de crimes de gestão fraudulenta ou temerária e (d) propõe definições para gestão fraudulenta e gestão temerária.

Em sua justificação, o autor argumenta que o objetivo da proposição é endurecer as regras contra as gestões fraudulenta e temerária praticadas por gestores de fundos de pensão. Informa que os principais



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

fundos de pensão do Brasil acumularam perdas de R\$ 113,5 bilhões em razão de má gestão, investimentos arriscados, ingerência política e desvios de recursos. Assim, seria preciso punir com maior rigor os responsáveis por tais desvios, caso contrário os trabalhadores que contribuíram para tais fundos durante anos restariam como os únicos prejudicados.

Sustenta-se, ainda, que com as modificações propostas para a Lei nº 7.492, de 1986 (Lei do Colarinho Branco), não haveria mais qualquer questionamento quanto à aplicação dessa lei aos gestores criminosos de entidades do Regime de Previdência Complementar, tema hoje não pacificado, inclusive dentro do judiciário. Demais disso, o projeto passa a permitir que a Previc informe ao Ministério Público Federal a ocorrência de crime previsto na Lei do Colarinho Branco, bem como passa a definir os crimes de gestão fraudulenta e temerária de modo claro e preciso.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição da República (CR).

Não vislumbramos no PLS vícios de inconstitucionalidade formal, de injuridicidade ou de natureza regimental.

No mérito, a proposição deve ser aprovada, com as emendas apresentadas ao final.

As perdas bilionárias acumuladas pelos principais fundos de pensão brasileiros (Postalis, Petros, Funcef e Previ) nos últimos anos, em decorrência de atos de gestão fraudulenta e temerária demandam uma resposta urgente do legislativo. É preciso, portanto, que os responsáveis por má gestão, investimentos arriscados e sem retorno e fraude não passem impunes.

Trata-se de um grave problema, pois não são apenas os beneficiários diretos dos fundos de previdência complementar que sofrem os impactos dessas condutas, na verdade, toda a sociedade acaba sendo



SF/19775.06119-30



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

impactada de forma indireta, uma vez que a adoção de um plano para cobrir os rombos é uma exigência legal, quando se prevê aportes adicionais não apenas dos trabalhadores, mas também das estatais patrocinadoras.

Os tribunais superiores vêm entendendo que toda e qualquer empresa que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros, como no caso dos fundos de pensão, é, por efeito da Lei 7.492, de 1986, equiparada a instituição financeira. Assim, já é possível concluir que atos de gestão fraudulenta ou temerária em entidades previdenciárias configuram crime contra a ordem financeira. Para que haja segurança jurídica, todavia, a matéria deve ser expressamente prevista em lei.

O PLS nº 312, de 2016, faz exatamente isso e ainda aprimora um importante instrumento de controle dos atos de má gestão ocorridos nas entidades de previdência complementar. A Previc passa a ter a obrigação de notificar o Ministério Público Federal quando, no exercício de suas atribuições legais, verificar a ocorrência de crime previsto na Lei do Colarinho Branco. Nesse ponto, importa destacar que atualmente somente o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários têm essa obrigação.

Outro importante ajuste proposto pelo projeto é trazer para o corpo da Lei nº 7.492, de 1986, definições que complementam os tipos penais que dispõem sobre os crimes de gestão fraudulenta e temerária. Hoje tais conceitos, por serem excessivamente abertos e genéricos, dependem da doutrina e da jurisprudência para a sua conformação. O projeto, dessa forma, também aperfeiçoa a Lei dos Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional em relação a esse ponto.

Não obstante os inegáveis avanços propostos, faz-se necessário impor maior abrangência ao texto original, o que faremos por meio de emendas. Nesse ponto, cabe registrar que estamos encampando as emendas que constaram do relatório apresentado pelo Senador Garibaldi Alves, a quem rendemos as nossas homenagens pela precisão no exame da matéria. As emendas são destinadas a circunscrever com maior propriedade o alcance da lei no enunciado da ementa e conceituar e incluir os tipos penais decorrentes do descumprimento de seus ditames.

Ademais, estamos propondo, como aspecto importante de que o projeto original não tratou, abranger todo o espectro dos regimes



SF/19775.06119-30





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

previdenciários, conferindo-lhes isonomia essencial, por meio da inclusão também dos responsáveis pelos Regimes Próprios de Previdência Social no alcance da lei.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº - CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016, a seguinte redação:

Modifica a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para tipificar o crime de facilitação de gestão fraudulenta ou temerária, bem como aplicar o disposto em referida lei, exclusivamente para fins de responsabilização penal, às entidades fechadas de previdência complementar e às unidades gestoras dos regimes próprios de previdência social.

#### EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 2º** A Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-A, 24-A e 25-A:

‘**Art. 4º-A** Facilitar a prática de crimes de gestão fraudulenta ou temerária, pela emissão de opinião, estudo, parecer, relatório ou demonstração contábil que estejam em desacordo com as boas práticas ou a regulamentação.

Pena – Reclusão, de 2 (dois) anos a 6 (seis) anos, e multa.’

‘**Art. 24-A.** Para fins do disposto nos arts. 4º e 4º-A desta Lei, consideram-se:



SF/19775.06119-30



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

I – gestão fraudulenta: uso de expediente, artifício ou ardil para descumprir normas ou para simular ou dissimular resultado ou situação, com o fim de induzir ou manter pessoa física ou jurídica em erro;

II – gestão temerária: assunção de riscos não admitida pelas normas do sistema financeiro nacional ou, na falta destas, contrária às regras e costumes de cautela e prudência vigentes no mercado, acarretando dano ao patrimônio de terceiros.

*Parágrafo único.* Para fins desta Lei:

I – resultados, mutações ou situações patrimoniais efetivos são os mensuráveis pela observação direta das variáveis patrimoniais em seu estado presente; e

II – resultados, mutações ou situações patrimoniais esperados são os dependentes de variações futuras nas variáveis patrimoniais cujo valor possa ser mensurado por técnicas probabilísticas consagradas.’

‘**Art. 25-A.** Exclusivamente para fins de responsabilização penal, aplica-se o disposto nesta Lei:

I - às entidades fechadas de previdência complementar, em relação:

- a) aos administradores, dirigentes e membros de seus conselhos estatutários e aos demais profissionais a elas vinculados;
- b) aos administradores, dirigentes e membros dos conselhos estatutários dos patrocinadores dos planos;
- c) aos seus prestadores de serviços.

II - às unidades gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social, em relação:

- a) aos gestores, dirigentes e membros de seus conselhos e órgãos deliberativos e aos demais profissionais a elas vinculados;
- b) aos gestores e representantes legais dos entes federativos responsáveis pelo regime; e
- c) aos seus prestadores de serviços.

§ 1º Os órgãos fiscalizadores competentes das entidades referidas nos incisos I e II deste artigo, o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, constatando a existência de indícios de crimes praticados, que tiverem como autor, coautor ou partícipe as pessoas neles indicadas, disso notificarão ao Ministério Público, enviando-lhe os documentos comprobatórios.

§ 2º Não poderá ser invocado o sigilo de operações como óbice à troca de informações entre os órgãos mencionados no parágrafo



SF/19775.06119-30



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

anterior deste artigo, ou ao seu fornecimento ao Ministério Público,  
quando por este requisitadas.””

### **EMENDA Nº - CCJ**

Redija-se com a inicial maiúscula a palavra lei, constante do art.  
3º do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2016

Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.

**AUTORIA:** Senador José Aníbal

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



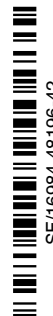
[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador **JOSÉ ANIBAL**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016**

Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.



SF/16984.48196-42

**Art. 1º** Os arts. 1º e 28 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§ 1º Equipara-se à instituição financeira:

I – a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros;

II – a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

§ 2º Os crimes e penalidades previstos nesta lei aplicam-se aos gestores das entidades de previdência complementar fechada ou aberta.

.....” (NR)

“Art. 28. Quando, no exercício de suas atribuições legais, o Banco Central do Brasil, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc ou a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, verificar a ocorrência de crime previsto nesta lei, disso deverá notificar o Ministério Público Federal, enviando-lhe os documentos necessários à comprovação do fato.” (NR)

**Art. 2º** Incluem-se na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, os seguintes arts. 4-A e 24-A:

“Art. 4-A Facilitar a prática de crimes de gestão fraudulenta ou temerária, pela emissão de opinião, estudo, parecer, relatório ou demonstração contábil que estejam em desacordo com a boa técnica ou a regulamentação.

Pena – Reclusão, de 2 (dois) anos a 6 (seis) anos, e multa.”

“Art. 24-A Para fins do disposto no art. 4º, consideram-se:

I – gerir fraudulentamente: usar qualquer técnica, expediente ou artifício para desobedecer normas ou para simular ou dissimular resultados, mutações ou situações patrimoniais, efetivos ou esperados, por meio de falsidade, omissão ou imprecisão;

II – gestão temerária: assumir riscos não compatíveis com os retornos esperados, ambos apurados com aplicação de técnicas consagradas de cálculo probabilístico, ou em desrespeito a limites legais ou normativos, e que tenham repercussão efetiva ou esperada sobre o patrimônio de terceiros.

§ 1º Para fins dessa lei, são consideradas as seguintes definições:

I – resultados, mutações ou situações patrimoniais efetivos são os mensuráveis pela observação direta das variáveis patrimoniais em seu estado presente; e

II – resultados, mutações ou situações patrimoniais esperados são os dependentes de variações futuras nas variáveis patrimoniais cujo valor possa ser mensurado por técnicas probabilísticas consagradas. “

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei moderniza a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o sistema financeiro nacional. O objetivo deste PL é endurecer as regras contra gestão fraudulenta e temerária eventualmente praticadas por gestores de fundos de pensão.



SF/16984.48196-42

O projeto acrescenta um dispositivo na lei nº 7.492/86 para enquadrar as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da lei. Também atualiza a norma para tornar mais efetiva a fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. Finalmente, traz para o arcabouço jurídico as definições sobre gestão fraudulenta e temerária, encerrando a celeuma existente na doutrina sobre a tipificação destes crimes.

Os principais fundos de pensão – Correios (Postalis), Petrobras (Petros), Caixa Econômica Federal (Funcef) e Banco do Brasil (Previ) – acumularam perdas de R\$ 113,5 bilhões nos últimos cinco anos, conforme relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos fundos de pensão. Os trabalhos da comissão mostram que houve má gestão, investimentos em projetos de alto risco, ingerência política e desvios de recursos das entidades.

É preciso rigor na punição das pessoas responsáveis por tais crimes. Ao fim e ao cabo, não se pode permitir que os únicos prejudicados sejam os trabalhadores que contribuíram ao longo de suas vidas com a expectativa de desfrutar a aposentadoria depois de anos de dedicação à profissão.

A lei nº 7.492/86 foi editada há 30 anos com o objetivo de punir aqueles que administram instituições financeiras de maneira fraudulenta. O sistema financeiro ao longo destes anos sofreu modificações importantes e muitos juristas defendem uma modernização da lei.

Um ponto bastante discutido no judiciário é o enquadramento dos fundos de pensão como entidade do sistema financeiro nacional. Como a lei nº 7.492/86 trata de crimes contra o sistema financeiro, os gestores criminosos se defendem alegando que esses crimes não alcançariam as entidades do Regime de Previdência Complementar por definições constitucionais.

No art. 192 da CF/88, até a emenda constitucional nº 40/2003, as regras de autorização e funcionamento dos estabelecimentos de previdência estavam atreladas ao Sistema Financeiro Nacional. Porém, no texto vigente, não mais.

A lei nº 7.492/86, embora equipare instituições financeiras a pessoa jurídica que administre recursos financeiros, precisa ser mais clara: alcança ou não entidades de previdência complementar? Se a questão ainda é bastante discutida no poder judiciário, é um sinal de que a lei merece ser aperfeiçoada. Por isso, a importância deste PL, pois acrescenta dispositivo na lei para pacificar o assunto.



SF/16984.48196-42

O projeto de lei também atualiza a lei nº 7.492/86 para permitir a Previc informar, diretamente, ao Ministério Público Federal a ocorrência de crime no exercício de suas atribuições legais de fiscalização das entidades de previdência complementar. No texto atual, somente o Banco Central – Bacen e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM contam com essa competência.

Vale registrar que a Previc foi instituída em 2009 com a finalidade de fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar.

Por fim, o projeto de lei encerra a celeuma existente na doutrina em relação à tipificação de crimes de gestão fraudulenta e temerária. Muitas são as críticas contra o caráter aberto e genérico do atual art. 4º da lei nº 7.492/86, que menciona, sem conceituar, estes dois tipos de crime.

A questão é o grau de abertura, de vagueza com que os tipos de crime de gestão fraudulenta e temerária estão definidos na lei. Como a pena para o segundo tipo é mais branda do que aquela prevista para o primeiro, essa abertura conceitual pode penalizar mais ou menos severamente um determinado ato ilícito.

Por essa razão, o projeto traz definições sobre esses crimes, sob perspectiva econômica e contábil, de modo a separar com precisão o tipo em cada caso. Não só isso, inaugura também nova tipificação: a facilitação de gestão fraudulenta ou temerária, com pena prevista de 2 (dois) a 6 (seis) anos de prisão.

Com as mudanças propostas por este projeto de lei, as regras para conter e punir crimes na gestão de fundos de pensão serão endurecidas e aperfeiçoadas, o que promove maior segurança nas operações realizadas por estas entidades. Ganha mais aquele que deposita parte do salário para gozar de uma aposentadoria plena ao final da vida.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ ANIBAL**  
**PSDB-SP**



SF/16984.48196-42



## LEGISLAÇÃO CITADA

[urn:lex:br:federal:constituicao:88;88](#)

[artigo 192](#)

[Emenda Constitucional nº 40, de 2003 - 40/03](#)

[Lei nº 7.492, de 16 de Junho de 1986 - LEI DO COLARINHO BRANCO - 7492/86](#)

[artigo 1º](#)

[artigo 4º](#)

[artigo 28](#)

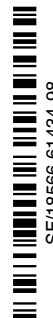
**14**



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

## PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2018, que “altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça”.



RELATOR: Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, de 2018, do Senador Hélio José, que “altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça”.

O projeto foi apresentado em 10 de maio de 2018 e compõe-se de apenas dois artigos, descritos a seguir.

O **art. 1º** encarta a essência do PLS nº 227, de 2018, ao propor o acréscimo de um § 2º ao art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de exigir da parte interessada no cumprimento, por oficial de justiça, de algum ato judicial a antecipação do valor necessário ao custeio da diligência, exceto se ela for beneficiária da gratuidade da justiça, na forma do art. 98 do Código de Processo Civil.



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

O **art. 2º** carrega cláusula de vigência imediata da lei acaso decorrente da proposição.

Na justificação do projeto, salienta-se que, “a Lei dos Juizados Especiais, no afã de tornar o mais amplo possível o acesso ao Judiciário – ao menos no que tange às pequenas causas –, acabou por gerar uma situação de extrema iniquidade, levando a que os oficiais de justiça sejam obrigados a arcar, com seus próprios vencimentos, com as despesas relativas às diligências que têm de cumprir em decorrência de mandados expedidos por esses mesmos Juizados”. Assim, ter-se-ia aplicado de forma desmedida a isenção do pagamento de custas, taxas e despesas para o acesso aos Juizados, dispensando-se de com elas arcar até mesmo aqueles que contam com suficientes recursos, e isso em detrimento sobretudo dos oficiais de justiça, que, frequentemente, no cumprimento das diligências necessárias ao deslinde das causas, têm tido até mesmo que responsabilizar-se, eles próprios, pelos gastos correspondentes.

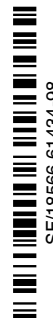
O PLS nº 227, de 2018, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 227, de 2018, tendo em vista que *i)* compete concorrentemente à União legislar sobre o processo nos juizados de pequenas causas, a teor do disposto no art. 24, inciso X, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput* e inciso XIII); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *v)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*.



SF/18566.61434-98



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

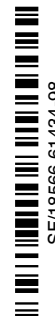
Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea 'd', do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nessa hipótese, notadamente sobre direito processual.

Acerca do mérito da proposição, entendemos que o teor da norma atualmente encartada no *caput* do art. 54 da Lei nº 9.099, de 1995, é ineficiente, pois impõe um custo geral para a sociedade que tende a beneficiar, proporcionalmente, mais os ricos do que os pobres. Com efeito, os mais carentes têm menos incentivos para ingressar com ações no Judiciário, atitude que implica diversos custos que lhes são relativamente mais caros em razão da situação social de escassez: tempo, transporte, informação jurídica, redação etc.

Na pesquisa do Conselho Nacional de Justiça intitulada *Perfil do acesso à justiça nos juizados especiais cíveis* e publicada em 2015, esboçou-se o perfil dos demandantes de juizados em cinco capitais brasileiras (Belém, Campo Grande, Florianópolis, São Luís e São Paulo), em causas atinentes a relações de consumo. Conforme a pesquisa, as pessoas desempregadas ou empregados domésticos são uma indiscutível minoria a figurar como parte nessas lides, se comparadas a pessoas com ocupações que exigem nível superior, servidores públicos e aposentados.

Portanto, assim como o proponente, cremos mais razoável o cenário em que pessoas com condições para pagar custas e despesas processuais simplesmente o façam, subsidiando, dessa forma, aqueles mais pobres, que, se o fizessem, de fato teriam de enfrentar repercussões em seu próprio sustento ou no de sua família. Esse modelo de subsídio cruzado deve ainda ter o efeito de contribuir para a redução de uma excessiva demanda pelo juizado especial hoje em dia constatável, pois, como bem se sabe, o que é gratuito tende a ser usado de forma displicente e irrefletida.

Finalmente, a técnica legislativa empregada na proposição revela-se adequada, de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*. Fariamos uma ressalva apenas na redação da ementa do projeto, em que foi indevidamente omitida a



SF/18566.61/434-98



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

proposição “de”, da expressão “a fim de ressalvar”, erro que corrigimos com a apresentação de uma emenda de redação.

### **III – VOTO**

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do PLS nº 227, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

#### **EMENDA Nº - CCJ**

Atribua-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2018, a seguinte redação:

“Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de ressalvar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.”

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2018

Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.

**AUTORIA:** Senador Hélio José (PROS/DF)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018**

Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar a gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“**Art. 54.** O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

.....  
§ 2º Sendo necessário o cumprimento de atos judiciais por oficial de justiça, deverá a parte interessada antecipar o valor necessário ao custeio da diligência, salvo se for beneficiária da gratuidade da justiça, na forma do disposto no art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei dos Juizados Especiais, no afã de tornar o mais amplo possível o acesso ao Judiciário – ao menos no que tange às pequenas causas –, acabou por gerar uma situação de extrema iniquidade, levando a que os oficiais de justiça sejam obrigados a arcar, com seus próprios vencimentos, com as despesas relativas às diligências que têm de cumprir em decorrência de mandados expedidos por esses mesmos Juizados.



Isso porque, no nosso modo de ver, foi dado um alargamento desmedido à isenção do pagamento de custas, taxas e despesas para o acesso ao Juizado Especial, de maneira que, mesmo que a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, ou seja, mesmo que tenha recursos financeiros suficientes para pagar as despesas processuais, ainda assim fica dispensada de pagar até mesmo as despesas com diligências a serem cumpridas por oficiais de justiça.

Deve ser salientado que, com relação a essas despesas, os oficiais são indenizados previamente, mediante depósitos em suas contas correntes após o recolhimento das respectivas taxas pelas partes interessadas, quando não há isenção, o que não acontece com o Juizado Especial.

Observe-se que nem mesmo a Fazenda Pública é dispensada do recolhimento do valor devido ao oficial de justiça no cumprimento de mandados, havendo até mesmo súmula do Superior Tribunal de Justiça a respeito, segundo a qual, *“na execução fiscal, processada perante a Justiça Estadual, cumpre à Fazenda Pública antecipar o numerário destinado ao custeio das despesas com o transporte dos Oficiais de Justiça”* (Súmula nº 190).

O aludido enunciado de súmula teve por origem tese esposada no âmbito de incidente de uniformização de jurisprudência consubstanciada nos seguintes termos:

*“Na execução fiscal, a Fazenda pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos; já as despesas com transporte dos oficiais de justiça, necessárias para a prática de atos fora do cartório, não se qualificam como custas ou emolumentos, estando a Fazenda Pública obrigada a antecipar o numerário destinado ao custeio dessas despesas. Uniformização de jurisprudência acolhida no sentido de que, na execução fiscal, a Fazenda Pública está obrigada a antecipar o valor destinado ao custeio de transporte dos oficiais de justiça”.*

(IUI no RMS 1.352, Rel. Min. Ari Pargendler, 1ª Seção, julgado em 26/2/1997) (grifamos)

Em acréscimo, vale dizer que o dispositivo que se pretende alterar tem recebido várias interpretações e é causa de inúmeros questionamentos, como ressalta o jurista Joel Dias Figueira Júnior:

*“Outro problema que se tem verificado na prática forense, servindo com indicador da necessidade de uma revisão da*



SF/18228.93638-04

*aplicabilidade da supressão total do princípio da sucumbência nos Juizados Especiais Cíveis, reside na preocupante situação que envolve as diligências dos oficiais de justiça, entre outras despesas, tais como expedição de certidões e autenticação de documentos. Se não há dúvida que a nova lei veio para facilitar e ampliar o espectro do acesso ao Judiciário, também não é menos verdadeiro que os serventuários ou o próprio Estado não podem arcar, incondicionalmente, com esse fardo.”*

(FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias; LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Comentário à Lei dos Juizados Cíveis e Criminais – Lei nº 9.099/1995*. São Paulo: RT, 2000, p. 331)

Qualquer interpretação teleológica ou axiológica da Lei nº 9.099, de 1995, que transborde na obrigatoriedade de o oficial de justiça ter que arcar com as despesas do cumprimento de mandados, conduzirá à injustiça, incoerência e contradição.

Recomenda-se sempre buscar na interpretação das normas o sentido equitativo, lógico e acorde com o sentimento geral de justiça, razão pela qual se mostra necessária a alteração aqui proposta, situação para a qual se requer previsão expressa.

Assim, conto com o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação dessa importante matéria.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18228.93638-04

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;  
Lei dos Juizados Especiais - 9099/95  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9099>
  - artigo 54
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>
  - artigo 98

15



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

## **PARECER Nº       , DE 2017**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2015, do Senador Alvaro Dias e outros, que *altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.*



SF/17732.29228-55

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 44, de 2015, cujo primeiro signatário é o Senador ALVARO DIAS, que acrescenta a alínea g ao inciso III do art. 52 da Constituição Federal, para exigir a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe.

A PEC também modifica a redação do inciso V do art. 71 da Carta Magna para exigir que os tratados que constituam as pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

público, de cujo capital social a União participe, garantam a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A PEC também prevê que serão iniciadas, em até doze meses da publicação da Emenda Constitucional, negociações para incluir nos referidos tratados constitutivos dispositivo que permita o exercício do controle externo pelo TCU.

Na justificação da PEC, argumenta-se que seu objetivo é deixar claro o que, em verdade, já existe no Texto Constitucional, mas não vem sendo respeitado. Em especial no que tange à Itaipu Binacional.

Ainda conforme os autores da proposição, o Poder Executivo tem ignorado a obrigação imposta pela Constituição de que acordos internacionais assinados pelo Brasil para constituir empresas supranacionais permitam que tais entidades sejam submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme prevê o inciso V do art. 71 da Carta Magna. Em razão dessa inércia, por exemplo, a empresa Itaipu Binacional (brasileiro-paraguaia) encontra-se virtualmente imune ao controle externo.

O que a PEC propõe então é que seja pré requisito para a participação da União nessas empresas supranacionais a inclusão, em seu tratado constitutivo, de dispositivo garantidor do exercício do controle externo pelo TCU.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, nada temos a objetar, pois entendemos que a presente análise da proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio e da que trate de matéria



SF/17732.29228-55



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa.

Cumpre notar que nada consta da iniciativa que tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF). Também, não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar a alteração de dispositivos sem correlação entre si.

Quanto ao mérito, não há como deixarmos de concordar com os autores da PEC em exame quando alegam que o exercício da atividade de controle externo pelo Congresso Nacional está sendo prejudicada devido a incapacidade do Poder Executivo de garantir que os tratados constitutivos de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, prevejam a fiscalização de suas contas pelo TCU.

Além disso, como parte do processo de controle externo sobre essas empresas supranacionais é proposta a aprovação prévia pelo Senado Federal dos indicados pela União para o exercício dos cargos de presidentes, diretores e conselheiros.

Os graves escândalos de corrupção que vêm sendo tornados públicos nos últimos anos mostram a importância do controle externo independente sobre todas as áreas de atuação do governo brasileiro. Dessa forma, não podem estar livres desse controle empresas relevantes como a Itaipu Binacional, uma das maiores produtoras de energia elétrica do mundo.

Enfim, trata-se de proposta que, se aprovada, irá permitir maior controle e transparência nas atividades de pessoas jurídicas que, apesar de estarem sujeitas às normas do direito internacional, por terem participação de diferentes Estados Nacionais, devem estar subordinadas à fiscalização do Congresso Nacional, por receberem recursos do Estado brasileiro.



SF/17732.29228-55



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

### III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2015, e, quanto ao mérito, votamos pela aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator







# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### Nº 44, DE 2015

Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O inciso III do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. ....  
.....

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

g) presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta;

..... (NR)”

**Art. 2º** O inciso V do art. 71 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71. ....  
.....

V – fiscalizar as contas nacionais de pessoa jurídica de direito internacional que exerça atividade econômica ou preste serviço público,

de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo, sendo pré requisito para a participação da União a inclusão em seu tratado constitutivo de dispositivo garantidor do exercício do controle externo, conforme preceituado nesta Constituição;

..... (NR)“

**Art. 3º** Serão iniciadas, em até doze meses da publicação desta Emenda Constitucional, negociações para incluir nos tratados constitutivos de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, dispositivo que permita o exercício do controle externo, conforme preceituado na Constituição.

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A proposição que apresentamos tem por fim deixar claro o que, em verdade, já existe no Texto Constitucional, mas não vem sendo respeitado. Em especial no que tange à Itaipu Binacional.

Antes de ser uma alteração, é uma medida ratificadora da vontade do constituinte originário e de proteção das competências do Congresso Nacional, que tem entre suas missões a de zelar pela efetividade dos princípios programáticos contidos na Carta Política. A melhoria na redação dos dispositivos constitucionais é uma forma de desempenhar essa missão.

O Poder Executivo tem se quedado inerte quanto à obrigação imposta pela Carta Cidadã de que acordos internacionais assinados pelo Brasil para constituir pessoas jurídicas de direito internacional, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, contenham dispositivo que permita a concretização do princípio programático – claramente expresso no inciso V do art. 71 – de que tais entidades sejam submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). Em razão dessa inércia, por exemplo, a empresa binacional brasileiro-paraguaia encontra-se virtualmente imune ao controle externo. Ou seja, o dinheiro público vem sendo administrado sem a possibilidade de que o Congresso Nacional, auxiliado pela Corte de Contas, exerça sua competência constitucional.

A tripartição de poderes é cláusula pétrea, conseqüentemente, qualquer medida tendente a reduzi-la peca pela inconstitucionalidade. Considerando que o titular do controle externo é o Congresso Nacional, um tratado firmado pela União com o fim de constituir pessoa jurídica de direito internacional que exerça atividade econômica ou preste serviço público que não preveja, ou pior, que vede a fiscalização pelo TCU não pode ser ratificado pelo Congresso Nacional, porquanto o tribunal é órgão que lhe presta auxílio direto. Materialmente, a hipótese caracteriza redução dessa atribuição do Poder Legislativo.

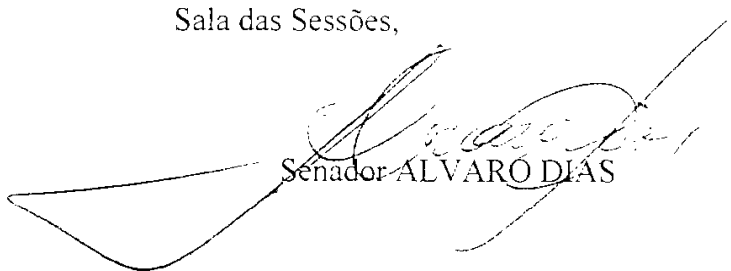
Outrossim, tratados preexistentes que não contemplem essa fiscalização necessitam ser revistos, de forma a incorporar a premissa constitucional.

Decerto, não podemos, unilateralmente, obrigar outros Estados soberanos a modificar tratados já firmados que tratem da constituição de pessoas jurídicas internacionais que exercem atividade econômica ou que sejam prestadoras de serviços públicos de que a União participa, direta ou indiretamente. Todavia, jungido pela Constituição, o Poder Executivo não pode se furtar ao dever de abrir negociações, utilizando todos os meios diplomáticos de que dispõe para que seja incorporada a esses acordos internacionais a possibilidade de fiscalização dessas entidades pelo TCU.

No bojo das medidas de valorização do controle externo, inserimos regra que exige a aprovação prévia pelo Senado Federal de presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição, certos de sua importância para os interesses maiores da Nação.

Sala das Sessões,

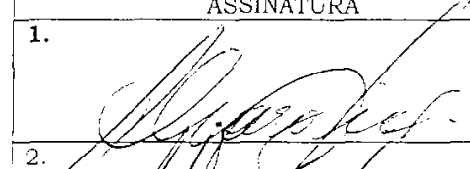
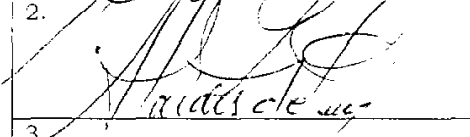
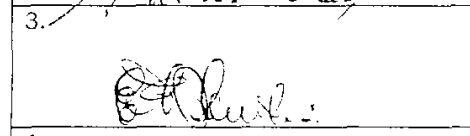
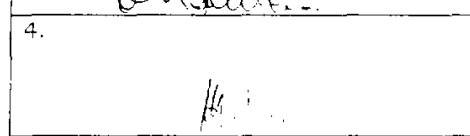
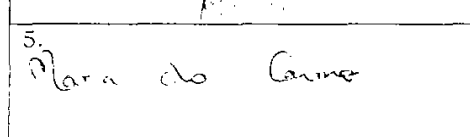
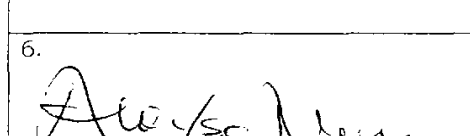
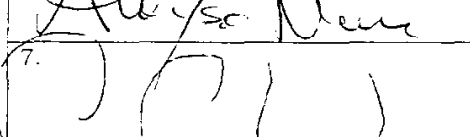

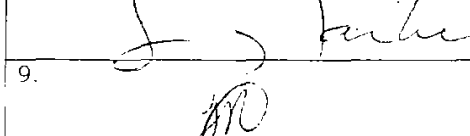
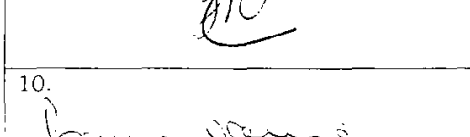


Senador ALVARO DIAS

## FOLHA DE ASSINATURAS

PEC Nº , DE 2015  
(Do Senador Alvaro Dias e outros)

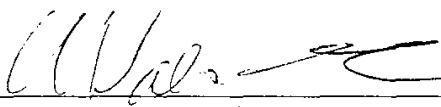

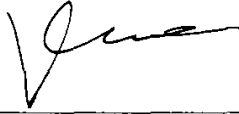
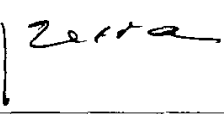
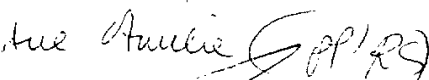
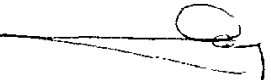
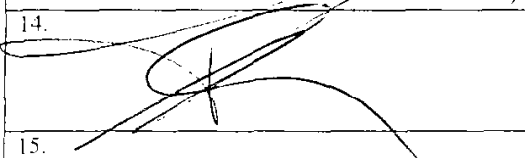
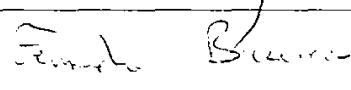

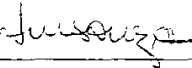
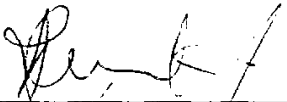


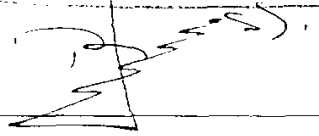
Altera os arts 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação previa pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União

ASSINATURA	NOME
1. 	ALVARO DIAS
2. 	Aécio Neves
3. 	ELMANO FÉRRER
4. 	Antonio Anastasio
5. 	Marina do Carmo
6. 	Aloysio Nunes
7. 	Cassio Cunha
8. 	LASIER
9. 	REGIPPE
10. 	Marina do Carmo

## FOLHA DE ASSINATURAS

PEC Nº . DE 2015  
(Do Senador Alvaro Dias e outros)

Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União

11.		
12.		
13.		
14.		
15.	TASSO JERISSATI	
16.	LIDICE DA MATH E SOUZA	
17.	Alexandre	
18.	Agripino Maria	
19.	José Góes	
20.	BLAÍRO MAGGI	

## FOLHA DE ASSINATURAS

PEC Nº , DE 2015  
(Do Senador Alvaro Dias e outros)

Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.

21.	Waldemar Azeite	
22.	Rafael	
23.	Sergio Petrolão	
24.	Ronilton Chiodo	
25.	Magno	
26.	Rose Freitas	
27.	Ezequiel	
28.	Raimundo	
29.		
30.		

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no DSF, de 8/4/2015

16

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 157, de 2015, do Senador José Serra e outros, que *altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações*.



Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

### I – RELATÓRIO

Chega para o exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 157, de 2015, que tem como primeiro signatário o Senador José Serra e se propõe a conferir à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, ou a qualquer de suas comissões, competência para convocar titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

Para cumprir seu propósito, a PEC altera a redação do *caput* do art. 50 da Constituição Federal, que já prevê a possibilidade de convocação de Ministros de Estado e titulares de quaisquer órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para apresentar informações às Casas do Congresso Nacional e às suas Comissões, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. A alteração proposta se restringe a incluir referência aos titulares de entidades da administração indireta federais, sem qualquer outra modificação no texto do dispositivo.



A justificação da proposta destaca que Ministros de Estado têm se recusado, de forma reiterada, a prestar informações sobre entidades da administração indireta vinculadas a suas Pastas. Lembra, ainda, que a medida já foi apresentada anteriormente, no bojo da PEC nº 41, de 2006, introduzida como resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou desvios nos Correios em 2005 e 2006, mas que restou arquivada.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos arts. 101 e 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar as Propostas de Emenda à Constituição e sobre elas apresentar parecer.

A PEC nº 157, de 2015, respeita os requisitos fixados pela própria Constituição Federal para alteração de seu texto. A proposta, com efeito, foi subscrita por mais de um terço dos Senadores e não apresenta indício de violação às cláusulas pétreas fixadas no § 4º do art. 60 da Lei Fundamental.

O disposto na proposição não se choca com preceitos e normas de nosso ordenamento constitucional, tampouco guarda similitude com matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa. Importa assinalar, ainda, que o País não enfrenta, no presente momento, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal, circunstâncias que impedem a tramitação de Propostas de Emenda à Constituição, nos termos do § 1º do art. 60 da Carta Magna.

A redação do projeto mostra-se adequada à boa técnica legislativa, atendendo as balizas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*. Sob a ótica da regimentalidade, igualmente, não se verificam óbices ao seguimento da tramitação da proposta.



No mérito, somos favoráveis à PEC nº 157, de 2015. A atividade de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, inerente à essência do Parlamento, constitui um dos pontos-chave do sistema de freios e contrapesos que sustenta a República. A competência do Senado ou da Câmara, e de suas Comissões, para convocação de Ministros de Estado e outras autoridades titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestar informações é um instrumento fundamental para o exercício da atividade fiscalizatória do Legislativo.

A extensão dessa competência para abranger também os titulares das entidades da administração indireta federal, promovida pela PEC em exame, confere maior solidez a essa importante função do Poder Legislativo. A modificação mostra-se, ademais, alinhada ao disposto no art. 49, inciso X, da Constituição, que representa o cerne da atividade parlamentar fiscalizatória e, sintomaticamente, faz referência expressa à administração indireta. O dispositivo em lume assevera que é da competência do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

### III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 157, de 2015 e, no mérito, votamos por sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157, DE 2015

Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O *caput* do art. 50 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 50.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou de entidades da administração indireta federal, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a redação atual do art. 50 da Constituição Federal (CF), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e qualquer de suas comissões só podem convocar, para prestar informações, Ministros de Estado ou titulares de órgãos vinculados diretamente à Presidência da República. Essa prerrogativa, embora seja obviamente relevante, definitivamente não é suficiente para o pleno exercício das funções fiscalizatórias do Congresso Nacional.

## 2

Isso ocorre porque, na atualidade, muitas das políticas públicas são efetivadas por intermédio de entidades da administração indireta – autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Porém, os dirigentes dessas pessoas jurídicas não podem, segundo o regramento vigente, ser convocados pelo Congresso.

Necessário se faz, portanto, modificar, por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a redação do art. 50 da CF, com o intuito de ampliar o poder de convocação do Poder Legislativo, a fim de abranger também os dirigentes de entidades da administração indireta da União.

Essa proposta de alteração, aliás, não é sequer nova. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apurou os desvios nos Correios, em 2005 e 2006, e que apurou o caso que ficou conhecido como o “Mensalão”, já apresentara a PEC nº 41, de 2006, com teor semelhante, mas que restou arquivada. Utilizamos como base o texto naquela época proposto, com pequenos aperfeiçoamentos de técnica legislativa, apenas para deixar o texto mais claro e direto.

A mudança, aliás, mostra-se necessária, uma vez que os Ministros de Estado – que, pelo regramento atual, deveriam prestar essas informações – têm-se reiterado negado a fornecê-las. Demais disso, ressalte-se que essa fundamental mudança terminará por ampliar também o poder do Congresso Nacional de requisitar informações, uma vez que a alteração proposta no *caput* do art. 50 será refletida na competência estabelecida no § 2º do mesmo artigo.

Assim sendo, por se tratar de proposta que fortalece o Legislativo, concretizando os princípios constitucionais da República, da transparência e do Estado de Direito, apresentamos esta PEC, esperando contar com o apoio de todos os Parlamentares em sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**  
Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**  
Senadora **ANA AMÉLIA**  
Senador **ANTONIO ANASTASIA**  
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**  
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**  
Senador **BLAIRO MAGGI**  
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**  
Senador **DALIRIO BEBER**  
Senador **DÁRIO BERGER**

## 3

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Senador **ELMANO FÉRRER**  
Senador **FLEXA RIBEIRO**  
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**  
Senador **HÉLIO JOSÉ**  
Senador **IVO CASSOL**  
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**  
Senador **LASIER MARTINS**  
Senadora **LÚCIA VÂNIA**  
Senadora **MARTA SUPPLY**  
Senador **PAULO PAIM**  
Senador **RAIMUNDO LIRA**  
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**  
Senador **REGUFFE**  
Senador **RICARDO FERRAÇO**  
Senador **ROMÁRIO**  
Senador **SÉRGIO PETECÃO**  
Senador **WILDER MORAIS**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 50](#)

[artigo 50](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

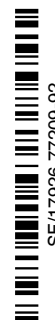
**17**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

## **PARECER Nº DE 2017**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 145 de 2015, do Senador Otto Alencar e outros, que *altera o art. 73 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de os servidores da área fim dos tribunais e conselhos de contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação no estágio probatório.*



SF/17926.77209-92

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

### **I – RELATÓRIO**

Em exame nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 145 de 2015, cujo primeiro signatário é o Senador Otto Alencar, que busca estabelecer a obrigatoriedade de os auditores e os demais servidores da área fim dos Tribunais de Contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação em estágio probatório.

O art. 1º veicula a alteração pretendida e o art. 2º fixa o início da vigência da futura Emenda Constitucional na data da sua publicação.

A justificação observa que, muitas vezes, os auditores e demais servidores da área fim dos Tribunais de Contas, ainda que com formação técnica sólida, carecem de experiência prática para o desempenho de suas relevantíssimas atribuições, o que faz com que eles tenham dificuldades em entender o planejamento e a gestão de obras públicas e, algumas vezes, criem problemas desnecessários para a Administração Pública, os quais podem resultar em inconveniente paralisação de obras públicas, gerando mais custos e onerando os cidadãos, que sofrem também com o atraso dos serviços.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

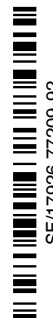
Segundo o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ emitir parecer de admissibilidade e de mérito sobre as PECs.

Não há problemas de constitucionalidade. A matéria foi apresentada por mais de um terço dos Senadores, não é tendente a abolir cláusula pétrea e não está em vigor no País intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio que obstem à tramitação da proposta. Do mesmo modo, a PEC não cuida de matéria de outra PEC rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa (art. 60, CF). Não há tampouco vícios de juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

No mérito, a proposta merece aprovação. A existência de servidores da área fim das Cortes de Contas sem experiência prática para o desempenho de suas atribuições, em razão de não terem proficiência quanto aos procedimentos de avaliação e acompanhamento das atividades de planejamento e gestão de obras públicas, pode resultar em indesejável e desnecessária paralisação das obras, com consequentes atrasos para o usufruto dos cidadãos, muitas vezes em razão da adoção de medidas que não seriam determinadas, caso os servidores fossem dotados de maior experiência na área.

Trata-se, portanto, de medida que exigirá das Cortes de Contas que possuam servidores dotados de elevado tirocínio e suficientemente capacitados para acompanhar e opinar sobre a execução das obras públicas, não só quanto aos aspectos legais e financeiros, mas também quanto aos critérios técnicos de engenharia e às dificuldades práticas que os técnicos e gestores que executam as obras encontram no dia a dia. Frise-se que essa medida atenderá ao princípio da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, CF).

Não obstante, é preciso fazer um pequeno reparo: a PEC cita os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) entre os que necessitarão realizar estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas para aprovação no estágio probatório. Ocorre que os auditores são agentes públicos que não submetem a estágio probatório, uma vez que são vitalícios desde a posse, equiparados aos juízes de Tribunal Regional Federal (TRF)



SF/17926.77209-92





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

(desembargadores federais). São conhecidos como Ministros-Substitutos no TCU e Conselheiros-Substitutos nos demais Tribunais de Contas, uma vez que uma de suas atribuições é substituir os membros titulares das Cortes de Contas em seus afastamentos e impedimentos. Por essa razão, os auditores, quando em substituição a Ministro do TCU, têm as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de desembargadores federais (art. 73, § 4º, CF). Nos Estados, os Conselheiros-Substitutos, por simetria como o modelo federal (art. 75, CF), têm sido equiparados pelas Constituições Estaduais a Juízes de Direito.

Os auditores do TCU são nomeados pelo Presidente da República, dentre os cidadãos que satisfaçam os requisitos para o cargo de ministro do Tribunal, mediante concurso público de provas e títulos. Quando não estão convocados para substituir Ministros, eles presidem à instrução dos processos que lhe são distribuídos, relatando-os com proposta de decisão a ser votada pelos titulares da Corte (art. 77 e 78, Lei nº 8.443/1992 – Lei Orgânica do TCU). Nota-se, portanto, que essa classe de agentes não se confunde com a dos servidores administrativos das Cortes de Contas, que são servidores públicos comuns, ainda que seus cargos possuam o nome de auditor de contas públicas, auditor de controle externo ou outros semelhantes.

Desse modo, propomos suprimir a menção aos auditores na PEC em análise, para evitar que o dispositivo seja interpretado indevidamente como referentes aos Ministros-Substitutos e Conselheiros-Substitutos de Tribunal de Contas, o que não impedirá que a regra alcance todos os servidores que realizam auditorias e inspeções em obras e serviços públicos, uma vez que eles já estão incluídos no conjunto de “servidores da área fim” de que trata a PEC.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 145 de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda a seguir.

#### **EMENDA Nº – CCJ**

Dê-se ao § 5º do art. 73 da Constituição Federal, incluído pela Proposta de Emenda à Constituição nº 145 de 2015, a seguinte redação:



SF/17926.77209-92



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

“§ 5º É condição para a aprovação em estágio probatório dos servidores administrativos da área fim do Tribunal de Contas da União a realização de estágio de duração mínima de um ano em atividades de planejamento e gestão de obras públicas, no âmbito do Poder Executivo.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### Nº 145, DE 2015

Altera o art. 73 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de os servidores da área fim dos tribunais e conselhos de contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação no estágio probatório.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 73 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 73.** .....

.....

§ 5º É condição para a aprovação em estágio probatório dos auditores e dos demais servidores da área fim do Tribunal de Contas da União a realização de estágio de duração mínima de um ano em atividades de planejamento e gestão de obras públicas, no âmbito do Poder Executivo.” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## 2 JUSTIFICAÇÃO

A importância dos tribunais de contas para a fiscalização da legalidade, legitimidade e economicidade dos gastos públicos está além de discussão.

A história registra o papel fundamental que esses órgãos de controle externo têm tido para a Administração Pública brasileira.

Impõe-se, entretanto, avançar na direção de aperfeiçoar o funcionamento de nossas cortes de contas.

Nesse sentido, observa-se que, muitas vezes, os auditores e demais servidores da área fim dos tribunais de contas, ainda que com formação técnica sólida, carecem de experiência prática para o desempenho de suas relevantíssimas atribuições.

Esse fato faz com que esses servidores acabem tendo alguma dificuldade em entender os procedimentos ligados às atividades de planejamento e gestão de obras públicas e, algumas vezes, acabem criando problemas desnecessários para a Administração Pública.

Ora, efetivamente, é fundamental que não se paralise obras públicas sem necessidade, uma vez que isso, na prática, gera mais custos, onerando os cidadãos, que sofrem também com o próprio atraso na realização de serviços que lhes são fundamentais.

Como forma de impedir isso, estamos propondo que se preveja, como condição para a aprovação em estágio probatório dos auditores e dos demais servidores da área fim do Tribunal de Contas da União, a realização de estágio de duração mínima de um ano em atividades de planejamento e gestão de obras públicas, no âmbito do Poder Executivo.

Por força do que determina o art. 75 da Constituição Federal, essas normas aplicam-se à organização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Assim, teremos tribunais de contas mais bem preparados para a realização de suas missões institucionais, cujo sucesso é fundamental para assegurar a realização dos princípios que devem presidir a Administração Pública.

3

Sala das Sessões,

Senador **OTTO ALENCAR**  
Senador **AÉCIO NEVES**  
Senadora **ANA AMÉLIA**  
Senador **ANTONIO ANASTASIA**  
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**  
Senador **BENEDITO DE LIRA**  
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**  
Senador **CRISTOVAM BUARQUE**  
Senador **DALIRIO BEBER**  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Senador **DOUGLAS CINTRA**  
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**  
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**  
Senador **HÉLIO JOSÉ**  
Senador **HUMBERTO COSTA**  
Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**  
Senador **JORGE VIANA**  
Senador **JOSÉ AGRIPINO**  
Senador **JOSÉ MARANHÃO**  
Senadora **LÚCIA VÂNIA**  
Senador **MARCELO CRIVELLA**  
Senador **OMAR AZIZ**  
Senador **PAULO PAIM**  
Senador **PAULO ROCHA**  
Senadora **REGINA SOUSA**  
Senador **RONALDO CAIADO**  
Senador **SÉRGIO PETECÃO**  
Senadora **SIMONE TEBET**

### LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)  
[parágrafo 3º do artigo 60](#)  
[artigo 73](#)  
[artigo 75](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

18

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador CID GOMES

**PARECER Nº      , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2017, da Senadora Fátima Bezerra e outros Senadores, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.*



SF/19360.35531-06

Relator: Senador **CID GOMES****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 19, de 2017, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.*

A PEC tem como primeiro signatário a Senadora Fátima Bezerra e se limita a acrescentar a alínea *e* ao inciso I do § 1º do art. 62 da Carta Magna, para dispor ser vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a diretrizes e bases da educação nacional. O termo inicial de vigência da mudança é fixado na data de publicação da futura emenda constitucional.

Na justificção, os autores da PEC assinalam que as diretrizes e bases da educação não são *assuntos conjunturais ou circunstanciais, mas questões de natureza estrutural e fundante da educação nacional*, sendo evidente que não se coaduna com temas desse jaez o tratamento por meio de MPV, um instrumento de caráter excepcional, conforme já acentuado na

*própria Carta, e restritivo do debate.* Asserem, por fim, que as limitações temáticas à edição de medidas provisórias introduzidas no art. 62 da Carta Magna pela Emenda Constitucional (EC) nº 32, de 11 de setembro de 2001, se assemelham, como temas fundantes, às diretrizes e bases da educação, o que justificaria a aplicação, a estas, do mesmo regime.

## II – ANÁLISE

Compete a esta comissão pronunciar-se sobre a proposta de Emenda à Constituição, antes que o Plenário sobre ela delibere, nos termos do art. 356 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal.

A regularidade do processo de reforma da Constituição pressupõe o atendimento do disposto no art. 60 da Carta Política, que regula os procedimentos para sua alteração, bem como enumera seus pontos insuscetíveis de mudança. A PEC em exame atente a todos eles.

Com efeito, a proposição foi apresentada por número de subscritores que excede o mínimo exigido (art. 60, I). Não versa sobre matéria que tenha sido rejeitada ou havida por prejudicada na presente sessão legislativa (art. 60, § 5º). Como não nos encontramos na vigência de estado de sítio, estado de defesa ou intervenção federal, é possível deliberar sobre a proposta (art. 60, § 1º). E, quanto aos limites materiais à reforma constitucional, a PEC não tende a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódica, a separação de Poderes, ou os direitos e garantias individuais. Não há, portanto, óbice algum à tramitação da PEC nº 19, de 2017, cuja redação observa os ditames da boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, concordamos com os autores da PEC. Um dos exemplos mais palpáveis de que o instrumento da medida provisória não deve se prestar à formulação de diretrizes e à fixação das bases da educação nacional é o da MPV nº 746, de 2016, que promoveu diversas alterações na estrutura do ensino médio. A medida foi aprovada pelo Congresso Nacional, convertendo-se na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Contra a MPV foi ajuizada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.599, ainda pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal. Um dos argumentos





levantados na ação foi justamente o de que *dispor por medida provisória sobre tema tão complexo, que claramente não reclama urgência, é temerário e pouco democrático, por impor prazo extremamente exíguo para debate que já está ocorrendo nos meios educacionais e, sobretudo, no Congresso Nacional.*

Dessa visão comunga a Procuradoria-Geral da República (PGR), que, em seu parecer na referida ADI, assinalou:

Mudanças a serem implantadas em sistema que envolve 28 redes públicas de ensino (União, estados e Distrito Federal) e ampla rede privada precisam de amadurecimento, estabilidade, segurança jurídica e participação da sociedade e dos atores sociais relacionados à Educação, que o instrumento da medida provisória não pode conferir, por estar sujeito a alterações em curto espaço de tempo pelo Congresso Nacional, sem possibilidade do aprofundamento indispensável.

A PGR atentou, também, para a falta de urgência, já que as mudanças promovidas pela MPV, editada em 2016, só seriam adotadas pelas escolas em 2018, por expressa previsão daquele próprio ato. No mesmo sentido manifestou-se, em parecer, o Instituto dos Advogados Brasileiros.

Estabelecer diretrizes e bases, em âmbito nacional, significa editar normas gerais, vinculantes de todos os entes federados sobre a matéria objeto de disciplina normativa, no caso, a educação. Normas não apenas gerais, mas com pretensão de estabilidade. Não se trata, pois, de regular questões pontuais e de menor importância, para atender a demandas transitórias, mas sim instituir um regramento permanente a respeito de aspectos fundamentais do ensino. Note-se que mesmo quando se trata de diretrizes com prazo de vigência definido, a Constituição de 1988, em seu art. 214, ao referir-se ao plano nacional de educação, fixa em dez anos sua duração. Se é assim para diretrizes, objetivos, metas e estratégias específicas e com a marca da temporariedade, maior estabilidade se deve esperar de normas disciplinadoras de aspectos mais fundamentais e constitutivos do sistema educacional.



Nenhum empreendimento exitoso se assenta em bases improvisadas. Carece de sentido que a prestação de serviços de educação, encargo permanente do Estado e que pressupõe planejamento e execução de longo prazo, tenha suas bases fixadas na clausura de gabinetes ou por força da vontade de uma só pessoa, o Presidente da República. Ainda que o texto das medidas provisórias seja submetido ao Parlamento, elas possuem eficácia desde a sua edição e o espaço para seu debate e emendamento é bem limitado, quando comparado à generalidade dos projetos de lei.

Medidas que envolvam a própria organização dos sistemas de ensino e a fixação de grades curriculares não têm aplicação prática imediata, pela própria força incoercível dos fatos. Não há como alterar imediata e magicamente a realidade, em matérias que demandam a reorganização de estruturas, o manejo de recursos humanos e a alocação dos recursos materiais necessários a fazer face ao novo quadro normativo, seja nos sistemas públicos, seja entre os prestadores privados. Não por outro motivo, a MPV nº 746, de 2016, estabeleceu que grande parte de suas previsões só seriam implementadas a partir de 2018. Isso, no entanto, é a prova cabal de que o requisito da urgência não se verifica em propostas desse jaez.

Há uma incompatibilidade inerente entre o instituto da medida provisória, que tem vigência imediata e pressupõe urgência na mudança do quadro normativo, e previsões normativas cujo início da produção de efeitos é protraído consideravelmente no tempo. Nesse sentido, assinala Marco Aurélio Greco que *não existe urgência se a eficácia da disposição só puder se materializar após um lapso temporal suficientemente amplo que permitiria a tramitação normal do processo legislativo, em algumas formas disciplinadas pela Constituição (Medidas Provisórias, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 24)*. Também o Supremo Tribunal Federal já teve oportunidade de suspender a eficácia de medida provisória, por considerar plausível a alegação de inobservância do requisito da urgência (medida cautelar na ADI nº 1.753, DJ de 12.06.1998).

Aliás, na Itália, cuja figura dos *decreti-leggi* inspirou as nossas medidas provisórias, a Corte Constitucional, ao examinar essa questão, concluiu que *os decretos-leis extraem sua legitimidade geral de casos*



*extraordinários e são destinados a operar imediatamente, com o objetivo de dar respostas normativas rápidas a situações carentes de regulação de maneira apta a enfrentar necessidades inesperadas e urgentes.* Assim, previsões de eficácia diferida em dispositivos de decretos-leis indicariam o desatendimento de um dos requisitos para a sua edição: a urgência (Sentença nº 220, de 2013).

Retornando à realidade brasileira, pode parecer que, tendo a Constituição contemplado o requisito da urgência para as medidas provisórias, seria dispensável a modificação proposta na PEC em exame, já que mudanças estruturais no ordenamento básico da educação, cujo início de implementação demandaria certa dilação, naturalmente impediriam o uso da medida provisória nesses casos. A MPV nº 746, de 2016, sua aprovação pelo Congresso Nacional e a atuação ainda tímida do STF no controle da observância do requisito da urgência para as medidas provisórias demonstram, contudo, ser necessário introduzir a vedação pretendida pela PEC de forma taxativa no Texto Constitucional.

Nunca é demais lembrar que o Chefe do Poder Executivo tem a prerrogativa constitucional de solicitar urgência para projetos de sua autoria, situação em que as proposições devem tramitar num prazo de 45 dias em cada Casa legislativa, sob pena de sobrestamento das demais deliberações legislativas enquanto não se ultime a votação (art. 64 da Lei Maior). E isso sem que se tenha de conferir vigência imediata à alteração normativa. Ademais, a urgência pode ser solicitada a qualquer momento, durante a tramitação do projeto, e não apenas quando de sua apresentação, de modo que não necessariamente cada Casa disporá de apenas 45 dias para apreciar a proposição. Assim, é perfeitamente possível, sem lançar mão do recurso excepcional da medida provisória, aprovar uma alteração legislativa importante em prazo reduzido, mas que permita o efetivo debate parlamentar, em matérias que, mesmo veiculadas em medida provisória, não teriam vigência imediata.

Por fim, não se pode ignorar que a regulação constitucional do ensino aponta para a democratização do planejamento e da gestão dessa atividade estatal. Nesse sentido, o art. 206, VI, da Carta de 1988 enuncia o



princípio da gestão democrática do ensino público. Nada pode ser mais contrário a esse princípio, que pressupõe a ampla participação dos diferentes segmentos sociais, com seus próprios pontos de vista a respeito das propostas, do que permitir a inovação do ordenamento jurídico pela iniciativa de uma só autoridade, em vez de se viabilizar que as diversas posições sobre o assunto, das diferentes correntes de opinião representadas no Parlamento, aflorem e sejam levadas seriamente levadas em conta no processo legislativo.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19360.35531-06



## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2017

Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.

**AUTORIA:** Senadora Fátima Bezerra (1ª signatária), Senadora Ângela Portela, Senador Acir Gurgacz, Senadora Gleisi Hoffmann, Senadora Lídice da Mata, Senador Alvaro Dias, Senador Antonio Carlos Valadares, Senadora Regina Sousa, Senadora Rose de Freitas, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Davi Alcolumbre, Senador Elmano Férrer, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Humberto Costa, Senador João Capiberibe, Senador Jorge Viana, Senador José Agripino, Senador José Maranhão, Senador José Medeiros, Senador José Pimentel, Senador José Serra, Senador Lasier Martins, Senador Lindbergh Farias, Senador Magno Malta, Senador Otto Alencar, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Reguffe, Senador Renan Calheiros, Senador Roberto Muniz, Senador Telmário Mota, Senador Valdir Raupp

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



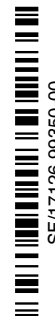
[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2017

Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.



SF/17126.99350-00

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 62 da Constituição Federal passa vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 62.** .....  
§ 1º .....  
I – .....  
.....  
e) diretrizes e bases da educação nacional;  
.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 5 de outubro de 1988 inovou em muitos aspectos no constitucionalismo brasileiro. Talvez a principal novidade seja o papel de destaque dado aos direitos sociais, entre os quais o direito à educação, que foi assegurado a todos, nos termos do art. 205, *caput*. Nos artigos seguintes, até o de número 214, os princípios, a estrutura, a repartição de competências materiais, a questão do financiamento e do planejamento são tratados sempre na

perspectiva de assegurar a democratização escolar, em especial o direito público subjetivo ao ensino obrigatório e gratuito.

Para que os cidadãos usufruam desse direito, a Carta Cidadã estabelece uma divisão de competência entre os entes da federação, que do ponto de vista material, obriga União, Estados, Distrito Federal e Municípios a se responsabilizarem, prioritariamente, por diferentes etapas da educação (educação infantil, ensino fundamental, médio e superior). Assim, no que concerne à competência administrativa, os três níveis da federação devem, em comum, proporcionar os meios de acesso à educação (art. 23, V).

Sob o aspecto legislativo, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação e ensino, conforme disposto no art. 24, IX. Vê-se, portanto, que é necessária uma ampla cooperação entre os entes federados tanto para oferecer os serviços educacionais, quanto para legislar sobre a matéria. Ademais, o art. 211, da CF estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. ”

Há entretanto um aspecto relevante do regramento constitucional em matéria de educação que se diferencia dessa toada da colaboração entre os entes. Trata-se da competência para legislar em matéria relativa a “diretrizes e bases da educação nacional”, que, a termo do art. 22, XXIV, da CF, é competência privativa da União.

A propósito, essa matéria (diretrizes e bases) tem longa trajetória no constitucionalismo brasileiro como competência legislativa privativa da União. De fato, foi a Constituição de 1934 que primeiro estabeleceu a competência da União para “traçar as diretrizes da educação nacional” (art. 5º, XIV). Logo em seguida, a Constituição de 1937 atribuiu à União a competência privativa de “fixar as bases” e traçar as “diretrizes” da educação nacional. A CF de 1946, por sua vez, uniu as duas expressões em uma só: “diretrizes e bases da educação nacional”, sob a competência legislativa privativa da União (art. 5º, XV, d). Nas Constituições seguintes, de 1967 e 1988, a tradição foi mantida e a União permaneceu como a fonte da qual devem emanar essas normas gerais.

Foi com fundamento nessa competência que foi editada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de suas sucessivas alterações. Em todos os casos, o processo legislativo transcorreu por meio de projeto de lei de autoria do Presidente da República, de deputados ou de senadores.



SF/17126.99350-00

Tendo em vista esse histórico e a natureza sensível do tema, é questão bastante controversa o seu tratamento por meio de medida provisória (MPV). As “diretrizes e bases” são, inegavelmente, os alicerces do modelo de educação que a nação quer ver plantados. São os eixos da organização dos sistemas de ensino (federal, estaduais, do DF e de cada município), dos currículos, das estratégias de financiamento. Em suma, elas são a própria estrutura e o funcionamento da educação formal. Não são, portanto, assuntos conjunturais ou circunstanciais, mas questões de natureza estrutural e fundante da educação nacional.

Nesse sentido, é evidente que não se coaduna com temas desse jaez o tratamento por meio de MPV, um instrumento de caráter excepcional, conforme já acentuado na própria Carta, e restritivo do debate. Como é sabido, as medidas provisórias, inobstante a apreciação a que são submetidas no Congresso Nacional nos termos estabelecidos na Constituição (art. 62), têm “força de lei” tão logo são adotadas pelo Presidente da República, que pode editá-las em caso de “relevância e urgência” (art. 62, *caput*).

O instituto foi, na primeira década após a promulgação da CF de 1988, utilizado de forma recorrente pelos Presidentes da República, ao ponto de se considerar o uso desse recurso abusivo. Isso levou o Congresso Nacional, prejudicado em seu mister de discutir e legislar, a alterar o regramento da MPV por meio da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, introduzindo diversas limitações temáticas, ou seja, assuntos sobre os quais não se pode emitir medidas provisórias.

Ao observarmos o rol desses assuntos (art. 62, § 1º), vemos que eles se assemelham em essência às “diretrizes e bases da educação nacional”. São os temas fundantes da “nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral”, “direito penal”, entre outros, para os quais somente o projeto de lei é aceito. A lei de diretrizes é uma lei que se quer (e se espera que seja) duradoura, por isso mesmo não pode ser casuística e adaptável ao talante dos gestores. Ela deve estar afinada com um projeto de nação, de longo prazo.

Em razão do exposto, submetemos à consideração do Congresso Nacional esta Proposta de Emenda à Constituição que visa a incluir a matéria relativa a “diretrizes e bases da educação nacional” entre as limitações materiais à edição de medidas provisórias.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres Senadores e das nobres Senadoras para a sua aprovação.



SF/17126.99350-00



Sala das Sessões,

Senadora FÁTIMA BEZERRA



SF/17126.99350-00

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 62

- Emenda Constitucional nº 32, de 2001 - EMC-32-2001-09-11 - 32/01

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2001;32>

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

19



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

## PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017, primeiro signatário o Senador Romário, que *altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.*



Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 36, de 2017, de autoria do Senador Romário e outros Senadores, que *altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.*

Para tanto, a PEC propõe alterar o art. 55 da Constituição Federal para dispor sobre duas hipóteses de condenação em sentença transitada em julgado, quais sejam, por crime comum previsto na lei que fixar as situações de inelegibilidades e pelos demais crimes.

Na primeira hipótese, de condenação por crime que gere inelegibilidade, a perda do mandato do parlamentar passará a ser declarada pela Mesa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa. Já no caso de condenação pelos demais crimes, fica mantida a previsão de perda do mandato se assim decidir a maioria absoluta da Casa respectiva, mediante provocação da respectiva Mesa ou de



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

2

partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Na justificação, os autores sustentam que a permissão constitucional para que parlamentares condenados e, mesmo, presos permaneçam no exercício do mandato, até que a respectiva Casa Legislativa, mediante provocação de Mesa ou de partido político, decida, por maioria absoluta, pela perda do cargo, deve ser entendida como garantia da autonomia do Poder Legislativo, de modo a impedir que um Congressista perca o seu mandato por um crime de menor consequência.

Defendem, todavia, que a situação atual, além de aviltar a imagem do Parlamento, já profundamente desgastada, cria verdadeira contradição com os ditames da Lei da Ficha Limpa, porquanto, com base nela, cidadãos são considerados inelegíveis em virtude de condenações proferidas por órgãos colegiados por crimes graves. Entretanto, por definição constitucional, os parlamentares, ainda que condenados por esses mesmos crimes em sentença transitada em julgado, podem continuar no exercício do mandato.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise das proposições em tela quanto à admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de admissibilidade, verifico que a proposição, na sua origem, foi subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa. Ademais, sua apreciação não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição (art. 60, caput, inciso I, e § 1º, da Constituição). A PEC tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa nem há pretensão de abolir qualquer dos princípios gravados como cláusulas pétreas pela Carta Magna.



SF/17217.10441-81



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

3

A PEC que ora se analisa também é consentânea com as normas regimentais do Senado Federal e não merece reparos no que concerne à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, entendemos que a proposição é conveniente, oportuna e zela pela moralidade para o exercício do mandato e pela qualidade da democracia e da representação.

Afinal, se um parlamentar é condenado, mediante decisão transitado em julgado, por prática de crime de tamanha gravidade que o torne inelegível e o impeça de se candidatar a um pleito futuro, nada mais coerente do que, de pronto, a Mesa da Casa Legislativa, o declare impedido também de dar continuidade ao exercício do mandato em curso. Enfim, a prática de um crime não pode ser grave a ponto de inviabilizar um mandato futuro e permitir um mandato presente.

E, como sabemos, no direito eleitoral, a inelegibilidade somente pode ser arguida nos prazos céleres estabelecidos nas respectivas normas, inexistindo ação eleitoral com o objetivo de arguir inelegibilidade superveniente ao pleito. Por sua vez, o Estatuto dos Congressistas assegura aos parlamentares condenados por prática de crime o direito de continuar no exercício do mandato, exceto por decisão em sentido contrário da maioria absoluta da Casa Legislativa. Todavia, essa decisão nem sempre se verifica por razões corporativas, ou seja, por convivência ou solidariedade dos respectivos pares, em flagrante desrespeito aos cidadãos e à instituição que representam.

Por fim, entendemos que a regra confere segurança jurídica ao tema, ao fixar as consequências da condenação nos casos que menciona. Como sabemos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantinha o entendimento de que não cabia ao Poder Judiciário decretar a perda de mandato de parlamentar federal, em razão de condenação criminal. Todavia, recentemente, o STF modificou sua leitura do art. 55 da Constituição Federal para consignar que a condenação à pena privativa de liberdade, em regime inicial fechado implica perda automática do mandato, sendo a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados vinculada e declaratória (Ação Penal nº 863, de Relatoria do Ministro Edson Fachin, Ministro Revisor Marco Aurélio). Dessa forma, a norma proposta na PEC que ora apreciamos evitará que a



SF/17217.10441-81



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

4

matéria seja regulada conforme a interpretação constitucional que venha a ser dada pelo Poder Judiciário.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2017

Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.

**AUTORIA:** Senador Romário (PODE/RJ) (1º signatário), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Telmário Mota (PTB/RR)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2017**

*A comissão de  
Constituição, Justiça  
e Cidadania  
Em 24/10/17  
Do Barroso*

Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 55 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 55. ....

VI – que sofrer condenação em sentença transitada em julgado:

- a) por crime comum previsto na lei de que trata o § 9º do art. 14, cujo cometimento resulte em inelegibilidade;
- b) por crime não previsto na alínea a.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, b, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V e VI, a, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

.....” (NR)

*Recebido  
24/10/17  
Do Barroso*

Senado Federal – Anexo II bloco A subsolo – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 11 – CEP 70165-900 – Brasília / DF  
Telefone: (61) 3303-6517 – romario@senador.leg.br



SF/17323.94227-02

Página: 1/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca1f76a914

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição (PEC) visa a buscar o equacionamento para a questão das consequências de condenações criminais proferidas contra Deputados e Senadores.

A atual redação da Constituição permite que parlamentares que sejam condenados e, mesmo, presos permaneçam no exercício do mandato, até que a respectiva Casa Legislativa, mediante provocação de Mesa ou de partido político, decida pela perda do cargo.

O dispositivo constitucional deve ser entendido como garantia da autonomia do Poder Legislativo, para impedir que um Congressista perca o seu mandato por um crime de menor consequência.

Impõe-se, entretanto, que, para que esse objetivo seja plenamente alcançado e, igualmente, se evite uma sensação de impunidade no seio da sociedade civil, que se possa já de início separar os crimes mais graves.

Efetivamente, a situação atual, além de aviltar a imagem do Parlamento, já profundamente desgastada, ainda cria verdadeira contradição com os ditames da Lei da Ficha Limpa.

Vale dizer, cidadãos são considerados inelegíveis em virtude de condenações proferidas por órgãos colegiados por crimes graves, mas parlamentares, ainda que condenados por esses mesmos crimes em sentença transitada em julgado, podem eventualmente continuar no exercício do mandato.

Assim, estamos propondo que, para fins de perda do mandato dos membros do Congresso Nacional, se distingam os crimes comuns previstos na Lei da Ficha Limpa, cujo cometimento resulta em inelegibilidade, dos demais crimes.

No primeiro caso, desde que ocorra a condenação definitiva, haverá a perda automática do mandato, a ser decretada pela Mesa da respectiva



SF/17323.94227-02

Página: 2/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca176a914



Casa Legislativa, permanecendo a atual regra constitucional para os demais casos.

Temos a certeza de que, com essa alteração, reduziremos a sensação de impunidade que perpassa a sociedade brasileira com relação aos membros do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que se mantém intacto o princípio constitucional da autonomia dos Poderes, que é garantia do bom funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões,

*Romário*  
Senador ROMÁRIO



#### LISTA DE ASSINATURAS DE PARLAMENTARES

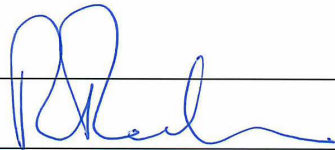
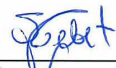
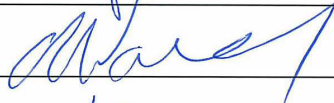

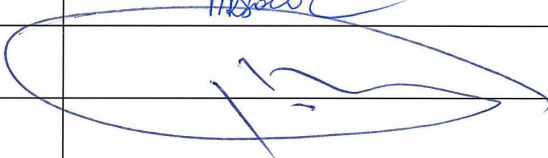



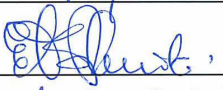
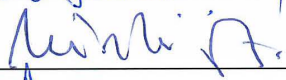

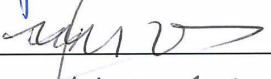

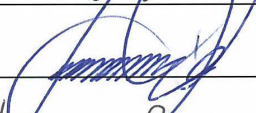
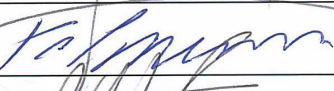


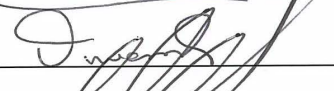
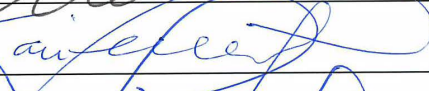

Parlamentar		Assinatura
1	<i>Romário Faria</i>	<i>Romário</i>
2	ALVARO DIAS	<i>Alvaro Dias</i>
3	<i>José Medeiros</i>	<i>José Medeiros</i>
4	Angela Portela	<i>Angela Portela</i>
5	HUMBERTO COSTA	<i>Humberto Costa</i>
6	<i>Raulo Rendo Faria</i>	<i>Raulo Rendo Faria</i>
7	LASIER	<i>Lasier</i>
8	LÍDICE DA MATA	<i>Lídice da Mata</i>
9	OTTO ALMEIDA	<i>Otto Almeida</i>
10	Acir	<i>Acir</i>

Página: 3/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca1f76a914





11	Roberto Rocha	
12	Simone Tebet	
13	Antônio Carlos Valadares	
14	Regina Sousa	
15	Randolfe Rodrigues	
16		
17	REGUFFE	
18	EDUARDO LOPES	
19	PAULO RECHA	
20	Edmar Faria	
21	CRISTOVAN	
22	Francine	
23	Marcelo Campos	
24	Pedro Chaves (PSL)	
25		
26	Fátima Bezerra	
27	Capiberibe	
28	Vinícius	
29	Audrey Joworuk	
30	GABRIEL ALVES	
31	Agripino Bezerra	



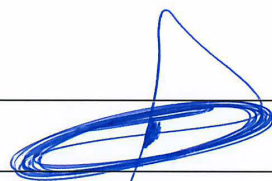
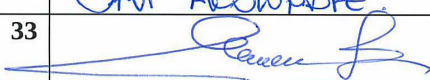
SF/17323.94227-02

Página: 4/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca1f76a914



5

32	DAVI ALCOHOLBE	
33		Aura Amelie (PP/RS)
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		



SF/17323.94227-02

Página: 5/5 11/10/2017 14:31:08

40ee01ed6d54d40b163a020a4bd926ca1f76a914



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 55

- parágrafo 3º do artigo 60

20



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR JAQUES WAGNER

**PARECER Nº      , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018, do Senador Jorge Viana e outros, que *inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

**I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 4, de 2018, de autoria do eminente Senador JORGE VIANA e outros ilustres membros desta Casa, que *inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.*

A proposição inclui o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias fundamentais, para estabelecer que *é garantido a todos o acesso à água potável em quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico.*

Na justificação, seus ilustres autores defendem que a água é um bem essencial à vida, fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para o bem-estar humano. Nesse sentido, a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução nº 64/292, de 28 de julho de 2010, reconheceu o direito ao acesso à água potável e ao saneamento como direito humano essencial ao pleno desfrute da vida. Ainda segundo os autores, o acesso à água potável ainda não é reconhecido como



SF/19643.86323-10



um direito fundamental. Pelo contrário, muitas vezes a água é considerada como bem econômico, *o que exclui parcelas vulneráveis da sociedade da possibilidade de ter acesso ao precioso líquido em quantidade e qualidade que permitam uma vida digna*. Ao citar conflitos pelos usos de água que ocorrem global e nacionalmente, os autores da PEC em análise reforçam que há regiões brasileiras gravemente afetadas por escassez hídrica, como o semiárido nordestino. A proposição, explicam os senadores que assinam a Proposta, precedeu os debates do 8º Fórum Mundial da Água, que ocorreu e em Brasília, em 2018, com o tema "Compartilhando Água". Ponderam sobre a urgência de posicionar *na nossa Carta Magna o acesso à água potável como um direito fundamental, em desdobramento da garantia à inviolabilidade do direito à vida, que não pode existir sem provisão de água*. Um dos principais objetivos da matéria é dotar os aplicadores do direito de ferramentas jurídicas *para garantir que o interesse econômico-mercantil que atualmente desponta com vigor em torno do tema, não se sobreponha ao direito humano de se obter água potável para viver dignamente*.

A proposição não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

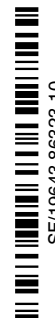
Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, conforme o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Quanto à admissibilidade, a PEC nº 4, de 2018, atende ao requisito do art. 60, I, da Constituição, pois foi subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa.

Quanto às limitações circunstanciais, não há óbices à apreciação da matéria, considerando que o País não se encontra na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Ainda, a proposição não trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada na atual sessão legislativa. Finalmente, a PEC não atinge as chamadas cláusulas pétreas.

Está, assim, atendido o disposto no art. 60, I, e §§ 1º, 4º e 5º da Constituição, e nos arts. 354, §§ 1º e 2º, e 373 do RISF.

Também, não incorre a PEC na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.



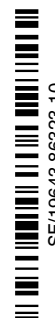
No tocante ao mérito, assiste total razão aos autores da PEC nº 4, de 2018.

A mencionada Resolução ° 64/292, de 2010, da ONU, conclama as nações a respeitarem o direito humano fundamental de acesso à água potável e ao saneamento, essencial para a realização de todos os direitos humanos. A Resolução convoca a comunidade das nações e as organizações internacionais a proverem recursos financeiros e a ajudarem os países em desenvolvimento com capacitação e transferência de tecnologias, de modo a garantir água potável e saneamento para todos, de forma segura, limpa e acessível.

Entendemos que esse é um direito indispensável para que se possa viver com dignidade, considerando a importância vital da água potável para os mais diversos usos domésticos. Além dessa Resolução da ONU, a Agenda das Nações Unidas 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2015, estabeleceu como um dos objetivos assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos nos próximos 12 anos.

Como um dos exemplos de nações que incorporaram as diretivas da ONU, a Constituição da República do Uruguai estabelece, em seu art. 47, que *a água é um recurso natural essencial para a vida e que o acesso à água potável e ao saneamento constituem direitos humanos fundamentais*. A constituição uruguaia prevê ainda que a prestação do serviço de abastecimento de água deverá ser realizada priorizando-se as razões de ordem social acima das de ordem econômica. Para um país que atende cerca de 98% de sua população com água tratada, um dos índices mais elevados de atendimento na América Latina, o Uruguai mostra que a constitucionalização do direito à água é um exemplo a ser seguido.

No Brasil, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS compilados pelo Instituto Trata Brasil, em torno de 84% da população brasileira têm acesso a água tratada. Ou seja, mais de 35 milhões de brasileiros não recebem esse serviço básico de saneamento. A desigualdade regional no abastecimento de água é uma das questões mais graves a serem enfrentadas para garantir esse direito à população brasileira. No Norte, cerca de 45% da população não é abastecida com água tratada, ao passo que no Nordeste quase 30% da população se encontra na mesma situação. Ainda mais graves são os dados sobre inadequação no abastecimento de água, associada a deficiências na potabilidade e intermitência no fornecimento: segundo o Plano Nacional de Saneamento



SF/19643.86323-10

Básico, no Nordeste quase 94% de sua população suprem suas necessidades hídricas de maneira inadequada; no Norte, o índice alcança 100% da população.

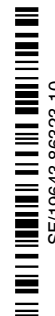
O abastecimento de água potável é um dos serviços ligados a saneamento, conforme previsto na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Outro importante marco normativo é a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que em seus fundamentos estabelece que a água é um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.

Ponderamos que a constitucionalização do direito à água potável no rol dos direitos e garantias fundamentais é uma inovação constitucional importante no sentido de fortalecer o marco regulatório doméstico e de reforçar políticas públicas voltadas à universalização do acesso à água no Brasil. Essa medida também é fundamental para se contrapor à tendência de elevação do custo da água que se verifica em diversos países, dificultando seu acesso para as populações economicamente mais vulneráveis.

O Supremo Tribunal Federal, no Acórdão do Recurso Extraordinário 607.056/Rio de Janeiro, de 10 de abril de 2013, reforçou tema que já havia sido objeto de decisão unânime pela Corte nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 567. O julgado assevera que a natureza jurídica do fornecimento de água potável é de um serviço público essencial, afastando teses que equiparam a água a uma mercadoria.

No tom do Supremo Tribunal Federal, que se alinha com a doutrina especializada, a água é um recurso natural e essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social. É um bem público inalienável, e o fornecimento de água potável, disponibilizada à população como serviço público, é uma obrigação do Estado.

Com efeito, consoante registrou a Exma. Senhor Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Elias Dodge, no “Seminário Internacional Água, Vida e Direitos Humanos à Luz dos Riscos Socioambientais, ocorrido em 2017, *“O direito regulamenta muitos aspectos da relação entre a pessoa humana e a água, pois garante o curso natural, protege-a da poluição, regula o preço, disciplina condições de consumo e de portabilidade, mas ainda não afirma a água como direito humano, embora sem água não haja vida.*



SF/19643.86323-10

Nesse sentido, ponderamos que a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018, reforça e consolida o acesso à água potável como um **direito humano fundamental**, de modo sobretudo a instrumentalizar os operadores do Direito na garantia desse recurso do meio ambiente. O art. 225 da Constituição estabelece que *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*. A PEC nº 4, de 2018, tem o atendimento desse comando como seu objetivo precípua, ao prever o acesso à água potável como um direito de todos, garantido pela Constituição.

Manifestamos, assim, todo o nosso apreço pela iniciativa.

### III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19643.86323-10



## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2018

Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.

**AUTORIA:** Senador Jorge Viana (PT/AC) (1º signatário), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (PMDB/AL), Senador Roberto Requião (PMDB/PR), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senador Wilder Moraes (PP/GO)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4 , DE 2018

*A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*  
*Em 07/02/18*

Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso LXXIX:

“Art. 5º .....

LXXIX – é garantido a todos o acesso à água potável em quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Sabemos que a água é um bem essencial à vida. Sua imprescindibilidade vai além da importância biológica para o indivíduo, alcançando grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico e para o bem-estar humano. É por isso que a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução nº 64/292, de 28 de julho de 2010, reconheceu o direito ao acesso à água potável e ao saneamento como direito humano essencial ao pleno desfrute da vida.

Apesar de ser elemento indispensável à garantia do direito à vida, o acesso à água potável não é ainda reconhecido intrinsecamente como

Recebido em 07/02/2018  
 Hora: 19:13



SF/18210.95526-03

Página: 1/5 07/02/2018 13:15:47

690c35132f10d78040d0683853fe989b723e6



um direito fundamental. Ao contrário, a água é considerada, muitas vezes, apenas como recurso e como bem econômico, o que exclui parcelas vulneráveis da sociedade da possibilidade de ter acesso ao precioso líquido em quantidade e qualidade que permitam uma vida digna.

O controle do acesso à água potável define relações de poder e de dominação do território. A apropriação da água por grupos humanos ocorre ao longo dos tempos e o domínio sobre os estoques de água naturais, sejam elas subterrâneas ou superficiais, se dá via processos de apropriação da água por fatores históricos, sociais, econômicos e políticos, que envolvem trocas comerciais, guerras, deslocamentos forçados de populações e domínios territoriais.

Processos de disputa de território associados aos recursos hídricos também ocorrem no âmbito doméstico, agravados em regiões brasileiras afetadas por escassez hídrica, como a região do Semiárido. Há situações em que o exercício do poder está associado ao domínio das águas e ao controle sobre o seu acesso. Apesar dos avanços na direção contrária ao centralismo decisório, propiciados por certa modernização da legislação, seguem evidentes as fragilidades quanto aos sistemas de representação social e de construção de intervenções políticas focadas no uso das águas, sendo possível constatar que a democracia formal presente nas modalidades de gestão dos recursos hídricos não resiste às relações de poder fixadas nos territórios.

Essa discussão ganha ainda mais relevância em razão da realização do 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Brasília, em março de 2018, e cujo tema é “Compartilhando Água”. O evento discutirá, entre outros assuntos, o compartilhamento da água entre povos e nações. Aproximadamente 40% da água consumida no planeta provém de lagos e rios compartilhados, que nascem em um país e seguem seu curso para outros, o que propicia risco de conflitos, especialmente diante das mudanças climáticas, que tornam iminente a possibilidade de escassez. As nações precisam estabelecer marcos globais de compartilhamento de recursos hídricos para evitar tais conflitos, garantindo, assim, que todos os seres humanos tenham o direito de acesso à água.

Nesse sentido, urge positivar na nossa Carta Magna o acesso à água potável como um direito fundamental, em desdobramento da garantia à inviolabilidade do direito à vida, que não pode existir sem provisão de água. Essa alteração na Constituição dotará os aplicadores do direito de ferramentas adequadas para garantir que o interesse econômico-mercantil,



SF/18210.95526-03

Página: 2/5 07/02/2018 13:15:47

690c351321cf10d78040d068385f3fe989b723e6





que atualmente desponta com vigor em torno do tema, não se sobreponha ao direito humano de se obter água potável para viver dignamente.

Contamos com a colaboração dos nobres Pares para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição importantíssima para trilharmos o caminho que assegurará o acesso à água potável a todas as pessoas no Brasil.

Sala das Sessões,

Senador JORGE VIANA

PEC nº , de 2018 - Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.

02	RANDOLFE		OK
03			
04		MARIA DO CARMO	OK
05		ANASTASIA	OK
06		ELBER BATALHA	OK
07		MARIA	OK
08		Regine Lourenço	OK
09			OK
10			OK
11	CAIBACIA, RUI		OK
12	Eduardo Faria		OK



SF/18210.95526-03

Página: 3/5 07/02/2018 13:15:47

690c35132fct10d78040d068385f3fe989b723e6





PEC nº , de 2018 - Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.

13	LASIER	St. J. Santos	OK
14	gleisi Hoffmann	gleisi Hoffmann	OK
15	JOÃO VICENTINHO	JOÃO VICENTINHO	OK
16	IVO CASSOL	IVO CASSOL	OK
17	HAZU JUNE	HAZU JUNE	OK
18	RODRIGO B. SILVA	RODRIGO B. SILVA	OK
19	ROSE DE LULAS	ROSE DE LULAS	OK
20	OMAR AZIZ	OMAR AZIZ	OK
21	UNNESSA	UNNESSA	OK
22	JOSÉ PIMENTAL	JOSÉ PIMENTAL	OK
23	FELIX RIBEIRO	FELIX RIBEIRO	OK
24	REQUIÃO	REQUIÃO	OK
25	FATIMA BEZERRA	FATIMA BEZERRA	OK
26	EDUARDO LOPES	EDUARDO LOPES	OK
27	VALDIR R.	VALDIR R.	OK
28	REGUIPE	REGUIPE	OK
29			OK



SF/18210.95526-03

Página: 4/5 07/02/2018 13:15:47

690c35132f10d78040d068385f3fe999b723e6



PEC nº , de 2018 - Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.

30	ROMARIO	2-1-1	OK
31	AGRIPINO		OK
32	TELMARIO		OK
33	ALVARO DIAS		OK
34	GLADSON		OK
35	Paulo RICHIA		OK
36	Angel - Portel -		OK
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			



SF/18210.95526-03

Página: 5/5 07/02/2018 13:15:47

690c35132fct10d78040d068385f3fe989b723e6



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 5º

- parágrafo 3º do artigo 60

21



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Jorginho Mello*

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 676, de 2019, do Senador Weverton, que *altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.*



Relator: **SENADOR JORGINHO MELLO**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 676, de 2019, de autoria do Senador Weverton, promove duas alterações no art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001:

- a) modifica a redação do inciso III do § 3º, para estabelecer que terá acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) “o Município que mantenha guarda municipal ou realize ações de policiamento comunitário, ou seja sede de penitenciárias ou colônias agrícolas, industriais ou similares ou casas do albergado ou centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, ou, ainda, implante Conselho de Segurança Pública, visando à obtenção dos resultados a que alude o § 2º deste artigo”;

- b) acrescenta o § 9º, para incluir, entre as atividades previstas no inciso V do art. 4º, as ações de apoio à família do preso e as destinadas ao desenvolvimento de projetos sociais, junto à população de Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, que objetivem a redução e prevenção ao delito e à violência.

Na justificação, o autor argumenta que os municípios resistem à construção de estabelecimentos penais nas áreas de sua circunscrição, pelo receio dos incidentes e do perigo que decorreriam logicamente da operação do edifício prisional.

Para contornar essa resistência e contribuir para a recuperação do sistema prisional, propõe criar incentivos à construção de estabelecimentos penais, proporcionando aos municípios, como compensação, o acesso a recursos do FNSP, para sua utilização em projetos sociais de apoio à população local e aos familiares dos presos.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Não observamos no PL vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbices de natureza regimental.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna.

As unidades prisionais sempre são encaradas como fator de degradação do local em que instaladas. São compreensíveis, portanto, a resistência que os municípios têm em serem sede de estabelecimento penal.

Além do receio de aumento da violência nas suas cercanias, pode ocorrer a fuga de empresas, o que causa impacto direto no nível de emprego e na arrecadação municipal.

É de todo conveniente, portanto, que o município que seja sede de estabelecimento prisional tenha acesso aos recursos o FNSP.



### III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 676, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI Nº 676, DE 2019

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

**AUTORIA:** Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



Projeto de Lei nº 676 de 2019



CCJ e CAS/DT

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Weverton Rocha

As Comissões de  
Constituição,  
Justiça e Assuntos  
Constitucionais, em  
deliberação de 12/02/2019.  
Em 12/02/2019

Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei visa dar acesso ao FNSP aos Municípios responsáveis pela manutenção, tratamento e recuperação de pessoas com restrição à liberdade, bem como a ações de apoio às respectivas famílias e comunidades.

Art. 2º A Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

§ 3º .....

III – o Município que mantenha guarda municipal ou realize ações de policiamento comunitário, ou seja sede de penitenciárias ou colônias agrícolas, industriais ou similares ou casas do albergado ou centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, ou, ainda, implante Conselho de Segurança Pública, visando à obtenção dos resultados a que alude o § 2º deste artigo. (NR)

.....

§ 9º Incluem-se entre as atividades previstas no inciso V deste artigo as ações de apoio à família do preso e as destinadas ao desenvolvimento de projetos sociais, junto à população de Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, que objetivem a redução e prevenção ao delito e à violência. (AC)”

Recebido em 06 / 02 / 19  
Hora: 19 : 30

Página 2 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 676 de 2019.

Renata Bressan Saldanha - Mat. 315749  
SGM/SLSF

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros no exercício financeiro subsequente.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A inexistência de vagas nos estabelecimentos penais tem sido apresentada como uma das maiores dificuldades no combate à violência e na recuperação do infrator. Penitenciárias superlotadas, cadeias públicas sendo local de cumprimento de penas, ausência de casa de albergados são apenas algumas das mazelas que afligem o nosso sistema prisional.

De forma compreensível, os Municípios, regra geral, reagem à construção de estabelecimentos penais nas áreas de sua circunscrição, em especial pelos transtornos diretos e indiretos decorrentes desse fato.

Por outro lado, também é notória a carência de recursos, a nível municipal, que permita a implementação de projetos sociais destinados à redução e prevenção da criminalidade.

Diante dessa realidade, o presente Projeto de Lei tem como finalidade criar incentivos à construção de estabelecimentos penais, ao mesmo tempo em que assegura aos Municípios, como forma compensatória, o acesso a recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, para sua utilização em projetos sociais de apoio à população local e aos familiares dos presos.

É importante ressaltar que a proposição não altera a destinação do FNSP, uma vez que a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e alterações subsequentes já prevê, dentre os projetos na área de segurança pública a serem desenvolvidos com recursos do Fundo, a implementação de programas de prevenção ao delito e à violência, o que possibilita utilizar os seus recursos para o desenvolvimento de projetos sociais de apoio à família de presos e à população de Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Por meio das alterações propostas ao texto da Lei nº 10.201, de 2001, o Projeto de Lei, tão-somente:

a) inclui entre as hipóteses de acesso dos Municípios aos recursos serem eles sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico; e

b) explicita o uso dos recursos do FNSP nas ações de apoio às famílias de presos e da população de Municípios que sejam sede de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Destaque-se que se excluiu, dentre os estabelecimentos penais que ensejam o acesso dos Municípios aos recursos do FNSP, a cadeia pública, uma vez que ela se destina à detenção provisória de presos alvo de investigação ou cujo processo ainda não foi concluído.

Certo de que os ilustres Pares concordarão com a importância dessa proposição para a concretização do objetivo de redução da falta de vagas no sistema prisional brasileiro, esperamos contar com o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões,



**Senador Weverton Rocha**

**(PDT MA)**

22

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2019, da Senadora Rose de Freitas e outros, que *modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros.*



Relatora: Senadora **SELMA ARRUDA**

**I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 2, de 2019, que tem como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, e se propõe a determinar a suspensão do transcurso do prazo de validade de concurso público em que as nomeações tenham sido paralisadas em razão da falta de recursos financeiros.

Para veicular seu intento, a proposta acrescenta ao art. 37 da Constituição Federal o § 13. Altera-se, ainda, no art. 37, a redação do inciso III – dispositivo que estabelece o prazo de validade de concursos públicos em dois anos –, para inserir trecho que faz referência à observância do disposto no parágrafo acrescentado.

A justificativa da proposição nos lembra de que, no contexto de grave crise financeira enfrentada pela União, Estados e Municípios, foi registrada paralisação de nomeações de aprovados em concursos públicos de diversos órgãos e entidades. O argumento central da justificativa é de que se mostra contrário ao interesse público deixar que concursos expirem em razão

da falta de recursos para suportar as nomeações, uma vez que o processo de elaboração de um concurso demanda tempo e dinheiro.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

Propostas de Emenda à Constituição, como a que ora se apresenta, são distribuídas a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por força do disposto no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). O art. 101, incisos I e II, do RISF, por sua vez, atribui a este Colegiado competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito das matérias que lhe são submetidas.

O exame da proposição revela sua constitucionalidade formal e material. Com efeito, a matéria conta com a subscrição de um terço dos Senadores e não apresenta qualquer tendência à subversão das cláusulas pétreas insculpidas no § 4º do art. 60 da Constituição Federal. Não se apresentam, no momento, os elementos circunstanciais que, de acordo com o que determina o § 1º do art. 60 da Lei Maior, levam ao impedimento da tramitação de qualquer projeto de emendamento constitucional, a saber, intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

A PEC nº 2, de 2019, atende, ainda, ao fixado no § 5º do art. 60 da Constituição, visto que não dispõe acerca de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa. A análise da proposta não evidencia, ademais, qualquer choque entre suas disposições e os preceitos e normas que integram o texto constitucional em vigor.

No plano da juridicidade, por sua vez, entendemos que a proposta se mostra apta a uma plena integração ao ordenamento e apresenta os requisitos essenciais de inovação normativa, abstração, generalidade e imperatividade.

Não se identificam, tampouco, obstáculos de ordem regimental ao seguimento da tramitação da proposta.



SF/19791.99867-21

No mérito, somos favoráveis à proposição. O problema que se busca enfrentar é real e tem consequências negativas para o Poder Público e para a sociedade em geral. A ausência de recursos para a nomeação de aprovados em concursos públicos – especialmente nos últimos anos, marcados por severa crise fiscal em todas as esferas federativas – tem provocado a caducidade de diversos certames, pela expiração de seus prazos de validade, constitucionalmente limitados ao máximo de dois anos, prorrogáveis por igual período.

A suspensão do transcurso do prazo de validade de concurso público enquanto perdurar a ausência de verba para a nomeação dos aprovados é plenamente justificável, em vista da economia de tempo e de recursos públicos que proporciona. Nesse contexto, evitar a necessidade de realização de novo concurso, com o consequente dispêndio de recursos e tempo, corresponde à melhor alternativa para atender ao interesse público. Além disso, a medida também se mostra justa por respeitar as expectativas e anseios de candidatos aprovados, que têm suas nomeações proteladas por circunstâncias que fogem às suas responsabilidades.

### III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2019, e, no mérito, votamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora







## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2019

Modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros.

**AUTORIA:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES) (1ª signatária), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



CCJ

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2 DE 2019**

Senado Federal  
Comissão de Constituição, Justiça e  
Cidadania

Em 07 / 02 / 19

Modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37. ....

.....

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, observado o disposto no § 13;

.....

§ 13. Na hipótese de o poder público suspender as nomeações de aprovados em concurso público por falta de recursos financeiros, o transcurso do prazo de validade do concurso será automaticamente suspenso, até o retorno das nomeações, quando o prazo voltará a transcorrer.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Recebido em 06 / 02 / 2019  
Hora: 17:25



SF/19452.85020-18

Página: 1/7 06/02/2019 10:21:55

e6321d506f4ea673a424c95b7f8852ce216fe701



## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição pretende modificar o art. 37 da Lei Maior para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as respectivas nomeações por falta de recursos financeiros.

Nesse sentido, estamos propondo o acréscimo de um novo parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre a administração pública, para estabelecer que, na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações de aprovados em concurso público por falta de recursos financeiros, o transcurso do prazo de validade do concurso será automaticamente suspenso, até o retorno das nomeações, quando o prazo voltará a transcorrer.

Ademais, estamos também propondo modificar o texto do inciso III do *caput* do mesmo art. 37, que dispõe sobre o prazo de validade de concurso público, para fazer a adequação do dispositivo com a nova regra ora proposta.

Ocorre que efetivamente estamos vivendo uma grave crise financeira tanto no âmbito da União, como no dos Estados, dos Municípios e no do Distrito Federal, e em decorrência dessa crise em muitos órgãos e entidades públicas as nomeações de pessoas aprovadas em concurso público têm sido suspensas, não obstante a necessidade dos seus serviços por parte da sociedade.

Como sabemos, os concursos públicos demandam tempo e recursos para serem realizados e, de outro lado, são o meio mais eficaz para recrutar profissionais capacitados para atender às necessidades do serviço público.

Desse modo, deixar os concursos caducarem sem a nomeação sequer de um número mínimo de aprovados em razão da falta de recursos financeiros não é o mais adequado ao interesse público.

Por essa razão, pensamos numa solução permanente e que alcance todos os entes da Federação e suas entidades e órgãos para fazer frente ao problema de que tratamos.

Daí a nossa proposta de deixar expresso na Constituição Federal que na hipótese de o poder público suspender as nomeações de aprovados



SF/19452.85020-18

Página: 2/7 06/02/2019 10:21:55

e6321d506f4ea673a424c95b7f8852ce216fe701



em concurso público por falta de recursos financeiros, o transcurso do prazo de validade do concurso será automaticamente suspenso, até o retorno das nomeações, quando o prazo voltará a transcorrer.

Por fim, em face da proposição ora justificada, solicitamos o apoio dos nobres pares para o seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões,

 - OK  
Senadora **ROSE DE FREITAS**



SF/19452.85020-18

Página: 3/7 06/02/2019 10:21:55

e6321d506f4ea673a424c95b7f8852ce216fe701





SENADOR (a)	ASSINATURA
SERGIO FETEÇA	OK 54
OTTO ALMEIDA	OK
Selma Almeida	OK
Soraya Thronike	OK
EANN SYCAMON VILHENA	- OK
Elmano Férrer	- OK
Alvaro Dias	- OK
Eduardo Gomes	- OK
Maria do Carmo Romário	OK
Ciro Nogueira	OK
Wenderson ROCHA PEREIRA	OK
JOSÉ KAYRU	OK
IZABELI LUCAS	OK
Raquel Lima OK	??
FABIANO CONTANATO	OK
Maíza Gomes	OK
MARCOS DO CARVALHO	OK
JOSÉ MARANHÃO	OK
Antônio Amílcar	OK
NELSON TROF FILHO	OK
LASIER	OK
Acir Gurgacz	OK
Georgina Fátima	OK
Roberto Tadeu	OK
Carlos Jovani	- OK

SF/19452.95020-18

Página: 47 06/02/2019 10:21:55

e6321d506f4ea673a424c95b7f8852ce216fe701







Página: 6/7 06/02/2019 10:21:55

e6321d506f4ea673a24c95b7f8852ce216fe701




SF/19452.85020-18

Página: 7/7 06/02/2019 10:21:55

e6321d506f4ea673a424c95b7f8852ce216fe701



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 37

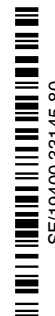
- parágrafo 3º do artigo 60



23

**PARECER Nº DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 (nº 1.385, de 2007, na origem), do Deputado Felipe Bornier, que *cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências*.



Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2016 (PL nº 1.385, de 2007, na origem), em análise, trata da criação e regulamentação da profissão de cuidador, que é subdividida em quatro espécies: Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara.

Inicialmente, o autor da proposta, Deputado Felipe Bornier, pretendia, apenas, dispor sobre a regulamentação da Profissão de Babá. Na evolução da análise da matéria, as outras modalidades de cuidados foram também contempladas.

O autor revela, em defesa da iniciativa, a preocupação dos pais com a capacitação mínima das pessoas que irão auxiliá-los nos cuidados com seus filhos. Isso, por si só, justificaria a regulamentação profissional da atividade das babás. Estabelecendo direitos e obrigações que orientem a contratação, permite-se, segundo o autor, que relações de trabalho de boa qualidade, inspiradas na confiança, sejam estabelecidas em benefício de todos aqueles que necessitam de cuidados.

A Câmara dos Deputados elaborou um trabalho minucioso de adequação da proposta à nova realidade legislativa corrigindo aspectos

considerados inconstitucionais. O Substitutivo, finalmente aprovado, contempla a regulamentação das quatro espécies de cuidadores a que se refere a ementa.

Os dispositivos que constam do texto, fixam os requisitos mínimos para o exercício da atividade. Permite-se a contratação em três modalidades (pessoa física, jurídica e microempreendedor individual). São enumerados os deveres mínimos do cuidador; e, finalmente, há previsão de que, havendo comprovação de maus-tratos e violências praticados pelo cuidador contratado em desacordo com a Lei, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do responsável pelo assistido da moradia comum.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na qual recebeu parecer favorável do Senador Elmano Férrer. Depois, em face da aprovação do Requerimento nº 40, de 2018, do Senador Romero Jucá, a matéria veio à análise desta CCJ.

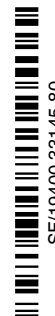
Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de proposições a ela submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário. Dada a aprovação do Requerimento nº 40, de 2018, do Senador Romero Jucá, atribuiu-se a este Colegiado a análise, quanto aos referidos pontos, do PLC nº 11, de 2016.

No tocante à constitucionalidade, verifica-se que à União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, cabe legislar sobre direito do trabalho, motivo pelo qual, no particular, inexistente qualquer óbice à tramitação da proposta. A iniciativa de proposições dessa natureza não está reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República. É franqueado aos Senadores da República iniciar a discussão legislativa sobre esse tema.

Não se trata, ainda, de questão reservada à lei complementar, motivo por que a lei ordinária é o instrumento adequado para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.



Sob o prisma formal, portanto, não há impedimentos à aprovação da proposta.

Em relação à constitucionalidade material da proposição, temos que ela está em consonância com o art. 7º da Carta Magna, que trata da proteção aos direitos dos trabalhadores. A matéria também está associada a praticamente todo o Capítulo VII, do Título VIII, do texto constitucional, no qual se cuida da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Nesse capítulo, o art. 227 dispõe sobre a proteção às crianças, jovens e adolescentes e o art. 230, trata da proteção às pessoas idosas. Por sua vez, as pessoas com deficiência são protegidas e citadas em diversos dispositivos constitucionais.

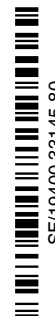
No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. Os cuidadores de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doença rara exercem suas funções como auxiliares da família e do Estado. São fundamentais para a manutenção sadia das relações sociais e para oferecer tranquilidade aos demais trabalhadores que precisam desse auxílio para desempenhar as suas atividades.

Há mudanças relevantes no perfil etário da população brasileira e a própria família adquire novas configurações. O futuro irá trazer novas responsabilidades sociais e o legislador precisa estar atento a essas novas variáveis. Precisamos estimular a formação de profissionais capacitados para ocupar os empregos e ocupações em disponibilidade crescente.

A regulamentação dessas atividades é uma resposta necessária do Estado e da sociedade para a tarefa gigantesca que se apresenta. Pode, também, representar um estímulo vital para a formalização dos contratos de trabalho, que hoje são, em grande parte, informais. Formalizados os empregos, haverá estímulos à capacitação e todos ganharão com isso, principalmente aqueles que dependem de cuidados especiais.

Com a valorização desses profissionais, estaremos diminuindo os maus-tratos, os casos de violência ou o simples desleixo com idosos, crianças e pessoas com deficiência ou doenças raras.

A aprovação da proposta em exame representa, em nosso entendimento, uma evolução legislativa que contemplará uma categoria ainda em organização. Cremos que os resultados podem ser muito positivos, com ganhos para a saúde e a educação, principalmente.



### III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19400.33145-80



## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2016

(Nº 1.385/2007, NA CASA DE ORIGEM)

Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica reconhecido em todo o território nacional e regulamentado por esta Lei o exercício da profissão de cuidador, cujas espécies são: Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara.

**Art. 2º** O cuidador caracteriza-se pelo exercício de atividade de acompanhamento e assistência à pessoa com necessidade temporária ou permanente, mediante ações domiciliares, comunitárias, ou institucionais de cuidado de curta ou longa permanência, individuais ou coletivas, visando à autonomia e independência, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer.

*Parágrafo único.* É vedada aos profissionais elencados no art. 1º desta Lei a administração de medicação que não seja por via oral nem orientada por prescrição do profissional de saúde, assim como procedimentos de complexidade

técnica.

**Art. 3º** O cuidador deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

**I** – possuir no mínimo dezoito anos completos, salvo na condição de estagiário ou aprendiz;

**II** – haver concluído o ensino fundamental ou correspondente;

**III** – haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação profissional, conforme disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inclusive com formação inicial e continuada, organizado e regulamentado pelo Ministério da Educação, em consonância com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004;

**IV** – não ter antecedentes criminais;

**V** – apresentar atestado de aptidão física e mental.

*Parágrafo único.* As pessoas que já se encontrarem exercendo atividades próprias de cuidador há, no mínimo, dois anos, por ocasião da data de publicação desta Lei, ficam dispensadas da exigência a que se refere o inciso III do caput deste artigo, devendo cumpri-la nos três anos seguintes à vigência desta Lei.

**Art. 4º** O cuidador poderá ser contratado livremente pelo empregador, contratante ou tomador de serviço, sendo ainda permitida a sua organização por meio das seguintes modalidades:

**I** – quando empregado por pessoa física, para trabalho por mais de dois dias na semana, atuando no domicílio ou no acompanhamento de atividades da pessoa cuidada, será regido pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015;

**II** – quando empregado por pessoa jurídica, será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação correlata;

**III** – quando contratado como Microempreendedor Individual, será regido pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e legislação correlata.

*Parágrafo único.* Nas hipóteses previstas nos incisos I e II deste artigo, a jornada de trabalho será de até quarenta e quatro horas semanais, com carga horária de até oito horas diárias ou em turno de doze horas trabalhadas e trinta e seis horas de descanso.

**Art. 5º** O cuidador poderá ser dispensado por justa causa quando infringir as disposições das Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente, e 10.741, de 1º de outubro de 2003 Estatuto do Idoso, ou de lei correspondente, em havendo, quando couber.

**Art. 6º** São deveres do cuidador:

**I** – zelar pelo bem-estar, integridade física, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida;

**II** – manter sigilo sobre as informações a que tem acesso em função de sua atividade, relativas à família do empregador;

**III** – zelar pelo patrimônio do empregador no exercício de suas funções e pelas dependências utilizadas pela pessoa assistida.

**Art. 7º** Caso sejam comprovados maus-tratos e violências praticados pelo cuidador contratado em desacordo com as disposições desta Lei, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do responsável pela pessoa assistida da moradia comum.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

### **PROJETO ORIGINAL**

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra=PL+1385/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra=PL+1385/2007)





## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 1, DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº11, de 2016, que Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy

**RELATOR:** Senador Elmano Férrer

07 de Fevereiro de 2018



**PARECER Nº                   , DE 2016**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2016, que “*cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências*”.

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 (PL nº 1.385, de 2007, na origem), em análise, trata da criação e regulamentação da profissão de cuidador, que é subdividida em quatro espécies: Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara. Inicialmente, o autor da proposta, Deputado Felipe Bornier, pretendia apenas dispor sobre a regulamentação da Profissão de Babá.

Em sua justificação inicial, o autor revela a preocupação dos pais com a capacitação mínima das pessoas que irão auxiliá-los nos cuidados com seus filhos. Nesse sentido, seria fundamental a regulamentação profissional da atividade das babás, para estabelecer direitos e obrigações que orientem a contratação e que permitam o estabelecimento de boas relações de trabalho no âmbito do cuidado infantil.

A matéria foi examinada na Câmara dos Deputados, com pareceres da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

Ainda na vigência da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a CTASP aprovou um substitutivo com disposições excepcionais, mantendo as normas gerais vigentes para o trabalho doméstico. Ocorre que a legislação relativa a esta modalidade de trabalho foi substancialmente modificada com a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, a denominada “PEC das domésticas”.

A CCJC da Câmara dos Deputados, por sua vez, elaborou um trabalho minucioso de adequação da proposta à nova realidade legislativa, corrigindo alguns aspectos considerados inconstitucionais. Com essa nova abordagem, o Substitutivo, finalmente aprovado, contempla a regulamentação de quatro espécies de cuidadores: de pessoa idosa, de crianças (infantil), de pessoa com deficiência e de pessoa com doença rara.

Entre as normas previstas destacamos a fixação de requisitos mínimos para o exercício da atividade; a permissão para contratação em três modalidades (pessoa física, jurídica e microempreendedor individual); a enumeração de deveres mínimos do cuidador; e, finalmente, a previsão de que, havendo comprovação de maus-tratos e violências praticados pelo cuidador contratado em desacordo com a Lei, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do responsável pelo assistido da moradia comum.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre direito do trabalho. Como o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016, não trata de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) detém a atribuição de examiná-la, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Não há, portanto, impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais à regular tramitação da matéria.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. A ideia original foi elaborada com algumas impropriedades constitucionais e jurídicas que foram, ponderadamente, analisadas e corrigidas na Câmara dos Deputados. Vemos também como meritória a ampliação da abrangência das normas para englobar diversas espécies de cuidadores, considerando as pessoas que necessitam desse tipo de profissional: idosos, crianças, pessoas com deficiência ou com doenças raras.

A regulamentação em análise, por outro lado, mostra a consciência das novas responsabilidades sociais que o futuro coloca diante do legislador e dos trabalhadores. As atividades que aqui tratamos representam necessidades e oportunidades, com um espaço enorme para a empregabilidade.

Em suas novas configurações, a família precisará, cada vez mais, do auxílio de terceiros, com alguma prática e conhecimento. Ocorre que a flexibilidade veloz do mundo atual exige o apoio desses profissionais no atendimento de carências específicas.

É notório que o Estado e a sociedade, com as políticas públicas e apesar dos inúmeros esforços, não conseguem atender às demandas de cuidados das pessoas que os necessitam. Há situações diferenciadas que dificilmente são resolvidas com decisões políticas, globais ou coletivas. Nesse momento, a presença de um Cuidador profissional vem preencher uma lacuna visível, trazendo um tratamento especializado, pessoal e afetivo, que as organizações (asilos e creches, por exemplo) não podem oferecer.

São espécies de trabalho em que há presença significativa da informalidade. Há milhares ou milhões de trabalhadores que podem ser trazidos para o mercado formal, se acatadas as normas do projeto. Dessa formalização decorrerão benefícios gerais, como a inclusão previdenciária e o acesso geral a bens e serviços.

Reconhecidos e orientados pela legislação, os cuidadores poderão trabalhar pela inclusão social e pela cidadania, colaborando para que os casos de violência, maus-tratos ou descaso com idosos, crianças e pessoas com deficiência ou doenças raras, sejam significativamente reduzidos.

Por todas essas razões, cremos que a aprovação da proposta em exame representa a valorização de uma atividade em ascensão, com inúmeras

possibilidades de evolução e melhoria na qualidade dos serviços e no reconhecimento social dos profissionais da área.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Relatório de Registro de Presença**  
**CAS, 07/02/2018 às 09h - 1ª, Extraordinária**  
 Comissão de Assuntos Sociais

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
HÉLIO JOSÉ	1. GARIBALDI ALVES FILHO
WALDEMIR MOKA PRESENTE	2. VALDIR RAUPP
MARTA SUPLCY PRESENTE	3. ROMERO JUCÁ
ELMANO FÉRRER PRESENTE	4. EDISON LOBÃO
AIRTON SANDOVAL PRESENTE	5. ROSE DE FREITAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM PRESENTE	3. JOSÉ PIMENTEL
PAULO ROCHA PRESENTE	4. JORGE VIANA
REGINA SOUSA PRESENTE	5. LINDBERGH FARIAS

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
DALIRIO BEBER PRESENTE	1. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
EDUARDO AMORIM	2. SÉRGIO DE CASTRO
RONALDO CAIADO	3. JOSÉ AGRIPIANO
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
SÉRGIO PETECÃO	1. OTTO ALENCAR
ANA AMÉLIA	2. WILDER MORAIS

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÍDICE DA MATA	1. ROMÁRIO
RANDOLFE RODRIGUES	2. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
CIDINHO SANTOS	1. ARMANDO MONTEIRO
VICENTINHO ALVES PRESENTE	2. EDUARDO LOPES

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLC 11/2016)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2016, DE AUTORIA DO DEPUTADO FELIPE BORNIER.

07 de Fevereiro de 2018

Senadora MARTA SUPPLY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

24



**PARECER Nº      , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 (PL nº 447/2015, na Casa de origem), do Deputado Décio Lima, que *acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

**I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 180, de 2017, de autoria do Deputado Décio Lima, que *acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.*

A proposição se compõe de dois artigos. O art. 1º altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata das atividades consideradas perigosas, para acrescentar a hipótese de exposição permanente do trabalhador a *colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito.* O art. 2º estabelece a cláusula de vigência imediata.

O PLC recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em razão de aspectos financeiros, como a ausência de demonstração da origem dos recursos para o seu custeio. Após a análise desta Comissão, a matéria seguirá ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Não foram oferecidas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 180, de 2017, bem como sobre o seu mérito.

No que toca à constitucionalidade da proposição, não vemos qualquer empecilho. Do ponto de vista formal, a iniciativa se estriba no art. 22, I, da Carta, que atribui competência privativa à União para legislar sobre Direito do Trabalho. Não há, ademais, reserva de iniciativa (CF, art. 61, § 1º), de modo que a proposição pode ser, como foi, apresentada por parlamentar. Quando à constitucionalidade material, igualmente, não nos parece que o projeto contenha vício.

A tramitação seguiu os ritos do RISF, motivo pelo qual se pode afirmar a sua regimentalidade. Do mesmo modo, tem-se norma com potencial de inovar o ordenamento jurídico, sendo dotada, assim, de juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, não há reparos a fazer, uma vez que atendidos todos os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, concordamos com o reconhecimento da periculosidade das atividades dos agentes de trânsito. Trata-se de profissionais constantemente expostos a riscos de atropelamentos e outras espécies de acidentes, o que resulta em uma média de 15 mortes por ano, número proporcionalmente superior ao das vítimas das Forças Armadas e da Polícia Militar. Nada mais justo, assim, do que reconhecer a periculosidade dessa atividade, com a concessão do correspondente adicional de trinta por cento sobre o salário dos agentes, nos termos do § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.

## III – VOTO

Por todos esses motivos, opinamos pela admissibilidade do PLC nº 180, de 2017, por ser ele dotado de **constitucionalidade** formal e material, **juridicidade**, **regimentalidade** e atender à boa **técnica legislativa**, e, no mérito, votamos por sua **aprovação**.



SF/19277.92296-55

3

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19277.92296-55



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2017

(nº 447/2015, na Câmara dos Deputados)

Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codeor=1303221&filename=PL-447-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codeor=1303221&filename=PL-447-2015)



[Página da matéria](#)

Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 193. ....

.....

III - colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de dezembro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- artigo 193



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 104, DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017, que Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati

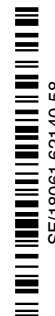
**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço

30 de Outubro de 2018



## RELATÓRIO DO VENCIDO

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 (nº 447/2015, na Casa de origem), do Deputado Décio Lima, que *acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.*



Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

O Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 (nº 447, de 2015, na Casa de origem), de autoria do Deputado Décio Lima, veio a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposição tem o intuito de incluir entre as atividades consideradas perigosas, na forma da Lei, aquelas atinentes aos agentes de trânsito, a saber, “atividade de fiscalização de trânsito, operação ou controle de tráfego de veículos terrestres.” Desse modo, em seu art. 1º, altera o art. 193, II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para adicionar ao rol das atividades perigosas aquelas desempenhadas pelos agentes de trânsito. Em seu art. 2º, estabelece a vigência da Lei a partir da data de sua publicação.

A matéria foi encaminhada ao Senado Federal em 14 de dezembro de 2017, tendo sido objeto de análise de relatório da lavra do Senador Romero Jucá pela aprovação. Em votação na CAE, o relatório foi rejeitado, cabendo a mim a elaboração de novo parecer.

Após a análise da matéria por esta CAE, serão posteriormente ouvidas ainda a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em termos formais, não há óbices à matéria. O texto segue a boa norma, respeitando os preceitos de concisão, clareza e objetividade. Também no que tange à constitucionalidade e regimentalidade, não há vícios que prejudiquem o projeto.



De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 99, I, constitui competência da CAE a análise de matérias legislativas em seus aspectos econômicos e financeiros. Sob o prisma econômico, a proposição tem o mérito de resgatar uma dívida da sociedade para com os agentes de trânsito, ao incluí-los no rol das atividades consideradas perigosas pela CLT. Assim, fariam jus a um diferencial compensatório.

Trata-se de um contingente que envolve milhares de profissionais que, diuturnamente, prestam importante serviço à população, na fiscalização e controle do trânsito e na garantia da segurança viária. O trabalho desses profissionais, muitas vezes, envolve situações de risco, face à crescente violência presente no trânsito brasileiro. Com efeito, o país convive com altas taxas de acidentes de trânsito, que levam ao óbito anualmente algo em torno de 80 mil indivíduos, além de produzir 120 mil vítimas de sequelas.

Esse cenário envolve anualmente um custo total superior a R\$ 21 bilhões em despesas com o sistema de saúde de forma imediata, do resgate à reabilitação. São números impressionantes e que indicam a importância de se alavancar os trabalhos de fiscalização e de controle do trânsito, o que implica também a necessidade de elevação do efetivo de agentes de trânsito. De acordo com a justificação do Projeto, no ano de 2015 o Brasil contava com cerca de 25 mil agentes de trânsito distribuídos em 1.435 municípios.

Esse número, no entanto, deverá crescer em função da recente entrada em vigor do novo Código de Trânsito Brasileiro, que facilita e estimula a contratação de agentes de trânsito pelos municípios. A expectativa é de um aumento significativo do contingente desses profissionais. Importante ressaltar ainda que os próprios agentes estão expostos à violência diária do trânsito. Em média, são 15 profissionais mortos por ano, o que confere a esse grupo profissional um índice de letalidade mais elevado do que o prevalente para as Forças Armadas e a Polícia Militar.

Em termos financeiros, cumpre lembrar que a matéria suscita a possibilidade de pagamento de adicional de periculosidade aos agentes de trânsito na forma da Lei. Assim, de acordo com a disposição legal em vigor, nos termos do art. 93 da CLT, bem como da Norma Regulamentadora nº 16, de 2017, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), observar-se-á um acréscimo da ordem de 30% sobre o salário base, como adicional de periculosidade, a que a categoria passará a fazer jus. Isso certamente provocará um aumento significativo dos custos a que serão submetidos os



cofres públicos, já que se trata de uma categoria profissional cujo exercício laboral se dá sob a tutela do Estado.

Além disso, deve-se observar que o valor dos salários dos agentes de trânsito apresenta uma grande variação. De acordo com os dados disponíveis, a categoria percebe salários cujos montantes oscilam entre R\$ 800,00 e R\$ 7.010,00, sendo que sua média salarial nacional é de R\$ 2.623,00. Pode-se assim estimar, com a adoção do adicional de periculosidade para a categoria, um impacto anual da ordem de R\$ 256 milhões, considerando-se apenas o contingente atual, ou seja, sem se levar em conta o aumento do número de agentes de trânsito.

Tendo em vista esses valores, dois dispositivos legais devem ser aqui mencionados. Primeiramente, a Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que, em seu art. 16, estabelece a obrigatoriedade de estimativas do impacto orçamentário-financeiro decorrentes do aumento de despesas. Observa-se que o PLC nº 180, de 2017, não traz qualquer alusão a esses impactos. Tal ausência, além de colidir com a norma legal, impede que o Legislador forme uma opinião precisa acerca das reais consequências da aprovação da matéria sobre as contas públicas.

Adicionalmente, o art. 17 da LRF também determina que os atos que criarem ou aumentarem despesas de caráter continuado devem ser demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. Tal determinação também não foi satisfeita pela presente proposição.

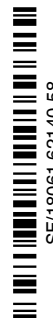
Assim, a análise dos aspectos financeiros referentes ao PLC nº 180, não recomenda sua aprovação, tendo em vista o atual quadro das finanças públicas.

Pelo exposto, o PLC nº 180, de 2017 foi rejeitado pela CAE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18061.62140-58



**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 30/10/2018 às 10h - 33ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO		3. JOSÉ AMAURI	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET		5. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. DÁRIO BERGER	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. ACIR GURGACZ	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
JORGE VIANA		3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL		4. REGINA SOUSA	
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU		6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO		4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPIANO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. GIVAGO TENÓRIO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA		1. VAGO	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	
VANESSA GRAZZIOTIN		3. VAGO	

Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
TELMÁRIO MOTA		3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

WILDER MORAIS

VICENTINHO ALVES

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLC 180/2017)**

A COMISSÃO REJEITA O RELATÓRIO. O SENADOR RICARDO FERRAÇO É DESIGNADO RELATOR DO VENCIDO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, CONTRÁRIO AO PROJETO.

30 de Outubro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

25

## PARECER Nº DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017 (PL nº 5678/2016), da Deputada Leandre, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.*



SF/19973.17010-50

Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

### I – RELATÓRIO

Vem para a análise deste Colegiado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 170, de 2017 (PL nº 5.678, de 2016, na Casa de origem), de autoria da Deputada Federal Leandre, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.*

Na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. A Proposição foi apreciada conclusivamente pelas Comissões, tendo sido remetida ao Senado Federal em 5 de dezembro de 2017.

Nesta Casa, a matéria foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLC objetiva incluir o art. 48-A ao Estatuto do Idoso, para criar e dispor acerca do Cadastro Nacional da Pessoa Idosa, a ser administrado pelo Poder Executivo federal. Pelo Projeto, são criadas obrigações e determinadas ações administrativas àquele Poder, além de autorizá-lo a adotar providências no âmbito de suas atribuições.

Não foram apresentadas emendas.

A CDH pronunciou-se positivamente quanto ao Projeto, aprovando-o na forma do Parecer elaborado pelo Senador Paulo Paim.

É o relatório.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), deve esta Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade da proposição.

Entendemos haver óbices de natureza formal à aprovação do Projeto de Lei sob estudo. A primeira é malferir o princípio da separação de poderes, que, segundo o texto constitucional, são independentes e harmônicos entre si. Sendo uma proposição de autoria de membro do Congresso Nacional, não poderia criar obrigações e determinar providências administrativas ao Poder Executivo. As providências constantes do projeto de lei, aliás, estão no âmbito de atribuições daquele Poder, sendo-lhe próprias.

Igualmente, o PLC dá ao Executivo autorizações absolutamente desnecessárias, visto que as ações pretensamente autorizadas estão no seu plexo competências. É, portanto, inócua nesse sentido.

Esta Comissão já adota entendimento pela inconstitucionalidade de proposições de caráter meramente autorizativo. O Parecer nº 903, de 2015-CCJ, exarado em atendimento a consulta formulada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), por intermédio do Requerimento nº 69, de 2015 – CE, apresentou as seguintes conclusões:

1) devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder;

2) **devem, também, ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de autoria parlamentar que veiculem autorização para a adoção de medida administrativa da privativa competência de outro Poder;**





O Supremo Tribunal Federal (STF) também tem adotado, reiteradamente, entendimento pela inconstitucionalidade de leis meramente autorizativas. Diversos julgados da Corte Suprema são citados no referido parecer da CCJ, como embasamento para a decisão do Colegiado.

Anota-se que, inclusive, em 8 de julho de 2015, esta CCJ emitiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 287, de 2011 – Complementar, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que alterava *o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização*. Ou seja, conforme consta da Justificação do projeto, ele tinha o objetivo de impedir a tramitação dos projetos de lei ditos meramente autorizativos, que se caracterizam pelo fato de pretenderem autorizar o Poder Executivo a adotar providências que a Constituição atribui ao âmbito de competência desse Poder.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, relator da proposição, ainda fez consignar no Parecer aprovado pelo colegiado reforço a essa ideia:

Na verdade, tais proposições, além de inconstitucionais terminam por caracterizar *capitis diminutio* do papel do Poder Legislativo, cuja função precípua não é a de sugerir ou recomendar medidas ou ações pontuais ao Executivo, mas sim a de aprovar políticas públicas substanciais, que vinculem e obriguem a toda a Administração Pública e a todos os Poderes.

Por outro lado, como referido na Justificação do presente projeto de lei, sugestões que qualquer Senador pretender fazer a autoridades públicas devem ser efetivadas mediante o instrumento da indicação, espécie de proposição adequada para tanto e que, inclusive, está sendo reformulada, para poder atender a esse fim, pela Comissão que está elaborando o projeto do novo regimento interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 287, de 2011 – Complementar, que estava pronto para deliberação do Plenário quando foi arquivado em 20 de dezembro passado, em razão do final de Legislatura.

Não obstante os vícios incontornáveis presentes no PLC nº 170, de 2017, a proposição está vazada em boa técnica legislativa e, até o momento, sua tramitação seguiu as regras regimentais da Casa.



SF/19973.17010-50

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **inconstitucionalidade** do **PLC nº 170, de 2017**, e, portanto, pela sua **rejeição**.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19973.17010-50



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, DE 2017

(nº 5.678/2016, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1471858&filename=PL-5678-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1471858&filename=PL-5678-2016)



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Art. 2º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 48-A:

“Art. 48-A. Fica criado o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa Idosa, registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa idosa, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos.

§ 1º O Cadastro será administrado pelo Poder Executivo federal e constituído por base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, resguardado o direito à privacidade da pessoa idosa.

§ 2º Os dados constituintes do Cadastro serão obtidos pela integração dos sistemas de informação e da base de dados de todas as políticas públicas relacionadas aos direitos da pessoa idosa, bem como por informações coletadas, inclusive em

censos nacionais e nas demais pesquisas realizadas no País, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

§ 3º Para coleta, transmissão e sistematização de dados, é facultada a celebração de convênios, acordos, termos de parceria ou contratos com instituições públicas e privadas, observados os requisitos e procedimentos previstos em legislação específica.

§ 4º Os dados do Cadastro somente poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:

I - formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para a pessoa idosa e para a identificação das barreiras que impedem a realização de seus direitos;

II - realização de estudos e pesquisas.

§ 5º As informações a que se refere este artigo devem ser disseminadas em formatos acessíveis.

§ 6º O Cadastro previsto no *caput* deste artigo também conterá dados sobre as instituições de longa permanência para idosos em funcionamento no País."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,            de            de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 51, DE 2018**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,  
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017, que Altera a Lei nº  
10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o  
Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa

**RELATOR:** Senador Paulo Paim

13 de Junho de 2018







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017 (nº 5.678/2016, na Casa de origem), da Deputada Leandre, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.*



Relator: Senador **PAULO PAIM**

**I – RELATÓRIO**

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 170, de 2017, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Para tanto, em seu art. 2º, o PLC acrescenta à referida Lei o art. 48-A que, em seu *caput*, cria, caracteriza, declara as finalidades e aponta o valor público do Cadastro. Trata de um registro público eletrônico com as finalidades de “coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa idosa”, e cuja utilidade principal é a de permitir, a respeito da população idosa, a identificação “das barreiras que impedem a realização de seus direitos”.

Conforme o § 1º, o cadastro será administrado pelo Poder Executivo Federal, que deverá resguardar a privacidade dos cadastrados. O § 2º determina que o cadastro seja formado por dados integrados das diversas bases de dados do Estado e por dados a serem coletados em pesquisas futuras. O § 3º admite convênios com entidades de natureza não estatal para os fins do cadastro.

O §4º estabelece que os dados poderão ser utilizados exclusivamente para os fins naturais das políticas públicas e para estudos e pesquisas. O § 5º obriga à acessibilidade das informações do cadastro e, por fim, o § 6º determina que o cadastro “conterá dados sobre as instituições de longa permanência para idosos em funcionamento no País”. Em seu art. 3º, o PLC nº 170, de 2017, determina que a Lei entrará em vigor decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Após sua apreciação por esta Comissão, a proposição seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas perante este Colegiado.

**II – ANÁLISE**

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria atinente à proteção e direitos da pessoa idosa, o que faz regimental o exame da proposição. Tampouco colide a proposição com a Carta da República e com as leis em vigor, o que a torna, a nosso ver, constitucional e jurídica.

Quanto ao mérito, não podemos senão estar de acordo com a ideia central da proposição, que, a nosso ver, é a de que a realidade da vida das pessoas



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

idosas poderá ser muito mudada, e para melhor, com a criação do Cadastro Nacional. Nossa experiência na vida pública revela que, em muitos casos, os problemas não são resolvidos não por falta de boa vontade, ou mesmo, às vezes, de recursos, mas sim pela desinformação e por não se saber onde está quem precisa do que. A mesma experiência me faz saber que técnicos competentes e bem intencionados, uma vez munidos da informação correta, poderão ver seus esforços alcançarem mais sucesso.

Enfim, devo dizer que a proposição traz, em sua simplicidade, uma grande solução, que certamente terá efeito multiplicador nas políticas públicas de atenção à população idosa.

**III – VOTO**

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 13/06/2018 às 12h - 56ª, Extraordinária**  
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP <b>PRESENTE</b>
MARTA SUPPLY <b>PRESENTE</b>	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ <b>PRESENTE</b>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA <b>PRESENTE</b>	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM <b>PRESENTE</b>	3. PAULO ROCHA <b>PRESENTE</b>
REGINA SOUSA <b>PRESENTE</b>	4. JORGE VIANA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. VAGO
JOSÉ MEDEIROS	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
ANA AMÉLIA <b>PRESENTE</b>	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. LÍDICE DA MATA
ROMÁRIO <b>PRESENTE</b>	2. VANESSA GRAZZIOTIN <b>PRESENTE</b>

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. RODRIGUES PALMA <b>PRESENTE</b>
TELMÁRIO MOTA	2. PEDRO CHAVES <b>PRESENTE</b>

**Não Membros Presentes**

DÁRIO BERGER  
 JOSÉ PIMENTEL  
 GLADSON CAMELI  
 OTTO ALENCAR  
 WELLINGTON FAGUNDES  
 GARIBALDI ALVES FILHO

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLC 170/2017)**

NA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

13 de Junho de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação  
Participativa

26



SENADO FEDERAL  
*Gabinete do Senador Jorginho Mello*

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2018 (nº 5.851/2013, na Casa de origem), do Deputado Onofre Santo Agostini, *que altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.*



SF/19092.36411-40

Relator: Senador **JORGINHO MELLO**

**I – RELATÓRIO**

Vem à deliberação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2018 (nº 5.851/2013, na Casa de origem), do Deputado Onofre Santo Agostini, *que altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.*

O PLC nº 26, de 2018, é composto por três artigos. O art. 1º fixa seu objeto. O art. 2º contém as inovações jurídicas mediante proposta de alteração da redação do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. O art. 3º do PLC veicula a cláusula

de vigência imediata da Lei que resultar da aprovação desta proposição. Os dispositivos serão detalhados quando da análise da proposição.

A justificação do projeto na Câmara dos Deputados informa que diversas edificações instaladas em faixas não-edificáveis muitos anos antes do início das concessões de rodovias estão sendo objeto de ações de reintegração de posse pelas concessionárias. Ressalta que, em geral, essas edificações não colocam em risco a segurança dos usuários da rodovia e que as famílias e os comerciantes correm o risco de ter suas propriedades perdidas sem indenização em razão dessas ações.

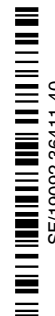
A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, foi distribuída, em 11 de maio de 2018, à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em 4 de setembro de 2018, em reunião da CI, foi lido e aprovado o relatório do Senador Lasier Martins, que passou a constituir o Parecer (SF) nº 14, de 2018, pela aprovação do PLC nº 26, de 2018, com as Emendas nºs 1-CI, 2-CI e 3-CI. Os principais argumentos jurídico-constitucionais utilizados no Parecer foram o direito constitucional à propriedade e o direito à moradia como direito social (art. 5º, XXII e XXIII; art. 6º; art. 170, II e III; e 182, §§1º e 2º, todos da CF). Foi alegado, ainda, que não seria razoável que famílias inteiras e pequenos comerciantes tivessem suas propriedades perdidas sem indenização em razão de ocupações que foram tacitamente autorizadas pelo poder público ao longo do tempo.

Sustentou, ademais, o referido Parecer, que por força do instituto do direito adquirido (art. 5º, XXXVI, da CF), a faixa não-edificável não pode ser imposta às edificações regularmente construídas anteriormente à Lei nº 6.766, de 1979, que exige tal faixa.

As Emendas aprovadas na CI buscam aprimorar a redação da proposição com o objetivo de destacar seu endereçamento às edificações construídas ou em construção e para reafirmar a necessidade de observância da legislação de regência, incluída a ambiental. As emendas explicitam, também, a circunstância de que as novas edificações devem se submeter às limitações do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979.

Em 21 de dezembro de 2018, decidiu-se pelo prosseguimento da tramitação da proposição, em face do que estabelece o art. 332, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).



SF/19092.36411-40



Em 13 de março deste ano tive a honra de ser designado relator da matéria no âmbito da CCJ. Não foram apresentadas outras emendas.

## II – ANÁLISE

O tema central do PLC nº 26, de 2018, a ser tratado neste relatório é a compatibilidade com a Constituição Federal (CF) e com o ordenamento jurídico infraconstitucional do afastamento da vedação à construção de imóveis em faixa não-edificável às margens das rodovias, ferrovias, dutos, águas correntes e águas dormentes. Essa análise está diretamente relacionada ao mérito da proposição. Cabe, também, à CCJ verificar a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição.

Faremos a análise conjunta da constitucionalidade, da juridicidade e do mérito da proposição.

Inicialmente, cabe consignar que a competência para dispor sobre bens públicos assim como de limitações e condicionamentos ao seu uso é do ente federado que possua seu domínio.

Assim, compete à União dispor sobre seus bens (art. 20 da CF), cabendo ao Congresso Nacional se manifestar especificamente sobre o tema, consoante o que estabelece o art. 48, V, da CF. Também compete privativamente à União legislar sobre desapropriação (art. 22, II, da CF).

De outro giro, importa esclarecer que a competência legislativa para dispor sobre direito urbanístico é concorrente, cabendo à União estabelecer as normas gerais (art. 24, I e § 1º, da CF). A Lei nº 6.766, de 1979, é a norma infraconstitucional em vigor – recepcionada pela Constituição Federal de 1988 – que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Atualmente, o inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, estabelece que ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica. Essa é a regra sobre a qual incidirão as propostas de inovação jurídica trazidas pelo PLC nº 26, de 2018.



Postas essas balizas constitucionais e jurídicas gerais que dispõem sobre a competência legislativa da União e autorizam que o debate se faça no âmbito do Congresso Nacional, cabe enfrentar as especificidades do tema trazido pelo PLC nº 26, de 2018.

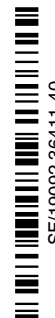
O art. 1º do PLC – que veicula seu objeto e respectivo âmbito de aplicação, consoante o que estabelece o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 – visa a assegurar o “direito de permanência das edificações”, para fins comerciais ou não, na reserva de faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das faixas de domínio das rodovias federais, ferrovias e dutos. Depreende-se da expressão “direito de permanência” a intenção de direcionar a regra às edificações já construídas ou em construção. Veremos, logo adiante, que essa interpretação é confirmada pela análise do § 6º que o art. 2º da proposição pretende acrescentar ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979. Assim, as novas edificações hão de se submeter aos limites impostos pelo inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979.

Esse “direito de permanência” é explicitado pelas regras propostas pelo art. 2º do PLC nº 26, de 2018, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, para estabelecer, como requisito urbanístico permanente no parcelamento do solo urbano mediante loteamento, que a observância à faixa em que não pode haver edificações se estenda também aos dutos. Cabe ressaltar que a observância da faixa não-edificável quanto aos dutos estava presente na redação original da Lei nº 6.766, de 1979, e foi suprimida com a alteração procedida pela Lei nº 10.932, de 3 de agosto de 2004.

O § 5º acrescido pelo art. 2º do PLC ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, exclui a necessidade de observância da área *non aedificandi* nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano.

O § 6º, que o art. 2º do PLC pretende acrescentar ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, restringe a excepcionalização da regra geral promovida pelo § 5º às edificações já construídas ou em construção. Nessas hipóteses, o poder público deverá desistir das respectivas ações e execuções judiciais em curso.

Por fim, o art. 2º do PLC pretende acrescentar § 7º ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, estabelecendo que quando houver comprometimento da segurança do trânsito e dos residentes dos imóveis, caberá ao poder público, por ato devidamente fundamentado, desapropriar as áreas mediante prévia e justa indenização.



O art. 3º veicula a cláusula de vigência imediata, a contar da data da publicação, da lei que decorrer da aprovação desta proposição.

Concordamos, em grande medida com a análise jurídico-constitucional empreendida pela CI no âmbito de suas competências regimentais.

De fato, a Constituição Federal garante o direito à propriedade, a qual deve atender a sua função social (art. 5º, XXII e XXIII, da CF), e estabelece que a moradia é direito social (art. 6º da CF).

Estabelece, também, o texto constitucional que a ordem econômica deve observar os princípios da propriedade privada e da função social da propriedade (art. 170, II e III, da CF) e que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, o qual é elaborado e aprovado pelo respectivo município (art. 182, §§ 1º e 2º, da CF).

Nesse sentido, o intérprete da Lei nº 6.766, de 1979, deve considerar o princípio constitucional da razoabilidade (art. 5º, LIV, CF – princípio do devido processo legal em sua dimensão substantiva) ao dispor sobre a utilização da faixa não-edificável, inclusive para dispensar a exigência de não-edificação nas áreas urbanas para as construções já existentes. Vimos anteriormente que a matéria se encontra no âmbito da competência legislativa concorrente. É muito mais razoável que os Municípios disciplinem os aspectos específicos e peculiares da matéria.

É fundamental também que se respeite o direito adquirido (art. 5º, XXXVI, da CF) daqueles que construíram edificações antes das vedações impostas pela Lei nº 6.766, de 1979. Não há, nesse caso, que se falar em ilegalidade.

Lembramos que a proposição prevê a possibilidade de desapropriação das áreas que comprometam a segurança do trânsito ou coloquem em risco a vida dos residentes dos imóveis, mediante justa e prévia indenização. Dessa forma, o PLC nº 26, de 2018, logra obter a ponderação constitucional adequada entre os bens jurídicos tutelados.

Foram aprovadas três emendas de redação ao PLC nº 26, de 2018, no Parecer (SF) nº 14, de 2018, da CI. A primeira apenas acrescenta, na parte



final do art. 1º do PLC, a necessidade de ser observada a legislação ambiental aplicável. A segunda emenda aprimora a redação do § 6º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, na forma do art. 2º do PLC. Por fim, a terceira emenda, que altera a redação do § 7º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, na forma do art. 2º do PLC, explicita a referência feita aos imóveis lindeiros (às águas ou vias públicas).

Concordamos com o aperfeiçoamento proposto pelas emendas aprovadas no âmbito da CI que, em face de sua natureza meramente redacional, não afetam o mérito da proposição.

Não identificamos problemas de ordem regimental ou de técnica legislativa na proposição.

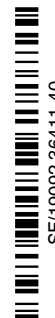
### **III – VOTO**

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, votamos pela aprovação do PLC nº 26, de 2018, com as três emendas de redação aprovadas pela CI.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19092.36411-40



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2018

(nº 5.851/2013, na Câmara dos Deputados)

Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1104109&filename=PL-5851-2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1104109&filename=PL-5851-2013)



[Página da matéria](#)

Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura o direito de permanência das edificações, para fins comerciais ou não, na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das faixas de domínio das rodovias federais, ferrovias e dutos.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

.....

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo exigências mais rígidas previstas em legislação específica.

.....

§ 5º Nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, será dispensada a exigência de reserva da faixa não edificável prevista no inciso III do *caput* deste artigo;

§ 6º Será aplicado às edificações já construídas ou em construção o disposto no § 5º deste artigo, e o poder público deverá desistir das respectivas ações e execuções judiciais em curso.

§ 7º Quando houver comprometimento à segurança do trânsito e dos residentes dos imóveis, caberá ao poder público, por ato devidamente fundamentado, desapropriar as áreas mediante prévia e justa indenização.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,                      de abril de 2018.

RODRIGO MAIA  
Presidente

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 - Lei do Parcelamento do Solo Urbano; Lei Lehmann; Lei do Parcelamento do Solo; Lei do Parcelamento Urbano; Lei do Loteamento e Parcelamento do Solo - 6766/79  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1979;6766>
- artigo 4º





## **SENADO FEDERAL**

### **PARECER (SF) Nº 14, DE 2018**

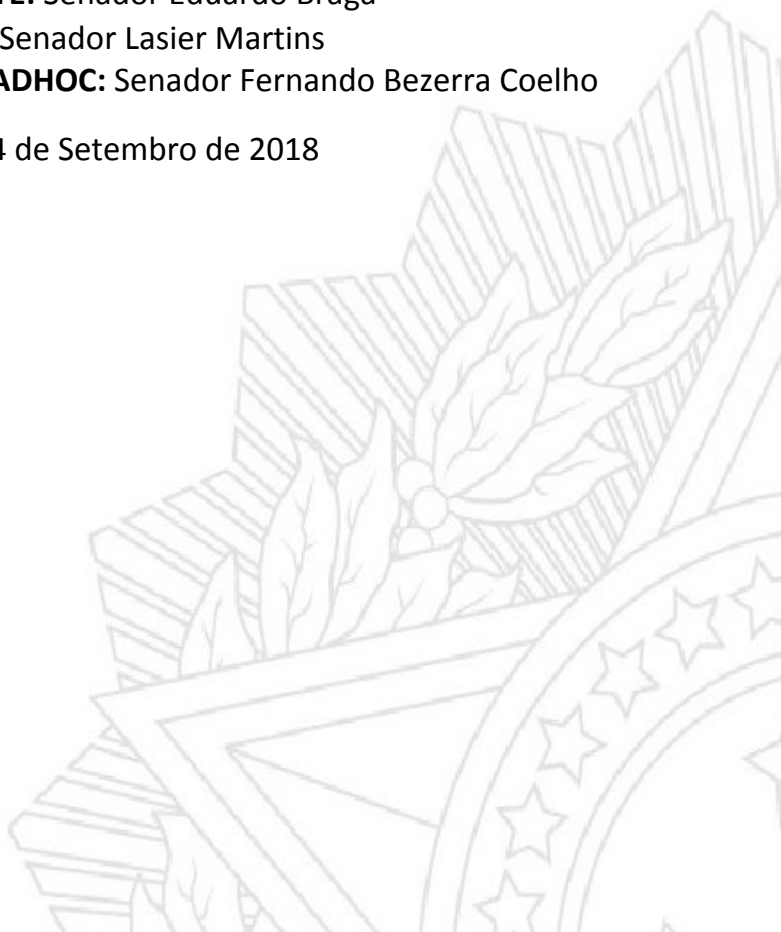
Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2018, que Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga

**RELATOR:** Senador Lasier Martins

**RELATOR ADHOC:** Senador Fernando Bezerra Coelho

04 de Setembro de 2018





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

## **PARECER Nº DE 2018**

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2018 (nº 5851 de 2013, na origem), *que altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.*



RELATOR: Senador **LASIER MARTINS**

### **I – RELATÓRIO**

Em exame nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 26 de 2018, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), para assegurar o direito de permanência das edificações na faixa não edificável de quinze metros de cada lado das rodovias, ferrovias e dutos.

Inicialmente, o projeto altera o inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, para prever a obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável de quinze metros de cada lado das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, salvo exigências mais rígidas previstas em legislação específica. A novidade é a reinclusão da faixa não edificável ao longo dos dutos, que havia sido suprimida pela Lei nº 10.932, de 3 de agosto de 2004.

Além disso, a proposição inclui os §§ 5º, 6º e 7º no art. 4º da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, para dispor que, nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, será dispensada a exigência de reserva da faixa não edificável (§ 5º). Tal dispensa será aplicável apenas às edificações já construídas ou em construção, sendo que, neste caso, o poder público deverá



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

desistir das respectivas ações e execuções judiciais em curso para a retomada do terreno (§ 6º). A ideia é resguardar a segurança jurídica de quem já construiu na faixa não edificável, inclusive em momento anterior à exigência legal dessa faixa. Finalmente, o texto dispõe que, quando houver comprometimento à segurança do trânsito e dos residentes dos imóveis, caberá ao poder público, por ato devidamente fundamentado, desapropriar as áreas, mediante prévia e justa indenização (§ 7º).

A justificação do projeto na Câmara ressalta que diversas edificações instaladas na faixa não edificável muitos anos antes do início da concessão da rodovia estão sendo objeto de ações de reintegração de posse pelas concessionárias. Ressalta que, em geral, essas edificações não colocam em risco a segurança dos usuários da rodovia e que as famílias e os comerciantes correm o risco de ter suas propriedades perdidas sem indenização, em razão dessas ações.

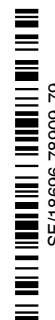
No Senado, o projeto foi distribuído à CI e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Não foram apresentadas emendas até o momento.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre matérias relativas a serviços públicos de transportes.

A matéria é sensível e merece apurada atenção. Muitas edificações hoje existentes ao longo da faixa não edificável das rodovias não colocam em risco a vida ou a segurança dos usuários da via, sendo que, em muitos casos, as construções são preexistentes ao contrato de concessão rodoviária. Por outro lado, várias áreas urbanas atravessadas por rodovias possuem edificações junto à essa faixa, as quais já estão consolidadas pelo tempo, fazendo parte do ordenamento municipal, cujo regime de vias públicas deve ser levado em consideração, seja quanto ao estabelecimento de moradias, seja no tocante ao desenvolvimento de atividades comerciais.

A Constituição Federal garante o direito à propriedade, a qual deve atender a sua função social (art. 5º, XXII e XXIII, CF/88), dispondo ainda que a moradia é direito social (art. 6º, CF/88). Reza a Carta Magna também que a ordem econômica deve observar os princípios da propriedade privada e da função social da propriedade (art. 170, II e III, CF/88) e que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

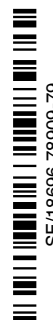
ordenação da cidade expressas no plano diretor, o qual é elaborado e aprovado pelo respectivo município (art. 182, §§ 1º e 2º, CF/88).

Desse modo, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano deve levar esses aspectos em consideração ao dispor sobre a utilização das faixas não edificáveis, sendo razoável e condizente com o ordenamento constitucional a decisão política de a lei federal dispensar a exigência de reserva da faixa não edificável nas áreas urbanas para as construções já existentes, deixando a matéria à análise dos municípios. Além disso, em homenagem à segurança jurídica e ao direito de propriedade, não é razoável que famílias inteiras e pequenos comerciantes tenham suas propriedades perdidas sem indenização em razão de ocupações que foram tacitamente autorizadas pelo Poder Público ao longo do tempo.

Ademais, por força do instituto do direito adquirido (art. 5º, XXXVI, CF/88), a faixa não edificável não pode ser imposta às edificações regularmente construídas anteriormente à Lei nº 6.766, de 1979, que exige tal faixa. Na terminologia do Direito Urbanístico, tais edificações são consideradas **desconformes**, por não observarem a norma vigente, mas nem por isso se tornam **irregulares**, por terem sido construídas de acordo com as regras vigentes à época. No regime de desconformidade, não se pode sancionar o proprietário, apenas impede-se a ampliação das edificações, não havendo vedação a sua reforma e conservação.

Vale destacar ainda que o projeto prevê a possibilidade de desapropriação das áreas que comprometam a segurança do trânsito ou dos residentes dos imóveis, mediante prévia e justa indenização. Desse modo, caso a dispensa de reserva da faixa não edificável ao longo de rios e lagos e de faixas de domínio de rodovias, ferrovias e dutos seja comprometedora da segurança, os ocupantes dessas faixas poderão ser removidos, devendo apenas receber a justa indenização pelos investimentos imobiliários que tenham feito no local.

Entendemos cabível, no entanto, um pequeno ajuste redacional, para evitar a interpretação de que o projeto estaria autorizando a dispensa da faixa não edificável para obras futuras, o que não é o espírito da proposição. Conforme consta da própria ementa, o projeto se destina a assegurar o **direito de permanência** das edificações (já construídas ou em construção, portanto) na reserva de faixa não edificável. O objetivo da matéria, desse modo, é fazer valer o direito adquirido das construções já existentes, não suprimir a exigência de faixa não edificável em loteamentos futuros, o que resultaria em fonte de **insegurança jurídica** para os investidores em rodovias e ferrovias, pois,



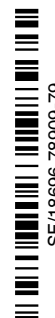
SF/18696.78909-79



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

valendo tal interpretação, urbanizações poderiam ser realizadas a curta distância desses modais de transporte em qualquer momento futuro.

Por fim, propomos ainda outros pequenos ajustes redacionais, para frisar que o direito de permanência tratado na proposição não implicará desrespeito à legislação ambiental e que a previsão de desapropriação de imóveis que comprometam a segurança do trânsito ou das pessoas é aplicável aos imóveis lindeiros às águas ou vias públicas que, nos termos do projeto em tela, excepcionalmente estarão autorizados a permanecer no que seria a faixa não edificável.



### III – VOTO

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2018, com as emendas de redação a seguir.

#### EMENDA Nº – CI (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2018:

“**Art. 1º** Esta Lei assegura o direito de permanência das edificações, para fins comerciais ou não, na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das faixas de domínio das rodovias federais, ferrovias e dutos, **sem prejuízo da observância da legislação ambiental aplicável.**”

#### EMENDA Nº – CI (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao § 6º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nos termos do Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2018:

“§ 6º O disposto no § 5º deste artigo será aplicado apenas às edificações já construídas ou em construção, e o poder público deverá desistir das respectivas ações e execuções judiciais em curso.”

#### EMENDA Nº – CI (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao § 7º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nos termos do Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2018:



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

“§ 7º Quando houver comprometimento à segurança do trânsito e dos residentes dos imóveis **lindeiros**, caberá ao poder público, por ato devidamente fundamentado, desapropriar as áreas **a que se refere o § 5º**, mediante prévia e justa indenização.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## Relatório de Registro de Presença

CI, 04/09/2018, Imediatamente após a 23ª Reunião - 24ª,

Comissão de Serviços de Infraestrutura

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
VAGO	1. HÉLIO JOSÉ <b>PRESENTE</b>
EDUARDO BRAGA <b>PRESENTE</b>	2. ROMERO JUCÁ
FERNANDO BEZERRA COELHO <b>PRESENTE</b>	3. ROSE DE FREITAS
JOSÉ AMAURI	4. JADER BARBALHO
VALDIR RAUPP <b>PRESENTE</b>	5. GARIBALDI ALVES FILHO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA	1. FÁTIMA BEZERRA <b>PRESENTE</b>
JORGE VIANA <b>PRESENTE</b>	2. GLEISI HOFFMANN
JOSÉ PIMENTEL <b>PRESENTE</b>	3. HUMBERTO COSTA
PAULO ROCHA <b>PRESENTE</b>	4. LINDBERGH FARIAS
ACIR GURGACZ <b>PRESENTE</b>	5. REGINA SOUSA <b>PRESENTE</b>

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA	1. JOSÉ AGRIPINO
RICARDO FERRAÇO	2. ROBERTO ROCHA
FLEXA RIBEIRO <b>PRESENTE</b>	3. VAGO
WILDER MORAIS <b>PRESENTE</b>	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. LASIER MARTINS <b>PRESENTE</b>
SÉRGIO PETECÃO	2. REDITARIO CASSOL
ROBERTO MUNIZ <b>PRESENTE</b>	3. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
VANESSA GRAZZIOTIN <b>PRESENTE</b>	1. ANTONIO CARLOS VALADARES
RUDSON LEITE	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES	1. KÁTIA ABREU
VICENTINHO ALVES <b>PRESENTE</b>	2. VAGO
RODRIGUES PALMA	3. MAGNO MALTA

### Não Membros Presentes

SIMONE TEBET  
JOSÉ MEDEIROS  
PAULO PAIM

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLC 26/2018)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESSA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO, COM AS EMENDAS Nº 1-CI, 2-CI E 3-CI.

04 de Setembro de 2018

Senador EDUARDO BRAGA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



**27**

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Major Olimpio

**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o  
Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2018  
(PL nº 629/2015), do Deputado Vitor  
Valim, que *institui o Cadastro Nacional  
de Pedófilos*.



SF/19812.42390-92

Relator: Senador **MAJOR OLIMPIO****I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2018 (na origem, PL nº 629, de 2015), do Deputado Vitor Valim, que institui o Cadastro Nacional de Pedófilos.

Em síntese, a proposição legislativa em exame tem como objetivo instituir cadastro que reunirá informações relativas a condenados pelo crime de pedofilia. Tal cadastro será mantido pelo Poder Executivo e operado em convênio celebrados com as unidades da Federação para acesso e alimentação pelos seus órgãos de segurança pública, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Até o presente momento, não foram apresentadas emendas ao PLC.

## II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que a o Poder Legislativo tem competência legislativa para estabelecer normas de segurança pública de caráter nacional. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 61, da Carta Magna.

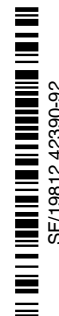
Ainda, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PLC deve ser **aprovado**, isso porque a nossa carta Magna determina em seu art. 227 que “*é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*”

Assim, o presente projeto visa cumprir o que determinado pela Constituição Federal de que o Estado assegure à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida e saúde, colocando-os a salvo de toda forma de violência.

Dessa forma, ressaltamos a importância do PLC nº 48, de 2018, que ao instituir cadastro que reunirá informações relativas a condenados pelo crime de pedofilia, atende a expectativa da nossa sociedade em prevenir e combater de forma mais eficaz este horrendo crime.

Ainda, esclarecemos que os crimes considerados como de pedofilia são devidamente tipificados em nosso código penal, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, e são os piores crimes que um ser humano pode praticar, isso porque viola diretamente nossas crianças e adolescentes, os quais muitas vezes não conseguem se



recuperar nunca por terem sido vítimas destes horríveis crimes, como bem observado pelo Dr. Antonio Antonio Ricardo Teixeira<sup>1</sup>:

*“O trauma gera uma fuga da vida, quando se entra num retraimento tão profundo que leva a pessoa a viver numa quase completa reclusão, pois a pessoa, tentando evitar tudo que possa lembrar o trauma acaba por quase não viver”*

O pedófilo sempre encontra um meio de atingir a vítima, seja em virtude de um parentesco, por laços de religião, por meio da internet, etc, cujo contato, chega ao cúmulo da relação forçada pela violência física, a qual muitas vezes resulta na morte da vítima. Sendo que as vítimas desses crimes são crianças e adolescentes, os quais não tem capacidade de reagir contra tais abusos, por isso a necessidade de muita proteção ao menor.

Dessa forma, resta claro a necessidade de o Poder Legislativo contribuir ainda mais na defesa de nossas crianças e adolescentes, e nesse sentido o presente Projeto de Lei vem ao encontro do que anseia a nossa sociedade e previsto em nossa Constituição Federal.

Assim, nos parece extremamente necessário e urgente a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos de modo a proteger nossa sociedade desses criminosos e ajudar os agentes da segurança pública a combaterem esses tipos de crimes.

Inclusive, importante relembrar que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal acerca da Pedofilia realizada em **2010** Sugeriu a criação de um “banco de dados nacional de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes”, o que não ocorreu até o presente momento. Assim, importante a aprovação do presente projeto, como já recomendado pela referida CPI.

---

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Antonio Ricardo. **Estresse Pós Traumático: Perguntas e Respostas**. Instituto Brasileiro de Estresse Pós Traumático. ARTIGOS EMDR. Editado em 2002. [http://www.emdr.com.br/art\\_estresse.htm](http://www.emdr.com.br/art_estresse.htm).



Nesse momento, ressaltamos que diversos países já consideram em sua legislação a criação de Cadastros Nacionais daqueles que cometem determinados tipos de crimes, como por exemplo, os arts. 706-53-1 a 706-53-12 do Código de Processo Penal francês que tratam do Cadastro Nacional Automatizado dos Autores de Agressões Sexuais ou Violentas. Ou seja, o presente Projeto de Lei está totalmente em consonância com o que é praticado no mundo.

Assim, entendemos que o presente Projeto de Lei deve ser integralmente aprovado de modo a garantir um modo mais eficaz no combate aos crimes de pedofilia e de proteger nossas crianças de pedófilos que possam a vir a cometer tais tipos de crimes.

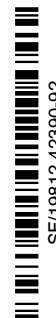
### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19812.42390-92



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2018

(nº 629/2015, na Câmara dos Deputados)

Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1307091&filename=PL-629-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1307091&filename=PL-629-2015)



[Página da matéria](#)

Institui o Cadastro Nacional de  
Pedófilos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Cadastro Nacional de  
Pedófilos.

Art. 2º Fica instituído o Cadastro Nacional de  
Pedófilos, que reunirá informações relativas a condenados pelo  
crime de pedofilia.

Art. 3º O Cadastro Nacional de Pedófilos será mantido  
pelo Poder Executivo e operado em convênio celebrado com as  
unidades da Federação para acesso e alimentação pelos seus  
órgãos de segurança pública, pelo Ministério Público e pelo  
Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,            de abril de 2018.

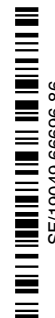
RODRIGO MAIA  
Presidente

28



**PARECER Nº      , DE 2019**

Da COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
CIDADANIA, sobre a Proposta de  
Emenda à Constituição nº 29, de 2015,  
do Senador Magno Malta e outros,  
que *altera a Constituição Federal para  
acrescentar no art. 5º, a explicitação  
inequívoca “da inviolabilidade do  
direito à vida, desde a concepção”*.



Relatora: Senadora **SELMA ARRUDA**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão, para exame, com base no art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29, de 2015, em que consta o ilustre Senador Magno Malta como primeiro signatário, para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “*da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção*”.

A proposta havia sido arquivada pelo término da legislatura passada, contudo, foi desarquivada a pedido do Senador Eduardo Girão, retornando a esta Comissão para análise.

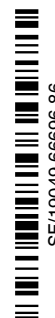
Na Justificação da proposta, argumenta-se que é necessária a inclusão do termo “desde a concepção” no *caput* do art. 5º em razão de graves atentados “à dignidade da pessoa humana que se vê privada de proteção jurídica na fase da gestação”. Acrescenta-se que “desde 1827, com a publicação da obra epistolar “*De Ovi Mammalium et Hominis Genesis*” (Sobre o óvulo dos mamíferos e a origem do Homem), de Karl Ernst Von Baer (1792-1876), que a ciência tem comprovado o início da vida humana

desde a fecundação. É uma constatação, portanto, científica, validada por outros experimentos do século 20, corroborada pelos avanços biotecnológicos” (NERY, Hermes Rodrigues, *"Legislação e Vida"*, p. 6, Estudos Nacionais, 2018). Por isso, desde o primeiro instante da fertilização, dá-se início ao ciclo vital de um organismo humano, “ao começar um período de desenvolvimento chamado embriogênese” (SERRA Angelo, COLOMBO, Roberto, *"Identidade e Estatuto do Embrião Humano: A contribuição da biologia"* (in *"The Identity and status of human embryo"*, 1998), p. 159, EDUSC, 2007), confirmado cientificamente pela obra *"De Formatione intestinorum"* (1768-1769), de Caspar Friedrich Wolff.

O que ocorre, portanto, em todos os mamíferos, é que “no encontro do elemento masculino com o feminino (...) do espermatozóide no óvulo”, há “este primeiro instante de vida (...) momento em que se forma o zigoto e em que o mapa genético e todo o comando da nova vida passa a dirigir o organismo materno, que o hospeda”. Daí em diante, o novo ser humano nascente é quem assume o protagonismo do desenvolvimento embrionário, cujo organismo materno lhe dá suporte, e o novo ser é quem “impõe suas regras ao corpo hospedeiro, para se desenvolver até o momento de vir à luz” (MARTINS, Ives Gandra da Silva, *"O Direito do Ser Humano à Vida, in "Direito Fundamental à Vida"*, p. 22, Centro de Extensão Universitária e Editora Quartier Latin do Brasil, 2005).

P. Braude, em *"Human gene expression first occurs between the four – and eight-cell stage of preimplantation development"* (Nature, 332, p. 459-461, 1988 [<https://www.nature.com/articles/332459a0>]), comprovou que “as primeiras evidências de que uma ativação muito clara do novo genoma ocorre também no embrião humano” (SERRA Angelo, COLOMBO, Roberto, *"Identidade e Estatuto do Embrião Humano: A contribuição da biologia"* (in *"The Identity and status of human embryo"*, 1998), p. 189, EDUSC, 2007), e que “outros estudos com métodos mais sensíveis demonstraram recentemente que a ativação de pelo menos uma parte do novo genoma embrionário principia na fase do zigoto (...), que “é o primórdio do novo organismo, que está no início de seu ciclo vital” (Ib. p. 194).

Cada vez mais nos surpreendemos com o que vamos conhecendo, a cada dia, com melhor precisão, sobre o processo epigenético

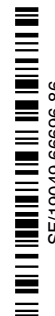


do ciclo vital do organismo humano. Em poucos dias de gestação, o coração já está funcionando. “Na quinta semana, quando o tamanho do embrião é inferior a 1cm, o cérebro, o coração, os tratos pulmonar, gastroentérico e urinário estão presentes e começa a diferenciação sexual; na sexta semana, membros primordiais são claramente visíveis; e em fins da sétima semana a forma corporal está completa” (Ib. p. 186).

E ainda mais recentemente, a pesquisadora Magdalena Zernicka-Goetz (Nature, 2002), destacou: “o plano do corpo de um mamífero começa a ser definido a partir do momento da concepção. Isso representa uma mudança surpreendente quanto ao que pensamos sobre o embrião”. Tal constatação científica comprova que “nas primeiras 24 horas após a fecundação, já se define onde ficará a cabeça, as perninhas do embrião que começam a se desenvolver, e qual será seu lado direito e esquerdo. A marcação das duas primeiras células do embrião mostra o seu posicionamento ao longo do desenvolvimento. Similarmente, os eixos estabelecidos na primeira divisão celular já definem os eixos corporais do embrião”. (GARCIA, Lenise, *"O debate em torno do início da vida: principais constatações"*).

Diante de tais estudos científicos, a pergunta que se faz é: por que houve a relativização da evidência do início da vida humana desde a concepção?

Houve uma instrumentalização ideológica, a partir dos anos 60, especialmente no meio universitário, como também em congressos médicos, na difusão de uma mentalidade contraceptiva, de desprestígio da maternidade, em que os promotores da agenda do aborto buscaram relativizar o que até então a ciência já tinha como dado irrefutável. Foi a partir da publicação no Boletim do Colégio Americano de Obstetrícia e Ginecologia (ACOG - American College of Obstetrics and Gynecology) que começou a se difundir nos meios médicos e acadêmicos a relativização do início da vida humana, com "subterfúgio semântico" estratégico para minimizar as resistências à aceitação do aborto (*"The Facts of Life"*, p. 86, Human Life International, Front Royal, Virgínia, USA, 1997).



SF/19049.66696-86

Mesmo assim, cada vez mais amplia-se a consciência, em âmbito internacional, do valor e da dignidade da vida humana, que deve ser protegida desde o primeiro instante, desde a concepção.

## II – ANÁLISE

A PEC observa a exigência constitucional quanto à iniciativa (art. 60, I). Não se identificam óbices relativos à juridicidade e regimentalidade.

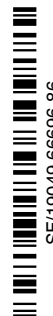
Cabe lembrar que na Constituinte, o direito à vida desde a concepção foi objeto de discussão, em que “o tema foi muito debatido nas audiências públicas, criou-se uma expectativa quanto à posição dos parlamentares. Entretanto raras foram as sugestões que trataram explicitamente da sua legalização, contrapondo-se maior volume de sugestões no sentido de proteção à vida, desde o momento da concepção”, conforme consta no Registro de Atas da Subcomissão de Direitos Políticos e Garantias Individuais, de abril de 1987.

Ao tornar cláusula pétrea, a inviolabilidade da vida humana (art. 5º), a Constituição Federal garantiu a proteção do direito fundamental à vida, já assegurado no Código Penal, daí que “não pode haver choque entre alguma lei e a Constituição sob pena de inconstitucionalidade da norma inferior. A partir dessa qualidade dos direitos fundamentais, pode-se afirmar que os mesmos são irrenunciáveis, e sequer podem ser alterados por meio de emendas”. Isso quer dizer que os constituintes fizeram a defesa da vida, sem levantar nenhum questionamento quanto às exceções não puníveis previstas no art. 128 do Código Penal<sup>1</sup>, corroborado ainda pelo Código Civil brasileiro de 2002, mantendo *ipsis literis*, o art. 4º do Código de 1916, ao explicitar inequivocamente que “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”.


No campo legal, “como se sabe, é muito antiga a proteção aos nascituros, ou, diga-se melhor, ao próprio direito à vida. Giorgio La Pira (in

---

<sup>1</sup> [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=4365&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4365&revista_caderno=9)



SF/19049.66696-86

“*La successione ereditaria intestada e contro il testamento in Diritto Romano*”), registra dois expressivos textos na antiga Roma, em proteção ao nascituro. Um deles, a *Lex Regia* que proibia que se sepultasse uma mulher, morta em estado de gravidez, antes de ser extraído o *partus* (Marcelo, D.11,8,2)”.  


E toda a tradição do Direito, até hoje, considera um dos mais fundamentais direitos do homem, por isso o Código Penal brasileiro não reconhece o aborto como direito (pois as fundações internacionais, como a Fundação Ford, por exemplo, há décadas investe para que o aborto seja reconhecido como direito humano, atentando assim gravemente ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois o direito à vida desde a concepção é o principal de todos os direitos humanos. Temos ainda o Pacto de Costa Rica (a Declaração Americana dos Direitos Humanos, Cap. II, Art. 4º), em que o Brasil é signatário, que afirma categoricamente: “Toda pessoa tem direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pelas leis e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”<sup>2</sup>

No entanto, desde os anos 50 (com a criação do Conselho Populacional), organismos internacionais (como a Fundação Ford, entre outros), buscam pressionar governos e a sociedade em geral para aceitação da prática do aborto, flexibilizando as suas legislações nesse sentido, e mais ainda, com demógrafos e sociólogos (como Kingsley Davis, com a publicação “*Population Policy: Will Current Programs Succeed?*”, in *Science*, 10 de novembro de 1967, vol. 158, Issue 3802, PP. 730-739), defendendo uma agenda que aceite o aborto como o meio mais eficaz de controle populacional e principalmente após as conferências internacionais promovidas pela ONU (anos 90), para que o aborto seja aceito inclusive como direito humano.

No Brasil, todas as proposições para a legalização do aborto foram rechaçadas no parlamento (dentre elas, as votações de 33 x 0 da Comissão de Seguridade Social e Família (SSF) e 54 x 7 Comissão de Constituição e

---

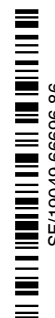
<sup>2</sup>[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm).

Justiça e de Cidadania (CCJ), em 2008, portanto, de modo algum o Legislativo foi omissivo na matéria. Mas os mesmos grupos que pressionam pela legalização do aborto, buscam gradualmente pela via judiciária ampliar as exceções por não punibilidade. "Aonde deve chegar esse gradualismo? Enganam-se os que pensam que irá parar na 12ª semana. Mas avançará até chegar ao *partial birth*". (NERY, Hermes Rodrigues, "*Legislação e Vida*", p. 212, Estudos Nacionais, 2018). Nesse sentido, cabe ao Congresso Nacional, explicitar no art. 5º da Constituição Federal, a inviolabilidade da vida humana, desde a concepção, tendo em vista as tentativas de despenalização do aborto até o 3º mês (ADPF 442), como também até mesmo a exclusão de toda punibilidade no Código Penal, liberando tacitamente até o novo mês.

Defender a vida é defender, do mesmo modo, a saúde das mulheres, é defender as duas vidas (a que está em gestação e a vida da gestante). Os fatos comprovam os danos causados pelo aborto provocado à saúde das mulheres: aumento de suicídio (seis vezes mais em mulheres que praticaram o aborto daquelas que se tornaram mães, conforme pesquisa realizada no Reino Unido<sup>3</sup>, aumento de depressão, transtornos mentais e ansiedade, e tantas outras sequelas com impacto físico, emocional e mental.

Especialistas de diversos países e áreas científicas (psiquiatria, psicologia, obstetrícia, bioquímica, farmacologia) destacam as consequências do aborto provocado: "Atualmente, a síndrome pós-aborto - considerada como sendo um tipo de desordem de stress pós-traumático - é internacionalmente reconhecida. A associação do aborto induzido com o aparecimento de diversas doenças mentais - entre as quais ansiedade, depressão, irritabilidade, explosões de agressividade, incapacidade de manutenção de relações conjugais, dificuldade de relacionamento com outros filhos que vêm a seguir, comportamentos neuróticos, esquizofrenia, doença bipolar - é uma realidade para a maioria das mulheres que praticam um aborto. Mas as consequências do aborto também se fazem sentir a nível físico. Hoje sabe-se que o aborto induzido aumenta em 30 por cento o risco de câncer da mama, quando se comparam mulheres que fizeram um aborto com mulheres que nunca o praticaram ou que sofreram um aborto espontâneo. A explicação científica é simples: no desenvolvimento

<sup>3</sup> [https://www.spuc.org.uk/~media/Files/Abortion-and-Womens-Health\\_April-2017.ashx](https://www.spuc.org.uk/~media/Files/Abortion-and-Womens-Health_April-2017.ashx)



fisiológico da gravidez ocorrem picos hormonais de estrogênios, que, se forem bruscamente interrompidos - como acontece num aborto induzido -, vão desencadear alterações no material genético das células que, facilmente, poderão degenerar em câncer" (Castel-Branco, Margarida, especialista em Farmacologia da Universidade de Coimbra, *"O impacto do aborto na saúde da mulher"*. Público, 8 de fevereiro de 2008 [ <https://www.publico.pt/2008/02/08/jornal/o-impacto-do-aborto-na-saude-da-mulher-248304>], etc.).

A experiência com mulheres grávidas, em situações de vulnerabilidade, que encontram acolhida e apoio concreto (como muitas entidades realizam em todo o País, como, por exemplo, a Associação Guadalupe, de São José dos Campos<sup>4</sup> dentre outras), comprovam que quando elas obtêm informações e suporte, escolhem dar à luz a uma nova vida humana e sentem-se gratificadas pela escolha feita. Por isso, todas as vezes que o parlamento brasileiro foi chamado a decidir pela vida, deu sempre o seu voto pelo "sim à vida".

### III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº – CCJ

A **PEC nº 29, de 2015**, passa a tramitar acrescida do seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

“**Art. 2º** O art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

<sup>4</sup> <http://associacaoгуadalupe.org.br/>



‘**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ’ (NR)

§ 5º Assegura-se a inviolabilidade do direito à vida, *desde a concepção*, não sendo punível o aborto exclusivamente nos seguintes casos:

I - se não há outro meio de salvar a gestante;

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando absolutamente incapaz, de seu representante legal.’

, Presidente

, Relatora



SF/19049.66696-86





## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2015

(Senador Magno Malta 1º Signatário)

Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** - o caput do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:” (NR)

**Art. 2º** - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda constitucional não altera absolutamente nada no artigo 5º, ela apenas acrescenta o termo “desde a concepção”.

A omissão no texto constitucional sobre a origem da vida vem permitindo grave atentado à dignidade da pessoa humana que se vê privada de proteção jurídica na fase de gestação, justamente a fase em que o ser humano está mais dependente de amparo em todos os aspectos.

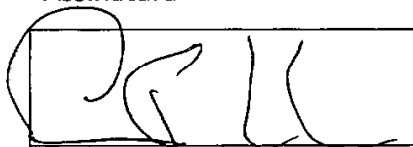
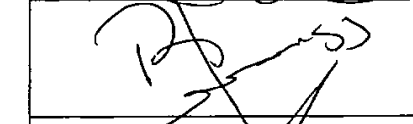

Nossa Carta Magna foi promulgada no ano de 1988. Os enormes avanços na ciência registrados nos últimos 20 anos na FETOLOGIA e na EMBRIOLOGIA com o conhecimento do nosso DNA vieram ressaltar a concepção como o único momento em que é possível identificar o início da vida humana.

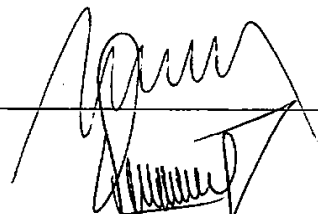
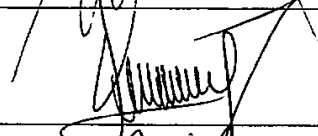
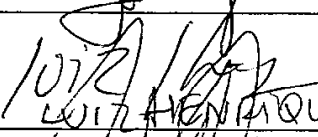
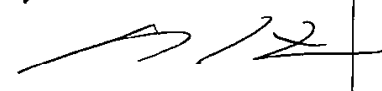
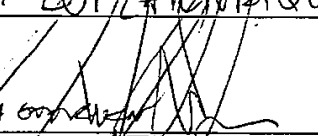
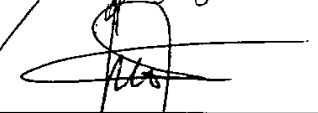
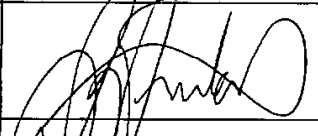
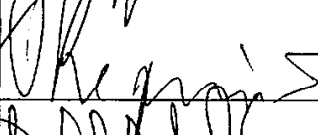

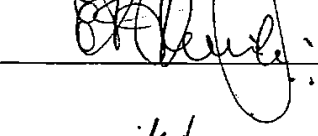
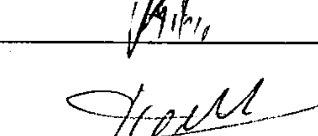
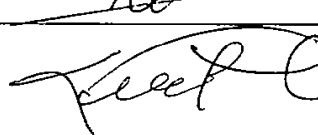
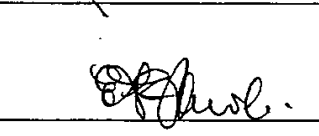

Em poucos dias de gestação o coração já está funcionando. Entre 11 e 12 semanas todos os órgãos já estão presentes no corpo da criança. Atualmente é cientificamente possível garantir a perfeita sobrevivência de uma criança nascida de um parto com apenas 18 semanas de gestação, algo completamente impossível na década de 80.

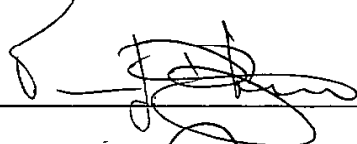

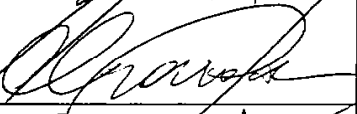
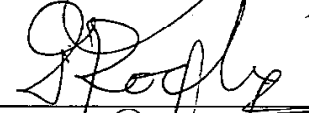
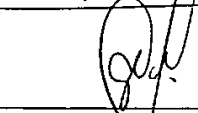
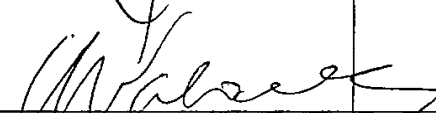


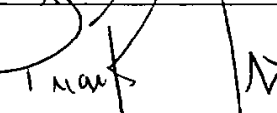
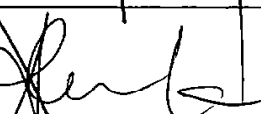
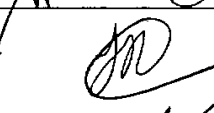
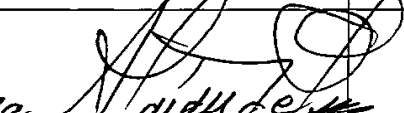
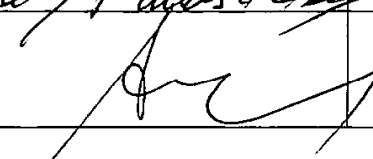
Portanto, este pequeno acréscimo, de apenas um termo esclarecendo ao artigo 5º, adéqua nossa Constituição Federal aos atuais avanços científicos e terá o poder de garantir o direito à vida de milhares de crianças brasileiras que são assassinadas por falta de proteção jurídica.

Sala das Sessões, de 2015

Senador Magno Malta

Assinatura	Senador	Partido
	CASSIO CUNHA	
	BRUNO MAGALHÃES	
	JOSÉ AGRIPINO	

	EUNÍCIO	
	Acir	
 LUIZ HENRIQUE		
 FLEXO	FLEXO	
	PINHEIRO	
ROSE FREITAS		
REQUIÃO		
DELACIDIO		
ELMANO		***
ANASTASIA		
PAULO PAIM		
GARIBOLDI		
ELMANO FÉRRER		***

Fernando Ribeiro		
CASIER		
Alia e Dias		
Pablo Pires		* OK!
Gladson Corneli		
VALA TADES		
R. LIRA		
(ROMARIO)		
ZORZIO ASSIS		
Ricardo Ferraz		
AECIO		
REGUFFE		
Ataides Oliveira		
(ALOYSIO)		
Alopes		

## **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

### **Capítulo I**

#### **Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos**

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

Publicado no **DSF**, de 19/3/2015

---

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

**OS: 10783/2015**

**PEC 29/2015**  
**00001**

**EMENDA Nº - CCJ**  
(à PEC nº 29, de 2015)



Acrescente-se à PEC nº 29, de 2015, o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

“**Art. 2º** O art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

‘**Art. 5º** .....

.....

§ 5º Assegura-se a inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção, não sendo crime a conduta do médico que pratica o aborto exclusivamente nos seguintes casos:

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal; e

III – nos casos de gravidez de feto anencéfalo.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

O relatório ora apresentado pela Senadora Selma Arruda nos pareceu muito sensato ao reconhecer que a proteção da vida, desde a concepção, não pode desconsiderar as hipóteses de aborto já previstas no texto legal há mais de setenta anos, isto é, quando a gravidez é decorrente de estupro ou não há outro meio de salvar a vida da gestante. Nisso estamos de pleno acordo.

Todavia, o relatório da eminente Senadora deixou de contemplar a recente discussão empreendida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 54. Como é por todos sabidos, a maioria do STF decidiu que igualmente não deve ser punível o aborto de feto anencéfalo.

Somos a favor do direito à vida e da proteção da gestação como regra. Ademais, cremos que este Senado Federal – e não um Tribunal judiciário, órgão não político – quem deva discutir e decidir qual o alcance desse direito constitucional.

Por essa razão, apresentamos a presente emenda. Creio ser nosso papel, enquanto representantes do povo, legislar sobre o assunto e assentarmos que não deve ser submetido a um processo crime a mulher que decide abortar um feto cuja vida extrauterina é sabidamente inviável.

A dor que esta mulher suporta já nos parece um fardo pesado demais para carregar. Não deve ser o Estado brasileiro responsável por lhe imputar mais um sofrimento que, devemos reconhecer, não servirá para qualquer fim penal ressocializador ou intimidatório.

Portanto, conclamamos os nobres Pares à aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senador FABIANO CONTARATO



SF/19024.71023-91

**PEC 29/2015**  
**00002**



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

**EMENDA Nº - CCJ**  
(à PEC nº 29, de 2015)



**Art. 1º** Altere-se o caput do art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º para modificar o caput do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos a seguir:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:” **(NR)**

**Art. 2º** Acrescente-se ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015 para acrescentar o § 5º da Constituição Federal, nos termos a seguir:

“§ 5º Assegura-se a inviolabilidade do direito à vida, *desde a concepção*, não sendo punível o aborto exclusivamente nos seguintes casos:

I - se não há outro meio de salvar a gestante;

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando absolutamente incapaz, de seu representante legal;

III – se houver diagnóstico de feto anencéfalo, mediante laudo assinado por dois médicos capacitados para tal reconhecimento.” **(AC)**



## JUSTIFICATIVA

Na temática da saúde reprodutiva, em tese, vinculada ao bem-estar social, físico e emocional da mulher, a análise holística é necessária para a aplicação correta da política de saúde pública associada à questão.

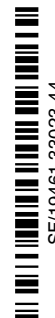
Nesse sentido, observando a discussão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, a proposição em questão deixa fora das excepcionalidades a possibilidade da interrupção de gravidez de fetos anencéfalos. Tal decisão, descrita na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54/2004, preceitua, segundo o relator:

*Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para declarar a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126, 128, incisos I e II, do Código Penal brasileiro. (AURÉLIO, 2004, p. 80)*

Observa-se que, para tal decisão, a Suprema Corte realizou diversas audiências públicas (em 2008) com oitivas abertas à diversos setores da sociedade civil. Os debates estenderam-se até abril de 2012, quando por oito votos a dois, os ministros (o Ministro Marco Aurélio, Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Ayres Brito, Gilmar Mendes, Celso de Mello e pelas ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia) votaram pela possibilidade de interrupção de gestação nos casos de anencefalia.

Cabe ressaltar, que tal proposta de emenda, não retira o mérito do direito amplamente tutelado pela ordem constitucional vigente. O direito à vida, além de um direito fundamental é basilar para a existência de demais prerrogativas fundamentais do ordenamento jurídico, todavia, cabe ponderar, que o direito a uma vida digna também é essencial para a plenitude das capacidades humanas. Como observou a Ministra Rosa Weber em seu voto:

*[...] o que importa não é o simples funcionamento orgânico, mas a possibilidade de atividades psíquicas que viabilizem que o indivíduo possa minimamente ser parte do convívio social. Não*



*há interesse em proteger a vida meramente orgânica. Até porque, sabe-se: sem o cérebro, o organismo não sobrevive por muito tempo e, ainda que sobrevivesse, não teria característica subjetiva alguma a ser partilhada intersubjetivamente. [...] O crime de aborto diz respeito à interrupção de uma vida em desenvolvimento que possa ser uma vida com algum grau de complexidade psíquica, de desenvolvimento da subjetividade, da consciência e de relações intersubjetivas. E, portanto o que foi debatido nos autos desta ação de descumprimento de preceito fundamental, a anencefalia não é compatível com essas características que consubstanciam a ideia de vida para o Direito. Essa é a vida que a Constituição garante, de modo que a compreensão de “vida” como conceito nas demais esferas do Direito deve seguir essa delimitação.*

*Portanto, a interrupção da gravidez, ou a antecipação do parto em caso de anencefalia, é fato atípico, motivo pelo qual é de se dar interpretação conforme a Constituição aos artigos 124 a 126 do Código Penal para excluí-la do âmbito de abrangência do conceito de aborto. (ROSA, 2012, p. 108ss.)*

Relembra-se que, com base na decisão do STF, o Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução nº 1.989/2012, decidiu que o médico pode, em casos de anencefalia (a pedido da gestante) interromper a gestação independente de autorização do Estado. Nesse sentido, ante ao diagnóstico de anencefalia, a gestante poderia optar por manter a gravidez ou interrompe-la de acordo com os critérios descritos na resolução.

Dada a posição do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Federal de Medicina, apresentamos emenda pela inclusão de interrupção de gestação nos casos de diagnóstico de anencefalia.

Sala das Sessões,

Senador **ALESSANDRO VIERA**





29

**PARECER Nº           , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2018, do Senador Cássio Cunha Lima, que *altera as Leis nºs 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2018, do Senador Cássio Cunha Lima, que “*altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual*”.



O PLS nº 236, de 2018, em seu art. 1º, acrescenta § 3º ao art. 45 da Lei nº 8.112, de 1990, vedando ao banco mutuante reter salários, vencimentos e ou proventos, excluindo o empréstimo consignado. Em seu art. 2º, acrescenta ao art. 4º, da Lei nº 10.820, de 2003, o § 9º, que tem redação idêntica ao anterior. O art. 3º dispõe sobre a cláusula de vigência.

Na justificação do PLS, que foi redigido em maio de 2018, usa-se o argumento de que essa inovação legal teria o condão de respaldar preceitos constitucionais e legais e, ademais, estaria em consonância com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio de sua Súmula 603, publicada em fevereiro de 2018. Deste modo, o PLS sedimentava entendimento jurisprudencial do STJ na legislação ordinária – conferindo maior proteção aos salários, seja de trabalhadores do setor privado, seja do setor público.

O PLS nº 236, de 2018, foi distribuído à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas, encerrado o prazo regimental, na CCJ.

## II – ANÁLISE

Consoante art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCJ “*opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.*”

O Projeto atende ao disposto na Constituição Federal no que tange à iniciativa da Proposição, à competência desta Casa para analisar a matéria e à espécie legislativa para tratar do assunto. Desta forma, não há óbices no que se refere à sua constitucionalidade formal.



Entendemos que a Proposição atende à juridicidade, uma vez que observa as regras jurídicas vigentes, bem como os princípios gerais de Direito. Do ponto de vista da legalidade, o Projeto está em conformidade com as leis em vigor.

Também atende à regimentalidade, uma vez que o PLS nº 236, de 2018, foi distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Sociais, à qual cabe decisão terminativa.

No que se refere à técnica legislativa, o PLS nº 236, de 2018, está em conformidade com a Lei Complementar no 95, de 1998, que “*dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*”.

Quanto ao mérito da proposição, é pertinente tecer algumas considerações. O PLS busca proteger os salários, vencimentos ou proventos, uma vez que estes têm proteção constitucional, conforme o art. 7º, X, da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção do salário (dentre outros direitos) – constituindo crime sua retenção dolosa. O art. 833, IV, do Código de Processo Civil (CPC), também disciplina que os salários não podem ser penhorados.

Consoante justificção procurou-se sedimentar entendimento jurisprudencial do STJ. O texto inserido pelo PLS nº 236, de 2018, é idêntico ao da Súmula 603, do STJ:

**Súmula 603:** É vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.

É mister ressaltar que para o STJ “*é lícito o desconto em conta-corrente bancária comum, ainda que usada para recebimento de salário, das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado,*



*sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem*”. Assim, o que estaria vedado pela súmula seria o banco mutuante reter salários ou recebimentos com a natureza de sustento do devedor e de sua família, consoante Constituição Federal e CPC.

No entanto, os juízes, ao aplicarem a súmula, estenderam essa vedação para quaisquer valores depositados em conta corrente, utilizada pelo devedor para suas movimentações, contrariando o entendimento do STJ, que definiu a vedação da retenção somente dos salários, vencimentos e/ ou proventos do correntista.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão ordinária de 22 de agosto de 2018, ao julgar o Recurso Especial 1.555.722-SP, determinou o cancelamento da Súmula nº 603-STJ, eliminando, desta feita, as ocorrências de interpretações equivocadas sobre o alcance do enunciado. (*Diário da Justiça - Edição nº 2501*)

Importante frisar que a súmula cancelada tinha texto idêntico ao proposto no projeto em comento.

Em relação ao empréstimo consignado, o PLS exclui essa modalidade da vedação ora proposta, em razão de definição legal específica, aonde o tomador concorda que os pagamentos sejam descontados de sua folha de pagamento, antes de receber sua remuneração.

Considerando que o objeto do PLS 236, de 2018, ou seja, a proteção do salário do trabalhador, já tem abrigo no texto constitucional e no Código do Processo Civil e, em virtude do cancelamento da súmula e do desentendimento que distintas instâncias do Judiciário vinham tendo sobre a sua aplicação, entendemos que, do ponto de vista do mérito, o PLS nº 236, de 2018, não reúne as condições necessárias para sua aprovação.

S.M.J. esse é o Parecer.



SF/19639.15724-07



### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2018

Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.

**AUTORIA:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

**DESPACHO:** Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018**

Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.



SF/18655.70476-82

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 45 .....

.....

§ 3º É vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.” (NR)

**Art. 2º** O art. 4º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 4º .....

.....

§ 9º É vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial

consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.” (NR)

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Imaginemos uma situação hipotética em que um empregado, público ou privado, contraia empréstimo com um banco e que tal mutuário porventura fique impossibilitado de pagar parte de sua dívida. Por sua vez, o banco mutuante, ao invés de procurar os meios judiciais adequados para receber o valor devido, sequestra diretamente da conta corrente do mutuário o valor devido pelo empréstimo.

Ora, evidentemente tal atitude seria completamente abusiva, pois iria eminentemente de encontro do art. 7º, X, da Constituição Federal, e do art. 833, IV, do Código de Processo Civil. O primeiro dispositivo atesta ser direito do trabalhador a proteção do salário, constituindo crime sua retenção dolorosa; já o segundo define que são impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, salvo no caso de prestações alimentícias.

O objetivo de tais regramentos é o de conferir proteção ao salário do trabalhador, contra quaisquer atitudes ilícitas que o coloquem em risco. Esse entendimento já foi inclusive referendado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, mediante edição da Súmula 603, atestou que “é vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual”.

A exceção é o empréstimo consignado, que não constitui cláusula abusiva, por possuir legislação própria específica. Isso ocorre porque o consignado confere condições vantajosas ao mutuário, como juros reduzidos e prazos mais longos, em troca da autorização de desconto dos



valores do empréstimo diretamente na folha de pagamentos, antes mesmo da pessoa receber sua remuneração.

Portanto, diante do explicitado, é necessário que o entendimento jurisprudencial atualmente prevalecente seja inserido definitivamente em nossa legislação, a fim de garantirmos que os salários de trabalhadores privados e servidores públicos sejam devidamente protegidos de atuações abusivas. Ante o grande impacto social e o relevante interesse público envolvido no tema tratado por este projeto, solicito apoio aos nobres colegas, a fim de aprovarmos tão importante proposição.

Sala das Sessões,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União - 8112/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>

- artigo 45

- Lei nº 10.820, de 17 de Dezembro de 2003 - Lei do Crédito Consignado - 10820/03

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10820>

- artigo 4º

30



SENADO FEDERAL

**PARECER Nº           , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018, do Senador Cidinho Santos, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.



SF/19377.15940-19

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO****I – RELATÓRIO**

Trata-se de examinar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 518, de 2018, de autoria do então Senador Cidinho Santos, que obriga o fornecedor a manter a gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de *telemarketing*, permitindo ao consumidor o acesso ao seu conteúdo, conforme consta do *caput* do seu art. 1º, prevendo, por meio do seu parágrafo único, que em caso de descumprimento dessa determinação legal será aplicada ao infrator a pena de multa não inferior a um terço do salário mínimo vigente.

O art. 2º do PLS estabelece o início da vigência da lei que decorrer do projeto *na data de sua publicação*.

Ao justificar a sua proposição, o autor informa que *o dever de gravar as chamadas telefônicas já está previsto em norma infralegal, haja vista que o § 3º do art. 15 do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas*



*gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC, já prevê a obrigatoriedade, a cargo do fornecedor, de gravar as chamadas telefônicas. Pretende, contudo, com a aprovação do projeto em exame, levar essa obrigação ao plano legal.*

*Objetiva, ademais, o autor estabelecer que as chamadas telefônicas realizadas no interesse do fornecedor pelo serviço de telemarketing também devem ser gravadas e o seu acesso deve ser franqueado aos consumidores.*

*Ainda de acordo com o proponente, a gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor possibilitará ao consumidor comprovar com mais facilidade as suas reclamações a respeito de problemas por ele enfrentados na utilização dos produtos ou serviços prestados pelos fornecedores.*

O projeto após ser apreciado por esta Comissão deverá ir ao exame, em decisão terminativa, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos dos arts. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer sobre o projeto em exame quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, também, quanto ao mérito, cabendo, no entanto à CTFC a decisão terminativa, por força do disposto no art. 91, inciso I, do mesmo Regimento.

Constatamos não haver incompatibilidade do PLS com as normas regimentais, sendo, assim, admissível quanto a esse aspecto.

Com relação à constitucionalidade, não temos reparos a fazer, pois cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o assunto de que trata o PLS em exame, sendo a iniciativa parlamentar legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, pois trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo os quais compete à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito



Federal sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

Quanto à juridicidade, a matéria constitui assunto de lei ordinária, estando assim, convenientemente tratado mediante projeto de lei ordinária, inova o ordenamento jurídico ao promover alterações na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – A Lei do Consumidor –, tem o atributo de generalidade e poder coercitivo, estando, ademais, compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

É importante observar que o assunto tratado no projeto está parcialmente atendido mediante o § 3º do art. 15 do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que *regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC*, ao prever a obrigatoriedade, a cargo do fornecedor, de gravar as chamadas telefônicas, conforme reconhece o autor em sua justificação.

Entretanto, o referido Decreto aplica-se somente ao SAC, prevendo o prazo de manutenção da gravação das chamadas telefônicas por apenas noventa dias, enquanto que o PLS estende essa obrigatoriedade ao serviço de *telemarketing*, dobrando o prazo para ambos os serviços, ou seja, cento e oitenta dias.

Ademais, prevê expressamente, em caso de descumprimento da norma legal prevista no projeto, a aplicação ao infrator da pena de multa não inferior a um terço do salário mínimo vigente, diferentemente do que, genericamente, estabelece o mencionado Decreto nº 6.523, de 2008, em seu art. 19, prevendo que *a inobservância das condutas descritas neste Decreto ensejará aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990, sem prejuízo das constantes dos regulamentos específicos dos órgãos e entidades reguladoras*.

Ressaltamos que as sanções administrativas previstas no art. 56 do Código do Consumidor estão elencadas em doze itens que vão desde multa, sem especificação de valor, até a cassação de licença do estabelecimento ou de atividade.

Quanto ao mérito da proposição, somos favoráveis à sua aprovação, já que amplia os direitos do consumidor que recebeu destacada proteção do poder constituinte do qual emergiu a Carta de 1988, não obstante ressaltarmos que a CTFC, a quem cabe a decisão terminativa sobre a matéria,



SF/19377.15940-19

possa melhor opinar a respeito, haja vista tratar-se da comissão que tem a competência regimental para *opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor*.

Constatamos, finalmente, que a proposição está redigida em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação e alteração das leis.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 518, de 2018, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19377.15940-19



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, DE 2018

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.

**AUTORIA:** Senador Cidinho Santos (PR/MT)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Cidinho Santos

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 50-A:

“**Art. 50-A.** O fornecedor deve manter a gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing, pelo prazo mínimo de cento e oitenta dias, durante o qual o consumidor poderá requerer acesso ao seu conteúdo, devendo o fornecedor conceder as gravações no período máximo de 10 dias úteis da data requerida.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput sujeita o fornecedor à pena de multa não inferior a 1/3 do salário mínimo vigente.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo inserir no Código de Defesa do Consumidor a obrigatoriedade de gravação das chamadas telefônicas

efetuadas pelo consumidor ou pelo fornecedor, bem como o acesso ao seu conteúdo pelo consumidor.

A gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor possibilitará ao consumidor comprovar com mais facilidade as suas reclamações a respeito de problemas por ele enfrentados na utilização dos produtos ou serviços prestados pelos fornecedores. O dever de gravar as chamadas telefônicas já está previsto em norma infralegal, haja vista que o § 3º do art. 15 do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC, já prevê a obrigatoriedade, a cargo do fornecedor, de gravar as chamadas telefônicas.

Pretendemos com a aprovação do projeto de lei levar essa obrigação ao plano legal.

Além disso, o projeto de lei estabelece que as chamadas telefônicas realizadas no interesse do fornecedor pelo serviço de telemarketing também devem ser gravadas e o seu acesso deve ser franqueado aos consumidores.

Muitas vezes são oferecidas vantagens ao consumidor pelo serviço de telemarketing que não são cumpridas no momento da execução do contrato e o consumidor fica sem poder comprovar a efetiva concessão dos benefícios prometidos no momento da oferta do produto ou do serviço.

Inserimos dispositivo no projeto que prevê a imposição de pena de multa ao fornecedor que descumprir a obrigação de manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas. Optamos por estabelecer multa mínima na proposição, porque as multas previstas atualmente no código de defesa do consumidor estão em unidades fiscais de referência e dependem para seu cumprimento da colaboração de terceiros.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador CIDINHO SANTOS



SF/18932.55042-70

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 6.523, de 31 de Julho de 2008 - DEC-6523-2008-07-31 - 6523/08

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2008;6523>

- parágrafo 3º do artigo 15

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>

31



**PARECER Nº      , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2019, primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, que *acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso*.



Relatora: Senadora **SELMA ARRUDA**

**I – RELATÓRIO**

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para os fins do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 1, de 2019. Tendo como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, a proposição visa a acrescentar ao art. 57 da Constituição Federal (CF) um § 4º-A, com a seguinte redação: “As eleições das mesas no congresso nacional serão realizadas mediante sessão pública e voto aberto”.

Apresentada em 7 de fevereiro deste ano, a PEC tem, logicamente, como pano de fundo, entre outros fatos, as diversas questões de ordem levantadas durante a segunda reunião preparatória do Senado Federal, quando se discutiu sobre a revogação ou não do *caput* do art. 60 do RISF (que prevê a eleição da Mesa pelo voto secreto), em face das alterações trazidas pela Emenda Constitucional (EC) nº 76, de 2013. Na oportunidade, o Plenário aprovou, em grau de recurso, por 50 votos a 2, a decisão da presidência na questão de ordem, para que a votação se desse pelo voto aberto, entendendo que o art. 60 do RISF estaria, nesse ponto, tacitamente revogado. Ao cabo, no entanto, a eleição terminou mesmo por ocorrer mediante o processo de votação secreta, em respeito à liminar proferida pelo

Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, no âmbito da Suspensão de Segurança (SS) 5272/DF.

Nos dizeres da PEC ora em análise, todas as eleições para a Mesa das Casas Legislativas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) – e, por extensão, também das Assembleias Legislativas Estaduais, das Câmaras Municipais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal – passarão a ser realizadas mediante voto aberto.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Cabe a esta CCJ, nos termos regimentais, opinar sobre a admissibilidade (constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa) e sobre o mérito da PEC.

Em relação à admissibilidade, não se verifica problema algum que impeça a aprovação da PEC.

Quanto à constitucionalidade formal, verifica-se que a proposição foi subscrita por 29 Senadoras e Senadores, perfazendo a exigência do inciso I do art. 60 da CF. Demais disso, não estamos mais na vigência de intervenção federal, muito menos de estado de defesa ou de estado de sítio; logo, não incide qualquer das limitações circunstanciais ao poder constituinte derivado reformador, a que se refere o § 1º do mesmo art. 60.

Em relação à constitucionalidade material, como se trata de PEC, a única hipótese de que a proposição pudesse ser considerada inconstitucional seria por violação a alguma das cláusulas pétreas (CF, art. 60, § 4º, I a IV), o que não ocorre. Com efeito, há quem sustente que o art. 14, *caput*, da CF, ao prever o voto secreto (considerado cláusula pétrea pelo inciso II do § 4º do art. 60) seria aplicável também às eleições no âmbito das Casas Legislativas. No entanto, o dispositivo que assegura o voto secreto visa a proteger o *cidadão eleitor*, não os eleitos; aplica-se apenas às eleições em que participa o corpo eleitoral, não àquelas eleições internas do próprio



corpo de eleitos – que, de mais a mais, devem satisfação justamente aos eleitores, sobre as posições que tomarem. Em outras palavras: o voto secreto nasceu para proteger o eleitor contra pressões indevidas, não para sonegar aos eleitos a prestação de contas das posições tomadas. Tanto assim que o *caput* do art. 14 refere-se ao caráter secreto do voto ao tratar do exercício da “soberania popular”. Ademais, se assim fosse, o voto na eleição para todas as Mesas de todas as Casas Legislativas do Brasil *precisaria* ser secreto, não podendo tal regra ser abolida sequer por EC, por se tratar de cláusula pétrea, o que nos parece uma leitura exageradamente ampla tanto do *caput* do art. 14 da CF quanto da própria extensão das cláusulas pétreas.

No aspecto da regimentalidade, nada há que se opor à PEC, que seguiu, até aqui, a tramitação especial prevista nos arts. 354 e seguintes do RISF.

Em relação à juridicidade, poder-se-ia argumentar que a PEC careceria de potencial inovador da ordem jurídica, isso porque, segundo pelo menos 50 Senadores que votaram o recurso na questão de ordem na segunda reunião preparatória desta sessão legislativa, a própria EC nº 76, de 2013, já teria revogado tacitamente todos os dispositivos regimentais que preveem votação secreta na eleição da Mesa. Acontece que essa interpretação terminou não sendo encampada pela Câmara dos Deputados, nem pelo STF, de modo que, sim, a PEC nº 1, de 2019, tem potencial de inovar a ordem jurídica, a fim de positivar (e pacificar) o entendimento do tema.

Finalmente, em relação à técnica legislativa, há pequenos reparos a fazer – e que podem ser facilmente sanados mediante a apresentação de emenda de redação. Primeiramente, faz-se necessário conjugar os verbos do comando normativo no presente do indicativo, e não no futuro do presente. Isso porque, conforme as mais modernas diretrizes de técnica legislativa, deve-se legislar sempre no tempo presente – tempo em que a norma estará em vigor (cf. David Duarte *et al.* **Legística: Perspectivas sobre a concepção e redação de actos normativos**. Coimbra: Almedina, 2002, p. 143). Por outro lado, nos termos da alínea *d* do inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, só se veda a renumeração (com a utilização das letras maiúsculas “A”, “B”, etc.) em relação aos artigos e unidades a ele superiores; logo, no caso de inserção de



parágrafo (como é o caso da PEC), é mais recomendável inserir o dispositivo como § 9º do art. 57, em vez de redigi-lo como um “§ 4º-A”.

Passamos, agora, à análise do mérito. Nesse aspecto, parece-nos inevitável tecer elogios ao conteúdo da PEC.

Na CF, o exercício do poder é sempre regido pelo princípio da publicidade (expressamente aplicável à Administração Pública, por força do caput do art. 37, mas extensível a todos os Poderes do Estado, por implicitude), a não ser nas hipóteses em que essa diretriz é expressamente afastada pelo próprio texto da CF.

Com efeito, todas as vezes que a CF deseja impor o voto secreto, assim o faz expressamente, a saber:

a) na aprovação de escolha de autoridades pelo Senado (CF, art. 52, III);

b) na aprovação de escolha de chefes de missão diplomática permanente pelo Senado (CF, art. 52, IV) (mas, desta vez, após arguição também secreta);

c) na aprovação da destituição do Procurador-Geral da República (antes do término do mandato) pelo Senado (CF, art. 52, IX);

d) na escolha de Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (CF, art. 119, I) e de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais (CF, art. 120, § 1º, I);

e) na escolha, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do seu Corregedor-Nacional (CF, art. 130-A, § 3º).

Mesmo assim, como já referido, há quem sustente que, no silêncio da CF, poderiam os Regimentos Internos das Casas estabelecer o voto secreto, inclusive para eleição da Mesa. A PEC nº 1, de 2019, vem a por fim, de uma vez por todas, a esse entendimento, ao positivar, de forma inequívoca, o voto aberto para a eleição da Mesa das Casas Legislativas.



Como se não bastassem essas questões jurídicas, há todo um contexto social que, de acordo com as lições de Rudolf Smend e Friederich Müller, não pode ser desconsiderado na interpretação da CF. A sociedade brasileira clama – e esse clamor ficou ainda mais nítido nas últimas eleições – por mais transparência nas deliberações dos Poderes Públicos, em geral, e desta Casa, em particular. Tal fato é, sem dúvida, o maior e melhor argumento em prol da aprovação da PEC nº 1, de 2019.

Por fim, a Constituição Federal determina que todos os Poderes devem, obrigatoriamente, obedecer ao princípio da publicidade previsto no caput do art. 37. No Mandado de Segurança 36.169-DF, o Ministro Marco Aurélio fez questão de frisar a necessidade de o Senado Federal respeitar o princípio da publicidade em todas as suas votações:

“Constitui fator de legitimação das decisões governamentais, indissociável da diretriz que consagra a prática republicana do poder, o permanente exercício da transparência. Inexiste órgão – menos ainda composto por mandatários eleitos – que escape à claridade imposta pela Lei Maior e ao crivo da ampla e nítida fiscalização social, prerrogativa inafastável da cidadania. A exigência da atuação em público tem irreduzível relevo porque a **publicidade** é, por si mesma, forma de controle”

### III – VOTO

Por tais motivos, opinamos pela **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 1, de 2019**, e, no **mérito**, votamos por sua **aprovação**, com a seguinte emenda de redação:

#### EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Renumere-se o § 4º-A, a ser inserido no art. 57 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 1, de 2019, como § 9º, dando-se-lhe a seguinte redação:

“Art. 57. ....

.....



SF/19724.57847-99

§ 9º As eleições das Mesas no Congresso Nacional são realizadas mediante sessão pública e voto aberto.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19724.57847-99



## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2019

Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso.

**AUTORIA:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES) (1ª signatária), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)

CCT

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1 DE 2019

Senado Federal  
Comissão de Constituição, Justiça e  
Cidadania  
Em 07 / 02 / 19

Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 57. ....

.....

§4º-A. As eleições das mesas no congresso nacional serão realizadas mediante sessão pública e voto aberto.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição pretende acrescentar o §4º A ao art. 57 da Lei Maior para estabelecer que a nas eleições das respectivas mesas do congresso nacional a deliberação seja realizada pelo voto aberto.

Recebido em 06/02/19  
Hora: 17:20h

*Robinho*



SF/19733.39386-57

Página: 1/6 06/02/2019 10:22:17

1bb799734711f35b9ff5e892817eb432eb8cd731





A necessidade do voto aberto tem por fundamento o princípio da publicidade e transparência nas deliberações administrativas do congresso nacional.

O povo brasileiro exige transparência e publicidades dos atos de seus representantes muito embora a matéria seja interna corporis.

Nesse sentido, estamos propondo o §4º A ao art. 57 da Constituição Federal, que dispõe sobre a realização das sessões preparatórias no âmbito do congresso nacional.

Por essa razão, pensamos numa solução permanente e que alcance a aplicação desses princípios constitucionais.

Por fim, em face da proposição ora justificada, solicitamos o apoio dos nobres pares para o seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões,

  
Senadora **ROSE DE FREITAS**



SF/19733.39386-57

Página: 2/6 06/02/2019 10:22:17

1bb799734711f35b9ff5e892817eb432eb8cd731



SENADOR (a)	ASSINATURA
SERGIO PETECÃO	54
Selma Arruda	
Marayá Thronick	
EDUARDO GILS	
ERAN SYMON VENTURA	
Edvardo Gomes	
Paulo B. Silva	
JOSÉ KAZUO	
IZALEI LINS	
Leila Lacerda	
FABIANO CONTINATO	
Roberto Cunha	
Márcia Gomes	
MARCOS DO VEC	
ZEQUINHA MARINHO	
JOSE MARANHÃO	
Antônio Araújo	
Nelson Trind Filho	
LASIER	
Flávio ARNS	
Altair Rodrigues	
Decepcionado	
Rodolfo Tedesco	
Carlos J. Silva	

SF/19733.39386-57

Página: 3/6 06/02/2019 10:22:17

1bb799734711f35b9ff5e892817eb432eb8cd731



OK





Página




**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA**  
(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (-PDT-RO)	Izalci Lucas** (-PSDB-DF)	Oriovisto Guimarães** (-PODE-PR)
Alessandro Vieira** (-PPS-SE)	Jader Barbalho** (-MDB-PA)	Otto Alencar* (-PSD-BA)
Alvaro Dias* (-PODE-PR)	Jaques Wagner** (-PT-BA)	Paulo Paim** (-PT-RS)
Angelo Coronel** (-PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (-MDB-PE)	Paulo Rocha* (-PT-PA)
Antonio Anastasia* (-PSDB-MG)	Jayme Campos** (-DEM-MT)	Plínio Valério** (-PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (-PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (-PT-RN)	Randolfe Rodrigues** (-REDE-AP)
Carlos Viana** (-PSD-MG)	Jorge Kajuru** (-PSB-GO)	Reguffe* (-S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (-DEM-RR)	Jorginho Mello** (-PR-SC)	Renan Calheiros** (-MDB-AL)
Cid Gomes** (-PDT-CE)	José Maranhão* (-MDB-PB)	Roberto Rocha* (-PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (-PP-PI)	José Serra* (-PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (-PSDB-AL)
Confúcio Moura** (-MDB-RO)	Kátia Abreu* (-PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (-DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (-PP-PB)	Lasier Martins* (-PSD-RS)	Rogério Carvalho** (-PT-SE)
Dário Berger* (-MDB-SC)	Leila Barros** (-PSB-DF)	Romário* (-PODE-RJ)
Davi Alcolumbre* (-DEM-AP)	Lucas Barreto** (-PSD-AP)	Rose de Freitas* (-PODE-ES)
Eduardo Braga** (-MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (-PP-RS)	Selma Arruda** (-PSL-MT)
Eduardo Girão** (-PODE-CE)	Luiz Carlos do Carmo* (-MDB-GO)	Sérgio Petecão** (-PSD-AC)
Eduardo Gomes** (-MDB-TO)	Mailza Gomes* (-PP-AC)	Simone Tebet* (-MDB-MS)
Eliziane Gama** (-PPS-MA)	Major Olimpio** (-PSL-SP)	Soraya Thronicke** (-PSL-MS)
Elmano Férrer* (-PODE-PI)	Mara Gabrilli** (-PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (-PODE-RN)
Esperidião Amin** (-PP-SC)	Marcelo Castro** (-MDB-PI)	Tasso Jereissati* (-PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (-REDE-ES)	Marcio Bittar** (-MDB-AC)	Telmário Mota* (-PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (-MDB-PE)	Marcos Rogério** (-DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (-PP-GO)
Fernando Collor* (-PROS-AL)	Marcos do Val** (-PPS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (-PSB-PB)
Flávio Arns** (-REDE-PR)	Maria do Carmo Alves* (-DEM-SE)	Wellington Fagundes* (-PR-MT)
Flávio Bolsonaro** (-PSL-RJ)	Mecias de Jesus** (-PRB-RR)	Weverton** (-PDT-MA)
Humberto Costa** (-PT-PE)	Nelsinho Trad** (-PSD-MS)	Zenaide Maia** (-PROS-RN)
Irajá** (-PSD-TO)	Omar Aziz* (-PSD-AM)	Zequinha Marinho** (-PSC-PA)

**Mandatos**

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027

29

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 57

- parágrafo 3º do artigo 60



32



**PARECER Nº , DE 2019**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015, de autoria do Senador Reguffe, que *dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senado Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos que especifica.*



**RELATORA: Senadora SELMA ARRUDA**

**I – RELATÓRIO**

Vem a exame deste órgão técnico fracionário do Senado da República o Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015, de autoria do Senador Reguffe, que *dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senado Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos que especifica.*

Em seu art. 1º, a proposição em comento determina nova redação ao art. 290 do Regimento Interno desta Casa, que passaria a vigorar acrescido de dois parágrafos, desta forma:

**Art. 290.** .....

.....

§ 1º Desde a expedição do diploma, os membros do Senado Federal não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas ao Senado Federal, para que, pelo voto aberto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, do art. 55 da Constituição Federal, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal, pelo voto aberto da maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

O art. 2º, de índole revocatória, atinge as alíneas *b* e *c* do inciso I, do art. 291, do mesmo Regimento.

Na Justificação o autor da proposição sob exame faz constar que:

As Emendas Constitucionais n.º 35, de 2001, e 76, de 2013, revogaram o voto secreto em algumas hipóteses, no âmbito do Congresso Nacional.

A partir da promulgação da Emenda Constitucional n.º 35, de 2001, a manutenção ou relaxamento da prisão de parlamentar, detido em razão de flagrante delito de crime inafiançável, deve ser objeto de votação aberta pelo Congresso Nacional. Assim como a cassação de mandato parlamentar também deve se submeter ao voto aberto, nos termos da Emenda Constitucional n.º 76, de 2013.

Não há dúvida da plena e imediata aplicação da determinação constitucional de voto aberto e público nestes casos. Entretanto, o Regimento Interno do Senado Federal, instituído pela Resolução n.º 93, de 1970, encontra-se desatualizado e dispõe de maneira contrária às determinações constitucionais acima descritas.

A sociedade não mais tolera o voto secreto no Congresso Nacional.

Diante de todo o exposto, com a finalidade de adequar o Regimento Interno desta Casa à Constituição da República, propõe-se o presente Projeto de Resolução.

Esse projeto de resolução do Senado recebeu a Emenda nº 1 – PLEN (substitutivo), lavrada nos seguintes termos:

Dê-se ao Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015, a seguinte redação:

Altera as Resoluções do Senado Federal nºs 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal); e 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), para tornar explícita a votação ostensiva nos casos que apresenta.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera as Resoluções do Senado Federal nºs 93, de 1970; e 20, de 1993, para tornar explícita a modalidade de votação ostensiva nos casos previstos nos arts. 53, §2º; e 55, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 2º A Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com a seguinte redação:



SF/19485.09854-23

“art. 32. ....

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal em votação ostensiva, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional (Const., art. 55, § 2º) (NR).

Art. 35. ....

#### CAPÍTULO XVIII-A

#### DA PRISÃO EM FLAGRANTE DE CRIME INAFIANÇÁVEL

Art. 35-A. No caso de prisão de membros do Senado Federal em flagrante de crime inafiançável, nos termos do art. 53, §2º, da Constituição Federal, a Casa resolverá sobre a prisão mediante votação ostensiva da maioria de seus membros.

#### CAPÍTULO IX

#### DA SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES

Art. 36. ....”

Art. 3º Os arts. 12 e 13, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A sanção de que trata o art. 10 será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo.” (NR)

Parágrafo único. ....

Art. 13. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15 (Constituição Federal, art. 55, § 2º).” (NR)

Art. 3º Revogam-se as alíneas “b” e “c”, do inciso I, do art. 291, da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nesta emenda substitutiva, lê-se a seguinte justificação:

É louvável a iniciativa do Projeto de Resolução nº 57, de 2015, de regularizar o procedimento de votação nos casos de perda de mandato de Senador ou de prisão em flagrante por crime inafiançável,



SF/19485.09854-23

atualizando o Regimento Interno desta Casa nos termos dos ditames constitucionais. De fato, é notória a intenção do constituinte de tornar ostensiva as votações nos referidos casos ao promulgar as Emendas Constitucionais nºs 35, de 2001, e 76, de 2013, suprimindo, para tanto, a expressão “secreta” contida nos arts. 52, § 2º; e 55, § 2º, da Constituição Federal de 1988.

No entanto, o texto inicial da proposição apresentada altera dispositivos regimentais não necessariamente correlatos aos casos previstos. Para sanar as falhas contidas na matéria, apresento a presente emenda substitutiva que busca tornar a redação do Projeto condizente com o arcabouço normativo contido no Regimento Interno do Senado Federal, alterando, ainda, o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa que também se encontra desatualizado.

A primeira incompletude apontada pelo autor dessa emenda perante a Mesa refere-se à necessidade de alteração do art. 290. Consta na justificação da emenda:

Primeiramente, a votação da perda de mandato de Senador por infringir os incisos I, II e VI, do art. 55, da CF/88, já está prevista no art. 32, § 2º, do Regimento Interno, não sendo necessário acrescentar parágrafo ao art. 290, que regula a modalidade de votação ostensiva das proposições em trâmite no Senado. É suficiente somente uma atualização na redação daquele dispositivo para tornar explícita a modalidade de votação ostensiva nos casos de perda de mandato de Senador a serem decididos pelo Plenário dessa Casa, por maioria absoluta.

Outro problema apontado pelo autor da Emenda em comentário, ex-Senador Romero Jucá, diz respeito à decisão desta Casa sobre prisão em flagrante de Senador. Assim se expressa o autor da emenda:

Em segundo lugar, não se encontra reproduzido no Regimento desta Casa o dispositivo contido no art. 53, § 2º, da CF/88, que prevê a prisão de parlamentar por flagrante de crime inafiançável. Corrijo essa impropriedade acrescentando o Capítulo XVIII-A (Da prisão em flagrante por crime inafiançável) ao Título II do Regimento Interno (Dos Senadores) para prever também a modalidade de votação ostensiva nos casos enquadrados nesse artigo. Considero que, dessa maneira, supre-se uma omissão inadmissível, e torna-se o texto mais condizente com a sistemática prevista no Regimento, não sendo coerente incluir dispositivo semelhante dentro do Título VIII (Das Proposições), que trata da tramitação das proposições, como faz o Projeto de Resolução original.



SF/19485.09854-23

Quanto às alterações no Código de Ética e Decoro Parlamentar, a Emenda assim é justificada:

Ademais, apresento alterações aos arts. 12 e 13, da Resolução nº 20, de 1993, o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, parte integrante do Regimento Interno, uma vez que tais dispositivos ainda preveem o escrutínio secreto nos casos de votação por perda de mandato de Senador (tanto temporária, quanto definitivamente). Com tal medida, erradicam-se definitivamente as celeumas jurídicas, e evitam-se inúmeras Questões de Ordem, que buscam aferir qual a modalidade de votação a ser procedida em tais casos. Confere-se, dessa forma, maior coerência à ordem normativa desta Casa e evita-se contradições entre os dispositivos constitucionais e regimentais.



E conclui:

Por fim, a emenda mantém a revogação das alíneas “b” e “c”, do inciso I, do art. 291, do Regimento Interno do Senado, que anacronicamente preveem a modalidade de votação secreta para os casos de perda de mandato de Senador e prisão em flagrante de crime inafiançável. Além disso, incluo, ao final do substitutivo, a cláusula de vigência da resolução, a qual está omissa no Projeto original do Senador Reguffe.

É o Relatório.

## II – ANÁLISE

Em preliminar necessária, registramos que o projeto de resolução em exame obedece, em seu curso processual nesta Casa, ao que determina o art. 401 e seguintes do nosso Regimento Interno, pelo que, sob o aspecto da regimentalidade, nada há a opor.

Passando à análise dos termos da proposição, vê-se que o art. 1º, ao dirigir-se à inserção de parágrafos ao art. 290 do RISF, dispositivo este que estabelece a regra de que as votações serão ostensivas, peca por deficiente técnica legislativa, já que o art. 32, § 2º, da norma interna desta Casa, que trata especificamente a matéria, não é alterado.

Sobre essa razão, temos para nós que merece acolhimento a Emenda nº 1 – PLEN, que localiza topologicamente melhor a matéria, além de

incorporar importante decisão do Supremo Tribunal Federal relativa à forma de deliberação do Senado Federal no caso de prisão em flagrante de um de seus membros, tomada em 25/11/2015 nos autos da AC 4039, e veicular alterações correlatas importantes ao Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Todavia, quanto aos termos dessa Emenda, contudo, parece-nos desnecessária a referência aos arts. 35 e 36, que dela constam, dado que tais dispositivos não sofreram qualquer alteração, razão pela qual, na conclusão deste voto, apresentamos o texto que a nosso juízo deve remanescer.

Cremos também que cabem, no texto da Emenda que estamos adotando, pequenas correções de redação, como a ultrapassada referência à Constituição Federal como “Const.”, encontrável por todo o corpo do Regimento Interno.

Por tal razão, oferecemos substitutivo que torna prejudicada a Emenda nº 1 – PLEN.

Quanto à matéria de fundo, é indiscutível que o Regimento Interno desta Casa, cujo texto é pré-constitucional, necessita, de forma incontornável, caminhar alinhado não somente com o texto da vigente Constituição Federal, mas, igualmente, com a valiosa construção jurisprudencial da nossa Corte Constitucional sobre o funcionamento interno do Senado Federal, a partir dos ditames constitucionais positivados.

### **III – VOTO**

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 57, de 2015, nos termos do seguinte substitutivo, restando prejudicada a Emenda nº 1 – PLEN:

#### **EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)**

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 57, DE 2015**



SF/19485.09854-23

Altera as Resoluções nºs 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal); e 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), para tornar explícita a votação ostensiva nos casos a que se refere.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** Esta Resolução altera as Resoluções nºs 93, de 1970; e 20, de 1993, para tornar explícita a modalidade de votação ostensiva nos casos previstos nos arts. 53, § 2º, e 55, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**Art. 2º** A Resolução nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 32.** .....

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal em votação ostensiva, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, como determina o art. 55, § 2º, da Constituição Federal.

.....” (NR)

“CAPÍTULO VIII-A

DA PRISÃO EM FLAGRANTE DE CRIME INAFIANÇÁVEL

**Art. 35-A.** No caso de prisão de membros do Senado Federal em flagrante de crime inafiançável, nos termos do art. 53, § 2º, da Constituição Federal, a Casa resolverá sobre a prisão mediante votação ostensiva da maioria de seus membros.”

**Art. 3º** Os arts. 12 e 13, da Resolução nº 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 12.** A sanção de que trata o art. 10 será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo.



SF/19485.09854-23

.....” (NR)

**“Art. 13.** A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15, e conforme o que consta na Constituição Federal, em seu art. 55, § 2º.

.....” (NR)

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as alíneas “b” e “c” do inciso I do art. 291 da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

## EMENDA Nº 1 - PLEN (SUBSTITUTIVO)

(ao Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015)

Dê-se ao Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015, a seguinte redação:

*Altera as Resoluções do Senado Federal nºs 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal); e 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), para tornar explícita a votação ostensiva nos casos que apresenta.*



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera as Resoluções do Senado Federal nºs 93, de 1970; e 20, de 1993, para tornar explícita a modalidade de votação ostensiva nos casos previstos nos arts. 53, §2º; e 55, §2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 2º A Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“art. 32 .....

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal em votação ostensiva, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional (Const., art. 55, § 2º) (NR).

.....

Art. 35. ....

### CAPÍTULO XVIII-A DA PRISÃO EM FLAGRANTE DE CRIME INAFIANÇÁVEL

Art. 35-A. No caso de prisão de membros do Senado Federal em flagrante de crime inafiançável, nos termos do art. 53, §2º, da Constituição Federal, a Casa resolverá sobre a prisão mediante votação ostensiva da maioria de seus membros.

### CAPÍTULO IX DA SUSPENSÃO DAS IMUNIDADES

Art. 36. ....”



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Art. 3º Os arts. 12 e 13, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A sanção de que trata o art. 10 será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo. (NR)

Parágrafo único. ....

Art. 13. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em votação ostensiva e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15 (Constituição Federal, art. 55, § 2º).” (NR)

Art. 3º Revogam-se as alíneas “b” e “c”, do inciso I, do art. 291, da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

É louvável a iniciativa do Projeto de Resolução nº 57, de 2015, de regularizar o procedimento de votação nos casos de perda de mandato de Senador ou de prisão em flagrante por crime inafiançável, atualizando o Regimento Interno desta Casa nos termos dos ditames constitucionais. De fato, é notória a intenção do constituinte de tornar ostensiva as votações nos referidos casos ao promulgar as Emendas Constitucionais nºs 35, de 2001, e 76, de 2013, suprimindo, para tanto, a expressão “secreta” contida nos arts. 52, §2º; e 55, §2º, da Constituição Federal de 1988.

No entanto, o texto inicial da proposição apresentada altera dispositivos regimentais não necessariamente correlatos aos casos previstos. Para sanar as falhas contidas na matéria, apresento a presente emenda substitutiva que busca tornar a redação do Projeto condizente com o arcabouço normativo contido no Regimento Interno do Senado Federal, alterando, ainda, o Código de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa que também se encontra desatualizado.

Primeiramente, a votação da perda de mandato de Senador por infringir os incisos I, II e VI, do art. 55, da CF/88, já está prevista no art. 32, §2º, do Regimento Interno, não sendo necessário acrescentar parágrafo ao art. 290, que regula a modalidade de votação





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

ostensiva das proposições em trâmite no Senado. É suficiente somente uma atualização na redação daquele dispositivo para tornar explícita a modalidade de votação ostensiva nos casos de perda de mandato de Senador a serem decididos pelo Plenário dessa Casa, por maioria absoluta.

Em segundo lugar, não se encontra reproduzido no Regimento desta Casa o dispositivo contido no art. 53, §2º, da CF/88, que prevê a prisão de parlamentar por flagrante de crime inafiançável. Corrijo essa impropriedade acrescentando o Capítulo XVIII-A (Da prisão em flagrante por crime inafiançável) ao Título II do Regimento Interno (Dos Senadores) para prever também a modalidade de votação ostensiva nos casos enquadrados nesse artigo. Considero que, dessa maneira, supre-se uma omissão inadmissível, e torna-se o texto mais condizente com a sistemática prevista no Regimento, não sendo coerente incluir dispositivo semelhante dentro do Título VIII (Das Proposições), que trata da tramitação das proposições, como faz o Projeto de Resolução original.

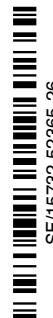
Ademais, apresento alterações aos arts. 12 e 13, da Resolução nº 20, de 1993, o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, parte integrante do Regimento Interno, uma vez que tais dispositivos ainda preveem o escrutínio secreto nos casos de votação por perda de mandato de Senador (tanto temporária, quanto definitivamente). Com tal medida, erradicam-se definitivamente as celeumas jurídicas, e evitam-se inúmeras Questões de Ordem, que buscam aferir qual a modalidade de votação a ser procedida em tais casos. Confere-se, dessa forma, maior coerência à ordem normativa desta Casa e evita-se contradições entre os dispositivos constitucionais e regimentais.

Por fim, a emenda mantém a revogação das alíneas “b” e “c”, do inciso I, do art. 291, do Regimento Interno do Senado, que anacronicamente preveem a modalidade de votação secreta para os casos de perda de mandato de Senador e prisão em flagrante de crime inafiançável. Além disso, incluo, ao final do substitutivo, a cláusula de vigência da resolução, a qual está omissa no Projeto original do Senador Reguffe.

Diante do exposto, creio que a emenda que ora apresento configura melhor técnica legislativa e maior juridicidade à regulação das modalidades de votação desses casos tão sensíveis ao Poder Legislativo, tornando o presente Projeto de Resolução condizente com os ditames contidos na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação de normas. Conclamo, portanto, os nobres Senadores que votem no sentido de sua aprovação em substituição ao Projeto de Resolução original.

Sala das sessões, em            de dezembro de 2015

Senador **ROMERO JUCÁ**





**PRS 57/2015**  
**00002**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

**EMENDA Nº - CCJ**  
(ao PRS nº 57 de 2015)

Inclua-se o seguinte artigo ao Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015:

“Art. xx O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 60. A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio ostensivo nominal, no qual será computado o voto do Presidente, exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado e assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

.....  
§ 2º A eleição far-se-á pelo processo eletrônico, ou pela chamada dos Senadores, se o sistema de votação eletrônico não estiver em condições de funcionar ou se o número de candidatos o exigir, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 294.

.....  
§ 4º Por proposta de um terço dos Senadores ou de líder que represente este número, a eleição para o preenchimento dos cargos constantes do § 1º, II e III, poderá ser feita em um único escrutínio, obedecido o disposto no § 2º.’ (NR)

.....  
‘Art. 88. No início da legislatura, nos cinco dias úteis que se seguirem à designação de seus membros, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio ostensivo nominal, o seu Presidente e o Vice - Presidente.

.....’ ” (NR)



SF/19660.32109-94



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

## JUSTIFICAÇÃO

O PRS nº 57, de 2015, faz uma oportuna adequação ao Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de atualizar à nova previsão decorrente da aprovação da Emenda Constitucional nº 76, de 28 de novembro de 2013, que retirou da Constituição a possibilidade de voto secreto nas deliberações parlamentares sobre a perda do mandato de Deputados e Senadores e sobre o veto, representando um grande passo no sentido de assegurar a aplicação do princípio da publicidade às Casas Legislativas.

Não obstante consideremos essa medida um importante avanço, acreditamos que devemos também abolir o voto secreto nas eleições para a Mesa Diretora dessa Casa. Já não é mais possível manter esse rito anacrônico no nosso Regimento diante da crescente exigência por transparência nos atos parlamentares.

Nesse sentido, essa emenda, assim como o PRS 53, de 2018, de minha autoria, busca consolidar o voto aberto para a escolha dos membros da Mesa Diretora e Presidentes de Comissões do Senado Federal. A iniciativa se alinha com o que, na prática, já ocorreu nas últimas eleições, quando a maioria dessa Casa se manifestou de forma legítima pelo voto aberto nesse tipo de votação.

Sala da Comissão,

**Senador Lasier Martins**  
(PODE-RS)





## SENADO FEDERAL PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 57, DE 2015

(Do Sr. SENADOR REGUFFE)

Dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senador Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos em que especifica.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º.** O art. 290 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º e 2º, assim redigidos:

Art. 290. *Omissis.*

§ 1º Desde a expedição do diploma, os membros do Senado Federal não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas ao Senado Federal, para que, pelo voto aberto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, do art. 55 da Constituição Federal, a perda do mandato será decidida pelo Senado Federal, pelo voto aberto da maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

**Art. 2º** Revogam-se as alíneas *b* e *c* do inciso I do artigo 291 do Regimento Interno do Senado Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

## 2

As Emendas Constitucionais n.º 35, de 2001, e 76, de 2013, revogaram o voto secreto em algumas hipóteses, no âmbito do Congresso Nacional.

A partir da promulgação da Emenda Constitucional n.º 35, de 2001, a manutenção ou relaxamento da prisão de parlamentar, detido em razão de flagrante delito de crime inafiançável, deve ser objeto de votação aberta pelo Congresso Nacional. Assim como a cassação de mandato parlamentar também deve se submeter ao voto aberto, nos termos da Emenda Constitucional n.º 76, de 2013.

Não há dúvida da plena e imediata aplicação da determinação constitucional de voto aberto e público nestes casos. Entretanto, o Regimento Interno do Senado Federal, instituído pela Resolução n.º 93, de 1970, encontra-se desatualizado e dispõe de maneira contrária às determinações constitucionais acima descritas.

A sociedade não mais tolera o voto secreto no Congresso Nacional.

Diante de todo o exposto, com a finalidade de adequar o Regimento Interno desta Casa à Constituição da República, propõe-se o presente Projeto de Resolução.

Sala das sessões, em ...

Senador **REGUFFE**

### LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[inciso I do artigo 55](#)

[inciso II do artigo 55](#)

[inciso VI do artigo 55](#)

[Emenda Constitucional nº 35, de 2001 - 35/01](#)

[Emenda Constitucional nº 76, de 28 de novembro de 2013 - 76/13](#)

[urn:lex:br:federal:resolucao:1970;93](#)

[Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - 93/70](#)

[artigo 290](#)

[alínea b do inciso I do artigo 291](#)

[alínea c do inciso I do artigo 291](#)